

NOVEMBRO de 2011

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

CEDOC Dw

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola

CEDOC DW

Centro de Documentação e Informação Development Workshop — Angola

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais:

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimens públicos e transparência](#)
5. [Governança descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Agora, Semanário Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.
- Websites: Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, InfoSambila, Voz de Cacuaco e Jornal Vida Kilamba.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação

Redação

Helga Silveira

Conselho de Edição

Allan Cain, Jose Tiago
e Massomba Dominique

Editado por

Development Workshop – Angola

Endereço

Rua Rei Katyavala 113,
C.P. 3360, Luanda – Angola

Telefone

+(244 2) 448371 / 77 / 66

Email

cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de

Development Workshop
OXFAM Novib
Fundação Bill & Melinda Gates

INDÍCE

I REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

1.1	“A queda de Angola não significa que o país piorou, mas sim que os outros se esforçaram mais”	1
1.2	Angola desce um lugar no ranking do doing business 2012	2
1.3	Impacto do investimento chinês	2
1.4	Projeções económicas `atrapalhadas`	3
1.5	Responsabilidade social das empresas: para uma parceria para o desenvolvimento (primeira parte)	4
1.6	Promessa longe do cumprimento	5
1.7	Jornalistas recebem uma formação sobre “objectivos do milenio”	6
1.8	Porque descaracterizar os bairros requalificados?	7
1.9	Executivo espera gerar 10 mil postos de trabalho em 2012	8

2 MICROFINANÇAS

2.1	BCI apresenta verba para micro credito	9
2.2	Credito malparado aumentou em 2010	9
2.3	“A operação do microcrédito é uma aliança extremamente vantajosa para Angola”	10
2.4	Credito agricola a empresarios	11
2.5	Cuidado com o credito malparado	11
2.6	Sector bancário cresce acima da economia em 2010	12
2.7	Camponeses associados recebem microcredito no negage	13
2.8	Mercado do Mota	14
2.9	Sem atrapalhar lucro dos bancos	14
2.10	Crédito malparado duplicou	15
2.11	Fiscais gatunos	16
2.12	Programa do Executivo impulsiona comércio rural	16
2.13	Milhares de camponeses na Lunda-Norte beneficiam em breve de crédito agrícola	18
2.14	Credito concedido é inferior ao disponivel19	
2.15	Bancarização em Angola é “gota de água no oceano”	19
2.16	Apenas 11% dos angolanos têm conta bancaria	20
2.17	Crédito agrícola «sem» camponeses	20
2.18	Poupança pode ser um bom negócio	21
2.19	Milhares de camponeses na Lunda-Norte beneficiam em breve de crédito agrícola	22
2.20	«Kilapi» para mobilar a casa	23

3 MERCADO INFORMAL

3.1	Novo mercado a berma da estrada	25
3.2	Fantasma do Roque Santeiro	25
3.3	Candidatas a doentes de úlcera gastrica e tuberculose	26
3.4	Casas da candonga dificultam comerciantes	28
3.5	Autoridades preocupadas com a venda ilegal	28
3.6	Governante anuncia plano para melhoria dos mercados	30
3.7	Vendedores do mercado do Cassualala têm sombras	30

3.8	Administradores dos mercados culpam executivo pelas praças de rua	31
3.9	Uma profissão a considerar	32
3.10	Descartáveis, mas retornáveis	33
3.11	A luta pela sobrevivência nas ruas do kuito	34
3.12	Os desafios das zungueiras	35
3.13	Mercado informal domina Luanda...	36
3.14	Aposta no meio rural «presa» no papel	37
3.15	A persistência de um empreendedor que garante a subsistência da família	38
3.16	Embarcações a preço elevado	39
3.17	Conselho regional traça estratégias para disciplinar venda informal	39
3.18	Venda na praia só com higiene	40
3.19	Venda ambulante de frutas atrapaalha lojistas	40
3.20	Sambizanga com ambiente nauseabundo	41
3.21	Inaugurado mercado na cela	41

4 OGE INVESTIMENS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

4.1	OGE E a linguagem dos números	43
4.2	Jovens exigem esclarecimentos sobre alegadas contas de jes	44
4.3	Trinta e três por cento do oge destinam-se ao sector social	45
4.4	Arrecadação do GPL cai bruscamente	46
4.5	Orçamento do estado aprovado na generalidade	46
4.6	O OGE de 2010 provocou défice de 15 milhões de dólares`	48
4.7	Oposição defende mais verbas para o sector social	49
4.8	Proposta de lei do oge debatida na especialidade	50
4.9	É preciso mais transparências na gestão do executivo angolano	50
4.10	Análise técnica á proposta de orçamento geral de estado do governo de Angola para o ano de 2012: comentários gerais (1)	51
4.11	É Preciso mais transparências na gestão do executivo angolano	55
4.12	Despesas para as eleições inscritas á parte	56
4.13	OGE Destnado ao huambo será revisto	58
4.14	Análise técnica á proposta de orçamento geral de estado para o ano 2012: comentários sobre a composição do oge 2012 (2)	58
4.15	Assembleia nacional aprova oge na generalidade	61

5 GOVERNAÇÃO DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1	Decretos do Presidente dão projecção a Luanda	62
5.2	Sociedade civil exige mais transparência do governo	62
5.3	“Nos últimos 15 anos, há indícios de que a fecundidade começa a cair	63
5.4	Provincia de Luanda delonga por governador competente	64
5.5	Aqui é a cpaital do sobúrdio de Luanda”	65
5.6	«Queremos deixar de servir apenas para as estatísticas eleitorais»	66
5.7	Batata quente» para o novo gpl	69
5.8	A voz de bento bento no «corredor da morte»	70
5.9	Vigora nova estrutura orgânica com a nomeação do governador	71
5.10	Novos administradores nomeados em Luanda	72
5.11	GPL Transfere-se para cidade do kilamba	72
5.12	Eleições autárquicas ou legislativas?	74

5.13	Bento bento tem a politica na veia falta-lhe conciliar o tacto da gestão de uma cidade turbulenta	75
5.14	Bento bento arruma a casa	75
5.15	Bento bento nomeia` compadre` para presidente da comissão administrativa de Luanda	76
5.16	Cacuaco entre a expansão e a desigualdade	76
5.17	Deixou problemas para enfrentar outros	78
5.18	Contestada nomeação de tavares	79
5.19	Parlamento altera funcionamento dos órgãos da administração local	79

6 URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1	Casas sócias são construídas para funcionários	80
6.2	Lucro garantido	80
6.3	Habitações distribuídas na urbanização do Camama	81
6.4	Casacon online	82
6.5	Jovens querem apoio da banca para construção de habitações	82
6.6	Abertas inscrições para sorteio de casas	83
6.7	Militares podem beneficiar de habitações sociais em todo o país	83
6.8	Jovens inscreveram-se para sorteio de casas sociais	84
6.9	Militares podem beneficiar de habitações sociais no país	84
6.10	Estado-maior do exercito junta-se ao projecto habitacional do executivo	85
6.11	Ovas casas para antigos combatentes	86
6.12	Retrato colorido da moderna cidade do kilamba	86
6.13	Construidas casas para desfavorecidos	88
6.14	Fundo dá garantias para empréstimos	89
6.15	Novas casas para o interior da provincia	89
6.16	Ministro defende controlo dos preços das casas	89
6.17	Fundo habitacional e operadores da banca assinam acordo	91
6.18	Construidas milhares de moradias	92

7 TERRA

7.1	Maianga tem novo sistema informático para a emissão de atestado de residência	93
7.2	Administração descarta responsabilidade na ocupação da praia	93
7.3	Soba queixa-se de não receber dinheiro	94
7.4	Administrador do sambizanga	94
7.5	Administração não confirma inscrição	95
7.6	Martelo demolidor volta á tchavola no lubango	95
7.7	Administração do Kwanzas desanca contra privada	96
7.8	Bebé morre após demolição de casa	97
7.9	Moradores dizem-se injustiçados na sua própria terra	98
7.10	Quando os “diabos” de isaac vêm ao de cima	99
7.11	Tchavola é habitada há mais de um século	100
7.12	Pescadores do cabo ledo insatisfeitos com a transferencia do bairro	100
7.13	Administração comunal em silêncio	101
7.14	Administradora comunal deixa família ao relento	101
7.15	Garimpeiros invadem terrenos de deputados	102
7.16	Governo cria condições para ocupação legal de terrenos	103
7.17	Madrasta desaloja enteados no maculusso	103
7.18	A Lei da Terra de Angola e a discussão da sua aplicação	104

7.19	Edifício de dois andares desaba no bairro nelito soares	105
7.20	Conclusões da conferencia do huambo	106
7.21	Fazendas continuam á espera do divórcio com a letargia	106
7.22	Lei de terras constitui mais-valia para o pais	107
7.23	Problemática da terra passada á lupa	109
7.24	Evitemos que a posse da terra seja próxima ameaça á paz	110
7.25	Mais um terreno em conflito	111
7.26	Requalificação da cidade melhora a habitabilidade	111
7.27	Trabalhos de requalificação da baia ficam concluídos já no proximo ano	112
7.28	Membros de associação de camponeses são suspeitos da venda ilegal de terrenos	112
7.29	Luta por terra	113
7.30	Demolições e promessas do governo de Luanda	11
7.31	Reservas fundiarias foram ocupadas ilegalmente	115

8 SERVIÇOS BÁSICOS

8.1	Pobres pagam pela água dos ricos	117
8.2	Abastecimento de água chega ás aldeias	118
8.3	Água difícil para todos	119
8.4	Bairros de Luanda sem energia há 30 anos	120
8.5	Uma "dor de cabeça" sempiterna	122
8.6	Um chafariz ao deus dará no kilamba kixi	123
8.7	Solicitada reabilitação do Olímpio Macuéria	124
8.8	Água chega a calonda	124
8.9	Governador pede apoio dos cidadãos para resolver os problemas de Luanda	125
8.10	Elisal com dificuldades de pagar operadoras	125
8.11	Políticas de saneamento em discussão	126
8.12	GPL Gasta 18 milhões de dólares/mês	127
8.13	Lixo obriga GPL a dívida de cerca de usd 90 milhões	128
8.14	BB «Herda» pesada dívida	129
8.15	Baldas da epal	129
8.16	Pango-aluquem sem agua potavel	129
8.17	300 Mil localidades do pais serão alcançadas até 2012	130
8.18	Munípes do prenda clamam por agua há um ano	130
8.19	Falhas constantes de água ofuscam greve da epal	130
8.20	Abastecimento de água potável preocupa o secretário de estado	131
8.21	Água e energia são carências notáveis	132
8.22	PCA Da epal terá desviado através de `pombos correios` 1 milhão de dólares	132
8.23	Sejam bem-vindos ao deserto, meus senhores!	133
8.24	Há falta de consciência na deposição do lixo	133
8.25	Quando o abuso passa dos limites	135
8.26	Edel á luz de velas...	135
8.27	Redes de água e energia são reforçadas no lucala	137

9 GÉNERO e VIOLENCIA

9.1	Empoderamento economico da mulher é importante no contexto da sadc	138
9.2	É cultura do angolano bater na mulher?	138
9.3	Os moradores admitem sono tranquilo	139
9.4	A criminalidade está demais	140
9.5	Kaulele, a capital da delinquência	141
9.6	Assaltos á luz do sol	142
9.7	Desgraça com sabor oeste-africano	143
9.8	A “Faixa de gaza” de Luanda	143

10 AMBIENTE

10.1	Legislação minimiza impacto sobre o meio ambiente no país	145
10.2	Fiscalização florestal reclama por técnicos	145
10.3	Uso de materiais naturais evita danos ao ambiente	147
10.4	Ambientalistas buscam formas para a csptção de novos fundos	147
10.5	Plano de saneamento contrubui para o desenvolvimento	148

I REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

I.1 “A queda de Angola não significa que o país piorou, mas sim que os outros se esforçaram mais”

Jornal expansão

04 de Novembro de 2011

Que considerações tem a fazer sobre o posicionamento de Angola no relatório Doing Business 2012?

Antes de dizer o que me parece, eu gostaria de tecer alguns comentários que são importantes para contextualizar essa classificação que tem Angola. Primeiro, é importante perceber o que é o estudo sobre o ambiente de negócio. É um estudo comparativo de regulamentações que se aplica às empresas dos países, que é feito em 183 países ou economias. Bem, o que temos de ter em consideração na classificação de Angola é que essa classificação, que é feita a cada ano quando se faz o estudo comparativo, é uma escala móvel, porque, na medida em que Angola avança, outros Estados têm avançado mais ou menos. No âmbito geral, isto depende muito. Não é que Angola não tenha feito esforços no sentido de melhorar o ambiente de negócios para as empresas, mas o que pode ter acontecido é que outros países tenham feito mais.

Este facto, por si só, justifica a queda de Angola da posição 171 para a 172?

Mesmo com algumas reformas, e foi o caso deste ano, em que Angola fez duas reformas importantes: uma delas foi a questão dos direitos de propriedade, ficou mais fácil transferir propriedade, e foi, também, reduzido o valor de imposto cobrado sobre transferência de propriedade. Isto, obviamente, vai reduzir os custos das empresas a transaccionar. A segunda reforma tem que ver com o estabelecimento das agências de crédito, ou seja, o acesso ao crédito está mais facilitado, na medida em que as agências de crédito agora são obrigadas a ser mais transparentes. Quer dizer, um indivíduo ou empresa que tem uma facilitação destas agências I terá direito a conhecer a sua posição e a verificar se os dados estão correctos. Isto ajuda, porque são informações muito importantes para as empresas poderem levantar créditos para investimento de trabalho. Portanto, Angola fez esse trabalho, mas, ainda assim, caiu um ponto da classificação, saindo do lugar 171 para a posição 172. Não significa isto que Angola piorou. Isto significa que os outros países fizeram mais esforço. Isso significa que estamos numa dinâmica e não adianta avançarmos sozinhos. E preciso saber também como é que os outros estão a avançar.

Tendo em conta isto, que outras reformas devem ser operadas para que se tenha um ambiente de negócio mais favorável?

É preciso melhorar naqueles indicadores para se chegar a esse índice de classificação. O primeiro deles é as facilidades para se estabelecer um novo negócio. Aqui entra o número de procedimentos necessários para se criar um tipo de empresa, o tempo para criar a empresa, o percentual das receitas por capita do ano em curso. Por exemplo, a renda por capita do País. Portanto, cada uma destas áreas. Quanto à questão dos alvarás, Angola tem uma classificação de 115, que é bastante melhor. O mesmo acontece com o acesso a electricidade, onde o índice é de 120, num universo de 183 países; registo de propriedade, 129; a questão do acesso ao crédito, 126; protecção aos investidores, 105; pagamento de impostos, 149; comércio exterior, importação e exportação, 163; cumprimento dos contratos, 181; e depois as resoluções para o caso de insolvência das empresas têm uma classificação de 160.

Portanto, estes dados são ponderados com os de outros países, e a classificação de Angola é de 171. E preciso analisar isso em detalhe e ver as áreas onde Angola podia trabalhar, e penso que seriam naquelas em que ainda está em desvantagem em relação a outros países. Sei que também tem a questão da contratação da mão-de-obra, que tipo de contrato é permitido e não permitido, o tempo, e isso vai criando rigidez e dificuldades para as empresas, acabando por interferir com os índices globais que Angola teve.

O Guiché Único de Empresas prepara-se para abrir mais duas agências em Luanda, e o País tem também uma nova Lei de Investimento Privado com vários incentivos. Até que ponto estas medidas podem ser importantes para melhorar a posição de Angola?

Eu acho que é importante porque um dos indicadores que nós vimos aqui é o tempo, o número e dias que se leva para tramitar um determinado processo.

É óbvio que a abertura de mais uma agência do Guiché Único vai diminuir a quantidade de dias que são necessários e facilitar também o acesso do empresário a informação. Porém, o que se nota, e isso faz parte do relatório que foi divulgado, é que os países precisam de fazer um esforço muito grande em colocar todos os dados em meios magnéticos, seja, electrónico, e o Guiché Único ainda é uma coisa presencial, requer a presença da pessoa e só existe em Luanda. Devia fazer-se um esforço paralelo para que esse pedido de processos de alvarás pudesse ser feito através de meios electrónicos.

Pelo que se percebe do relatório em causa, a execução de contratos é o pior indicador do país. *Na sua opinião, o que deve ser feito de concreto para se melhorar este item?* Olhe, eu não sou um especialista na área e fica difícil tecer uma opinião, até porque não participei na pesquisa. Mas ao olhar aqui os Índices e comparar qual é a maior situação aqui, é que, quando há uma disputa de contrato, a solução vai durar três anos. Então este é um ponto crucial, é o tempo que se demora para se dirimir uma questão contratual. Então, é óbvio que aqui deve ser feita alguma coisa para que o tempo seja mais curto. Se comparar Angola com Argélia, por exemplo, nota-se uma diferença muito grande entre estes países.

O que dizer sobre o posicionamento da África subsaariana no relatório?

Este é outro aspecto que gostaria de salientar. O relatório, no seu exercício sumário, refere justamente a região da África subsaariana, que teve um dos maiores Índices de avanço em todo o mundo: 78% dos países da África subsaariana conseguiram fazer alguma coisa para melhorar o seu ambiente de negócios, ou seja, 36 dos 46 países desta região do continente africano conseguiram fazer isso. É louvável porque é um indicador bastante positivo. É um sinal de que a região acordou para esta questão e está empenhada em melhorar o ambiente de negócios para que, realmente, o potencial do continente possa desabrochar, e é preciso simplesmente criar condições adequadas para que este crescimento de África possa acontecer.

1.2 Angola desce um lugar no ranking do doing business 2012

Jornal expansão

4 de Novembro de 2011

O mais recente relatório do IFC – International Finance Corporation conclui que, em 2010, um número considerável de economias da África Sub-Sahariana melhorou o seu ambiente regulador para as empresas locais. Apesar disto, e devido as alterações metodológicas, aliadas ao facto de que muitos países africanos estarem a reformar-se num ritmos mais rápido, a classificação de Angola baixou ligeiramente, saindo da posição 171, ocupada em 2011, para a 172 na classificação de 2012.

1.3 Impacto do investimento chinês

Jornal Agora

05 de Novembro de 2011

Não se sabe ao certo quanto o país recebeu nos últimos anos, de empréstimo da China, mas dados de várias publicações de pesquisa, como o European Journal of European Research, revelam que cerca de 15 biliões de dólares é a provável dívida contraída pelo Estado ao ‘gigante asiático’.

Recentemente o Fundo Monetário Internacional (FMI) avançou num estudo que o investimento chinês em Angola está subestimado, embora Pequim mantenha forte presença na construção civil, agricultura, telecomunicações, construção automóvel e logística.

As pesquisas apontam que como prova suficiente dos programas de ajustamento estrutural em África, desenvolvidos pela China, os novos empréstimos são obrigados a pagar de volta os velhos, com as taxas de juro continuamente ultrapassando o crescimento económico. Segundo os analistas do Fundo, as grandes dívidas têm efeitos negativos para a economia de desenvolvimento, os encargos dos débitos são os impostos fiscais, que fazem os empréstimos resultar em redução da despesa pública.

Foi no âmbito da consolidação do seu império financeiro que o Governo chinês desenvolveu o famoso ‘método Angola’ que consiste em disponibilizar dinheiro para projectos específicos obrigatoriamente desenvolvidos pelas empresas chinesas, tornando-se assim, uma ajuda para o financiamento que cria dependência mais do que os outros tipos de auxílio, como o apoio orçamental.

A China tenta, a todo o vapor, fazer de Angola a produção barata e fonte dos recursos naturais para satisfação da demanda interna e, em seguida, usar o país como um mercado dos seus produtos manufacturados.

O FMI revelou, ainda, que outros estudos apontam que o país já é o maior fornecedor de petróleo africano à China e o maior receptor de investimento chinês, embora nas estatísticas não apareça.

Além dos sectores tradicionais, gás e petróleo, está amplamente espalhada na construção civil e automóvel, telecomunicações, agricultura e logística.

A presença não se confina apenas às grandes empresas, mas também em todo o tecido empresarial angolano, retirando muitas vezes o protagonismo dos nacionais, permitindo a criação de uma ‘subeconomia’ que retira a credibilidade das parcerias estabelecidas nos acordos firmados, fundamentalmente na construção civil e indústria.

A diversificação dos investimentos, não reflecte o interesse do ‘gigante asiático’ em incentivar a diversificação da economia, industrialização de valor acrescentado, ou redistribuição de rendas económicas.

A estratégia de exportação chinesa é um dos factores

importantes para a ‘desindustrialização’ de vários países africanos de renda média, como por exemplo, a Nigéria e Angola, visto que Pequim não está a transferir o ‘know how’ para estes Estados que carecem de mão-de-obra especializada.

Nos últimos seis anos, Angola terá recebido da China cerca de 15 biliões de dólares em linha de crédito. Estes fundos são canalizados para o processo de reconstrução nacional assistido pelas empresas chinesas, mas a falta de fiscalização dos projectos num contexto institucional disfuncional e de corrupção, leva a incertezas quanto à qualidade e lisura do processo.

o país é actualmente o maior fornecedor de petróleo, superando tanto a Arábia Saudita como o Irão, e as exportações atingiram cerca de 800 mil barris por dia.

O estudo exploratório do Fundo presume, também, que as estatísticas oficiais do investimento chinês estão subvalorizadas devido ao ‘método Angola’, uma vez que toma quase impossível separar o que é investimento direito estrangeiro e a ajuda bilateral ou contratos de financiamento com os privados.

O Investimento chinês nos Países de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) subiu 27%, nos primeiros sete meses, deste ano, para 62,9 biliões de dólares, face ao período homólogo de 2010.

1.4 Projecções económicas ‘atrapalhadas’

Jornal AGORA

05 de Novembro de 2011

As análises eufóricas das autoridades contrastam com as previsões das principais instituições financeiras mundiais, não deixando de ser uma confusão de narizes por não haver um rácio razoável.

O Executivo reporta um crescimento de 12% em 2012, um ritmo quase quatro vezes superior ao estimado para este ano (3,7%).

Estas previsões inscritas no Orçamento Geral do Estado (Oge) para o próximo ano são mais optimistas do que as análises do Fundo Monetário Internacional (Fmi). Este prevê uma expansão de 10,8% em 2012 contra 3,7% em 2011.

A crer nos indicadores, Angola será o terceiro país com o maior crescimento em toda a África subsahariana, atrás da Nigéria (12,4%) e Serra Leoa (15%).

As autoridades pretendem atingir um défice nulo em 2012, com as receitas e despesas a atingirem mais de 35 mil milhões de dólares e um controlo da inflação abaixo de 12%.

Por sua vez, o Oge2012 estima um crescimento de 13,4% do sector petrolífero e o não-petrolífero de 12,5%. Já o Fmi prevê uma subida de apenas 10,4% neste último.

Por sua vez, o último relatório do Banco Africano de

Desenvolvimento (Bad) fixa o crescimento deste ano em 7,5%, passando em 2012 para 11,2%, graças sobretudo à recuperação dos preços do petróleo, embora reconheça “um menor impacto” na redução da pobreza.

Os analistas do Bad afirmam que apesar do investimento público em Angola estar em alta, é marcado pelo “clientelismo político e pela corrupção”, aconselhando, por isso, um crescimento robusto com impacto sobre o desemprego e as gritantes desigualdades sociais.

Comparando os dados de 2010, o Fmi constata melhorias muito sensíveis da posição angolana, já que as previsões apontavam para um saldo da balança corrente, em percentagem do Produto Interno Bruto (Pib), de 1,33% em 2011 e de 3,292% no próximo ano.

Quanto à inflação, de acordo com o Fundo, continua a constituir um dos maiores quebra-cabeças da política económica, passando em termos médios de 14,5% em 2010 para 14,6% este ano e descendo para 12,4% em 2012.

De acordo com os dados disponíveis, o país deverá crescer numa média da economia mundial (4,5% em 2012) e mesmo da taxa de crescimento prevista para os mercados emergentes (6,5%). Crescerá também muito além da média da África subsaariana (5,5% em 2011 e 5,9% em 2012) e dos países africanos exportadores de petróleo (6,9% em 2011 e 7% em 2012).

“Este ano, o crescimento apenas será superado pelo Ghana (13,7%)”, refere o estudo, sublinhando que “a posição externa do país é positiva, pois é visto como um credor líquido e a variação do preço das commodities terá um impacto globalmente muito positivo na balança comercial”.

Prognósticos do Bm. O economista do Banco Mundial para Angola e Moçambique, estimou, por seu lado, que o investimento público e a valorização do petróleo permitirão ao país crescer escassos 8% no próximo ano.

Ricardo Gazel, citado recentemente pela agência de informação financeira Bloomberg, fixou o crescimento deste ano em 5%, revendo por baixo as estimativas do Fmi.

A brusca queda dos preços do ‘ouro negro’, em 2009, provocou uma baixa nas reservas de moeda estrangeira, provocando o abrandamento do Programa de Investimentos Públicos e de construção de infra-estruturas.

O executivo do Bm observou que as perspectivas económicas são sólidas, pois, “o país está numa posição completamente diferente, prevendo-se o reinício dos investimentos no sector não petrolífero, estimulando ainda mais o crescimento”.

A redução da produção petrolífera, resultante de interrupções para a manutenção, deverá ser “mais do que compensada”, pelo aumento dos preços do crude, segundo o especialista, que prevê igualmente um aumento do investimento público antes do pleito eleitoral marcado para o próximo ano.

Gazel antecipa um excedente de 8% do Pib em 2011 e um aumento das reservas de divisas para mais de 20 mil milhões e dólares, tomando assim mais fácil o Executivo financiar os investimentos sem ter de emitir dívida.

O Banco Português de Investimentos (Bpi) num estudo publicado em Agosto último, previa uma aceleração da economia de 2,5% em 2011 e 9,8% em 2012.

À sua conta, o economista Alves da Rocha referiu que a nossa economia poderá tornar-se na quinta maior do continente africano em 2014. “Caso esse desiderato seja atingido, a economia angolana ficará à frente de Marrocos e atrás da África do Sul, Nigéria, Egípto e Argélia”, notou o especialista, por altura do Fórum sobre Estratégia e Competitividade.

De acordo com este professor universitário, a análise é feita com base na evolução satisfatória da taxa de Rendimento Nacional Bruto, na dinâmica da economia e no poder de compra dos cidadãos.

“Não há nenhuma fórmula mágica. O que acontece é apenas uma benesse do mercado internacional”, notou o economista, Fernando Heitor, para quem “a economia poderá apresentar elevadas taxas de crescimento por duas razões: o aumento da produção petrolífera mesmo com as limitações impostas pela Organização dos Países Produtores de Petróleo e o preço do barril no mercado”.

1.5 Responsabilidade social das empresas: para uma parceria para o desenvolvimento (primeira parte)

Jornal Expansão

11 de Novembro de 2011

Em homenagem aos 36 anos de independência nacional, durante os quais as necessidades dos angolanos não foram satisfeitas na medida das expectativas que este facto político criou, tendo-se hoje um dos países mais desiguais do mundo e de África, entendi escrever uma série de três artigos dedicados

à responsabilidade social das empresas e que tem como desafio máximo as propostas formuladas por Sua Santidade Bento XIX na sua encíclica Caritas in Veritate. Esta responsabilidade empresarial deve ser encarada na perspectiva de uma parceria público-privada para o desenvolvimento.

1 – Introdução

Poderia começar com uma afirmação lapidar de Albert J. Dunlap sobre a essência da empresa num regime capitalista de economia de mercado evidentemente diferente dum outro de capitalismo de Estado, em vigor na China e que quase passou despercebido na ex-União Soviética: “a empresa pertence às pessoas que nela investem – e não aos empregados, aos fornecedores, nem à comunidade onde está instalada”. Declaração forte e radical do

que é o capitalismo – o único sistema económico até hoje implantado e que tem mostrado uma extraordinária capacidade de transformação e regeneração interna e de ajustamento às crises e turbulências várias, políticas e sociais – e a economia de mercado.

Na perspectiva de Dunlap, os empregados, os fornecedores, os clientes, o Governo e os representantes da comunidade – esta, provavelmente, um dos vectores de destrinça entre responsabilidade económica e responsabilidade social das empresas: a sua capacidade de inserção nas comunidades e de interagir com elas e com os seus elementos – não devem interferir nas decisões tomadas pelos verdadeiros decisores, isto é, os que investem na empresa. Os verdadeiros decisores, que são os investidores, têm, não só, o direito de encerrar a empresa e despedir os seus trabalhadores, como declarar inválidos e irrelevantes quaisquer postulados que tais pessoas possam fazer sobre o modo como gerem a mesma.

Como disse, trata-se duma visão restritiva do que deve ser hoje a empresa, em contextos modernos, democraticamente envolventes e participados e competitivos. Seguramente que existem outras formas de governar as empresas a que Peter Drucker tão abundantemente se refere. Dentre as mesmas avultam as relacionadas com a responsabilidade social das empresas e os seus defensores contestam a viabilidade de avaliação económica isolada duma empresa e a curto prazo. Em vez disso, uma avaliação mais ampla, de longo prazo, englobando todas as operações da empresa.

2 – Definição de responsabilidade social empresarial (RSE)

Para os evangelistas do mercado, a primeira prioridade da empresa é produzir bens e serviços que a sociedade quer e precisa, num quadro estratégico de maximização do lucro individual. *Onde meter a responsabilidade social? Na interdependência entre negócios e sociedade na busca duma envolvente estável entre necessidades individuais e necessidades colectivas?*

Entendi curial reflectir sobre duas dimensões da responsabilidade social das empresas e tentar fazer a ponte entre elas. o ponto de vista moral. Aparentemente, este ponto de vista pode coincidir com a ética dos negócios, com a lealdade de intenções face a parceiros e a terceiros, o fornecimento de bens e serviços dentro de normas de qualidade e de respeito das preferências dos consumidores, a publicidade não enganosa. Deste ângulo de análise, a responsabilidade social empresarial é a dedicação contínua da empresa a comportamentos éticos, contribuindo para o desenvolvimento económico e melhorando as condições de vida dos trabalhadores e das suas famílias, assim como das comunidades em que estão inseridas.

A componente moral da responsabilidade social exige que os negócios se façam com honestidade, seriedade e sinceridade e no respeito dos compromissos assumi-

dos. Igualmente determina que não se tenham salários em atraso e se paguem as remunerações do trabalho de acordo com os contratos assinados.

Um ponto particular: porque se pede que as empresas se comportem com responsabilidade social e a mesma postura não é exigida às pessoas ricas? Estas classes possidentes afectam somas consideráveis a gastos de extravagância e sumptuosidade privadas. Estes cidadãos e classes sociais distanciam-se da imensa maioria da população, em vez de a ajudarem na caminhada para uma prosperidade comum. Uma sociedade harmoniosa caracteriza-se pela democracia, pelo imperativo da lei, pela equidade, pela justiça, pela sinceridade, pela amizade e pela vitalidade o ponto de vista económico

Os empresários e as empresas são quem deve operar a melhor combinação produtiva dos factores de produção, com diferentes finalidades: maximizarem os retornos dos investimentos, poupar recursos escassos (e, por isso e em alguns casos, caros) e acautelar uma repartição justa do rendimento gerado no decurso do exercício da actividade produtiva. Percebem-se elementos sociais nesta função económica do empresário.

Assim como se adivinham zonas de contradição e conflito entre a função económica das empresas e o que desejavelmente deveria ser a sua função social. E uma delas é quando, por razões de eficiência (poupança de recursos) e de maximização de lucros, as combinações factoriais favorecem o capital (e as suas diversas componentes) em desfavor do trabalho, optando-se, portanto, por processos de produção intensivos em tecnologia e capital.

Observada do ponto de vista da empresa, a RSE pode ser entendida como parte da gestão de risco, isto é, tomando diferentes medidas estratégicas para assegurar a sobrevivência da empresa no futuro previsto. Isto faz parte da responsabilidade dos gestores para com os accionistas, e a melhor maneira de o fazer é lutar por um modelo operacional que crie valor para todos os stakeholders, que, de outra maneira, poderiam, no longo prazo, tornar a empresa vulnerável.

A criação de emprego pode ser, provavelmente, a mais importante responsabilidade social das empresas e dos empresários, embora seja a consequência económica natural da constituição de actividades produtivas. Não se pode iniciar uma qualquer acção produtiva sem que a combinação dos factores entre o trabalho. Marx dizia que o capital mais não é do que trabalho cristalizado, significando que a origem essencial do processo de produção – capitalista e não capitalista – é o trabalho.

Mas que tipo de emprego? Claro que as empresas não são centros empregadores tout court. Não o podem ser, porque também têm a responsabilidade social de acautelar uma racional a locação de outros recursos e factores escassos. Empregando por empregar, as empresas desperdiçam capital, escasso sobretudo em economias em desenvolvimento ou subdesenvolvidas.

Então a questão passa a ser: criar bons empregos em que o empregado se sinta útil a si, à sua família e à sociedade em geral. Para isso faz-se mister que a força de trabalho seja bem dotada de educação e de conhecimentos técnicos.

1.6 Promessa longe do cumprimento

Jornal semanario factual

12 a 19 de Novembro de 2011

Os automobilistas e moradores manifestam o seu descontentamento pela progressiva degradação da avenida, dado que o sofrimento não é prematuro.

Eles concordam que poderá ser pior, caso Luanda, nos próximos dias, seja fustigada por forte chuva, o que impossibilitará o tráfego automóvel e pedestre, face ao mau estado da via.

As demonstrações de desagrado por parte dos utentes da via surge pela promessa efectuada pela administradora do município do Rangel, Maria Clementina Silva, no passado dia 22 de Setembro, quando prometeu que os trabalhos de reabilitação da via arrancaram em seguida, mas, até ao momento, não se vê nada de novo no local

Na avenida Hoji-Ya-Henda, o estado crítico do piso no sentido triângulo dos Congolezes linha-férrea do Cazenga, bem como o troço até ao hospital América Boavida, está a cada dia a deteriorar via degradada causa insegurança.

Para muitos automobilistas, a degradação excessiva da avenida Hoji-Ya-Henda e a fraca iluminação pública contribuem, em muito, para a insegurança na via, sobretudo no período nocturno.

O semanário Factual voltou a efectuar uma ronda na avenida Hoji-Ya-Henda, três meses depois da promessa da administradora municipal, Maria Clementina Silva, onde pôde constatar a progressiva deterioração da via quase na sua plenitude.

Automobilistas ouvidos pelo semanário dizem que a situação que se vive na zona do pica-pau já leva mais de seis ou oito meses. Na opinião destes, o trabalho de colocação de um novo tapete asfáltico na via levada a cabo pela BECOM não surtiu os efeitos desejados, pois foi apenas um trabalho paliativo.

O automobilista Carlos António, que tem a avenida Hoji-ya-Henda como a principal via para chegar ao local de trabalho, revelou ao Factual que “é muito triste verificar que uma das principais avenidas do município

do Rangel se encontra degradada desta maneira, mas as autoridades municipais nada fazem, no sentido de contrapor a gradual deterioração da mesma.

Para o morador Paulo Gongga, a situação pode vir a piorar caso, nos próximos dias, caia forte chuva sobre Luanda, o que poderá causar inúmeros transtornos à circulação automóvel, principalmente. “Neste momento, Luanda ainda não foi fustigada por uma forte chuva, mas os transtornos já são visíveis.

Quanto ao tráfego, muitos são os que têm tido inúmeros problemas nos seus automóveis, devido ao mau estado da via. Por isso, é preciso que a Administração do Rangel faça alguma coisa, a fim de evitar as consequências que hão de advir”, salientou o morador.

o Factual constatou, igualmente, graves problemas a nível da drenagem das águas pluviais, o que tem causado o seu acumulo ao longo da avenida Hoji-ya-Henda, tendo como resultado a deterioração do tapete asfáltico. Por seu turno, o automobilista João Gaspar salientou ao semanário que a avenida Hoji-Ya-Henda necessita de um trabalho de reabilitação profundo, uma vez as obras levadas a cabo não terem surtido o efeito desejado, tendo em conta a sua durabilidade efémera.

“Este facto demonstra a fraca qualidade das estradas a nível da província de Luanda e não só”, asseverou o automobilista.

Moradores querem que administradora dê a cara Cansados por esperar, os automobilistas e os moradores adjacentes à via pedem à administradora do município do Rangel que venha a público explicar os motivos do atraso do início das obras de reabilitação da avenida Hoji-Ya-Henda, principalmente nos seus pontos mais críticos.

Marta Fernandes, moradora do município e usuária da via, fez saber ao Factual que “é muito difícil acreditar que esta avenida ainda continua no estado em que está, visto que os próprios membros da administração a utilizam.

“Penso que a administradora (com todo o respeito) quer que chova para, depois, aparecer com a televisão e tentar passar a imagem de que está a trabalhar. Esta não é uma atitude de alguém que se preocupa com o povo”, desabafou Marta Fernandes.

1.7 Jornalistas recebem uma formação sobre “objectivos do milénio”

Jornal de Angola

22 de Novembro de 2011

O director nacional da Comunicação Social reiterou ontem, em Luanda, o compromisso do Ministério de prosseguir na defesa de parcerias para a superação técnica e profissional dos seus quadros, para melhor desempenhar o seu papel de informar e educar a população.

José Luís de Matos reafirmou o compromisso na abertura do seminário de capacitação de jornalistas sobre os Objectivos do Desenvolvimento do Milénio (ODM), propostos pelas Nações Unidas.

“Dividido em metas mensuráveis e indicadores, os Objectivos do Milénio permitem acompanhar o progresso e exige dos países relatórios sobre as suas políticas e programas para os atingir”, disse Luís de Matos, para quem, com a realização deste seminário, os jornalistas estão mais convictos das suas responsabilidades na divulgação e promoção dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

“Os ODM são também importantes para o futuro da humanidade, pois ao mesmo tempo visam tu promover os direitos humanos, a m paz e a segurança”, salientou.

A coordenadora das Nações Unidas em Angola, Maria do Valle Ribeiro, referiu que o seminário se enquadra no conjunto de programas VII que a ONU desenvolve em parceria com o Executivo, destacando os programas como o acesso à água potável, saneamento, nutrição e segurança social.

“Realizamos esta acção formativa porque achamos que a questão do desenvolvimento não só constitui uma preocupação do Executivo, mas também das Nações Unidas e de cada cidadão”, disse.

Maria do Valle Ribeiro referiu os progressos que Angola regista em relação aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, em particular, na educação, no acesso à água potável e a participação das mulheres na vida pública e nos órgãos de decisão.

O seminário, uma iniciativa do Programa das Nações Unidas para a População (PNUD), vai abordar assuntos ligados aos “Progressos de Angola concernentes aos ODM” e os “Desafios a que estão relacionados”, e conta com a participação de jornalistas de nove províncias do país-Cabinda, Uíge, Huambo, Benguela, Malange, Bengo, Kwanza Norte, Kwanza-Sul e Luanda.

Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) surgem da Declaração do Milénio das Nações Unidas, adoptada pelos 191 Estados-membros no dia 8 de Setembro de 2000.

Criada num esforço para sintetizar acordos internacionais alcançados em várias cimeiras mundiais ao longo dos anos 90, a Declaração traz uma série de compromissos concretos que, se cumpridos nos prazos fixados, segundo os indicadores quantitativos que os acompanham, devem melhorar o destino da humanidade neste século.

Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio estão a ser discutidos, elaborados e expandidos globalmente e dentro de muitos países. Entidades governamentais, empresariais e da sociedade civil estão a procurar formas de inserir a busca por esses Objectivos nas suas próprias estratégias.

Erradicar a pobreza extrema e a fome, atingir o ensino básico universal, promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres, reduzir a mortalidade infantil, melhorar a saúde materna, combater o VIH-Sida, a malária e outras doenças, garantir a sustentabilidade ambiental e estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento são os oito objectivos da ONU apresentados na Declaração do Milénio e que se pretende alcançar até 2015.

1.8 Porque descaracterizar os bairros requalificados?

Jornal o continente
25 de Novembro de 2011

No âmbito do seu programa, o Executivo tem estado a realizar obras para requalificação dos bairros de Luanda” para melhorar o nível de vida dos seus habitantes de forma a não estarem a margem do desenvolvimento que a cidade está a receber.

Foi assim com Mártires de Kifangondo, mesmo sendo um bairro urbano e nas proximidades do portão de entrada da Capital, que durante muito tempo quando chovia era uma miséria, pois não permitia mobilidade até mesmo dos moradores, o que ao concluir as obras o público manifestou a sua alegria e se dispôs a preservá-la para durar.

Agora é a vez do Nelito Soares, por ser uma área bastante frequentada, já que comporta o mercado dos Congolezes, centro Recreativo Kilamba, um ponto de referência obrigatória quando está em causa a cultura, para citar simplesmente alguns lugares de referência e até serve de trampolim da cidade para os bairros circunvizinhos.

Como foi no bairro anterior, os construtores fecharam todas as saídas e entradas que condicionam a vida dos beneficiários e dos simples passageiros, das áreas afectadas pelas obras, o que como se imagina, condiciona sobremaneira a fluidez do tráfego rodoviário, situação aproveitada pelos taxistas para sobre facturarem na corrida.

Seja como for, como o lema é “ os constrangimentos passam e a obra fica”, as pessoas aturam a situação, na perspectiva dos sacrifícios consentidos serem o mais breve e que a obra perdure no tempo.

No Mártires e no Bairro Popular foi notável que ao reabilitarem as vias, alteraram significativamente as mesmas. É o caso da rua Machado Saldanha. Em que foram encurtadas as faixas de rodagem, pois onde comportavam mais de uma faixa de rodagem, depois da reabilitação, dois carros em sentido contrário, já não podem cruzar mesmo em faixas contrárias e em contrapartida aumentam-se as passadeiras. O problema se agudizou nas Bs e Cs, pois nestes bairros, tendo sido construídos para acudir situações do superpovoamento da cidade, as residências não possuem garagens e como é obvio, os moradores estacionam as suas viaturas nas ruas como sempre foi. Com as obras, estes queixam-se de terem a vida às avessas, porque não conseguem estacionar mais as suas viaturas nos locais habituais, porque ao reabilitarem-nas estreitaram-nas de tal forma que se estiver um carro estacionado, outro já não pode passar.

Com a indisciplina aos motoristas, se alguém atrever-se em deixar a viatura na via no período nocturno, pela manhã tem grandes prejuízos decorrente das embatidas neste período, o que leva os moradores a contestar. Este trabalho das vias teriam que ser como eram e nunca inventar fórmulas que não se encaixam.

As comissões de moradores, procuraram tirar satisfação à administração local, que não consegue dar quase nada, porque as obras estão a cargo de um órgão de subordinação central, que quer no acto do levantamento topográfico como na realização da obra, não dá e “cavako” aos órgãos da administração local e muito mel nos aos moradores.

Esta forma de estar é estranha, não acham? Porque o que se propala por aí, é que toda obra tem que ser antecedida do estudo de impacto ambiental, o que se subentende, as forças vivas da comunidade, logo se teria visto que era contraproducente reduzir as faixas de rodagem. *E agora a obra já está feita e apesar de não estar concluída, com se vai solucionar o problema? Vão se partir outra vez as Vias e o passeio ou o povo vai sofrer assim mesmo?*

1.9 Executivo espera gerar 10 mil postos de trabalho em 2012

Jornal semanario factual

26 de Novembro a 03 de Dezembro de 2011

Segundo o titular da pasta, António Pitra Neto, o programa do Executivo para 2012 preconiza que a geração de emprego deve ocorrer, essencialmente, nos sectores primário, secundário e terciário da economia, na sequência dos programas gizados desde 2008.

De acordo com o governante, citado pela ANGOP, que respondia terça-feira (22) às perguntas dos deputados à Comissão de Economia e Finanças, a estabilidade macroeconómica, a adopção de incentivos facilitadores nalgumas áreas, a formação dos artigos laborais especializados e, sobretudo, a disponibilidade de recursos financeiros internos e externos, para que os projectos de investimento sejam a alavanca fundamental para a geração de emprego e possam ser um dos problemas.

“Felizmente, hoje o quadro é melhor e é assim que o Executivo tem incidido, desde 2008, os seus esforços, a fim de que a geração de emprego se fizesse no sector primário, secundário e terciário da economia”, referiu.

Relativamente a 2012, adiantou, esta política vai continuar, devendo as atenções estarem viradas para os sectores da agricultura, da pecuária, da pesca e das indústrias transformadoras.

“Quero aqui referir que, neste sentido, um papel muito importante vai continuar a ser dado ao investimento público e ao privado. Os esforços financeiros do Estado, através do Orçamento Geral do Estado, são uma via e não podemos subestimar a via imprescindível da colaboração do investimento público e privado nacional e estrangeiro neste objectivo central para qualquer sociedade, qualquer economia que é a geração de emprego”, afirmou.

Salienta-se que, de acordo com dados do Executivo, as perspectivas sectoriais do Executivo prevêem que o sector da indústria transformadora deverá registar um crescimento médio anual na ordem dos 10 por cento entre 2012 e 2017 e cuja expectativa de geração de empregos deverá situar numa média anual entre 7, 4 mil empregos directos e 7,5 mil indirectos, estimado em 8, 5 mil milhões de dólares.

Já o sector da energia prevê investir oito mil milhões de dólares para a produção e cerca de nove mil milhões para o sistema de transporte e distribuição de energia.

Destaca-se que o sector da Indústria transformadora registou um crescimento médio anual, entre 2008 e 2011, na ordem dos oito por cento e foram criadas e entraram em funcionamento 750 empresas privadas, em quase todos os subsectores, com destaque para a indústria alimentar e de bebidas.

O número de postos de trabalho directos cifrou-se em mais de 25 mil e 120, e o valor dos investimentos privados atingiu cerca de quatro mil milhões de dólares”.

O sector dos têxteis, vestuário e calçado, começa agora a dar os primeiros passos, com o relançamento da cultura e da fileira do algodão e a reabilitação e o desenvolvimento da produção têxtil, de modo a gerar emprego e a substituir as importações.

Para o próximo ano, deverão entrar em funcionamento três fábricas de tecidos, nomeadamente Textang II, em Luanda, a Africa Têxtil, em Benguela, e a SATEC, na cidade do Dondo, na província do Cuanza Norte).

2 MICROFINAÇAS

2.1 BCI apresenta verba para micro crédito

Jornal o país
04 de Novembro de 2011

O BCI disponibilizou, no princípio do mês de Outubro, 25,3 milhões de kwanzas para concessão do micro-crédito de campanha a 98 camponeses do Município da Ganda, Benguela, no âmbito do Programa de Combate à fome e redução da pobreza no país.

Segundo o responsável do sector da Agricultura e Desenvolvimento Rural na Ganda, Manuel Tchitumba, consta do pacote da concessão de microcrédito a recepção de imputes e alfaias agrícolas, além de juntas de bois para tracção animal, com vista ao fomento da produção agrícola na região,

Manuel Tchitumba disse à Angop, o processo realizou-se em três fases distintas, tendo a última beneficiado apenas camponeses organizados da comuna da Babaera.

No entanto, 800 processos remetidos há mais de dois anos ao Banco Sol para obtenção de micro-crédito de campanha esperam pela disponibilização de verbas, com vista a incentivar os camponeses locais, o que condiciona o desenvolvimento do processo produtivo.

Manuel Tchitumba acrescentou que no quadro desse pacote, existe também o Crédito Agrícola de Investimento para pequenos, médios e grandes agricultores, para o qual os requisitos exigidos impõem que os interessados possuam capacidade em capitais, para poderem prestar garantias aos bancos,

2.2 Crédito malparado aumentou em 2010

Jornal o país
04 de Novembro de 2011

O crédito malparado aumentou na banca nacional em 2010, verificando-se um crescimento do crédito vencido em percentagem do crédito total em 79,6%, revela o estudo anual da KPMG dedicado à Análise ao Sector Bancário Angolano. Num ano que foi de viragem na crise económica mundial, após a forte desaceleração decorrente da crise económica internacional, o rácio de crédito vencido sobre crédito total situou-se nos 5,1%.

No seu conjunto, a generalidade dos indicadores recolhidos pela consultora numa amostra que “caracteriza de forma fiel o sector bancário em Angola, na medida em que traduz cerca de 92%” do total de activos consolidados da banca em Angola, conforme publicação do BNA de 5 de Outubro de 2011”, evidenciam um crescimento do sector, tanto em dimensão como em rentabilidade. Assim os activos aumentaram em cerca de 21 %, o número de colaboradores em 18%, (situavam-se, em 2010, em 11.000 pessoas) e o número de balcões abertos em 22%. No que respeita aos indicadores de rentabilidade, há a registar o crescimento de 24% ao nível do produto bancário e de 24 % do resultado líquido.

A KPMG constata que persiste ainda uma significativa concentração do sector, estando 80% do mercado concentrado em cerca de 20% dos bancos, mas assinala que esta situação tende a modificar-se, observando-se “alterações de quota de mercado, nomeadamente nas rubricas de activo, crédito e depósitos, estando estas cinco Instituições (que consubstanciam 20% do conjunto do sistema bancário) a perder quota relativa face aos restantes, representando uma intensificação do ambiente concorrencial.

Mau grado se ter verificado em 2010 um crescimento na captação de depósitos e recursos de clientes bem como na concessão de crédito, o ritmo de evolução destas rubricas denotou um ligeiro abrandamento em relação a 2009. A captação de recursos manteve uma tendência de crescimento de 13,9%, sendo de realçar que se observou uma alteração qualitativa na composição dos depósitos, com “uma redução do peso dos Depósitos à Ordem, por contrapartida dos Depósitos a Prazo, que reforçaram o seu peso no total de Depósitos de Clientes face ao ano anterior”. Já o crédito concedido cresceu na ordem dos 17,8%. A consultora observa que “a expressão que o sector bancário tem na economia (crédito concedido/ PIE) é de 19,8%, valor semelhante a outras economias ‘baseadas’ no petróleo, mas ainda aquém dos valores observados noutros países”. A transformação de recursos de clientes em crédito continuou a evoluir, fixando-se nos 53,6%, o que significa que, situando-se ainda abaixo dos 100%, se verifica um maior aproveitamento dos recursos captados, dirigindo-os para soluções de financiamento. Também a evolução do produto bancário foi positiva, registando um crescimento de 24,2%, explicado sobretudo pelo forte incremento da margem financeira que cresceu 53,2%.

Rentabilidade aumenta

A rentabilidade da banca nacional continua fortemente atractiva: a Rentabilidade dos Capitais Próprios (ROE), situou-se em 30,3%, “embora decorrente do aumento

dos custos de estrutura tenha apresentado uma ligeira redução em 2010”. Já evolução do custo-income, de uma forma global, foi negativa, fixando-se em 49,7”10 (era de 39,6”0 em 2009). “Este facto deveu-se sobretudo à pressão dos custos operacionais, nomeadamente, custos com pessoal e aberturas de balcões, decorrentes da política de investimento do sector”, refere o documento.

A taxa de bancarização e o sistema de pagamentos prosseguiram o seu crescimento, embora a primeira abrange apenas 11% da população total e mau grado os esforços de expansão das diferentes instituições presentes no mercado, que abriram, em média, 12,5 balcões por mês, num total de 150 novos balcões abertos ao longo do ano. A forte concentração de balcões em Luanda (51%) faz antever que “o potencial de abertura de agências ocorra, sobretudo, nas restantes províncias, primeiro no litoral e depois no interior”. Foi efectuado ainda um forte investimento em novas máquinas automáticas, quer Multicaixa (AIM), quer de pagamento automático (IPA), o qual se traduziu num crescimento de 26% e 60% respectivamente.

De referir que se manteve a tendência de crescimento continuado no volume médio mensal de transacções na Rede Multicaixa, passando de 3,6 milhões em 2009. O relatório confere um particular destaque ao papel do Banco Nacional de Angola (BNA) no plano da regulação e supervisão, pugnando por “um cada vez maior alinhamento das Instituições Financeiras com os ‘standards’ internacionais e as boas práticas de mercado”.

A KPMG confere especial relevo à supervisão prudencial e comportamental, prevenção de branqueamento de capitais e combate ao financiamento do terrorismo, normalização do Plano Contabilístico das Instituições Financeiras (Contil), integração da Central de Informação de Risco de Crédito (CIRC), ‘compliance’ e ‘assurance’ e implementação da gestão de risco e capital.

Para além do reforço da regulação e supervisão, a KPMG considera que a captura do potencial e crescimento do mercado, o lançamento de novos canais de distribuição e inovação financeira, a gestão de risco de crédito, o surgimento da banca de investimento e do mercado de capitais, o acompanhamento do impacto das alterações fiscais que se avizinham sobre o sector financeiro, a formação e retenção de recursos humanos e a segurança da informação e gestão da continuidade de negócios configuram os principais desafios que se colocam ao sistema bancário angolano, o qual, sublinha a consultora, continua a apresentar “inúmeras oportunidades de crescimento”.

2.3 “A operação do microcrédito é uma aliança extremamente vantajosa para Angola”

Jornal expansão

04 de Novembro de 2011

Portugal é um parceiro privilegiado nas relações económicas com Angola. *Até que ponto é necessária a manutenção desta posição?*

Julgo que é preciso trabalhar cada dia com uma perspectiva de futuro. Quanto ao nosso relacionamento especial, eu não diria que Portugal deva ter quaisquer pretensões hegemónicas. Temos, sobretudo, de defender posições úteis para os dois povos, e a posição de Portugal aqui deve ter contrapartida na posição de Angola em Portugal. Isto é muito importante. Não é só Portugal que é um parceiro económico privilegiado para Angola, Angola também o é para Portugal graças aos investimentos que tem feito. É necessário manter esta capacidade de caminhar juntos.

Que contributo se pode esperar da banca portuguesa para o desenvolvimento e crescimento da banca angolana?

Ainda tenho memória do que era a banca angolana há uns anos. O nível de bancarização era muito baixo. A banca portuguesa contribuiu para mudar essa situação com a sua capacidade tecnológica e de inovação, porque ela tem, nestes campos, posições de liderança reconhecidas internacionalmente. Não é assim um parceiro menor para Angola. A operação de microcrédito que o Millennium Angola e o Banco Atlântico lançaram conjuntamente em Angola é prova de uma aliança estreita, que permite a concretização de operações extremamente vantajosas para Angola, e que, do ponto de vista técnico, se equiparam com o que de melhor se faz noutras partes do mundo.

O microcrédito é mais um trunfo para tornar o banco inovador?

Penso que sim. E esta aliança entre o Millennium Angola e o Banco Privado Atlântico pode de facto corresponder a um compromisso real para com o povo angolano. Trata-se de um processo que dá primazia a pessoas com capacidades empreendedoras. É bom ouvir essas pessoas dizerem que conseguiram realizar os seus sonhos acedendo ao microcrédito. Honrando os seus compromissos perante o banco, dão sustentabilidade ao negócio e contribuem para o desenvolvimento do meio em que se integram. Impressiona-me particularmente o papel da mulher neste domínio pela capacidade de gestão e pela estabilidade de que dá mostras. Lembro-me de uma parte do recente discurso do Senhor Presidente da República de Angola sobre o Estado da Nação, em que chama a atenção para a prioridade às micro, pequenas e

médias empresas na economia como factor de erradicação da pobreza e de apoio às camadas mais desfavorecidas. Penso que o Millennium e o Atlântico trabalham nessa perspectiva, permitindo a um maior número da população o acesso a financiamentos que podem mudar as suas vidas.

Que metas se pretende atingir premiando empreendedores que aderem ao microcrédito, quando é comum estes encarem o banco como uma espécie de “cobrador” da dívida que contraem?

Penso que há um aspecto importante na relação entre o banco e o seu cliente, que é a relação de continuidade. O interesse do banco não é apenas o de dar o dinheiro e o de receber os reembolsos devidos nos prazos acordados, mas é o de acompanhar os projectos que financia. Por ser uma relação contínua, o banco deve estar atento e preparado para ajudar a superar eventuais dificuldades que o empreendedor possa enfrentar. Se lhe falharem algumas competências, o banco tem interesse em disponibilizar alguém que possa tecnicamente dar conselhos para o negócio prosperar. Portanto, não é uma relação fria. É verdade que, se o banco precisa legitimamente de ganhar dinheiro, deve igualmente salvaguardar os aspectos que aponte, visando sempre permitir ao empreendedor realizar o seu sonho.

Que resultados de médio e longo prazo do programa de microcrédito do Millennium se podem augurar para Angola? Para além de possibilitar que as pessoas desenvolvam os seus talentos, Angola já demonstrou ter uma enorme capacidade empreendedora. Basta ver como se desenvolve nas ruas a actividade comercial. Há uma capacidade muito forte neste País que deve ser bem aproveitada e canalizada, por isso penso que o microcrédito pode fazer muito melhor do que aquilo que já alcançou. As regiões interiores do País não têm, muitas vezes, as vantagens da capital e da zona costeira, porque o acesso à inovação e às novas tecnologias é mais lento. Ora, é muito importante que os bancos façam a diferença promovendo micro, pequenas e médias empresas. Desta forma, cresce a economia no interior, e esta puxa ainda mais o crescimento da economia do País. Aliás, parte do contributo deste crescimento provém já do interior, e estou curioso em visitar essas zonas. São avanços que tornarão Angola mais ágil, mais moderna e muito mais forte, consolidando-se como potência regional.

2.4 Crédito agrícola a empresários

*Jornal o país
04 de Novembro de 2011*

Benguela Cerca de vinte empresários da província de Benguela começaram a beneficiar desde 27 de Outubro de um micro-crédito de campanha agrícola, financiado pelo Banco de Comércio e Indústria (BCI), visando a auto-suficiência alimentar e o desenvolvimento da região.

Segundo o presidente do Conselho de Administração, Filomeno Seitas, que falava num encontro com empresários da província de Benguela, este crédito de campanha vai até 500 mil dólares, com juros a partir de 15 por cento, em 12 meses, avançou o jornal Sol.

Referiu que este produto é um investimento do Executivo angolano através do Banco de Desenvolvimento de Angola.

Filomeno Seitas avançou que o projecto já beneficia 70 por cento de clientes no país, com créditos no valor de seis milhões de dólares, sendo dois mil e quinhentos camponeses, agrupados em 143 pequenas associações agrícolas.

Deu a conhecer que o Banco de Comércio e Indústria pretende, até Dezembro do próximo ano, aumentar o valor do crédito de seiscentos milhões para mil milhões de dólares.

Filomeno Seitas frisou ainda que BCI pretende aumentar mais quatro agências na província de Benguela, para proporcionar mais oportunidade de negócios aos cidadãos.

Fundado em 1991, o Banco de Comércio e Indústria possui 48 agências 15 postos de atendimento e está presente em 15 províncias do país. Pretende abrir agências nas províncias do Kuando Kubango e do Uíge.

2.5 Cuidado com o crédito malparado

*Novo jornal
04 de Novembro de 2011*

O sector bancário angolano registou um crescimento significativo do crédito malparado, cifrando-se actualmente em 5% do total da carteira de crédito, o que merece por parte das principais instituições financeiras algum nível de preocupação alertou, em Luanda, o presidente da KPMG/ Angola.

“O crédito vencido ou o crédito malparado, ou ainda as situações de incumprimento perante o banco têm

um crescimento bastante significativo, atingindo já rácios que começam a ter algum nível de preocupação representando 5% do total da carteira de crédito – o que já é um nível bastante significativo, que merece seguramente por parte das principais instituições financeiras um nível de preocupação, suportado no crescimento de 111% face a 2009”, salientou o homem forte da KPMG/ Angola, José Luís Silva.

O responsável da KPMG falava nesta terça-feira, 01, durante uma conferência que serviu para apresentar o estudo sobre o desempenho do sector financeiro em Angola entre 2009 e 2010, que abrangeu 14 das 23 instituições financeiras e bancárias existentes no país.

Segundo José Silva, os efeitos da conjuntura menos interessante (crise económica e financeira) vivida em 2008 e 2009, provocaram alguma desaceleração do crescimento do sector financeiro, trazendo outra realidade para o sector bancário angolano que incidiu num forte crescimento do crédito vencido.

“Obviamente que este rácio varia de banco para banco, mas em média alguém que apresenta já um indicador de crédito vencido sobre o total de cinco por cento, começa a ser de alguma preocupação e seguramente merecerão do sector financeiro um particular cuidado”, frisou.

O estudo, que cobriu 92% do total dos activos do sector financeiro em Angola, tem como base informações fornecidas pelo BNA e bancos operadores, a Empresa Interbancária de Serviços (Emis), Ministério da Economia, Banco Mundial, FMI e a Associação de Bancos de Angola (Abane).

“A performance do sector financeiro foi, em 2010, enquadrada por uma retoma do crescimento económico”, sublinhou José Luís Silva, para quem esse crescimento teve como suporte “uma evolução favorável do preço do petróleo, permitindo que a economia crescesse ligeiramente mais acelerada comparativamente a 2009”. No entender da KPMG, a economia angolana continua a depender do petróleo, mas esse peso relativo tem vindo ano após ano a reduzir a sua predominância, com a diversificação.

No entanto, assinalou que esta diversificação não afasta o crescimento do sector bancário, que pesa alguma coisa na estrutura do PIB angolano.

“O Sector bancário voltou, em 2010, a ser um sector bastante dinâmico, com crescimento forte, suportado no investimento significativo da rede de balcões que cresceu para 830 unidades, correspondente a abertura média de 12,5 novas agências por mês”, referiu.

Este crescimento de balcões foi também acompanhado pelo aumento do número de colaboradores, cerca de 18% do crescimento do pessoal bancário, o que corresponde a uma criação de empregos muito significativa de 1700 novos postos de trabalho no sector financeiro em 2010, que no final desse ano empregou 11.300 pessoas.

Relativamente à evolução do sistema de pagamentos, manteve-se a tendência de crescimento continuado do volume médio mensal de transacções na rede Multicaixa, passando de 3,6 milhões de 2009 para 5,5 milhões (média mensal) durante 2010, indica o estudo.

Este crescimento foi suportado por um forte investimento no parque de ATM e TPA, com um crescimento de 26% e 60%, respectivamente, sendo que esta evolução implicou uma média mensal de disponibilização de ATM de 21jmês e de TPA de 379/ mês.

“Tudo isto são sinais de rápida disseminação dos serviços financeiros em Angola, actuando como suporte fundamental do desenvolvimento económico”, referiu.

O crescimento de activos representou 21% em 2010. O responsável da KPMG considera que são “números notáveis para a economia nacional”, especialmente para o sector financeiro, juntamente com o crescimento do crédito – que rondou os 18%. Em 2009 essa meta sofreu certa desaceleração, mas aquilo que os bancos investiram dos fundos que captaram, especificamente o crédito denotou um crescimento de 18%, num ritmo de cedência que atingiu 1,5 triliões de kwanzas. Relativamente à taxa de bancarização cresceu, em 2010, cerca de 11% mas continua, na visão da KPMG, a ser ainda bastante baixa.

“Esse crescimento tem sido notável, mas comparado com vários países da África Austral e outros países em vias de desenvolvimento resulta numa taxa bastante baixa”, afirmou José Silva.

2.6 Sector bancário cresce acima da economia em 2010

*Jornal expansão
04 de Novembro de 2011*

Apesar da permeabilidade da dinâmica dos agregados macroeconómicos, em 2010, o sector bancário angolano continuou a apresentar um acentuado crescimento da sua actividade, inclusive, acima da própria economia. Revela o estudo “Análise ao Sector Bancário Angolano” da consultora KPMG, publicado terça-feira última.

De acordo com a KPMG, o sector cresceu tanto em termos de dimensão, através de um aumento de cerca de 21 % dos activos, 18% em número de colaboradores e 22% em número de balcões abertos, tanto em rentabilidade, com o crescimento de 24% ao nível do produto bancário e de 24% do resultado líquido.

Devido à indisponibilidade das demonstrações financeiras de algumas das instituições, alegam os autores do estudo, apenas foi considerada uma amostra de 14 instituições bancárias, das 23 que operam no País. Não obstante isto, a consultora considera a amostra representativa, na medida em que caracteriza, “de forma fiel”, o sector bancário em Angola, sendo que se traduz em cerca de 92% do total de activos consolidados da banca nacional.

Apesar de cerca de 80% do mercado estar concentrado em cerca de 20% dos bancos, avança o estudo, tem vindo a observar-se alterações de quota de mercado, nomeadamente nas rubricas de activo, crédito e depósitos, estando os considerados cinco maiores bancos a perder quota relativa face aos restantes, representando uma intensificação do ambiente concorrencial.

No que à evolução do sistema de pagamentos diz respeito, segundo a análise do sector bancário nacional feita pela KPMG, manteve-se a tendência de crescimento continuado no volume médio mensal de transacções na rede multicaixa, passando de 3,6 milhões, em 2009, para 5,5 milhões de transacções (média mensal), durante 2010.

Este crescimento das transacções, sustenta, foi suportado por um forte investimento no crescimento do parque de ATM e TPA, com um crescimento de 26% e 60%, respectivamente, sendo que esta evolução implicou uma média mensal de colocação ou a disponibilização de ATM de 1/mês e de TPA de 379/mês.

Já a captação de recursos, manteve uma tendência de crescimento de 13,9%, ritmo inferior ao registado no ano anterior.

Quanto à composição dos depósitos, o estudo indica uma redução do peso dos depósitos à ordem, em contra-posição aos depósitos a prazo, que reforçaram o seu peso no total de depósitos de clientes, face ao ano anterior.

Concessão de crédito

Em 2010, o crédito concedido no universo dos bancos em análise cresceu na ordem dos 17,8%, registando também uma taxa de crescimento inferior à registada no ano anterior. A expressão que o sector bancário tem na economia (crédito concedido/PIE) é de 19,8%, valor semelhante a outras economias “baseadas” no petróleo,

mas ainda aquém dos valores observados noutros países. Conforme avança o relatório, o crédito vencido, em percentagem total, cresceu em 79,6%, situando-se o seu rácio sobre o crédito total nos 5,1%. No entanto, a transformação de recursos de clientes em crédito continuou a evoluir, fixando-se nos 53,6%. Embora ainda abaixo dos 100%, esta evolução traduz-se num 5,5 milhões Transacções médias mensais registadas na rede multicaixa, em 2010 maior aproveitamento dos recursos captados, dirigindo-os para soluções de financiamento.

Quanto à evolução do produto bancário, registou-se um crescimento de 24,2%, explicado sobretudo pelo forte incremento da margem financeira, que cresceu 53,2%.

Desafios do sector bancário em Angola

Segundo a KPMG, o contínuo desenvolvimento do sistema financeiro angolano, traduzido no aparecimento de novas instituições (nacionais e estrangeiras) a operar no mercado, a contínua tendência de “bancaização” da população, bem como a diversificação e o alargamento da oferta de produtos e serviços bancários, traduzem-se em novos e crescentes desafios para o sector bancário.

Para tal, sugere, torna-se fundamental a existência de uma estratégia concertada e adequada que permita a endereçar os importantes desafios que se avizinham, tanto numa perspectiva estratégica de negócio quanto de regulamentação e introdução de boas práticas internacionais.

2.7 Camponeses associados recebem microcrédito no negage

Jornal o país

04 de Novembro de 2011

Uíge – Cento e 19 camponeses de oito associações do município de Negage beneficiaram na Sexta-feira, 28 de Outubro, na referida localidade, de micro crédito do Banco Sol, no quadro do programa nacional de crédito de campanha agrícola 2011/2012, noticiou a Angop.

Na cerimónia de entrega de materiais agrícolas e outros bens aos associados, o responsável local do Instituto de Desenvolvimento Agrário, Pedro Alberto Pinto, disse que o valor global do micro crédito é de oito milhões 895 mil e 850 kwanzas. O valor em referência, disse, foi empregue já na aquisição de fertilizantes, sementes diversas, moto serras, moto bombas, pulverizadores, regadores, machados, limas, amendoim, feijão, botas de borracha, capas de chuva, bem como um vasto campo mecanizado de seis hectares de terra.

O responsável informou que outras famílias de quatro

associações da aldeia Cabala beneficiaram de instrumentos de trabalho no valor de dois milhões 30 mil e 250 Kwanzas e quatro outras da povoação de Cangundo receberam materiais agrícolas e outros bens avaliados em seis milhões 805 mil e 400 kwanzas.

Pedro Alberto Pinto informou ainda que no ano transacto, 34 camponeses associados das aldeias de Cangulo e Quisseque, município de Negage, beneficiaram de micro crédito do Banco de Comércio e Indústria, avaliado em oito milhões na aquisição de materiais agrícolas e outros bens, assim como uma área de mais de cinco hectares de terra preparada para desenvolverem a agricultura.

Ernesto Jorge, responsável das associações de camponeses da aldeia Cabala e também beneficiário do micro-crédito de campanha agrícola, mostrou-se satisfeito com o processo e salientou que o micro crédito vai ajudar na melhoria das condições de vida dos camponeses.

O administrador municipal adjunto do Negage, Jonas João, agradeceu, no acto da entrega simbólica, a boa vontade do Banco Sol por viabilizar o processo de desenvolvimento agrícola e pediu aos beneficiários que cumpram com o prazo estabelecido para o reembolso.

2.8 Mercado do Mota

Jornal O PAÍS

04 de Novembro de 2011

O Roque Santeiro saiu do lugar onde sempre esteve pelas razões que a seu tempo foram explicadas pela edilidade de Luanda, transferido a contra gosto para o distante Panguila. Hoje, depois de avaliados serenamente ganhos e perdas, há o assumir de que não terá sido, aquela, uma solução por ai além em termos de performance de gestão. Não é isso, porém, o que aqui nos traz.

Perscrutar o Roque Santeiro como célebre defunto espacial (à diferença do enredo que lhe dá o nome a partir do Brasil), significa seguir o rasto da massa vendedora, descobrir-lhes os caminhos das novas batalhas pela sobrevivência, ou seja, procurar desvendar o dayafter.

O poiso privilegiado dos antigos vendedores da gigantesca praça é – para lá da rota oficial que leva ao Mercado do Panguila, uns 20 km dali, e do hiper atabalhado “Arreiou Arreiou” em plena intersecção da Cónego Manuel das Neves com a Senado da Câmara -, um amontoado de vias no interior do próprio Sambizanga, muito perto do centro católico Dom Bosco. Diga-se quase que o mercado precisou apenas de cruzar o asfalto e evitar a 9ª esquadra da Polícia Nacional, tomando o espaço de

muitas ruas em sentidos diferentes – na perpendicular, na diagonal e até na oblíqua, dependendo apenas dos olhares – engordando o que no passado era um residual ponto de venda com bancadas de gente que detestava, se calhar, a imensidão turbulenta do Roque.

É assim que um tal de “Mercado do Mota” hoje se apresenta quase comoo sucessor ilegítimo do Roque Santeiro, não tendo, contudo, nem pujança nem glória para rivalizar com o mítico lugar que por décadas (quase) ditou o ritmo do melhor e pior da economia doméstica.

Rostos conhecidos e novatos de última hora juntam -se na balbúrdia do espaço alternativo, na busca incessante da fortuna como se fazia no velho mercado desmantelado, gabando se da sua condição de herdeiros felizes de uma experiência mercantil que historiadores e sociólogos levarão tempo a fixar nos cânones, de tão singular. Nós, com esta “viagem”, tentámos fazer o que se calhar nos competia, repisando aqueles destroços sentimentais, mais do que uma antiga mina produtora de riqueza avulsa.

2.9 Sem atrapalhar lucro dos bancos

Jornal a capital

05 de Novembro de 2011

Estes dados foram divulgados esta semana em Luanda num estudo apresentado pela consultora internacional KPMG, que faz constar que o número de bancos no país praticamente duplicou nos últimos cinco anos, tendo surgido desde 2005 uma dúzia de novas instituições. Em 2005, existiam apenas 11 bancos em Angola, hoje existem 23, três deles tendo emergido apenas em 2010.

A consultora KPMG adianta que a penetração do sistema bancário ainda é muito limitada, atingindo em 2010 apenas 11% de uma população presentemente avaliada em 18 milhões de pessoas. Percentagem ligeiramente inferior a adiantada pelo governador do BNA, José de Lima Massano, que fixar a taxa de penetração em 13%.

E isto apesar de meio mundo reconhecer os esforços desenvolvidos pelas instituições financeiras angolanas, tidos ainda assim como insuficientes. Até porque a taxa média de penetração nos países africanos, segundo a KPMG, ronda os 20%.

A boa notícia é que existe muito espaço para banca crescer, sobretudo no interior do país, segundo reconheceu o presidente da KPMG/Angola, José Luís Silva. Um potencial de crescimento que justifica, segundo J. Luís Silva, o “elevado ritmo de crescimento do investimento em infra-estruturas, sistemas e recursos humanos, de que é exemplo o reforço do sistema de pagamentos em ATM (Terminal Multicaixa) e de TPA (Terminal de

Pagamento Automático)”.
 Em 2010, o crescimento de ATM em Angola atingiu 26% (1.250 terminais), sendo que o TPA alcançou os 60% (12.140 terminais), com a entrada em funcionamento de 150 bancos comerciais, o que acrescidos dos 680 balcões de 2009, totaliza 830 no ano passado.

O presidente da KPMG/Angola adiantou que continua a registar-se uma tendência de crescimento continuado no volume médio mensal de transacções na rede multi-caixa, que passaram de 3,6 milhões em 2009, para uma média mensal de 5,5 milhões de transacções em 2010. Para atestar os resultados líquidos da banca angolana no último ano, basta referir os 24% acrescidos, segundo os números da KPMG.

Também como noutros sectores, constata-se que mais de metade dos balcões está concentrado na capital do país, abrindo muitas oportunidades de expansão nas províncias.

Mas é preciso dizer que relativa mente à eficiência, a KPMG faz uma avaliação global do cost-to-income negativa, com um aumento de 10% entre 2009 e 2010, totalizando os 49,7%. Trocando em miúdos, a banca continua a lucrar bem, mas proporcionalmente aos anos anteriormente considerados, menos, devido ao aumento dos custos operacionais com a abertura de novos balcões e recrutamento de maior número de empregados – mais de onze mil, segundo a consultora.

Para gáudio da banca angolana em Angola, apesar de tudo e contra as marés de outras latitudes, a chamada Rentabilidade dos Capitais Próprios, ainda alcançou os 30,3% em 2010.

Agora, do outro lado da moeda, isto é, para as famílias, os particulares, as empresas – talvez não exista uma imagem tão “luminosa” sobre o custo do dinheiro e a (in) eficiência e acesso aos serviços bancários.

2.10 Crédito malparado duplicou

Jornal AGORA

05 de Novembro de 2011

Os dados estão contidos num estudo da consultora Kpmg, apresentado em Luanda, destacando ainda a retoma do crescimento económico.

Na análise, salienta-se que o rácio do empréstimo por pagar sobre o crédito total aumentou em 2010 para 5,1%, comparativamente aos 2,83% registados em 2009. “O crédito vencido (fora do prazo de pagamento) atingiu, em 2010, níveis de alguma preocupação e que exigem especial cuidado do sector bancário”, defendeu José Luís Silva, representante da Kpmg em Angola.

Para enfrentar este problema, a auditora sustenta que se “deverá refinar a concessão de crédito, acompanhar e monitorizar estas operações e executar processos de recuperação de crédito em incumprimento eficazes. A retoma do crescimento fará diminuir o rácio alcançado no ano transato”.

A banca, sector infra-estruturante da economia, apresenta condições para consolidar o crescimento em “praticamente todas as rubricas de análise, activos, crédito, depósitos e resultados”.

O relatório partiu das informações disponibilizadas por 14 dos 23 bancos a operar no país, cinco dos quais representam cerca de 80% do mercado. Em termos de activos totais, os maiores são o Banco Africano de Investimentos (Bai), o Banco Espírito Santo Angola (Besa), o Banco de Poupança e Crédito (Bpc), o Banco Bic e o Privado Atlântico (Bpa).

A progressiva ‘bancarização’ das instituições analisadas, com a expansão da sua actividade mercê da abertura de novos balcões, distribuídos pelas 18 províncias, e o facto de apenas 11% da população estar ‘bancarizada’, representa, para os auditores, um sinal de que o “potencial de crescimento do sector é brutal”, podendo mesmo vir a duplicar a curto prazo.

Os desafios que se colocam ao sector bancário assentam na necessidade de uma “estratégia concertada e adequada”, tendo em vista dois pontos: a perspectiva estratégica de negócio e a regulamentação e introdução de boas práticas internacionais.

A economia permanece ainda bastante vulnerável à crise e à desaceleração económica externa, na medida em que o Produto Interno Bruto permanece muito dependente das receitas petrolíferas, não obstante o esforço de diversificação sectorial que tem sido levado a cabo pelo Executivo.

O crescimento que, em 2012, se prevê que seja de 12%, contra os 3,7% previstos pelo Fundo Monetário Internacional para 2011, oferece as condições para o consequente crescimento e desenvolvimento da banca comercial.

2.11 Fiscais gatunos

Semanário AGORA
05 de Novembro de 2011

Este triste e folclórico espectáculo público de os fiscais do governo de Luanda abocanharem -se dos produtos dos vendedores de rua já ganhou calos nas mãos e não há forma de se lhe pôr um ponto final.

Quando se fala em fiscais ou fiscalização é no pressuposto de que eles, além de fiscalizarem, aplicariam as respectivas multas com os respectivos comprovativos para se pagar.

Com os vendedores ambulantes ou chamados de rua sucede, apenas, que lhes são açambarcadas tudo o que vendem, ficando simplesmente a verem navios. Os produtos atiram-se para os jipes da fiscalização, originando, sobretudo da parte das senhoras, uma correria desenfreada para alcançar as viaturas, na esperança de saberem para onde são levadas as ‘imbulas’.

Na ordem das prioridades dos fiscais, na verdade, deviam invertê-las. Vender umas ‘bunjingangas na via pública, como pastas, cuecas ou vernizes em nada periga a saúde das pessoas. Isto já desperta o ‘apetite’ dos fiscais que fecham os olhos à venda de ‘santes’ de vários tipos (galinha, mortandela ou até a atum) em bacias plásticas misturadas com as areias espalhadas pelas viaturas circulantes.

Isso, sim, é um verdadeiro atentado à saúde pública!

Nos últimos tempos, menos actuantes já vão sendo os fiscais em relação às ‘kinguilas’, senhoras de pernas ao léu que literalmente inundam Luanda do negócios das notas verdes. Neste caso particular já nos vimos fartando de sugerir ao governo de Luanda a introdução de uma taxa para os vendedores de dólares nem que fosse para criar neles o sentido daquele mínimo de ligação com a legalidade dos mais insignificantes negócios de rua.

É populismo e demagogia mais argumentar-se que as ‘Kinguilas’ são umas pobrezinhas que nem sequer uma taxa de 10 mil kwanzas anuais podem suportar, devendo pagar um valor muito inferior os ardinás e outros vendedores, igualmente devidamente identificados com próprio passe.

2.12 Programa do Executivo impulsiona comércio rural

Jornal de Angola
06 de Novembro de 2011

O escoamento dos produtos agrícolas do campo para os mercados vai, brevemente, ser processado com mais rapidez e em quantidade com a execução do Programa de Promoção de Comercio Rural (PPCR) que visa conceder crédito aos comerciantes, disse ao Jornal de Angola, o vice-governador da. Huíla para área Económica.

Sérgio da Cunha Velho acredita no êxito do programa criado pelo Executivo e nos resultados positivos a serem alcançados pelos pequenos e grandes agricultores assim como pelos antigos e novos comerciantes. Os produtos das várias zonas agro-pecuárias da província passam com a execução deste programa “a se ocupar exclusivamente da lavoura”.

Até ao momento, afirma o vice-governador, os agricultores exercem as tarefas ligadas a produção e a de comerciantes dos alimentos, facto que tem criado constrangimentos a vida dos homens do campo. “A vida de comerciante implica procurar bons mercados, dominá-lo, fazer boas parcerias e empenhar-se à venda dos alimentos. Há gente que não tem muita paciência para isso”.

Garantiu que o cultivo de alimentos e o seu escoamento, vão ser impulsionados, com o Programa de Promoção de Comercio Rural por conceder financiamentos aos antigos e novos comerciantes para adquirir a produção do campo e colocá-los nos mercados de vários pontos da província, quiçá do país.

Sérgio da Cunha Velho que se reuniu com os representantes dos bancos comerciais operadores do fundo, nomeadamente BPC, Banco Sol, BAI e BCI, explicou que o propósito do programa é de extrair o excedente agro-pecuário dos camponeses, agricultores, criadores de animais e outros.

Segundo o governante, os estudos preliminares sobre os operadores feitos em vários pontos da província da Huíla determinaram 230 comerciantes na área grossista e retalhista, respectivamente, a serem envolvidos neste processo.

Alguns comerciantes com actividade interrompida por falência, vão reanimar os seus negócios e recuperar as infra-estruturas. O novo programa do Executivo, sublinha, implica dos produtores e comerciantes maior dinamismo e empenho. Urge aumentar, diversificar as culturas e apostar na qualidade do remanescente destinados a venda. Os grossistas e retalhistas devem ter em conta as exigências dos mercados.

Argumentou que a reactivação dos centros de consumo e agro-industriais capacitados para absorver e transformar os produtos horto-frutícolas, são prementes para a capitalização dos camponeses e agricultores, fomento do cultivo em quantidade e qualidade e repovoamento animal.

O vice-governador para área Económica, fez saber que os municípios do norte constituem o celeiro da província, por estar em reactivação as zonas antigamente consideradas como triângulo do milho, notadamente em Caluquembe, Chicomba e Caconda e, haver também produção considerável diversificada na Humpata, Quipungo; Cuvango e Matala.

Bancos já têm recursos

Os bancos comerciais operadores do Programa de Promoção de Comercio Rural, já têm disponíveis os recursos financeiros para o inicio da actividade com os grossistas e retalhistas da província da Huíla, estando o valor para o crédito quantificado em dois milhões e 400 mil dólares.

A coordenadora provincial de Micro-Finanças do BPC na Huíla, Prudência Agustina disse, terça-feira, que já estão disponíveis para cobrir as despesas, nesta primeira fase, um milhão de dólares..

Os comerciantes com o expediente organizado podem recorrer ao banco para inicio da avaliação das propostas. A medida que aumentar a aderência e os comerciantes exercerem a actividade com responsabilidade para o sucesso do programa, o Banco de Poupança e Crédito vai disponibilizar mais recursos, Prudência Agustina garantiu que as taxas a serem aplicadas por cada financiamento são bonificadas e os prazos negociados.

O Banco Sol e o Banco Africano de Investimentos têm disponível um milhão de dólares e 400 mil dólares, respectivamente. Os especialistas destas instituições estão mobilizados para prestar assistência técnica aos empresários organizados para o recurso ao crédito impulsionador do comércio rural. Por sua vez, o director provincial do Comércio na Huíla, Fernando Calolas, informou que já se averiguou o estado actual das infra-estruturas dos estabelecimentos comerciais das zonas rurais da província e, apurou que apesar das melhorias necessárias em alguns imóveis, há condições de funcionamento.

De acordo com o director, três equipas técnicas foram constituídas para prestar acessória aos comerciantes dos municípios. Os técnicos vão estar disponíveis para a correcção de certas práticas prejudiciais a actividade comercial, identificar problemas e superá-los, entre outras questões.

Agricultores mais animados

O crédito a ser disponibilizado aos comerciantes através do Programa de Promoção do Comercio Rural (PPCR),

anima os agricultores com parcelas de terras lavradas em vários pontos da província da Huíla, por solucionar o dilema do escoamento dos produtos registado principalmente na época das safras. Francisco Domingues explora as terras férteis ao longo do perímetro irrigado da Matala, onde cultiva enormes quantidades de batata rena e hortaliças.

Explicou que os produtores já estão preocupados com o escoamento da batata, tomate e repolho que está neste momento a ser colhida nas zonas produtivas do município. O agricultor considerado como um dos maiores produtores do tubérculo da localidade em referência, revelou que está prevista a colheita de sete mil toneladas de batata rena produzidas em 456 hectares irrigados regularmente pelo canal de irrigação da barragem da Matala. Estas quantidades, disse Domingues, leva a cada produtor a procurar mercado para escoar os alimentos do campo, facto que as vezes se torna difícil devido a concorrência com o produto importado. A dificuldade de escoamento faz com que a batata e outros se deteriore, significando perdas avultadas aos agricultores.

Defende que a salvação está no Programa de Promoção do Comercio Rural concebido para financiar os comerciantes que vão adquirir o excedente e encaminhar aos mercados de vários pontos do país com o fim de comercializar. A iniciativa do Executivo vem em boa altura pela razão -da produção agro-pecuária aumentar a cada ano. Feliciano Miguel, um produtor com enormes espaços com plantações de tomate nas proximidades do rio Giraúl, na província do Namibe, considera oportuno a aquisição de veículos com sistemas de frio para transportar em condições adequadas a batata e hortaliças. “E preciso financiar a compra de camiões com câmaras frigoríficas para evitar que sejam expostos ao sol ou calor os produtos do campo com pouca resistência”, afirmou Feliciano Miguel, tendo exortado aos comerciantes maior dinamismo, empenho e necessidade de trabalhar com gosto e destreza.

Miguel, esperançado com o desenvolvimento agro-pecuário, afirmou que materialização do programa, desafoga um pouco as actividades dos agricultores e separa as tarefas de lavoura e de comerciante. Vamos agora prestar mais atenção ao processo produtivo e diversificação das culturas.

Q produtor apelou as unidades hospitalares, instituições com refeitórios como clubes desportivos, lares de estudantes, centros infantis, forças da defesa e segurança, fabricas e outros, a aliar-se ao programa para dar maior dinâmica a absorção da produção nacional destinada ao consumo.

O Executivo, sublinhou Feliciano Miguel, criou um projecto que vai valorizar cada vez mais os produtos nacionais, encoraja a todos os produtores a prosseguir, motiva o aumento das áreas de cultivo, um facto que exige a participação e entrega de todos os cidadãos com visão de fortalecimento e desenvolvimento produtivo.

2.13 Milhares de camponeses na Lunda-Norte beneficiam em breve de crédito agrícola

Jornal de Angola

09 de Novembro de 2011-12-16

O governador provincial da Lunda-Norte, Ernesto Muangala, revelou, no Dundo, que cerca de 14.000 camponeses da província vão beneficiar, brevemente, de crédito agrícola de campanha, com vista a aumentarem os níveis de produtividade e melhorar a qualidade de vida nas comunidades rurais.

O governador Ernesto Muangala referiu que o Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza neste momento encontra-se na secretaria do Banco de Poupança e Crédito (BPC), aguardando-se pela homologação de um total de 96 projectos de camponeses locais.

O responsável mostrou-se preocupado com a fraca adesão dos camponeses locais ao Crédito Agrícola de Campanha, tendo defendido a necessidade dos mesmos aproveitarem a iniciativa do Executivo, que tem como finalidade ajudar os cidadãos a participar no processo de desenvolvimento económico e social da região.

Ernesto Muangala salientou que o referido crédito vai permitir o desenvolvimento das comunidades rurais, assim como o relançamento da produção agrícola, no âmbito do Programa de Combate à Fome e Redução da Pobreza.

“Agora mais do que nunca, os nossos camponeses têm a oportunidade de poderem incrementar os seus níveis de produção e, por isso, devem aderir a este pacote financeiro”, apelou o governador Ernesto Muangala, que anunciou que o lançamento oficial da entrega do crédito acontece, no município de Xá-Muteba, nesta semana.

O governador Ernesto Muangala pediu também aos administradores municipais para imprimirem maior dinamismo a nível dos comités de pilotagem, com vista a permitir que mais camponeses beneficiem de financiamento, a partir da próxima campanha agrícola. O gerente do BPC no Dundo assegurou que a instituição tem todas as condições criadas para que os camponeses beneficiem do financiamento, a partir desta semana.

Vitorio Lopes Ngugi disse que a nível da Lunda-Norte,

o processo de concessão de crédito está a ser conduzido em quatro balcões, localizados nos municípios de Xá-Muteba, Lucapa, Cambulo e o balcão do Chitato, que tem a missão de gerir todo o sistema.

Mas, além das referidas agências, o gestor disse que o banco criou uma outra, na localidade do Cacolo, na província da Lunda-Sul, para atender os camponeses dos municípios do Lubalo, Cuílo e Caungula, tendo em conta o factor proximidade.

Vitorio Lopes Ngugi afirmou que todos os documentos remetidos ao banco foram viabilizados e, neste momento, estão a ser notificados os requerentes para que iniciem o processo de criação de contas bancárias, aguardando-se, também, pela assinatura de contratos com os potenciais fornecedores de inputs agrícolas.

Destacou os municípios do Xá-Muteba, Cuango e Capenda Camulemba como sendo os que estão mais avançados em termos de regularização dos processos dos camponeses associados, junto do Banco.

Falta de documentação

Sobre os motivos do atraso na concessão de crédito, o responsável esclareceu que a morosidade deveu-se a uma série de lacunas registadas nalguns documentos remetidos ao BPC, com particular realce para o plano de necessidades dos associados, que é acompanhado da factura assinada pelo empresário que garante o fornecimento de materiais agrícolas.

O Crédito Agrícola de Campanha, esclareceu Vitorio Lopes, consiste em dois pacotes. O primeiro visa financiar acções de exploração durante uma época agrícola, enquanto o outro tem a ver com os custos da aquisição de instrumentos agrícolas e sementes para as culturas prioritárias, de acordo com a realidade de cada região.

O gerente do BPC revelou que o valor máximo a conceder equivale a 5.000 dólares, convertidos em kwanzas, por beneficiário, com uma taxa de juro estimada em cinco por cento. O empréstimo, afirmou, deve ser reembolsado num período de dez meses.

O responsável bancário disse que objectivo do empréstimo, consubstanciado na aquisição de equipamentos fixos, como máquinas; motobombas, catanas, enxadas e outros equipamentos destinados ao apoio dos camponeses organizados em cooperativas e associações, visa incentivar o aumento do rendimento familiar.

Vitorio Lopes afirmou que o crédito tem ainda a missão de melhorar a qualidade de vida das comunidades rurais, no quadro dos programas locais de combate à fome e redução da pobreza.

Celeridade na atribuição

O presidente da União Nacional dos Camponeses de Angola (UNACA), na Lunda-Norte, solicitou maior celeridade na atribuição do Crédito Agrícola de Campanha, com vista a facilitar a actividade dos camponeses locais.

Daniel Mutambuleno disse que, em função da morosidade que se regista na disponibilização do financiamento, os camponeses locais continuam a clamar por apoios, mormente para a aquisição de instrumentos de produção, sementes e fertilizantes.

O presidente da UNACA alertou que a morosidade na atribuição do crédito tem concorrido negativamente no incremento da produção agrícola a nível de toda a província da Lunda-Norte e pode comprometer, sobretudo, a presente campanha, naquela parcela do país, onde são cultivados essencialmente a mandioca, milho, feijão, horto-frutícolas, batata-doce e amendoim.

Neste momento, estão a ser promovidos encontros entre as administrações municipais, os técnicos da direcção provincial da Agricultura e Desenvolvimento Rural e responsáveis de associações e cooperativas agrícolas, com a finalidade de se acelerar o processo de apresentação da documentação necessária e o “acompanhamento subsequente a ser dado para a normalização dos créditos junto dos bancos, segundo o presidente da União Nacional dos Camponeses de Angola, na Lunda-Norte.

2.14 Crédito concedido é inferior ao disponível

Jornal de Angola

11 de Novembro de 2011

O Banco Sol disponibilizou, este ano, crédito avaliado em 500 milhões de dólares norte-americanos, para apoiar iniciativas de investimento público e privado em todo o país, informou o presidente da Comissão Executiva da instituição, Coutinho Nobre Miguel.

Em declarações à imprensa, na quarta-feira, em Ndalatando, Coutinho Nobre Miguel anunciou que, para além do crédito já concedido, o Banco Sol dispõe ainda de 330 milhões de dólares até ao final do mês de Dezembro.

Por seu turno, o valor dos depósitos obtidos até esta altura do ano nas 89 agências que possui situa-se em um milhão e 350 mil dólares, de acordo com a agência Angop.

Coutinho Nobre Miguel disse que, a nível dos serviços, o Banco Sol dispõe de vários pacotes de financiamento, com realce para o Crédito Agrícola de Campanha e de Investimento, para o Comércio Rural, à Mulher e Amigo do Sol.

O crédito Amigo do Sol foi estabelecido no quadro de uma parceria estratégica entre o banco e o Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social.

O presidente da Comissão Executiva do Banco Sol informou que a instituição está apostado no reforço da concessão crédito interno ao consumo, para o ramo automóvel, de investimento e apoio à micro, pequena e média empresa.

2.15 Bancarização em Angola é “gota de água no oceano”

Jornal semanário o continente

11 de Novembro de 2011

O processo de bancarização no país abrangeu, em 2010, apenas 11 por cento da população total (estimada em 18 milhões), não obstante os investimentos das instituições financeiras na expansão da actividade, com a abertura constante de novas agências pelas 18 províncias.

Essa realidade foi constatada pela KPMG, na sequência do estudo realizado sobre o desempenho do sector bancário em 2010, divulgado recentemente, em Luanda, concluindo que a cifra se encontra abaixo de outros países africanos ou economias emergentes, o que deixa antever o potencial de crescimento desse seguimento da economia.

Ao apresentar os resultados da referida “Análise ao Sector Bancário em Angola”, o presidente dessa empresa de auditoria no país, José Luís Silva, sublinhou que o sector continua a apresentar inúmeras oportunidades de crescimento e desenvolvimento, tendo como referência a baixa taxa de penetração de serviços bancários.

“Para incentivar este potencial de crescimento têm-se mantido um elevado ritmo de crescimento do investimento em infra-estruturas, sistemas e recursos humanos, de que é exemplo o reforço do sistema de pagamentos em ATM (Terminal Multicaixa) e de TPA (Terminal de Pagamento Automático)”, avançou. Neste particular, o presidente da KPMG informou que o crescimento de ATMs em 2010 rondou 26 por cento (mil e 250 terminais), enquanto o de TPA fixou-se em 60 por cento (12 mil e 140 terminais).

Aliado a isso, 150 novos balcões de distintos bancos comerciais entraram em funcionamento, resultando no aumento de 680, em 2009, para 830 em 2010. Na mesma senda, disse que se manteve a tendência de crescimento continuado no volume médio mensal de transacções na rede multicaixa, passando de 3,6 milhões em 2009 para

uma média mensal de 5,5 milhões de transacções no ano seguinte. Esta evolução implicou uma média mensal de colocação/disponibilização de 21 ATMs e 379 TPAs. Salienta-se que (actualmente a taxa de bancarização a I nível do país atingiu já 13 por cento ~ da população, segundo o governador c do Banco Nacional de Angola (BNA), s José de Lima Massano.

Taxas de juros para financiamento da economia são altas

Quatro mil contas bancárias foram abertas nos bancos comerciais, desde que foi lançado há mais três meses o “Deposito Bankita”, com valor mínimo de 100 kwanzas, no âmbito e do programa de educação financeira, a lançado pelo Banco Nacional de Angola (BNA), anunciou o governador r do Banco Central, José de Lima Massano. O gestor reconheceu ser difícil ter um sistema financeiro forte quando 87 por cento da população se encontra ainda fora do sistema bancário. Por esta razão, disse que vão continuar a promover campanhas de sensibilização para que mais pessoas possam aceder aos serviços bancários. Disse estar a trabalhar com os bancos comerciais, no âmbito da expansão bancária em todo o país, para o surgimento da figura do correspondente bancário ali onde ainda não há a possibilidade de implantar um balcão, com toda Infra-estrutura necessária. Reconheceu que as taxas de juros, para financiamento da economia, ainda são altas, tendo informado que as taxas de juros têm estado a cair, embora não com a celeridade requerida. José Massano esclareceu, por outro lado, que os juros para empréstimos de investimentos rondam a volta de 17 por cento, enquanto para o crédito ao consumo são ainda mais altos.

2.16 Apenas 11% dos angolanos têm conta bancária

Jornal agora
12 de Novembro de 2011

Em Angola, apenas 11 % da população tem conta bancária um dado que prova que a penetração dos serviços financeiros no país é ainda muito baixa mas que sinaliza grandes oportunidades de crescimento para o sector da banca, diz um estudo da KPMG apresentado, em Luanda e Lisboa

A expansão da banca em Angola não aborou, porém, em 2010: a rede de ATM (multicaixa) subiu 26% para 1.250 terminais, a de TPA (terminais, portáteis de pagamento) aumentou 60% para 12,1 mil terminais.

No ano passado, abriam ainda 150 novos balcões, elevando para 830 o total de dependência bancárias sendo criados 1.747 novos postos de trabalho, mais 18% do

que em 2009. A banca angolana emprega hoje mais 11 mil funcionários, refere o estudo da KPMG. Mas não é só em recursos humanos e dimensão que a banca em Angola está a crescer. No ano passado, os lucros do sector subiram 24%, os activos 21% e o produto bancário 24% face ao ano anterior.

Apesar das grandes oportunidades de crescimento e da maior concorrência, o mercado bancário angolano continua muito concentrado. Cinco instituições controlam 80% de um mercado com mais de duas dezenas de players. Em termo de activos, o Banco Africano de Investimento, o Banco Espírito Santos de Angola, o Banco de Poupança e Crédito, o Banco de Fomento Angola e Banco BIC são os cinco maiores.

O sector tem ainda fraca expressão na economia: o crédito concedido representa cerca de 19% do PIB, um valor normal para países fortemente dependentes do petróleo, mas longe de outros estados, adianta o documento. O rácio de transformação (peso de crédito sobre os depósitos) é apenas de 53%,6 que compara com 140% existente em Portugal, por exemplo. Os responsáveis da KPMG salientam que o Banco Nacional de Angola (BNA) será um elemento chave para suportar o desenvolvimento futuro do sector assegurando a supervisão do sistema e aproximando-a, cada vez mais, dos padrões internacionais.

2.17 Crédito agrícola «sem» camponeses

Semanário Angolense
12 de Novembro de 2011

A fraca adesão dos camponeses da Lunda-Norte ao crédito agrícola de campanha levou o governador a província, Ernesto Muangala, a manifestar preocupação. Em declarações ao Jornal de Angola, recentemente, o mandatário provincial disse que o Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza neste momento encontra-se na secretaria do Banco de Poupança e Crédito (BPC), aguardando-se pela homologação de um total de 96 projectos de camponeses locais.

O chefe do executivo local deixou expresso que os administradores municipais devem imprimir também os seus esforços a nível dos comités de pilotagem, com vista a permitir que mais camponeses beneficiem de financiamento, a partir da próxima campanha agrícola.

Por seu lado, o gerente do BPC no Dundo assegurou que a instituição tem todas as condições criadas para que, em breve, os camponeses beneficiem do financiamento. Muangala indicou que, cerca de 14.000 camponeses da província vão beneficiar desse crédito agrícola de campa-

nha, com vista a aumentarem os níveis de produtividade e melhorar a qualidade de vida nas comunidades rurais.

2.18 Poupança pode ser um bom negócio

Semanário Angolense
12 de Novembro de 2011

Há três anos que Marcos Paulino é cliente de um dos maiores bancos do mercado nacional e se diz satisfeito com as tarifas praticadas por aquele estabelecimento. Segundo ele, é como investir e ganhar. «Este banco tem-me ajudado muito, eu no hesito em investir o meu dinheiro para poupar, porque sei que só saio a ganhar. O meu dinheiro multiplica, por isso aconselho os outros a seguirem o mesmo exemplo, porque não se vão arrepende» afirmou o usuário.

Em Angola, um país em franco crescimento cidadãos como Marcos Paulino estão a ganhar a partir de uma certa competitividade, particularmente entre os bancos, cada dia que passa. As instituições bancárias vão criando, entre outros serviços, algumas facilidades de créditos de poupanças. É sobre o rendimento das poupanças que este fez uma pequena sondagem por alguns bancos da nossa praça, onde verificou a concorrência que existe entre eles, trazendo ao leitor um esboço geral desse quadro.

O Banco de Fomento Angola (BFA), um dos líderes do mercado angolano, tem dois modelos de poupança, sendo a primeira designada «auto rendimento», dirigida aos depositantes de um valor mínimo de 80 mil Kwanzas, ou o equivalente em dólar, tendo como taxas de crescimento 1.25%, em 90 dias, e 4.5%, em 180 dias. Sendo a poupança em dólares, as taxas são de 1.50%, em 30 dias, e 3.5%, em 90 dias.

O segundo modelo de poupança do referido banco é designado «super poupança», em que o valor mínimo a depositar é de 10 mil dólares ou o equivalente em Kwanzas. Em 30 dias, a taxa de rendimento é de 1.25%, já em um ano, está estimada em 2.25%. Caso o cliente prefira abrir a conta em Kwanzas, as tarifas de rentabilidade são de 5% em 180 dias, e de 5.5%, em 360 dias.

No Banco Africano de Investimentos (BAI), a oferta que se apresenta é quase a mesma. Existem também dois modelos para aplicações a prazo, sendo um o «rendimento crescente», com volume de crescimento de 5 a 7%, em Kwanzas, e de 4 a 5%, em dólar, para uma aplicação mínima de 100.000 Kwanzas ou o correspondente em dólar.

O segundo modelo de aplicação do mesmo banco é «conta depósito a prazo», que vem facilitar os cidadãos

que têm menos posses, porque a sua aplicação é a partir de 50.000 Kwanzas ou o mesmo valor em dólar, com taxas de rentabilidade entre 3 e 5% em Kwanzas e 3 a 4% em dólares.

O Banco BAI, de acordo com a sondagem, parece oferecer algumas vantagens em relação às outras instituições bancárias constatadas. Como tal, esse banco permite rentabilizar a poupança em até um ano, enquanto os seus concorrentes o fazem em até 180 dias. Também se verifica o facto de o cliente poder interromper a progressão da poupança antes do prazo pré-estabelecido.

Segundo o que constatámos, Banco Internacional e Crédito

(BIC) não é «muito ligado» ao rendimento na poupança, uma vez que tem um único modelo desse serviço para a sua clientela. O valor mínimo a depositar não foge à regra da maioria dos bancos. São 100 mil Kwanzas ou o equivalente em dólares, enquanto as cifras de rendimento das contas, num tempo entre 30 e 180 dias, são de 2 a 3%, em Kwanzas, e 4 a 5%, em dólares, caso que mostra uma mais-valia das poupanças na moeda estrangeira em questão.

Ainda no BIC, apurámos que a «conta banquita», do programa de inclusão bancária do Banco Nacional de Angola, que já está em vigor há alguns meses, conforme a política interna desse estabelecimento, é aceite apenas nos balcões das outras províncias, uma vez que se julga atingir com maior proporção as zonas rurais.

Na capital do país, a abertura de qualquer conta continua a depender do montante estipulado pelo próprio banco e não dos 100 Kwanzas, valor mínimo estabelecido pelo BNA para abrir uma «conta banquita».

Sendo o Banco de Poupança e Crédito (BPC) um dos líderes do mercado financeiro angolano, não gostaríamos de o deixar de fora dessa sondagem. Tal como no EIC, esse estabelecimento tem apenas um único modelo de poupança, mas com uma das melhores taxas de rendimento do mercado, que é uma única, tanto para o tempo da poupança, quanto para as contas feitas em Kwanzas ou em dólares. A renda dos depósitos de poupança, em aplicações mínimas de 100 mil Kwanzas (ou o correspondente em dólar), está na ordem dos 11.5%, num tempo que varia de 30 a 90 dias.

O rendimento em poupança é um modelo de vantagem que os bancos oferecem, em que o cliente aplica o dinheiro e este vai crescendo consoante as tarifas estabelecidas por cada instituição bancária. Quanto mais dinheiro é aplicado, mais tempo o dinheiro fica no banco e maior será o rendimento que terá.

2.19 Milhares de camponeses na Lunda-Norte beneficiam em breve de crédito agrícola

Jornal de Angola

09 de Novembro de 2011-12-16

O governador provincial da Lunda-Norte, Ernesto Muangala, revelou, no Dundo, que cerca de 14.000 camponeses da província vão beneficiar, brevemente, de crédito agrícola de campanha, com vista a aumentarem os níveis de produtividade e melhorar a qualidade de vida nas comunidades rurais.

O governador Ernesto Muangala referiu que o Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza neste momento encontra-se na secretaria do Banco de Poupança e Crédito (BPC), aguardando-se pela homologação de um total de 96 projectos de camponeses locais.

O responsável mostrou-se preocupado com a fraca adesão dos camponeses locais ao Crédito Agrícola de Campanha, tendo defendido a necessidade dos mesmos aproveitarem a iniciativa do Executivo, que tem como finalidade ajudar os cidadãos a participar no processo de desenvolvimento económico e social da região.

Ernesto Muangal salientou que o referido crédito vai permitir o desenvolvimento das comunidades rurais, assim como o relançamento da produção agrícola, no âmbito do Programa de Combate à Fome e Redução da Pobreza.

“Agora mais do que nunca, os nossos camponeses têm a oportunidade de poderem incrementar os seus níveis de produção e, por isso, devem aderir a este pacote financeiro”, apelou o governador Ernesto Muangala, que anunciou que o lançamento oficial da entrega do crédito acontece, no município de Xá-Muteba, nesta semana.

O governador Ernesto Muangala pediu também aos administradores municipais para imprimirem maior dinamismo a nível dos comités de pilotagem, com vista a permitir que mais camponeses beneficiem de financiamento, a partir da próxima campanha agrícola. O gerente do BPC no Dundo assegurou que a instituição tem todas as condições criadas para que os camponeses beneficiem do financiamento, a partir desta semana.

Vitorio Lopes Ngugi disse que a nível da Lunda-Norte, o processo de concessão de crédito está a ser conduzido em quatro balcões, localizados nos municípios de Xá-Muteba, Lucapa, Cambulo e o balcão do Chitato, que tem a missão de gerir todo o sistema.

Mas, além das referidas agências, o gestor disse que o banco criou uma outra, na localidade do Cacolo, na província da Lunda-Sul, para atender os camponeses dos municípios do Lubalo, Cuílo e Caungula, tendo em conta o factor proximidade.

Vitorio Lopes Ngugi afirmou que todos os documentos remetidos ao banco foram viabilizados e, neste momento, estão a ser notificados os requerentes para que iniciem o processo de criação de contas bancárias, aguardando-se, também, pela assinatura de contratos com os potenciais fornecedores de inputs agrícolas.

Destacou os municípios do Xá-Muteba, Cuango e Capenda Camulemba como sendo os que estão mais avançados em termos de regularização dos processos dos camponeses associados, junto do Banco.

Falta de documentação

Sobre os motivos do atraso na concessão de crédito, o responsável esclareceu que a morosidade deveu-se a uma série de lacunas registadas nalguns documentos remetidos ao BPC, com particular realce para o plano de necessidades dos associados, que é acompanhado da factura assinada pelo empresário que garante o fornecimento de materiais agrícolas.

O Crédito Agrícola de Campanha, esclareceu Vitorio Lopes, consiste em dois pacotes. O primeiro visa financiar acções de exploração durante uma época agrícola, enquanto o outro tem a ver com os custos da aquisição de instrumentos agrícolas e sementes para as culturas prioritárias, de acordo com a realidade de cada região.

O gerente do BPC revelou que o valor máximo a conceder equivale a 5.000 dólares, convertidos em kwanzas, por beneficiário, com uma taxa de juro estimada em cinco por cento. O empréstimo, afirmou, deve ser reembolsado num período de dez meses.

O responsável bancário disse que objectivo do empréstimo, consubstanciado na aquisição de equipamentos fixos, como máquinas; motobombas, catanas, enxadas e outros equipamentos destinados ao apoio dos camponeses organizados em cooperativas e associações, visa incentivar o aumento do rendimento familiar.

Vitorio Lopes afirmou que o crédito tem ainda a missão de melhorar a qualidade de vida das comunidades rurais, no quadro dos programas locais de combate à fome e redução da pobreza.

Celeridade na atribuição

O presidente da União Nacional dos Camponeses de Angola (UNACA), na Lunda-Norte, solicitou maior

celeridade na atribuição do Crédito Agrícola de Campanha, com vista a facilitar a actividade dos camponeses locais.

Daniel Mutambuleno disse que, em função da morosidade que se regista na disponibilização do financiamento, os camponeses locais continuam a clamar por apoios, mormente para a aquisição de instrumentos de produção, sementes e fertilizantes.

O presidente da UNACA alertou que a morosidade na atribuição do crédito tem concorrido negativamente no incremento da produção agrícola a nível de toda a província da Lunda-Norte e pode comprometer, sobretudo, a presente campanha, naquela parcela do país, onde são cultivados essencialmente a mandioca, milho, feijão, horto-frutícolas, batata-doce e amendoim.

Neste momento, estão a ser promovidos encontros entre as administrações municipais, os técnicos da direcção provincial da Agricultura e Desenvolvimento Rural e responsáveis de associações e cooperativas agrícolas, com a finalidade de se acelerar o processo de apresentação da documentação necessária e o “acompanhamento subsequente a ser dado para a normalização dos créditos junto dos bancos, segundo o presidente da União Nacional dos Camponeses de Angola, na Lunda-Norte.

2.20 «Kilapi» para mobilar a casa

*Jornal semanario angolense
19 de Novembro de 2011*

O apelo da propaganda de uma loja de mobiliário, no Golf II, em Luanda, faz saber: «melhor qualidade com menor preço. Mas este chamamento atinge menos a atenção dos possíveis compradores do que o facto das compras serem pagas em duas partes iguais de 50%, como nos deu a entender o responsável pelas vendas do estabelecimento.

Com móveis 100% importados, de países como Portugal e Malásia, a loja permite que o comprador reconhecido por determinado critério, possa pagar metade do valor do produto no acto da compra e o restante da dívida ser quitado posteriormente, num período de tempo concordado entre o estabelecimento e o cliente.

Nas compras feitas com o pagamento parcelado há também a opção do comprador pagar no acto da aquisição uma determinada percentagem do total do custo sem no entanto levar o produto, que depois é entregue, ao domicílio, feito o pagamento da percentagem em débito.

Essa modalidade de crédito da praticada pela Merico Mobiliário, o chamado «kilapi», tão comum no comér-

cio informal, pelo que também observamos, e de acordo com o responsável da loja referenciada, permite aumentar o volume de vendas mesmo nos estabelecimentos legalmente formalizados quando praticada sob uma boa gestão.

Mas enquanto a loja do Golf II, ainda não trabalha com a parceria dos bancos, no que concerne aos financiamentos, em outras – como o Barateiro do Prenda e o Reis dos Móveis, em Viana vende-se sob esse conceito, com o crédito sujeito a aprovação do banco associado.

Entre os kits mais vendidos do estabelecimento da Viana, por exemplo, está o mobiliário completo de salas e de quartos que custam a partir de 199 mil kwanzas – valor que pode ser liquidado em 12 pagamentos de 19.900 Kwanzas. Clientes daquele mesmo município, das regiões do Camama e do Zango e até clientes de outras províncias, como Uíge e Malanje, recorrem ao financiamento bancário para concretizar a aquisição e recebem as compras em casa.

Essa possibilidade de obter o produto e abater a dívida da aquisição pouco a pouco, por mês, com a «ajuda» de uma instituição bancária financiadora, está a conquistar compradores e, pelas declarações de José da Silva, do sector de vendas da «Rei dos Móveis», está também a satisfazer as expectativas dos lojistas.

Nesse estabelecimento, com artigos importados de Portugal e da Itália, segundo o atendente, a concorrência é boa e o sistema de venda parcelado tem permitido maior «escoamento» dos produtos, se bem que os seus serviços que compõe entrega, montagem e pós-venda também façam muita diferença.

Para obter o micro-crédito

Para promover uma maior eficiência da política comercial que se assenta no fraccionamento do pagamento em compras dessa natureza – que de um modo geral, pode incluir uma gama diversificada de produtos que vai de móveis à matérias de construção, de ferramentas à maquinários – alguns bancos possuem um serviço de micro-crédito «dirigido».

O banco Millennium Angola é um exemplo dessas instituições. Entre os requisitos necessários para auferir-se de um crédito, tal como os demais bancos, figura a condição de ter uma conta domiciliada nesse estabelecimento, a comprovação salarial e o concurso de um avalista.

Entretanto, em conformidade com o seu próprio nome, é no Banco Bai Micro Financiamento (BMF) em que encontramos um serviço mais especializado nessa vertente. Qualquer interessado munido com a papelada

exigida – que integra entre os principais itens o comprovante salarial, um extracto bancário dos últimos seis meses da conta onde é domiciliado o salário e a factura pró-forma does) produto (s) desejado – tem um crédito ao seu alcance.

Soubemos que depois da aprovação da proposta de financiamento os interessados precisam desembolsar um mínimo de 200 dólares americanos, ou o valor correspondente em kwanzas, para abrir a conta no BMF – que é necessária para que os valores sejam disponibilizados.

Para o pagamento, que ao mesmo tempo é o reembolso do dinheiro emprestado através do micro-crédito, há um plano a honrar, com datas predefinidas para o efeito. Conforme informações do balcão desse banco credor, nos dias estabelecidos entre vender e comprador, o cliente levanta o seu dinheiro na conta do salário e deposita a parcela do pagamento do crédito na conta aberta no estabelecimento bancário.

3 MERCADO INFORMAL

3.1 Novo mercado a berma da estrada

Jornal semanari o angolense
03 de Novembro de 2011

Passar pela avenida Ngola Kiluange, próximo à fábrica da Cuca, tornou-se muito difícil, devido aos vendedores ambulantes que decidiram formar um novo mercado na zona.

Segundo o professor Adão Manuel, o mercado começou a formar-se há já algum tempo, mas na altura, nada foi feito, porque não se pensou que se iria tornar permanente, uma vez que, no princípio, era constituído por zungueiras que só ocupavam o local no período nocturno.

Desde a retirada do antigo «Roque Santeiro» as coisas mudaram, por isso, os professores se mostram preocupados com a saúde dos alunos, porque a situação tende a se agravar.

Depois que a localidade tornou-se num espaço comercial, com a abertura de mais lojas, dependências bancárias, e até três edifícios residenciais, passou a ser também mais frequentada. A situação está numa autêntica luta pela sobrevivência, onde comerciantes, taxistas e população em geral se debatem todos os dias.

Carlos Capita, morador do bairro, mostrou-se muito agastado com o problema. «Sinceramente, é muito triste ver isto aqui, temos de fazer um grande exercício para podermos passar. O que tem de lixo tem de pessoas e produtos, alguém tem de fazer alguma coisa», desabafou. A desorganização e o lixo causados pelos vendedores constituem os principais motivos de reclamação dos populares. Sendo paragem obrigatória para os taxistas, as coisas complicam-se muito mais ainda.

Maioritariamente constituída por mulheres, a praça da Cuca, como se diz usualmente, tem sido o único meio de sustento para muitas famílias. Os vendedores reconhecem que estão expostos ao perigo, mas, ainda assim, dizem que nada mais podem fazer porque os mercados estão todos cheios.

«As coisas estão complicadas em casa, por isso, se eu não vier aqui para vender, os miúdos não comem, as pessoas que passam por aqui compram alguma coisa que já dá para fazer jantar para os filhos, com perigo ou não, vou mesmo ficar aqui», frisou Delfina Andrade.

Segundo algumas fontes da administração municipal do Cazenga, há muito que o administrador proibiu a

venda nesse local, uma vez que as pessoas estão submetidas a muitos riscos e não têm licença para ali praticar comércio, mas apenas proibiram, não fizeram cumprir a interdição, ajudando as pessoas que lá se encontram.

Os munícipes têm opiniões diferentes sobre a situação, pois muitos pensam que os vendedores devem ser retirados do local, procurando o seu próprio rumo, tal como nos fala Domingos Bernardo. «Estas pessoas correm risco de vida, têm que sair daí o quanto antes, ninguém é culpado se ficaram sem espaço, porque o lixo que produzem e os gatunos que já vêm fazer das suas constituem perigo para nós também», afirmou.

Já Paula Francisco é de opinião que o governo deveria arranjar um local para essa população. «Penso que é mal vender na rua, por causa dos perigos a que estão expostos, mas, para este pessoal, é um mal necessário, por isso o governo deveria construir mais feiras ou fazer alguma coisa para não os deixar à deriva.»

O mercado não só dificulta os peões, mas também os alunos da escola primária nº 7012, porque os produtos são vendidos defronte ao portão desta instituição de ensino, e a poluição, tanto sonora como orgânica, prejudica.

Segundo alguns polícias, quando recebem ordens, eles expulsam os vendedores juntamente com os fiscais e a zona volta ao normal. Mas quando saem, os ambulantes regressam novamente e fazem das suas.

Os comerciantes dos mercados legalizados mais próximos dizem que os principais prejudicados nesta história são eles, que pagam impostos, sendo-lhes ainda roubados os clientes numa concorrência desleal. Dizem ainda que os fiscais deveriam ter soluções palpáveis, se não as coisas vão continuar na mesma.

Entre o caótico trânsito, a poluição e os perigos de vida, persiste o braço de ferro entre os polícias e os vendedores, numa autêntica luta pela sobrevivência.

3.2 Fantasmas do Roque Santeiro

Jornal O PAÍS
04 de Novembro de 2011

Corno nas horas seguintes às grandes devastações resultantes da incrível força da Natureza – terremotos, vulcões ou tsunamis –, o silêncio e a sensação do tempo que pára deixando atordoados lugares e pessoas, é o que há como novidade central quando se volta à grande parcela de terreno que durante anos foi o mercado Roque Santeiro, no coração do Sambizanga, em Luanda.

Atração fundamental do bairro que tem também ícones como o estádio Mário Santiago e o grupo carnavalesco União Operário Kabocomeu, mas igualmente muitos emblemas imateriais como a fama da sua marginalidade, custa a crer que o Roque Santeiro teve um fim e, com ele, o eclipsar de todo o seu buliçoso quotidiano de vendas, revendas, favores, traições, conflitos e demais catálogo de pequenos e grandes actos da sociologia de massas tornados desafios díceis de descodificar.

O lugar está hoje transformado num gigantesco descampado que mostra o que nunca deixou ver: os contornos de uma geografia apetecível para os sonhos e utopias de qualquer urbanista, com a sua sobracentra vista sobre o Atlântico, vendo entrar e sair navios na baía capitulina. Largos hectares que a multidão compacta transformava em insuficiente espaço de comércio, numa ilusão de óptica que dissimulava melhor ainda as suas virtudes e misérias. Ali cabiam os bons e a escória, os justos e os malvados, ajudando a montar, ano a ano, o cúmulo de lendas que inspiraram escritores, poetas, cineastas e os próprios homens da política e da Academia.

Seriam assim com certeza as granades feiras da Idade Média, que atraíam para espaços enormes de cidades em consolidação mercados de impérios próximos e afastados, na procura incessante do lucro, a alavanca que move a base de uma das actividades mais antigas e mais activas da civilização humana, o comércio.

Urna tenda solitária

Quase se podem ouvir os ruídos envergonhados dos fantasmas que agora povoam o Roque, depois que as: almas, muitos milhares delas, se dispersaram pela geografia que nunca se conseguirá estabelecer a rota, na perfeição. Parece um lugar ensombrado, meio localizado -na imaginação – entre o cemitério de corpos em repouso e os vales de cadáveres e pultos que se multiplicaram pelo país, na viciosa voragem das guerras passadas.

Há um desassossego e um silêncio incómodo no passeio que se faz por um lugar onde o barulho no ar, pregão simultâneo de milhares destes, as buzinas dos veículos motorizados que por ali se aventuravam nas estreitas passagens, constituíam a senhorial presença que não se foi afastando aos poucos mas acabou sob a forma de um rude corte.

Com o curso à memória ainda é possível situar onde funcionava a secção do mobiliário, com as suas camas, colchões, cadeirões, sofás, chegados de longe, enviados por gente que lá fora viveu das bonanças do Roque, mas boa parte deles saídos de ateliers domésticos ali mesmo montados, para testar a perícia e o engenho dos nossos; um pouco mais para lá, já quase a finalizar o perímetro na direcção de Cacucaco, o recanto dos materiais de

construção – madeiras, tintas, colas, pregos, martelos, blocos – alvo de um incêndio muito perto do momento em que a gigantesca praça se preparava para levantar ferro e acomodar-se longe dali, na zona do Panguila.

Bem no centro do mercado, a lembrança real de que nem tudo são fantasmas no velho Roque: uma tenda verde, sobrada provavelmente das muitas campanhas militares havidas, assume o lugar de honra que nunca teria nos tempos áureos do grande mercado, porque seria então apenas mais um ponto minúsculo, verde por um tempo, mas acastanhado poeirento pouco depois, pela força que o manto de sujidade tinha de moldar a paisagem à sua vontade.

De dentro da tenda olha-se para fora. Não parecem olhares de desconfiança num lugar que se tornou calmo, inofensivo, bendito, como se sobre ele impendessem os ares bons de um acordo de paz firmado para ser realmente cumprido.

Até os homens armados que protegem o local estão imbuídos do novo espírito do Roque, um mercado que deixou de o ser, um sítio onde a vida acabou e restaram apenas os seus pequenos mistérios. São generosos, acenam sem esperarem pela saudação do visitante intruso e não caem na tentação das perguntas que inibem uma peregrinação que sabem inabitual. Ver uma viatura por ali é também para os guardiães um alívio para as suas próprias angústias, perpassadas por silêncios de dia e de noite, como nos tempos em que a guerra tinha pausas à espera do ataque seguinte.

3.3 Candidatas a doentes de úlcera gastrica e tuberculose

*Jornal folha 8
05 de Novembro de 2011*

Trabalhadores de rua por força da circunstância têm uma alimentação que deixa a desejar e os coloca entre potenciais doentes das efermidades que têm como causa o défice alimentar. Tito Marcolino

Enquanto uns mata-bicham, almoçam, lancham e jantam, além de ter provarem qualquer coisinha antes de dormir para consolidarem o que puderam ingerir em defesa dos seus ricos e preciosos estômagos, os demais não mata-bicham, não almoçam e só jantam quando calha não por serem inimigos das três 3 refeições regulares de cada dia, mas sim, porque têm de madrugar para chegarem a tempo e horas aos locais em que compram mercadoria de negócio e não só mas também por terem de passar à acção logo após a aquisição.

Tal é o caso das peixeiras que por volta das 4 da madrugada têm de ir à praia “pegar” o peixe e em seguida

iniciar a venda da mercadoria na tentativa de vendê-lo o mais fresco possível. O mesmo acontece com os demais vendedores que a par da peixeira partem de casa cerca das 4 horas para regressarem somente entre às 18 e 19 horas, período em que, como é obvio, não cozinham, limitando-se a mentir a fome, comendo coisa fria e, como se não bastasse, de pé e em andamento.

Se os outros comem de maneiras a garantir saúde e com ela prolongarem as suas vidas, os que não comem candidatam-se, involuntariamente a criarem feridas nos estômagos. Ou seja, a doentes de ulcera gástrica, tuberculose e as demais que segundo os médicos são causadas pela má nutrição. Não há quem não saiba que mal alimentados tarde ou cedo adoecem e morrem.

Não é preciso ser-se enfermeiro ou médico para se atingir o entendimento básico de que os Angolanos e as Angolanas que desenrascam manjar a zungar não são saudáveis, em virtude de não poderem diariamente confeccionar e dizer sim, às três refeições universalmente estabelecidas como garantes da manutenção dos organismos humanos. Uma dessas pessoas é Catarina Coelho, peixeira que, como todas as outras, deixa a casa antes das 5 horas e apenas regressa por volta das 19 horas. “Tem que ser assim porque senão o negócio vai à baixo”, justificou o sacrifício, completado pela péssimas condições alimentares. “As vezes conseguiu comer, não também como se estivemos em casa, mas dá para matar a fome”.

É ponto assente que cedo ou tarde, os cidadãos como Catarina Coelho estão condenados a contraírem doenças tendentes a acelerarem-lhes. “Não temos outra escolha, mas todos vamos morrer”, consolou-se.

Quem também, em função do esforço da labuta, tem tido refeições que muito deixam a desejar, é Paulo Morais, engraxador, que resume a sua refeição diária em “uma e meia”. Ou seja, almoça, sendo que a comida compra por duzentos kwanzas (200 Kz) nos seguranças.

“É boa comida, eles (seguranças) recebem à mais e nos vendem a duzentos kwanzas”, conta para depois explicar a meia refeição. “A noite, se as coisas correm bem, compro um pão com salsicha ou um pincho para o jantar”, explica Paulo de 16 anos de idade que é órfão de pai e vive apenas com a mãe.

Fazendo fé as palavras de Paulo, a história dele assemelha-se de grande parte dos seus colegas, assim como dos lavadores de carro e “outros trabalhadores das ruas”, argumentou para depois responder que “às vezes enquanto” tem tido problemas do estômago.

“Tuberculose nunca tive, mas dor do estômago tenho às vezes enquanto, mas compro os comprimidos e passa”, explicou. Neste aspecto, a realidade de Paulo assemelha-

-se com de muitas outras pessoas que falaram à reportagem que, no entanto, também recolheu história de pessoas que já padeceram de tuberculose. “Temos duas colegas que faleceram desta doença, no sanatório”, explicou a zungueira Joana Nguimbi.

O referido cenário motiva alertar e aconselhar a quem de direito a desenvolver acções práticas destinadas à criação de empregos para os milhares de Angolanos feitos vendedores ambulantes em virtude de outro recurso de sobrevivência não terem.

Dispensa por outro lado ser adivinho para se poder chamar atenção ao facto que a não ser acautelado, arrisca-se ter em conta o défice de especialistas para o combate de muitas destas doenças na rede, já destas doenças na rede de saúde. Ainda têm de enfrentar as corridas dos agentes.

Por ser gratuito e, além disso, divertir os de mau senso sempre entusiasmados a estarem lá onde há “bilo” há por aí gente que aplaude. Que acha graça de presenciarem policiais a correrem de um lado para outro com as coitadas e os desgraçados dos negociadores de rua.

Não tem piada nenhuma e ainda POI cima reveste-se de um mal que irrita os cidadãos de bom senso para os quais é feio ver homens farda dos, de barba rija, num exercício para o qual não foram treinados. Não há quem acredite que haveria candidatos a agente da Polícia se de antemão soubessem que ser policial inclui brincar ao gato e ao rato com as esposas dos outros.

Com programa governamental devidamente concebido para a erradicação da presença de vendedores e mendigos de rua fazer-lhes-ia desaparecer para a tranquilidade dos agentes e não só, mas também dos ambulantes e da sociedade em geral envergonhada por pertencer a um País rico, mas desorganizado, ao ponto de ser incapaz de distribuir a riqueza excessiva que tem aos seus.

Com os empregos que se podem criar em abundância fruto das empresas instaladas e por instalar a partir da corrida desenfreada do interesse de muitos por investir em Angola ocupar-se-iam os desempregados, esvaziar-se-iam as ruas e conseqüentemente Angola deixaria de correr o risco que corre de preparar para o futuro uma sociedade de doentes que ninguém duvida não-de emergir do longo tempo de trabalharem como ambulantes e concomitantemente de candidatos a doenças que não é proibido adivinhar serão um bico de obra para o futuro próximo.

3.4 Casas da candonga dificultam comerciantes

Jornal folha 8

05 de Novembro de 2011

Mais de mil Kwanzas é quanto os proprietários dos quintais e casas de processos cobram diariamente aos vendedores que dependem daquele serviço.

Os moradores, residentes nos arredores do mercado estão á arrendar os espaços, porque é rentável, apesar de não oferecer condições de conservação da mercadoria. Os quintais e casas de processos dos mercados de Kicolo, Panga Panga, Asa Branca, Kwanzas, Arreio a e Catin Tom especulam os preços do arrendamento do estabelecimento. Para os comerciantes a prática dos proprietários está a complicar na arrecadação de lucros, motivo pelo qual estão a crescer as tarifas dos produtos, o que tem encarecido o bolso do consumidor. Maria Helena, vendedora do ex-mercado do Roque Santeiro, actualmente no Panga Panga, lamenta a condição em que se encontra. Sente também, a diferença de preço após extinção do mercado sito no município do Sambizanga “RS”. Para a comerciante de bolinhos, bombom frito com jinguba e kissangua, Doroteia Ndango, do mercado de Asa branca, declara ter pago a uns meses atrás 200 Kwanzas por dia para o armazenamento dos utensílios de trabalho, com a subida da tarifa, diz ser obrigada a atravessar mais de dois quilómetros e meio a pé, com o material de serviço à cabeça para poder ter algum lucro.

Esta prática já se verifica a alguns anos atrás, com a invasão dos estrangeiros, no arrendamento das residências próximo das estradas principais e terciárias, para serventia de lojas e armazéns. Muitos destes proprietários foram levados pela precária condição de vida. Segundo apurámos, as “casas de processo” surgiram em finais da década de 80, mas, segundo os seus proprietários, o negócio tende aumentar desde o encerramento do Roque Santeiro e a venda ambulante. Esta actividade ficou apelidada por «Processo», devido adesão dos comerciantes. Para além de guardarem os produtos dos vendedores, também prestam serviços aos comerciantes em trânsito para outros pontos do país.

Através da procura, os guardiões melhoraram os serviços, oferecendo condições de conservação de frescos e hortaliças.

Celestino Gama assume que o negócio é rentável, “estou a oferecer aos vendedores as melhores condições possíveis. De forma a não dificultá-los na comercialização dos produtos, porque não conseguiriam levar os haveres em casa, através da distância da praça”, declarou.

Os servidores cobram um valor entre 200 e 2000 Kwanzas por dia, dependentemente do produto.

Os mesmos levam em conta a quantidade, volume e o valor da mercadoria, de forma a determinar o valor da mercadoria.

Interrogado pela brusca subida de preço, Celestino Gama justificou que através da procura teve que contratar segurança e pagar a limpeza do recinto. Mais com o que ganha consegue sustentar a família.

Com excepção da segunda-feira, os restantes dias tem sido produtiva para aqueles que seguiram este negócio, Apesar disso, os vendedores propõem como solução um pagamento mensal, tendo em conta que muitas vezes o negócio não rende:

“E torna-se difícil atender ao mesmo tempo as quotas da administração do mercado e dos chamados processos”, especificou.

3.5 Autoridades preocupadas com a venda ilegal

Jornal de Angola

07 de Novembro de 2011

Boaventura Moura, director Nacional de Medicamentos, está preocupado com a venda ao público de fármacos sem controlo de qualidade. Os consumidores encontram produtos farmacêuticos sem comprovação científica, sem registo e que ainda não foram homologados em Angola. Para ultrapassar os problemas do sector, anunciou que está a ser criada uma lei mais abrangente e que vai completar a legislação existente.

Jornal de Angola – Os medicamentos importados entram e forma livre ou estão sujeitos à autorização de alguma instituição do Estado?

Boaventura Moura (BM) – Todos os produtos farmacêuticos carecem de uma autorização da Autoridade Reguladora do Sector Farmacêutico, além do controlo aduaneiro, da Inspeção Geral da Saúde e de outras Entidades fiscalizadoras.

JA – *A legislação necessita de actualização?*

BM – A legislação actual é recente, está adequada ao nosso contexto e regula a importação e comercialização dos produtos farmacêuticos e o exercício da actividade farmacêutica. Estamos já trabalhar numa Lei Farmacêutica de Angola, que vai ser mais abrangente.

JA – *Qual é a sua maior preocupação em relação o processo de entrada, distribuição e comercialização de medicamentos em Angola?*

BM – Como Autoridade Reguladora do Sector Farmacêutico Angolano, além do défice de profissionais farmacêuticos, estamos preocupados com o controlo da qualidade e da introdução no mercado de produtos farmacêuticos que ainda carecem de comprovação, de registo e homologação.

JA – *A comercialização de medicamentos obedece aos requisitos legais?*

BM – A comercialização de medicamentos obedece aos requisitos legais previstos na Lei das Actividades Comerciais para a distribuição por grosso e um Decreto Presidencial que determina que só podem ser comercializados no território nacional medicamentos que beneficiem de uma autorização ou de um registo, válido e em vigor, concedidos pela Autoridade Reguladora.

JA – *Quais são as regras fundamentais no fornecimento de medicamentos ao público?*

BM – A legislação angolana proíbe fornecer ao público medicamentos e outros produtos farmacêuticos fora das farmácias e em acondicionamentos que não estejam rotulados ou que não contenham folhetos em língua portuguesa contendo todas as informações exigidas e salvaguardar a boa qualidade dos produtos, tanto na origem como na rede de distribuição.

JA' – *Os medicamentos que entram em Angola são fabricados por laboratórios farmacêuticos de reconhecida idoneidade técnico-científica?*

BM A tendência actual é a proveniência seja de empresas farmacêuticas de idoneidade técnico-científica existir produtos de fábricas menos cotadas. E existem marcas contrafeitas, porque a contrafacção é um problema global que atinge todos os países do mundo. Reconhecemos os esforços do Executivo regulação e controlo total da entrada de medicamentos no mercado nacional.

JA – *Os seus serviços têm controlo sobre todos os medicamentos importados?*

BM – Sim, há a obrigatoriedade de submissão de todo e qualquer medicamento que se pretenda comercializar em Angola ao S is tema de Registo de Medicamentos, com o objectivo de garantir idêntico grau de qualidade, segurança e eficácia para todos os medicamentos, independentemente da sua proveniência ou local de produção, contribuindo assim para aumento do grau de confiança da população. Apenas alguns medicamentos considerados imprescindíveis podem ser” importados sem autorização prévia. Mas são casos pontuais.

JA – *Como é que as regras de venda de medicamentos devem funcionar?*

BM – Aachamos que devem funcionar conforme estipula a legislação em vigor. Com as regras estabelecidas,

pretendemos que em Angola somente os fabricantes nacionais, os importadores ou distribuidores por grosso, possam vender medicamentos directamente às farmácias.

JA – *Os grossistas de medicamentos têm regras a cumprir?*

BM – Eles devem cumprir as boas. práticas de armazenamento e distribuição, devem dispor permanentemente de medicamentos em quantidade e variedade suficiente para garantir o fornecimento adequado e contínuo do mercado. Têm de pôr à disposição da autoridade reguladora e demais autoridades públicas competentes, os contratos escritos, celebrados com a pessoa responsável pela direcção técnica e, quando aplicável, com as empresas que procedem ao transporte dos medicamentos.

JA – *Quem está habilitado para importar medicamentos em Angola?*

BM – Estão habilitados a importar medicamentos e outros produtos farmacêuticos, apenas entidades farmacêuticas autorizadas para o exercício desta actividade, com licenciamento comercial específico.

JA – *Existe uma rede ilegal de importação de medicamentos?*

BM – Não temos conhecimento.

A legislação em vigor e os esforços conjugados dos Ministérios da

Saúde, do Comércio, do Interior e das Finanças, através dos Serviços Aduaneiros, estão a trabalhar para que isto não aconteça.

JA – *Há venda livre de medicamentos que só podem ser vendidos com receita médica?*

BM – Há um esforço de organização e de trabalho em todas as entidades que actuam na área dos medicamentos. Tudo estão a fazer para uma fiscalização farmacêutica mais eficaz. Por isso, não acreditamos que o Estado Angolano esteja a ignorar a existência de qualquer problema que seja preocupante para a saúde.

JA – *Algumas mortes súbitas podem ser atribuídas à ingestão de medicamentos de forma abusiva e sem receita médica?*

BM – Não temos como confirmar a existência ou não dessas mortes. Mas para detectar e tratar as reacções adversas a medicamentos, no Ministério da Saúde estamos a organizar um serviço e uma rede de farmacovigilância, que pretendemos seja eficaz.

JA – *Entre os medicamentos tomados de forma abusiva estão os estimulantes sexuais, tem conhecimento de casos mortais?*

BM – Desconheço, mas recomendo a todos que evitem essas práticas que são prejudiciais a saúde. Vamos trabalhar mais para reforçar a regulação e o controlo farmacêutico desses estimulantes. Temos de trabalhar

também na sensibilização, na informação, na educação. Os órgãos de comunicação social públicos e privados, e o Jornal de Angola, em particular, também podem ajudar.

JA – *O medicamento Victosa foi produzido para o tratamento da diabetes e está a ser usado por quem deseja emagrecer. Em Angola existe esse fármaco?*

BM – Não temos conhecimento da entrada desse produto no nosso mercado. Mas, vamos avaliar.

JA – *há controlo de qualidade dos medicamentos?*

BM – Para comprovar a qualidade dos medicamentos vendidos em Angola, nós queremos instalar um Laboratório Nacional de Controlo de Qualidade, físico-químico e microbiológico de medicamentos em Luanda.

JA – *E quais são os principais ensaios nesse laboratório?*

BM – Os principais ensaios são a identificação de substâncias activas, volume médio, peso médio, dose dispensada, uniformidade de doses e muitos outros.

JA – *Neste momento que trabalhos a Direcção Nacional de Medicamentos está a fazer?*

BM – Estamos a desenvolver um plano estratégico de reforço do sector farmacêutico e com ele esperamos aumentar a disponibilidade dos medicamentos essenciais nas unidades sanitárias. Estamos a criar condições para que toda a população tenha acesso aos medicamentos essenciais, qualidade garantida dos medicamentos em uso nas unidades sanitárias, maior grau de utilização racional dos medicamentos e gestão mais eficiente do sector farmacêutico.

JA – *O que está a ser feito para melhorar a disponibilidade dos medicamentos essenciais nas unidades sanitárias?*

BM – Estamos a estabelecer um sistema de aprovisionamento integrado que contempla os três níveis de assistência sanitária. Vamos criar uma central de compras e aprovisionamento de medicamentos, com a incumbência de adquirir e distribuir os medicamentos, gratuitamente ou não, às instituições públicas e aos nossos parceiros. Também estamos a reforçar as capacidades dos recursos humanos na gestão dos medicamentos, realizar supervisões regulares aos gestores de medicamentos nas unidades sanitárias e aumentar o Orçamento Geral do Estado para os medicamentos essenciais.

JA – *O que é necessário para assegurar que os medicamentos essenciais sejam financeiramente mais acessíveis a todos?*

BM – É necessário suprimir as taxas e direitos alfandegários que oneram os preços dos medicamentos, reforçar as capacidades dos órgãos de controlo dos preços dos medicamentos, promover a medicina tradicional como

alternativa aos cuidados de saúde convencionais e favorecer a compra de medicamentos de produção local no âmbito dos processos de aquisição dos medicamentos essenciais.

3.6 Governante anuncia plano para melhoria dos mercados

Jornal de Angola

10 de Novembro de 2011

A vice-governadora do Bié para a esfera económica, Ana Maria Mvuay, revelou ontem, no Cuito, que o sector definiu políticas destinadas à organização de sistemas de redes de produtos locais nos mercados municipais. A acção, segundo explicou, visa dimensionar a actividade comercial e possibilitar o aumento da capacidade económica dos vendedores e fornecedores.

Falando após uma visita aos mercados municipais do Bié, que serviu para avaliar o estado das estruturas e as condições de comercialização dos produtos, considerou os mercados como o centro da estabilidade económica do país. Tendo em conta a sua importância no sector, defendeu a necessidade da melhoria da actividade comercial a nível destes estabelecimentos. A estratégia, referiu a governante, conta com a pareceria de agricultores e automobilistas que exerçam as suas actividades no interior da província. Os mesmos têm a missão de escoar os produtos do campo para os mercados, onde vão ser vendidos.

Para que o programa seja desenvolvido sem grandes problemas, Ana Mvuay pediu aos comerciantes para regularizarem as suas actividades comerciais, adquirindo a documentação que os identifique e que garante, igualmente, uma melhor segurança.

3.7 Vendedores do mercado do Cassualala têm sombras

Jornal de Angola

10 de Novembro de 2011

Os vendedores do mercado de Cassualala, situado na comuna de Massangano, município de Cambambe (Kwanza-Norte), registam há três meses uma queda considerável do volume de vendas devido à redução do tráfego automóvel no troço da estrada nacional 230 entre Zenza do Itombe e Dondo.

Segundo noticiou a Angop, os vendedores queixam-se da falta de interesse por parte dos utentes da via Luanda! Malange. O trânsito diminuiu na referida via depois da reabilitação da Estrada da Trombeta, que liga Luanda a Ndalatando, passando pelo município do Golungo Alto, um percurso de cerca de 60 quilómetros.

O novo troço encurta a distância entre a localidade do Zenza do Itombe e Ndalatando, e constitui uma alternativa à passagem pelo Morro do Binda, onde se regista um elevado índice de sinistralidade rodoviária.

Uma vendedora que há mais de 20 anos comercializa fruta e peixe de água doce no mercado disse que as vendas conheceram uma redução de 50 por cento.

3.8 Administradores dos mercados culpam executivo pelas praças de rua

Jornal folha 8

12 de Novembro de 2011

Os mercados informais nos arredores dos formais e a consequente fuga dos vendedores do segundo para o primeiro destacam-se entre os problemas do sector em Luanda. A inversão do referido quadro é uma das preocupações do ministério do Comércio no quadro da implementação do novo modelo de gestão dos mercados que visa maior rentabilidade do investimento feito pelo Executivo na construção e reabilitação dos mesmos. Aquando da reabilitação de alguns dos principais mercados da capital do País, a sociedade civil manifestou-se preocupada pelo facto da dimensão dos mesmos serem inferiores que as das anteriores estruturas. A referida preocupação, no entanto, foi ignorada pelas autoridades, como, de resto, acontece na maioria das vezes. O tempo, no entanto, responsabiliza-se de mostrar que os responsáveis pela projecção dos novos “congoleses”, “São Paulo” e “asa branca” falharam.

No âmbito das actividades de divulgação da nova Lei das actividades comerciais, o ministério do Comércio reuniu, recentemente, com os responsáveis dos mercados da capital para falar do futuro modelo de gestão dos mesmos, comprando-a com a actual.

No referido encontro existiu unanimidade em relação ao défice que a fuga dos vendedores representa na colecta das receitas e ainda que se trata de um assunto que carece de um diagnóstico em virtude de acontecer em grande parte dos mercados com destaque para os que foram recentemente reabilitados. Tais são os casos do mercado do Panguila, inaugurado há menos de um ano e do Asa Branca, reabilitado há cerca de quatro anos.

As imponentes estruturas e a qualidade dos dois mercados, motivam interrogações sobre as razões que levam os vendedores a trocar as condições das novas infra-estruturas e formar mercados informais, na maioria dos casos, nos arredores dos formais.

O histórico dos dois mercados permite, no entanto, maior compreensão da situação do mercado do Panguila que foi arquitectado para acolher os vendedores do antigo mercado Roque Santeiro que, desde início, mostraram-se resistentes à mudança. Grande parte dos mesmos nem nunca experimentaram vender no mercado que tem uma capacidade para albergar 5200 vendedores.

A distância que separa o mercado do centro da cidade, assim como a dificuldade de acesso (bem melhor nos dias que correm) destacavam-se entre os argumentos das vendeiras que, desta feita, calculavam que o novo mercado nunca teria a concorrência do mercado de origem: Roque Santeiro onde, calcula-se, movimentava-se mais de 1 milhão de dólares por dia.

A transferência daquele que foi um dos maiores mercados de céu aberto do continente, segundo explicação do Executivo, deveu-se à necessidade de oferecer melhores condições aos então utilizadores que, entretanto, rejeitaram as óptimas condições que encontraram no Panguila.

Por seu turno, o mercado do Asa Branca, antes da sua reabilitação, era bastante concorrido, contrariamente aos dias que correm. Grande parte das bancadas, daquele que foi um dos mercados de referência de venda de roupa usada, está inutilizável enquanto as ruas adjacentes transformadas em mercados informais.

Entre as razões apresentadas pelas vendedoras destaca-se a que dá conta da exiguidade do mercado para albergar todas ou a maioria das pessoas que vendiam no espaço onde foi construído o novo mercado.

Desta feita, explicam, as pessoas que ficaram sem lugares formaram mercados informais nos arredores dos formais, fazendo concorrência desleal aos vendedores formais e estes, sequencialmente, decidiram engrossaram os mercados informais dos arredores. Actualmente, estima-se em mais de 50% o nível de abandono dos vendedores do referido mercado que foi projectado para albergar cerca de 1400 vendedores, menos cerca de 600 do mercado anterior.

A realidade deste mercado, assemelha-se com a dos congoleses que, depois de reabilitado e inaugurado há cerca de três anos; passou a ter capacidade para cerca de mil e 600 vendedores mas apenas cerca de trezentas (300) têm estado a ocupar os respectivos lugares, actualmente. As motivações destes abandonos assemelham-se com as do mercado do Cazenga. Os vendedores queixam-se da concorrência desleal do mercado informal (os vendedores do mercado formal pagam uma quota diária de 100 kz), constituído nos arredores pelas dezenas de pessoas que ficaram sem lugar.

Para inverter o referido quadro, o administrador do mercado é de opinião que o espaço adjacente ao mesmo seja utilizado como parte integrante do mercado de forma a acolher as pessoas que vendem nos mercados informais.

Dos mercados reabilitados, o São Paulo é o que ainda tem as suas bancadas totalmente ocupadas, mas a administração do mesmo também manifesta-se preocupada com a possibilidade do mercado informal defronte do mesmo (que é um dos maiores de Luanda) motivar o esvaziamento das bancadas. Como medida de prevenção, a administração defende a ampliação do mercado para absorver os vendedores dos mercados informais. Portanto, grande parte dos administradores concluíram que a razão do vazio dos mercados e, conseqüentemente, a pouca rentabilidade dos mesmos está no facto de terem sido construídas estruturas inferiores e, conseqüentemente, pequenas a para albergar todos os vendedores.

“Na altura da decisão da reabilitação destes mercados já existiam nos arredores dos mesmos, alguns vendedores e esperava-se que se espaços que pudessem acolher também estes mas o que aconteceu foi totalmente o contrário, algumas pessoas que tinham lugares ficaram sem os mesmos”, comenta um vendedor do mercado dos congoleses.

E como dizer que ao reabilitar como reabilitou os mercados o Executivo investiu no aumento de mercados informais e vendedores ambulantes que, entretanto, são combatidos de maneira desumana.

3.9 Uma profissão a considerar

Jornal semanario factual
12 de Novembro de 2011

Na sua maioria, os roboteiros têm idades entre os 16 e os 38 anos, pouco cuidados, com camisolas encardidas e carcomidas pelo tempo, com cabelos empoeirados e unhas sujas e compridas, transportando, diariamente, no seu carro de mão tudo quanto podem: sacos de arroz, caixas de óleo vegetal e pequenos electrodomésticos, a troco de 100 ou 200 Kwanzas.

A profissão de roboteiro já foi muito respeitada e procurada, tendo sido considerada grande fonte de sustento de muitas famílias angolanas, particularmente as de Benguela.

Mas, hoje, a profissão não é valorizada pela sociedade civil, o que faz desistir os menos persistentes que optam por melhores condições de vida.

A maioria dos jovens roboteiros é proveniente das regiões da Huíla, do Huambo, do Kwanza-Sul e do Bié, que vieram a Benguela, à procura de condições de vida, devido à falta de grandes oportunidades, como o emprego e o estudo nas suas terras de origem.

Durante o périplo pelos bairros da cidade de Benguela, o Factual encontrou-se com os roboteiros António Marcelino, Eugénio Tchissinde, Tiago Tchiamba, Domingos Muhanha, António José, João Jorge, Costa Casimiro e Francisco Vicente.

Convidados a falar das suas experiências, os roboteiros quiseram em troca valor monetário, mas depois acederam à conversa.

António Marcelino, de 16 anos, explicou que proveio da região do Kaluquembe, no município de Caconda (Buíla), e está em Benguela há seis meses. Ele contou que veio a Benguela a convite do seu irmão mais velho, à procura de melhores condições de sobrevivência.

Dinheiro obtido chega para sustentar família

“Para conseguir alguma coisa para o meu sustento, acordo às 05 horas e deixo o trabalho às 16. Normalmente, carrego caixas de peixe, caixas de óleo, peças de motas e geradores”, fez saber ao Factual António Marcelino, acrescentando que os preços da transportação dessas cargas variam de 150 a 200 Kwanzas, de acordo com o peso, o tamanho das mercadorias e a distância a percorrer.

António Marcelino contou que, apesar de muitos esforços, o dinheiro arrecadado no seu dia-a-dia “não chega para sustentar toda a família que se encontra em Kaluquembe, mas dá para remediar, pelo que vale a pena o trabalho.

O roboteiro deu a conhecer que “por dia, às vezes, factura mil e mil e 600 kwanzas”, tendo conseguido enviar para a sua família alguns bens, como um televisor, um aparelho de som e um DVD. “E, na semana passada, comprei uma cabeça de gado e mandei 20 mil Kwanzas para a minha mãe que vive em Kaluquembe”, referiu António Marcelino.

Eugénio Tchissinde é natural da província do Huambo e é o mais novo na profissão, com apenas três semanas de intensa actividade laboral. O jovem, de 22 anos e casado, afirma gostar do que faz, afirmando que a falta de grandes oportunidades de emprego na sua terra natal foi o motivo que o levaram a Benguela.

“Viemos os cinco do Huambo, à procura de melhores condições de sobrevivência, e todos partilhámos o mesmo quarto, garantiu. Na praça do bairro dos navegantes, zona BO, o Factual encontrou António José, de

26 anos, e que veio do Bié há nove meses, para trabalhar como roboteiro. Descontraído e a fumar um cigarro, afirmou que gosta do trabalho que faz. “Eu gosto muito desse trabalho e, enquanto não encontrar um outro para o substituir, prefiro trabalhar assim do que roubar”, asseverou António José, com um certo à vontade.

Como nem sempre consegue obter entre mil e dois mil e 500 kwanzas por dia, o roboteiro fez saber que é obrigado a fazer outros trabalhos extras.

“Kota, às vezes, sou obrigado a varrer o pó de algumas barracas da praça e a escalar peixe na praia”, indicou, sorrindo.

Tiago Tchiamba tem 18 anos e é roboteiro há seis meses, afirmou que a profissão não é “nada fácil”, pois se passa o resto do tempo na rua debaixo do sol, apanhando poeira todos os dias e levando grandes quantidades de cargas pesadas.

No mercado da Kaponte, a maior praça a céu aberto na cidade de Benguela, o Factual encontrou o carpinteiro Augusto Tomás, que fabrica os carros de mãos feitos de madeiras e com pneumáticos de viaturas abandonadas. Augusto Tomás revelou que, por dia, atende a dois clientes que levam os carros de mão (Kangulo) ao preço de 12 a 15 Kwanzas, em função do seu tamanho.

A fonte avançou que o material que usa vem de Benguela.

3.10 Descartáveis, mas retornáveis

Jornal a capital
17 de Novembro de 2011

Movido pela influência de amigos, Simão Ambrósio, de 22 anos, decidiu abraçar uma actividade que, embora longe da atenção da maioria dos luandenses, vai ganhando muitos adeptos entre a população com rendimentos mais baixos. Há três anos, ele tomou-se um entre os muitos cidadãos no lixo, sobretudo em locais de preferências para convivi os, em busca de garrafas de vidro.

Sejam nas praias, nas traseiras de discotecas ou em palcos de maratonas, o dia seguinte, para o descanso dos protagonistas da noite, é de trabalho para Ambrósio e para quem, como ele, ganha a vida a recolher garrafas. São milhares de garrafas recolhidas, amontoadas, em seguidas, em sacos, também reciclados, cheios até à exaustão para que possam levar a maior quantidade possível de garrafas de vidro, todavia descartáveis.

Para onde vai tanta garrafa? Já lá chegaremos. Vamos conhecer, primeiro, a como foi que Simão abraçou a

actividade. Começou ouvindo conversas, a propósito, com vizinhos do bairro, muitos deles já dedicados à recolha de garrafas. Diziam que, a actividade era rentável, embora, reconhecidamente, todos concordassem que não garantia um bom futuro. Mesmo assim, e depois de convencer a sua mãe, Simão Ambrósio aderiu.

Depois de apanhar a sua primeira garrafa, não parou mais. Simão levanta-se cedo, todos os dias, e parte em busca de garrafas, caminhando pelos distintos bairros da cidade, tendo, até, faro para descobrir mais e mais locais de convívio.

Num bom dia de trabalho, pessoas dedicadas como Simão conseguem recolher até três sacos, aqueles com capacidade para cinquenta quilogramas, bem cheios de garrafas. Um saco pode levar até 72 duas garrafas, correspondendo a três grades (de 24 unidades) para cada saco. É esse o resultado de um dia normal de trabalho, para quem recolhe garrafas e que, depois, se converte em dinheiro. Terceiras pessoas aparecem, depois da recolha feita, a requisitar as garrafas em troca de algum dinheiro. “Não é muito”, adverte Simão, mas sempre ajuda “por alguma comida em casa”. E, no caso particular de Simão, que frequenta uma escola privada, a ajuda se estende ao pagamento das propinas.

“As necessidades em casa aumentam”, salientou o jovem desempregado. “Não podemos é ficar parados, enquanto haver qualquer coisa que se possa fazer”.

Ele identifica, até, algumas vantagens no trabalho que faz. “Não temos patrão”, contou, ao reforçar que basta que alguém deite para o lixo, uma garrafa de cerveja, para que o nosso “salário esteja garantido”.

Com os três sacos que enche todos os dias, Simão ganha dois mil e 700 kwanzas, isso porque ele cobra, pelo saco cheio, novecentos Kwanzas. Quanto mais horas de trabalho tiver, maior será rendimento de Simão. Segundo refere, a estratégia é evitar faltar, uma opção difícil, sobretudo para quem está na escola a preparar-se para um futuro melhor. Quando há provas, disse, “não há como não faltar”, e os rendimentos, por conseguinte, baixam.

A história de Simão se repete por entre os populares que por Luanda ganham a vida, a recolher garrafas nas lixeiras. Não importa a idade, se velhos, jovens ou crianças, ou o sexo, se mulheres ou homens, o facto é que todos fazem-no ao som de uma mesma palavra: sobrevivência. São as agruras do desemprego que os empurram para essa actividade, apesar do preconceito instalado ao redor dela.

“Somos mal vistos na rua”, lamenta Simão, ele que confessa ter sentido, no início da sua actividade, uma certa “vergonha”. Afinal, “as pessoas são vistas como se fossem excluídos da sociedade e as outras, normalmente, se afastam de nós”.

Preconceitos à parte, está-se perante uma actividade, em que intervêm várias pessoas com funções diferentes. Se Simão, por exemplo, tem a tarefa de recolher as garrafas directamente das lixeiras, há ainda pessoas como Emília Silva que as compra para, depois, revendê-las a uma empresa com a qual fixou contrato nesse sentido. Mas até lá, há ainda os motociclistas, aqueles que se fazem transportar sobre motorizadas de três rodas, que levam as garrafas em fardo para o comprador final.

No passado, Emília também já recolheu garrafas da lixeira. Agora não. Ela, hoje, tem o privilégio de deter um contrato com o comprador final, revendendo, a valores mais altos, claro, as garrafas que compra de quem a recolhe na rua.

Assim como Simão foi influenciado por conhecidos, Emília também se iniciou nesta actividade, através de vizinhas que recolhiam as garrafas. Curiosa, questionou-lhes sobre o destino dos resíduos. Soube, então, que as garrafas eram vendidas para várias empresas e que, melhor ainda, o resultado da venda aumentava o rendimento daquelas famílias.

Desempregada, decidiu abraçar a experiência e mantém a actividade ao longo destes anos. Regra geral, deposita os sacos cheios de garrafas, duas a três vezes por semana. “Depende da quantia que trouxeram”, explicou, porque isso, também, vai ditar o negócio com a empresa.

Simão e Emília não são os únicos que vivem de “garrafa”. Clemente dos Santos é o motociclista, responsável pelo carregamento de muitos sacos de garrafas. Ao ver o crescimento do negócio das senhoras, viu, também, a necessidade de transportar a mercadoria para o comprador. “Já tinha a moto, então, procurei clientes”. Por saco, ele cobra cem kwanzas. Explica que, num dia, pode levar mais de 50 sacos. “Não é muito, mas ajuda em casa”, referiu.

3.11 A luta pela sobrevivência nas ruas do kuito

Jornal o país

18 de Novembro de 2011

O dia-a-dia das negociantes ambulantes, zungueiras, inicia às seis da manhã. O objectivo é “comprar negócio” nos comerciantes grossistas ou retalhistas no centro da cidade. O género de negócio varia da capacidade financeira da zungueira. Cosméticos, roupa usada, legumes,

frutas e frescos, peixe, carne, frangos são os negócios preferenciais das zungueiras.

Zungar, que na língua quimbundu significa andar ou passear, tornou-se um negócio de sobrevivência para todas as faixas etárias da sociedade. Para além das senhoras, os jovens e crianças aderem a esta prática de comércio informal. Alias, até expatriados enveredaram por este tipo de negócio.

A senhora Engrácia Cardoso é uma referência de mulher talhada no comércio informal. Com 40 anos de idade e mãe de cinco filhos tem uma fisionomia juvenil. É zungueira há cerca de 20 anos, e explica porquê: “Se eu tivesse uma formação especializada já não poderia continuar a fazer negócio, porque me sinto cansada. Sei que aparentemente mostro uma outra característica mas eu sou comerciante há mais de 20 anos. Todo isto porque não tive oportunidade de ir à escola. Por isso, a única alternativa é fazer negócio para sustentar os meus filhos”, lamentou.

Viúva, a mãe de cinco filhos, Engrácia Cardoso, comercializa desde cosméticos a electrodomésticos. Mesmo que já vendeu peixe e carne pelas ruas da cidade do Kuito. Mais iniciou com a actividade vendendo frutas e verduras.

Se olharmos para os preços das frutas, verduras e legumes, que variam entre 50 a 100 Kwanzas, as zungueiras ganham regularmente cerca de mil Kwanzas de lucro do negócio.

“Mano, nós zungamos para não deixarmos os filhos a fome. O meu bebé, desde que nasceu, nunca provou leite Nido ou yougurt importado.

Vontade de comprar não falta mas, não tenho dinheiro para dar o melhor para ele”, lamentou. A experiência na rua leva-a a afirmar que na vida é importante ter paciência e ser humilde para conseguir alcançar um determinado objectivo. “As vezes não vendo quase nada. Há negócios que não dão lucro e só tiramos o dinheiro investido”.

Debaixo de Sol ardente ou da chuva encontramos em varias esquinas da cidade do Kuito os vendedores ambulantes. Ao contrário dos ambulantes da cidade capital, Luanda, no Kuito as zungueiras não são importunadas pela polícia, nem pelos fiscais. Exercem a actividade desde as primeiras horas do dia até ao anoitecer.

As ofertas no negócio de rua são – várias, dependentes somente da necessidade do comprador. Para quem pretende comprar banana, tomate, a batata-rena e doce, abacate, manga e cebola, é só ficar à porta de

casa e esperar pelas zungueiras. Os produtos do campo vêm preferencialmente dos municípios do Chinguar, Kunhinga, Katabola, Andulo, Kamacupa, Chitembo, Nharea e Kuemba.

A cada dia que passa a sede capital é invadida por mais vendedoras e vendedores ambulantes, vindos do interior da província do Bié e das províncias do Huambo, Benguela e Kuando Kubango.

Às doze horas, depois de passarem pelas ruas da cidade, é notória a presença em massa das zungueiras pelos largos do Jardim da pouca-vergonha, largo da Shell e diante dos bancos comerciais. Para essas mulheres a refeição decente é o jantar, que normalmente é um funje com lombi (ervas ou folha de tubérculos).

“Quando saímos de casa de manhã cedo mal nos alimentamos. De tarde compramos um pão e comemos assim, sem nada. Ao cair de noite compramos lombi e tuba para o jantar. Quando temos lucro compramos um pouco de peixe”, lamentou envergonhada a senhora Jamba, vendedora de fruta. Crianças alimentam famílias zungando.

A exploração do trabalho infantil é muitas vezes incentivada pelos pais, que no desemprego incentivam os filhos a exercer alguma actividade que dê algum benefício financeiro para a família. As crianças fazem de tudo um pouco, até imploraram aos clientes para que lhes comprem algo e poderem regressar à casa com algum dinheiro que é o pão da família.

Este é o caso do pequeno Artur Cassapa, que todas as manhãs saem de casa com roupa usada para comercializar nos bairros da cidade do Kuito. Encontramos o menino junto ao largo do Governo da província, onde nos contou que os pais e a mãe são desempregados. “A mãe é que mandou vir vender.

Ela ficou em casa a lavar a roupa, mais sempre me manda vender. Hoje ainda não vendi nada, porque as pessoas não estão a gostar da roupa. Dizem estar muito usada e suja”, disse.

Artur conta que os pais são desempregados. A mãe faz biscates, carta água e lava roupa alheia em casa. “O meu pai, desde que saiu das FAPLA não tem emprego. Bebe muito e não faz nada”, lamentou.

Assim como o pequeno Artur, outras crianças são vistas a zungar pelas ruas da cidade do Kuito e acusam os pais de serem os mandatários dessa actividade. Uns estudam e outros não.

Outro exemplo é o adolescente de 4 anos, Aurélio Bunga, que com um carro de mão vende desde pilhas a bisnagas de perfumes e todo o tipo de cosméticos baratos. Aurélio não estuda e diz que com o negócio consegue suprir as suas necessidades e as da família.

“Vivo com a minha mãe e duas irmãs. A minha mãe desde que fiz 12 anos que não me sustenta. Tive de abandonar a escola para começar a vender na rua”, disse. Disse ainda que perdeu o pai na guerra do Kuito, segundo lhe conta a mãe. As minhas irmãs de seis e sete anos não vão a escola, porque a mãe não as registou e diz não ter dinheiro para pagar os estudos das filhas.

“A minha mãe não trabalha. De tempo em tempo faz serviço de cartar água ou deitar o lixo de certas casa para conseguir SO ou 100 kwanzas. Eu consigo ganhar, por vezes, mil Kwanzas por dia, e dá para comprar comida para casa”, desabafa.

As dificuldades e os motivos que levam crianças a comercializar nas ruas da cidade do Kuito são varios. Mas a falta de emprego para pais e jovens é a que mais faz crescer o número de crianças a zungar pela cidade.

3.12 Os desafios das zungueiras

Jornal o país

18 de Novembro de 2011

As mulheres vendedoras de rua na província do Bié não diferem muito, na sua forma de comercializar os produtos, em relação às das restantes províncias do País. Talvez a sua característica humildade e paciência na decisão do cliente para comprar um determinado produto lhes especifique na actividade do comércio ambulante.

A vendedora ambulante na cidade do Kuito comercializa, como tantas outras, vários artigos, que vão desde os vestuários aos materiais de cozinha, passando pelos frutos, legumes e outros alimentos frescos como carnes e peixe.

A zungueira faz a venda de produtos a retalho nos mercados municipais e paralelos. Expõe as mercadorias ao ar livre, no chão ou em bancadas improvisadas para atrair os compradores.

Ao amanhecer de cada dia, é visível desde o interior da cidade até às zonas urbanas de cada município, incluindo a capital provincial, a marcha das mulheres no Bié. Na região centro do País, as mulheres ambulantes levantam -se às 5 horas da manhã para começar a preparar a casa para depois partirem à compra do negócio que elas pretendem. Começando pelas mulheres vende-

doras da zona rural, que expõem as suas mercadorias nas beiras das estradas, esperando pelos viajantes que circulam em carros próprios ou em táxis, para a compra dos seus produtos. Com os filhos às costas colocam os seus produtos nas bacias, tigelas e baldes para melhor acomodação. Entretanto, nas zonas urbanas as comerciantes ambulantes, começam a sua actividade a partir das 6 horas da manhã, com as bacias de legumes e caixas de frescos á cabeça, entram de quintal em quintal com um andar e falar humildes que as caracterizam, perguntando, muitas vezes na língua Umbundu, aos respectivos moradores o que pretendem comprar.

Ao contrário de outras regiões, onde as zungueiras cantam gritando os seus produtos para o conhecimento de quem até esteja distraído, as mulheres ambulantes nesta região tem a sua metodologia especial de chamar a atenção dos seus clientes. De rua em rua, em cada olhar uma pergunta ou um esclarecimento sobre o produto que leva à cabeça para qualquer cidadão.

Quem vive na cidade do Kuito apercebe-se da presença de mulheres que vendem de tudo um pouco, encontrando nesta actividade a sua forma ideal de sobreviver ao invés de entrar para outros vícios que destroem a vida e ferem a moral.

As vendedoras ambulantes residentes na periferia da capital do Kuito, que é uma cidade pequena composta pelas comunas do Cunje, Trumba, Cambândua e Chicala, levantam-se às 5 horas da manhã e com filho às costas começam a sua jornada laboral. fizeram ao espaço, mostra hoje como a vida nem sempre precisa de ser estática ou agarrada a velhas rotinas.

Pertencerá pois a um passado sem volta tudo o que experimentámos como sensação, bom de recordar na última oportunidade que a ela nos referiremos. Escrevemos, então, na visita nostálgica: “Como nas horas seguintes às grandes destruições resultantes da incrível força da Natureza -terramotos, vulcões ou tsunamis -, o silêncio e a sensação do tempo que pára deixando atordoados lugares e pessoas, é o que há como novidade central quando se volta à grande parcela de terreno que durante anos foi o mercado Roque Santeiro, no coração do Sambizanga, em Luanda.

“Atracção fundamental do bairro que tem também ícones como o estádio Mário Santiago e o grupo carnavalesco União Operário Kabocomeu, mas igualmente muitos emblemas _ imateriais como a fama da sua marginalidade, custa crer que o Roque Santeiro teve um fim e, com ele, o eclipsar de todo o seu buliçoso quotidiano de vendas, revendas, favores, traições, conflitos e demais catálogo de pequenos e grandes actos da sociologia de massas tornados desafios difíceis de descodificar”...

Acrescentemos agora ao panegírico relato descritivo o que vale a pena dizer agora, como o facto de o amplo descampado ter recebido, não faz muito, o Chefe de Estado para assinalar o lançamento de todo o vasto plano de requalificação do município onde o Roque Santeiro se instalou, como brincadeira séria, nos idos de 80. Vai nascer uma nova terra, um novo mundo, com sonhos melhorados e de conquista, diametralmente opostos à estreiteza daqueles pensares que mostravam o caótico lugar de trocas mercantis como um valor em si mesmo. O país suplantou-se, avançou futuro adentro e estabeleceu patamares, mais altos e mais ambiciosos, para que dele se orgulhem os ‘ seus filhos. Nascerá assim, no velho terreno hoje povoado de vazios repetidos, fogos habitacionais de qualidade soberba. Para que a memória do Roque se afunde com tudo o que produziu de desprezível nos longos anos que por ali andou. Mas que, ao mesmo tempo, os vitoriosos do lugar – sobretudo aqueles filhos de ninguém que se fizeram homens com os proventos do Santo milagreiro – se lembrem um dia, quiçá morando nos novos arranha-céus, que começou ali a sua saga.

3.13 Mercado informal domina Luanda...

Jornal semanario factual
19 a 26 de Novembro de 2011

Sempre se soube que a actividade comercial obedece a regras, ou seja, tem de se pautar pela legalidade.

No entanto, devido a vários factores, a maioria dos quais tem a ver com a carência de emprego e com a avidez em obter dinheiro diariamente. Contrariamente a outros empregados da Função Pública, o mercado informal vai tomando o lugar do mercado legal, sem que se apliquem mecanismos de dissuasão.

Até então, tudo parece claro, porque vender bens alimentares ou domésticos é normal, mas, dentro da legalidade, seria ainda melhor, pois, desse modo, o Estado poderia arrecadar milhões de Kwanzas para investimentos no sector social, essencialmente.

De facto, em qualquer país, há o mercado oficial (o que paga impostos) e o informal, ou seja, fora da lei (que não paga imposto).

Neste caso, os mercados informais acontecem sempre onde a anarquia é reinante, em que as forças da ordem não intervem e a venda de qualquer coisa é a principal actividade.

Ao falar-se, principalmente, de Luanda, pode dizer-se que a cidade é dominada pelo mercado informal que abarca quase metade da sua população, num universo

de seis milhões de habitantes.

Só para citar alguns locais, Luanda dorme e acorda ao ritmo dos mercados informais, com a aglomeração de vendedores, muito cedo ou até de madrugada, nas ruas, nos passeios e mesmo ao longo das estradas, dificultando o trânsito automóvel e perigando a vida de vendedores distraídos com o dinheiro à mão.

Quem segue para vila de Viana, a primeira sensação que sente é o movimento de centenas de vendedores em ambos os lados da via, onde tudo comercializam: cerveja, refrigerantes, utensílios domésticos, água engarrafada, latas com diversos produtos, enfim, um mar de gente que pulula à coca de clientes.

Perguntar-se-ia por que esses vendedores não fazem a sua actividade nos locais determinados, como praças, mercados legais e afins, e porque preferem a rua para a venda de mercadorias?

Um dos factores tem a ver com a exiguidade dos mercados oficiais existentes que não conseguem abarcar mais de mil vendedores, como os do Panguila e do Kikolo (em Cacuaco), dos Kwanzas e do Asa Branca, no município do Cazenga, o dos Congolezes, no Rangel, e o da Praça Nova e o da Sanzala, no município de Viana.

Esses mercados oficiais, embora de dimensão razoável, estão longe de satisfazer a demanda, e a sua localização também não é agradável por motivos como a falta de manutenção e o lixo acumulado sem recolha constante, fazendo chiqueiro principalmente quando chove.

Um das melhores medidas tomadas pelo Governo Provincial de Luanda foi a transferência do mercado do Roque Santeiro, no município do Sambizanga, para o novo mercado do Panguila, em Cacuaco, em 2010.

Mas, este não pôde, igualmente, absorver o grosso dos vendedores saídos do Roque Santeiro, que era um mercado com o “cancro” de montanhas de lixo e de porcaria.

Porém, é preciso atribuir o comércio informal ao êxodo causado pelo conflito armado que “empurrou” para Luanda milhares de migrantes, a maioria de aldeias e de povoações onde as carências são várias, com falta de energia e de água potável e onde a aquisição de dinheiro é difícil.

Daí verificar-se o estado caótico do centro e da periferia da capital, onde em cada esquina e ruas vendedores permanecem horas e horas a vender produtos de toda a espécie.

E o pior é que ninguém põe mão nisso, tornando a cidade de Luanda suja, cheia de sacos de plástico vazios a esvoaçar, misturando-se ao pó e à água podre já pre-

sentes em tudo quanto é canto.

Para ordenar o mercado informal, a solução seria a criação de fábricas e de outros investimentos em aldeias ou povoações do país, quer dizer em comunas, onde os serviços para os moradores inexistem.

Sendo assim, o oportuno seria a criação de mais mercados longe da cidade de Luanda, como em Catete, na Funda, em Cabolombo, nos Zangos, em Viana, e no Benfica, no município da Samba.

Porque a permanecer assim, o aspecto urbano de Luanda vai piorar de dia para dia, nada valendo a requalificação que vem sendo feita em diversos dos seus municípios, e matando a cançoneta que um dia foi feita para elogiar a capital como “linda e de bem-querer, hei-de amá-la ate morrer...”

3.14 Aposta no meio rural «presa» no papel

Jornal angolense

19 de Novembro de 2011

O ordenamento rural de que tanto fala o empresário Manuel Monteiro, muito em voga nos dias de hoje, visa, grosso modo, assegurar a requalificação da vida no campo. Um dos pressupostos do Plano de Desenvolvimento Económico e Social de Benguela (2009/13), traçado na era Dumilde Rangel, a requalificação da vida no meio rural inscreve a construção das chamadas «Aldeias Rurais», um modelo importado do Brasil. Basta recordar que a iniciativa terá como suporte o já conhecido Programa de Requalificação do Gado Tradicional e Empresarial, que prevê o relançamento do sector agro-pecuário. É, está visto, uma clara demonstração do papel que as «fazendas da desilusão» podem jogar quando darem o ar da sua graça, até pelas perspectivas que apontam para a recuperação do parque Pecuário dilacerado pela guerra.

Com uma população animal não superior a duzentos mil bovinos, na sua maioria pertencentes a criadores tradicionais, a província de Benguela perdeu, indicam dados oficiais, 1 milhão e quinhentas mil cabeças, a cifra que se quer resgatar. Por ora, o dado a reter é que o gado importado teve uma adaptação bastante satisfatória. É verdade que houve uma ou outra morte, mas o balanço das cinco fases de importação deixa antever um futuro promissor. Conhecedor do projecto de repovoamento, Alegria Agostinho, chefe da área técnica dos Serviços Veterinários, declarou que as características das duas regiões – Angola/Brasil – são semelhantes, embora se reconheça que a adaptação não é igual. De acordo com o veterinário, a criação desta raça, forte em termos de massa corpulenta, exige rigor na aplicação de métodos

científicos e mecanizados. «Estes animais dão uma diversidade de produtos pecuários, com realce para a carne, mas nem tanto o leite. Portanto, o mais importante é que estão adaptados, com pasto e água à disposição», resumiu. Já o Engenheiro Fernando Pacheco, especialista em desenvolvimento rural, adverte que, mais do que as estratégias a seguir para o relançamento da pecuária, que incluem a importação, a generalização e o melhoramento do gado tradicional, todas elas carregadas de vantagens e desvantagens, a classe empresarial deve ter em atenção aspectos como a comida, a água e as técnicas de pastagem.

O antigo presidente da ADRA fez este pronunciamento tendo como paradigma a crescente necessidade de produtos pecuários num país com um «pobre» rebanho, constituído por pouco mais de 4 milhões e quinhentos mil bovinos. Sob olhar atento de centenas de criadores e governantes, o agrónomo alertou que a prioridade deve passar por estes factores, regra geral ofuscados por homens do sector empresarial, e só depois surge a escolha da raça do boi. «Qualquer uma das opções, incluindo o melhoramento do gado tradicional, também chamado indígena, deve passar pelo conhecimento da história da veterinária no país», venceu. Segundo Fernando Pacheco, não há desenvolvimento da actividade pecuária sem o domínio das técnicas de pastagem, mesmo com a carteira de 350 milhões de dólares americanos que o Governo, por via do Banco de Desenvolvimento Angolano (BOA), tenciona financiar projectos agropecuários. Sugeriu, por outro lado, o reforço da parceria público-privado, investimentos na organização de empresas e, a fazer valer a velha máxima de que «a união faz a força», a criação de associações.

3.15 A persistencia de um empreendedor que garante a subsistencia da familia

Jornal de Angola
24 de Novembro de 2011

Norberto Kafukila, de 24 anos, afirma que os jovens devem ser empreendedores e desenvolver actividades que garantam a sua subsistência.

Ele faz venda ambulante e recorre a uma moto com três rodas como seu ganha-pão.

Estudante nocturno da sétima classe, Norberto Kafukila circula em vários pontos e artérias do município de Viana à procura de possíveis compradores dos seus múltiplos produtos que enchem a sua carroçana.

Vassouras, baldes, correntes para cães, fita-cola, espe-

lhos, escovas, materiais eléctricos, tapetes e muitos outros artigos constam da lista dos produtos dos quais se faz acompanhar o jovem Kafukila, sempre atento a uma chamada.

Ele diz que gasta mais de mil dólares na compra dos vários artigos que transporta. Sempre que é possível, o jovem recorre aos armazéns nos bairros Hoji ya Henda e São Paulo para compra de novos produtos, com o objectivo de evitar a rotura. Kafukila diz que os moradores de condomínios em Viana, Quinhentas Casas e Luanda Sul são os potenciais clientes.

Para Kafukila, a confiança nesta actividade é fundamental, por isso não rejeita os kilapes (dívida). “Com o kilape, procuro obter mais lucros. A solução é ter dinheiro para dar continuidade ao negócio, enquanto aguardo que paguem a dívida”, afirma Kafukila. Norberto Kafukila relata que começou a vender nas ruas de Viana com um carro de mão. Cinco anos depois, comprou uma moto de três rodas. O sol era o pior inimigo de Kafukila, mas sempre foi persistente e volvidos seis meses, comprou outra com cabine, o que lhe permitiu trabalhar com mais comodidade.

A nova moto, de marca Bandex, custou-lhe 2200 dólares. Norberto arrecada diariamente com as vendas 15 a 20 mil kwanzas.

O exercício desta actividade permite-lhe sustentar a família, composta por esposa e dois filhos e garantir os seus estudos e da companheira. Diz que o segredo do seu sucesso consiste na paciência, persistência, esperança e capacidade empreendedora, qualidades, no seu entender, que devem nortear os jovens, muitos dos quais com grandes potenciais. Para Kafukila, os jovens devem abraçar os bons exemplos e, em caso de necessidade, solicitarem ajuda aos amigos, à família ou a uma outra pessoa que, às vezes, estão prontos a apoiar o necessitado. Reconhece que inicialmente tudo parecia difícil e todas as tentativas são válidas desde que não se atropelam as normas de um comportamento digno e irreprensível. Kafukila recorda-se que para arrancar o negócio recorreu a um empréstimo de 30 mil kwanzas a um tio, importância que foi devolvida quatro meses depois.

Um estabelecimento comercial para vender os seus produtos, alternativa para pôr fim às longas caminhadas em busca de clientes, e uma formação superior no domínio da electricidade industrial são os dois maiores sonhos que persegue o jovem empreendedor.

3.16 Embarcações a preço elevado

Jornal o país

25 de Novembro de 2011

Apesar de os integrantes da cooperativa e outros pescadores, que se disponibilizaram a abraçar a causa do centro estarem empenhados na defesa dos ideais da organização, ao ponto de aconselharem os demais a aderirem as novas políticas de venda, o desejo de verem actividades facilitadas, principalmente no que respeita à aquisição de meios de trabalho, já foi posto «à prova de bala» com a chegada de novos meios de trabalho.

Trata-se de seis novas embarcações e sete motores de marca Yamaha com referências 25 e 40. Mas o que preocupa os filiados é o preço canoas de cor de laranja e vermelha orçadas em três mil e 500 dólares, segundo disse uma fonte, que demonstrou a sua indisposição para comprar uma delas. “Em condições normais nós compramos embarcações média mil e 500 e ~ grandes entre dois ou 2.500 dólares.

Valendo-se da experiência que tem na aquisição dos referidos meios, o pescador não teve receio de dar a sua proposta monetária para as barcas aí colocadas. Para ele, custam entre USD 1.500 a 1.800, já que nenhuma delas possui mais de seis de metros de comprimento.

À semelhança de Cataya Charruage, um outro entrevistado de O PAIS esperava que o centro facilita os pescadores a comprarem o combustível no bairro com a construção de um posto de abastecimento.

Tal expectativa o havia obrigado a perguntar sobre o assunto ao pessoal da Direcção Nacional das Pescas, de quem assegurou ter recebido a promessa da instalação de um posto dentro das infra-estruturas do centro.

“Mas pelo que vemos isso não vai ser agora” atirou, lamentando o facto de ainda terem de percorrer distâncias para conseguir gasolina ou gasóleo.

A fonte calculou os gastos do pescador que comprar os novos meios em mais de 10 mil dólares., repartidos em três mil e 500 da barca e os mais de quatro mil do motor, que já obrigou alguns pescadores a pagarem uma primeira participação de 60.589 Kwanzas, para além do combustível de cada empreitada de pesca.

3.17 Conselho regional traça estratégias para disciplinar venda informal

Jornal de Angola

24 de Novembro de 2011

O Conselho Regional Sul de Medicina Natural e Tradicional (CONMENTA), na Huíla, está a definir estratégias para disciplinar a actividade dos vendedores ambulantes de medicamentos naturais e tradicionais. A informação foi avançada ontem, no Lubango, pelo coordenador regional do Conselho de Medicina Natural e Tradicional, Mateus Vicente.

Mateus Vicente esclareceu que, neste momento, estão a sensibilizar os praticantes do sector a aderirem à associação de ervanários, de parteiras tradicionais e vendedores de medicamentos naturais.

O conselho está preocupado com elevado número de pessoas que vendem medicamentos de origem natural em locais impróprios. Muitos deles comercializam produtos nas ruas e mercado informal e, em alguns casos, passam receitas médicas, sem estarem devidamente credenciados.

“Os vendedores de medicamentos na rua não são especialistas em medicina natural. E aproveitam o desconhecimento das pessoas para passar receitas aos pacientes sem a – dosagem ideal para o tratamento das doenças”, frisou.

As receitas passadas pelos vendedores ambulantes estão na base do aumento dos casos de intoxicação por medicamentos naturais ou tradicionais, que aparecem nos hospitais espalhados pela província da Huíla.

Mateus Vicente disse que o conselho de medicina natural está a reforçar a parceria com os órgãos de fiscalização da actividade económica e com a direcção provincial da Saúde, para o reconhecimento da actividade médica naturalista. Como parceiro da direcção provincial da Saúde, o conselho regional quer ajudar as autoridades a controlar a importação e exportação de medicamentos tradicionais. Prevê também emitir pareceres sobre a qualidade dos fármacos importados e exportados. Huíla é considerada, a nível do país e de Africa, como um dos berços da medicina natural, pelas potencialidades da sua flora, rica em plantas curativas. Por isso, assegurou, os membros do conselho estão preocupados com a exploração das ervas vendidas, dentro e fora do país, por cidadãos nacionais e estrangeiros, sem benefícios para a província.

3.18 Venda na praia só com higiene

Jornal o país

25 de Novembro de 2011

Aos pescadores que não aderirem às políticas do centro, os responsáveis reservam -lhes responsabilidades acrescentadas no que toca à disposição das condições de higiene do produto e do lugar para venda.

“Quem não quiser vender o seu peixe aí no centro é livre de o fazer na praia, mas terá de reunir as condições de higiene a serem recomendadas por especialistas da instituição”, avisou um dos dirigentes da cooperativa de pescadores mais a sul do então município da Samba.

Para controlar e responsabilizar os indivíduos que não cumprirem com as recomendações higiénicas, estará todos os dias à beira-mar uma equipa de fiscalização autorizada para multar os prevaricadores, apreender e repreender os vendedores.

Questionado se com esta medida não se estaria a obrigar indirectamente que os pescadores depositem o seu pescado no centro, o responsável da cooperativa recusou a política de obrigaçã o aos profissionais, mas reconheceu que vai ser muito difícil os seus colegas reunirem condições de sanidade requeridas pelo estabelecimento com equipamentos e pessoal especializados para tratamento, conservação e venda dos produtos marinhos.

Quanto às políticas do centro, o responsável corrigiu a tendência dos insatisfeitos em ressaltarem mais a venda do peixe, tendo adiantado que a organização surgiu par facilitar a conservação dos produtos da pesca e formação de alguns cursos, como os de electricidade, técnica de frio, mecânica e outros ligados à área social.

3.19 Venda ambulante de frutas atrapalha lojistas

Jornal folha 8

26 de Novembro de 2011

A “Inconsistência das políticas para a redução do elevado índice de desemprego continua a ser o principal motivo que está a levar milhares de jovens à prática de venda ambulante. O mesmo regista-se com as vendedoras de frutas que invadem as portas das lojas para comercializar.

Nas prateleiras de diferentes super mercados encontramos oscilação de preços das frutas, as mais consumidas são a maçã verde, maçã vermelha, pêra pacman, pêra rocha, tangerina, laranja, limão, melancia, manga, mamão e a banana, que ronda entre 182 a mais acessível (mamão) e 820 Kwanzas como mais caro (banana). Já a concorrência, que não contribui para a receita do cofre

do estado operam preços acessíveis ao bolso do consumidor, de modo a ter a fruta todos os dias a mesa. A maior parte dos produtos é vendida a 100 Kwanzas como valor mais baixo e 500 Kz o valor mais alto, deixando as cadeias alimentícias sem oportunidade de concorrência.

Este cenário tem se registado em todas as lojas de referência na baixa da cidade. O aglomerado de senhoras a expor produto na entrada ou arredores das mesmas suscita atenção dos que frequentam o estabelecimento comercial, apesar de ser uma concorrência desleal elas conseguem sair dai todos os dias dependendo das vendas com mais de dez mil Kwanzas.

Muitas destas mulheres sofridas, com maridos desempregados, optaram pela venda ambulante de forma a oferecer a família o sustento diário.

Conseguem com o que ganham formar os filhos, preparando-os para o futuro. A maior parte delas, tem idade compreendidas entre os 18 a 40 anos de idade, falaram a nossa reportagem das dificuldades que atravessam em casa e na rua “zunga”. Marcelina de 19 anos de idade, esposa de Francisco de 27 anos de idade, cunanga, está na zunga a dois anos, para ajudar o marido e apoiá-lo na compra de um emprego. “Tal como tem sucedido no nosso país”.

Já tia Maria, com muito orgulho diz que, com o que ganham conseguiu ingressar o filho na faculdade, “mano jornalista apesar de que o nosso país não estar bom, com este trabalho consegui meter o meu filho na faculdade embora ser muito difícil” comentou com entusiasmo.

Das dificuldades apresentadas, o arrendamento é o maior problema delas, embora Josefina Abreu construiu com o dinheiro da zunga e hoje é senhoria, “para conseguir o que tenho hoje tive que passar por muitas dificuldade, até mesmo viver no quintal da minha sogra, hoje tenho casa na renda, mais mesmo assim vou continuar na zunga até não poder mais” explanou.

Notando o entusiasmo das bravas mulheres, a nossa reportagem perguntou se elas passam o testemunho do ofício aos filhos. Pelo que, nos deparamos com Augusta, universitária de 22 anos de idade, vendedora aos 16 anos e incentivada pela mãe. “ Comecei a vender por influência da minha mãe, vi a necessidade de começar a comprar as minhas coisas e comecei a vencer loengo. Hoje vendo de tudo um pouco e consigo pagar os meus estudos”.

Os que praticam a venda ambulante, segundo eles afirmam que é possível melhorar a vida, mas só com muita força de vontade e responsabilidade.

Caso de Augusta. A jovem, há cinco anos dedica – se a vender nas ruas da cidade de Luanda, consegue projectar o futuro diferenciado das demais. Deslumbrou – me o meio sorriso a referir da vaidade das outras e o retardo do futuro. Fez – nos recordar que para isso teve de deixar para trás algumas amizades, incluindo a de pessoas que cresceu com ela. Com o que ganha, além de pagar os estudos, ajuda a família na compra de material escolar para irmãos e os grifes. “Sou a segunda filha e tenho a responsabilidade de ajudar os meus irmãos com o que ganho, não posso perder o juízo como o outro que só bebe e rouba por não ter emprego”, disse.

3.20 Sambizanga com ambiente nauseabundo

jornal semanario factual

26 de Novembro a 06 de dezembro de 2011

Por falta de balneários públicos, de organização dos espaços de vendedores ambulantes, a não-determinação fixa de paragens de táxi, ineficiente fiscalização da Polícia, mau estacionamento, edifícios cujos pilares apresentam ruídos, a existência de buracos nas estradas, associada à circulação frenética de pessoas, a zona de São Paulo tem um estado nauseabundo há mais de três meses.

Os moradores apontam a falta de higiene dos agentes da protecção física, zungueiras que preferem as portas das lojas por debaixo dos edifícios, lavadores de carros e taxistas que urinam, desavergonhadamente, em plena estrada sobre os pneus de viaturas, assim como a putrefacção das latrinas e de água dos esgotos que não sofrem sucções por falta de recursos financeiros.

Marilda Antunes, moradora há 30 anos, fez saber que o problema do cheiro nauseabundo no São Paulo não constitui um problema novo, pois, na maioria dos edifícios, além da falta de elevador, regularidade de energia eléctrica, a água já não sobe às canalizações domésticas. Deste modo, muitos são os moradores que jogam urina das escadas a baixo, água suja e dejectos das crianças.

“As valas de esgotos estão quase entupidas por falta de uma limpeza regular. Algum trabalho de limpeza para evitar o cheiro é feito de forma isolada e particular, em vez de congregar diversos moradores de cada edifício. Demonstra-se, assim, negligência à pureza ambiental em quase todo o São Paulo. As zungueiras são outras “porcas”, vendem e urinam por baixo dos edifícios, onde comem e deixam o resto. Deste modo, estamos todos condenados ao mau cheiro”, asseverou.

Em quase todos os edifícios do São Paulo, incluindo nos arredores do Cine com o mesmo nome, as zungueiras encontram-se apinhadas, fazendo-se transportar com os seus bens de comércio.

O mau estacionamento facilita a imundície de muitos vendedores, pois onde houver viaturas estacionadas temporariamente lá haverá zungueiras a fugirem do solou usarem para o encosto das suas mercadorias. Com muita facilidade, acabam por fazer necessidades menores sem a mínima preocupação com o público, atitude semelhante à dos taxistas.

Os pequenos buracos entre os entrocamentos criam congestionamento do tráfico automóvel e afunilam-nos para se tornarem em charcos quando as águas saem dos esgotos, por sinal entupidos, a escorrem às estradas da rua Ngola Kiluanje, passando pela Rádio Eclésia até à Edel.

A comissão do bairro, contactada pelo Factual, mostrou-se indisponível. Este é mais um dos casos de saúde ambiental e requer uma resposta das autoridades, dada a preocupação dos moradores que esperam as mãos dos novos governadores de Luanda.

3.21 Inaugurado mercado na cela

jornal de Angola

30 de Novembro de 2011

O novo mercado municipal da Cela, na cidade do Waku Kungo, no Kwanza-Sul, com capacidade para 1.600 vendedores, entrou em funcionamento no sábado.

Erguido pela empresa construtora angolana Anconstruções, no prazo de 12 meses, a obra foi inaugurada pelo governador da província, Serafim do Prado.

Construído no âmbito do Programa de Investimentos Públicos (PIP), o novo mercado da Cela está implantado numa área “total de 15 mil metros quadrados e custou aos cofres do Estado um montante de 1,5 Milhões de dólares. O estabelecimento dispõe de diversas lojas, restaurantes e bares, sete armazéns, quatro câmaras frigoríficas para a conservação de peixe, carnes, frutas e hortaliças, quiosques, boutiques e 302 bancadas. Conta ainda com parque de estacionamento e um grupo gerador para garantir a corrente eléctrica aos vários serviços ali prestados. O governador Serafim do Prado louvou o empenho demonstrado pela empresa construtora que, apesar dos constrangimentos conjunturais, honrou o contrato celebrado com o governo.

“E, de facto, um momento de alegria por ter chegado o dia da inauguração do mercado municipal da Cela, há muito esperado pelas populações locais e não só. As portas estão abertas e a responsabilidade cabe a todos os munícipes, para que os vários equipamentos aqui colocados durem por muito tempo”, frisou. Cecília João, vendedora de hortaliças e outros produtos há três anos, manifestou a sua alegria por ter conseguido um espaço que lhe permite exercer a actividade em óptimas condições de higiene.

“Estou contente porque agora vou vender numa bancada limpa e com abrigo contra o sol e chuva”, disse. Rita Domingos conseguiu uma boutique e afirmou estar alegre.

4 OGE INVESTIMENTOS PUBLICOS E TRANSPARENCIA

4. I OGE E a linguagem dos números

Jornal semanario angolense
03 de Novembro de 2011

1. Todos os anos, mais ou menos por altura do mês de Novembro, a Assembleia Nacional discute a proposta de Orçamento Geral do Estado que lhe é remetida pelo Governo. Para muitos, trata-se de um mero ritual, de um simples exercício de retórica, já porque as oposições com assento parlamentar não têm condição efectiva para influenciar o resultado final – tal é a disparidade dos assentos entre os representantes do partido que suporta o Governo e os das oposições.

2. Mesmo assim, não é aconselhável perder de vista que o Orçamento Geral do Estado é um dos principais instrumentos de política, e que é por seu intermédio que os políticos procuram pôr em prática muitas das suas ideias e materializar os objectivos que perseguem. O OGE define, pois, uma determinada concepção do Estado, assim como as prioridades da governação, em cada momento. Intrinsecamente é, pois, através da estruturação desse instrumento da política orçamental que se perspectiva o desenvolvimento económico e social.

3. O OGE é um volumoso calhamaço que vai parar às mãos dos deputados para o analisarem, discutirem e, depois, aprovarem em versão final. Trata-se, seguramente, de um exercício maçudo e cansativo, pois que o calhamaço vem, por norma, demasiado comprometido com muitos números que expressam a afectação dos recursos públicos, bem como as suas origens. São mesmo números de dimensões quase quilométricos – passe, claro, o exagero.

4. Talvez pelo facto desses números serem demasiado grandes, e, também, por alguma codificação na linguagem utilizada, não poucas vezes, aos deputados menos preparados em matérias económicas escapam determinadas mensagens, e até mesmo decisões inseridas no OGE. De tal modo que, no momento da sua implementação, já assistimos serem os próprios deputados a questionarem-nas.

5. Estou agora a recordar-me de uma situação algo caricata ocorrida há uns anos, quando se ouviram exalta-

das reclamações por parte de certos deputados sobre a decisão do então Ministro das Finanças, Joaquim David, de aumentar os preços dos combustíveis. Fez-se um tal escarcéu no Parlamento, que só faltou ouvir-se pedir o linchamento público do Ministro...

6. Os deputados esqueceram-se que tinham sido eles próprios a analisar, discutir, votar e aprovar o OGE. Implicitamente, tinham aprovado o aumento dos preços dos combustíveis que estavam, então, a questionar. E não foi justo recorrerem a desculpas pois, que eu saiba, em momento algum da nossa história parlamentar se terá quebrado a disciplina de voto na bancada parlamentar do partido maioritário.

7. Ainda a propósito do nosso OGE, vale a pena referir outro facto que também reputo de interessante. No discurso proferido em sessão solene do Parlamento, no dia 18 de Outubro, sobre «o estado da Nação», o Presidente José Eduardo dos Santos realçou o facto de o OGE 2012 prever receitas e despesas na ordem dos 3,5 triliões de kwanzas. Constatou-se, porém, agora, que o documento que foi efectivamente apresentado ao Parlamento aponta, sim, para receitas de aproximadamente 3,7 biliões de kwanzas (excluindo os financiamentos dos activos) e despesas na ordem de 3,4 biliões de kwanzas (excluindo os compromissos com a amortização da dívida e a constituição de activos), deixando, por isso, uma clara folga orçamental capaz de ser fundamentalmente direccionada para a redução da nossa dívida pública. Uma dívida pública que diz-se estar situada na redondeza dos 35 mil milhões norte-americanos, o correspondente a 38.2% do nosso Produto Interno Bruto.

8. Embora seja demasiado importante a ordem de grandeza dos valores orçamentados e, sobretudo, se vistos numa perspectiva relativa 1 ou seja, comparados uns com os outros, e até mesmo com o valor 1 global), chamou ainda assim a minha atenção a terminologia usada pelo Presidente da República na sua alocução no Parlamento. O Presidente falou, por exemplo, em triliões de kwanzas quando, na realidade, deveria ter dito biliões de kwanzas. Mas, vou explicar-me melhor, por uma questão metodológica e também de rigor, para standatizarmos a nossa linguagem económica, sob pena de um dia não nos conseguirmos entender uns com os outros. Para alguns isto pode até parecer «um não problema», mas, na realidade, não é.

9. Na generalidade dos países europeus, para os grandes números, a sequência numérica é a seguinte: milhares, milhões, milhares de milhões, biliões, milhares de biliões, triliões, etc. Porém, no continente americano, e à medida que se acrescentarem três dígitos, passase de milhares para milhões, de milhões para biliões, de

biliões para triliões, etc. Quer, então, dizer que um mesmo número pode ler-se «mil milhões» na Europa e, contudo, nos EUA, dizer-se «um bilião»; ou então, «um bilião» na Europa, dizer-se «um trilião» no continente americano.

10. Os países africanos foram colonizados por países europeus e nós, de modo algum, somos uma excepção. Por isso, o nosso sistema de ensino ainda tem bem marcado tal herança – mesmo que, no processo de reconstrução nacional, estejamos a fazer recurso aos mais diversos contributos, vindo de todas as partes do mundo.

11. A situação fica mais complicada, se ainda juntarmos ao cocktail dos números a terminologia brasileira. Ou seja, se ao português que herdámos da colonização, misturarmos o português que se fala no Brasil. É assim que há entre nós quem já diga (e escreva) «bilhão» (em vez de bilião), «trilhão» (em vez de trilião), «quatrilhão» (em vez de quatrilhão), etc.

12. Olhemos, pois, novamente, para o discurso do Chefe de Estado angolano, José Eduardo dos Santos. O quê que vemos? Vemos, por exemplo, que, no mesmo texto, ele usou indistintamente as duas nomenclaturas: a europeia e a americana. E, depois, ainda mesclou tudo isso com algum “brasileirismo”, ou seja, o português do Brasil.

13. Em certo momento, o Presidente disse: «O baixo custo do endividamento externo, combinado com a recuperação dos preços de exportação do petróleo, reflectiu-se na melhoria do saldo das Transacções Correntes da Balança de Pagamentos, que evoluiu de um défice de 7 mil e 500 milhões em 2009 para apenas um défice de 350 milhões em 2010».

14. Descontado o facto de o Presidente se ter esquecido de mencionar a moeda a que se referia (suponho que seria o dólar norte-americano), á estava ele também a usar a nomenclatura europeia: “7 mil e 500 milhões em 2009”. Se optasse pela nomenclatura norte-americana, teria dito: “7 biliões e 500 milhões em W09”. Se, no limite, ainda quisesse ‘abrasileirar’ um pouco a nomenclatura americana, então, teria dito: ‘7 bilhões e 500 milhões em 2009’. fá entendo o porquê de o Presidente, e referir às receitas e despesas orçamentais, socorrendo-se da palavra «trilhão», tal como, afinal, falam e escrevem os brasileiros.

15. O assunto pode parecer sem interesse, não relevante, mas eu faço questão de lhe dar a devida importância, uma vez que se, por exemplo, estivermos a falar com um estrangeiro, poderemos induzi-lo a tirar conclusões

incorrectas.

16. Se lhe dissermos a um europeu que a nossa dívida pública ronda os 35 mil milhões de dólares, ele colocará logo 9 zeros depois do 35. Se o nosso interlocutor for norte-americano, teremos de dizer que a nossa dívida pública ronda os 35 biliões de dólares, para ele, então, assumir os 9 zeros depois do 35 – pois ele não usa milhar de milhão, como usam os europeus (e nós também fomos educados a usar). Para um interlocutor brasileiro, diríamos, então, que a nossa dívida pública rondará os 35 bilhões de dólares, já porque ele é americano, tal como os norte-americanos e, além disso, construiu o seu próprio português.

17. Para terminar, uma referência à actual população mundial: para os europeus, somos 7 mil milhões; para os norte-americanos, somos 7 biliões; e somos ainda 7 bilhões para os brasileiros. De facto, é muita fruta...

18. Mesmo que sejamos já um fruto das várias confluências trazidas pelo período pós-independência, seria bom fazermos algum esforço para uniformizarmos a linguagem. Muito em especial, quando se trata de números.

19. A não ser assim, um dia destes, Angola transforma-se numa verdadeira Babilónia... E, então, cada um terá sempre que se fazer acompanhar de um tradutor ou de um intérprete... O bom exemplo deve vir de cima, para ser melhor entendido!

4.2 Jovens exigem esclarecimentos sobre alegadas contas de jes

Novo jornal

11 de Novembro de 2011

Um grupo de jovens escolheu o dia 11 de Novembro para realizar urna manifestação a exigir que o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, venha a público prestar esclarecimentos sobre as alegadas contas bancárias que tem no exterior do país. A concentração em Luanda está marcada para às 12h00, desta sexta-feira, dia em que se comemoram os 36 anos de independência.

Um dos organizadores do protesto, Mário Domingos, disse ao Novo Jornal que o objectivo da iniciativa é pressionar José Eduardo dos Santos a declarar os eventuais valores que tem no exterior. “Nós queremos que ele venha a público, diante do povo angolano, falar das suas contas milionárias, porque o povo precisa saber quanto é que ele tem fora do país”, explicou o jovem.

Mário Domingos disse ainda que se forem impedidos pelas forças da segurança vão desencadear uma série

de manifestações nos bairros. “Já estão criadas todas as condições. Se formos impedidos, vamos manifestar-nos nos bairros periféricos de Luanda. Estas manifestações vão culminar com uma concentração defronte à Cidade Alta. Estamos cansados de ser enganados, basta”, salientou.

Segundo o jovem, foram feitos contactos com organizações nacionais e internacionais dos direitos humanos, partidos políticos e com algumas embaixadas acreditadas em Angola.

Mário Domingos, de 26 anos, deixou claro que se trata de um protesto pacífico, que não recorrerá a qualquer tipo de violência. “Não queremos intrusos no nosso meio como tem acontecido nas outras manifestações porque a nossa iniciativa é pacífica. Iremos manifestar sem nenhuma arma”.

A nossa fonte disse ainda que a realização da manifestação foi comunicada ao Governo da Província de Luanda. “Já escrevemos ao governador interino de Luanda e tudo está preparado para no dia 11 sairmos à rua e dizermos que basta de neo-colonialismo e de exploração”.

Uma outra fonte avançou que todos os jovens condenados pelo tribunal municipal da Ingombota e posteriormente absolvidos pelo Tribunal Supremo estarão presentes na manifestação. “Não estamos com medo, também não queremos novamente guerra. O nosso objectivo é que este país mude para melhor. Estamos cansados. Até nas necessidades básicas temos problemas, não há luz, água e estradas em condições, Já chega. Tudo é para ele e a sua família?”, questionou-se a fonte.

O mesmo grupo tem vindo a organizar manifestações no país. Uma delas era para pressionar o Governo no sentido de encetar reformas democráticas e acabar com a corrupção. Numa outra manifestação, a do dia 3 de Setembro, que resultou em vários presos e feridos, os jovens reclamavam contra os 32 anos no poder do Presidente da República, José Eduardo dos Santos.

. Os organizadores são, na maioria, jovens artistas e “rappers”, cuja música contesta a pobreza, a desigualdade social e a corrupção. Segundo um dos organizadores, a manifestação terá lugar na Praça da Independência.

4.3 Trinta e três por cento do oge destinam-se ao sector social

Jornal semanario factual

12 a 19 de Novembro de 2011

O preço médio de exportação do barril de petróleo avançado pelo Orçamento Geral do Estado (O.G.E.) para 2012 é de 77 dólares por barril, uma perspectiva relativamente conservadora perante actual conjuntura internacional, cujo preço médio ronda os 100 dólares por barril.

Em contrapartida, os altos riscos e incertezas nos mercados financeiros e quanto à desaceleração da economia mundial não deixam muitas alternativas senão a fixação de um preço médio fiscal de exportação prudência e que permita margem de manobra para a gestão orçamental.

O presente orçamento sofreu leve decréscimo de 4,3 triliões em 2011 para 4,2 triliões, mercê em parte da redução do preço médio fiscal de exportação. Salienta-se que a perspectiva de produção petrolífera anual passou de 620,5 milhões de barris em 2011 para 662,7 milhões de barris em 2012, o que reflecte sobre a melhoria da performance do sector petrolífero que espera crescer no próximo ano 13,4 por cento, enquanto o segmento não petrolífero deve crescer na ordem de 12,5 por cento contra 8,1 por cento do ano em curso.

O Orçamento prognostica, igualmente, um aumento substancial das receitas do sector não petrolífero, que passam de 7,5 por cento em 2011, para 12,5 por cento em 2012. Relativamente às normas de execução, o O.G.E./2012 reafirma o compromisso do Estado com as boas práticas de gestão fiscal, de maneira a assegurar a estabilidade e o crescimento sustentável da economia.

O.G.E. para o próximo ano prevê aumento significativo da taxa de crescimento real da economia, saindo dos 3,4 por cento em 2011, para 12,8 por cento em 2012, enquanto a meta de inflação é estimada em 10 por cento, contra 12 por cento do presente ano.

As projecções para O.G.E. 2012 indicam um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) real de 12,8 por cento, sendo 13,4 por cento para o sector petrolífero e 12,5 por cento para o sector não petrolífero. Prevê-se, ao mesmo tempo, que a produção média diária estimada de petróleo bruto deverá situar-se nos 1,8 milhões de barris.

Face ao comportamento recente do preço do crude no mercado internacional, conforme previsões do Fundo Monetário Internacional, o preço médio do Brent, petróleo que serve de referência às nossas exportações,

situa-se nos 100 dólares por barril.

Tendo em atenção os riscos inerentes ao desempenho da economia mundial e à necessidade de se garantir a execução da despesa fixada no O.G.E./2012, tomou-se como pressuposto de preço médio de exportação do petróleo bruto nacional o valor de 77 dólares como base na qual foi projectada a receita petrolífera.

Salienta-se, que as estimativas apontam que o preço médio do petróleo angolano deverá situar-se em 2011 em 110 dólares por barril. A alta do preço do petróleo nos primeiros meses de 2011 permitiu acumular excedente orçamental de 458,8 mil milhões de Kwanzas, entre Janeiro e Março, já no segundo trimestre o superávit fiscal ultrapassou os 400 mil milhões de Kwanzas.

Acrescenta-se que o efeito combinado entre a alta do preço do petróleo, no primeiro semestre, e da melhoria da avaliação dos desembolsos de financiamentos externos motivou, no passado mês de Julho, o Executivo a recorrer aos Créditos Adicionais para o Q.G.E. para 2011.

As projecções ajustadas para 2011 indicam um crescimento do PIB real de 1,7 por cento, sendo de 8,8 por cento para o sector petrolífero e de 8,1 por cento para o sector não petrolífero e prevê-se que a produção diária média estimada de petróleo se situe em 1.723,6 mil barris.

Embora se projecte um preço médio de petróleo das ramas angolanas de 110 dólares, considera-se prudente assumir-se um preço conservador de 95,37 dólares. Assim, a volatilidade no preço e o consumo do crude no mercado internacional poderão afectar positiva ou negativamente a economia angolana.

4.4 Arrecadação do GPL cai bruscamente

Semanário Angolense
12 de Novembro de 2011

As receitas comunitárias e locais da província de Luanda, depositadas na Conta Única do Tesouro (CUT), referentes ao mês de Setembro, registaram uma queda brusca, em mais da metade do valor recolhido no mês de Agosto, mais exactamente, cerca de 59,64%.

De acordo com o balanço mensal divulgado pelo gabinete do vice-governador para o sector económico e produtivo, as receitas de Setembro fixaram-se em 177.190.817,00 Kwanzas enquanto em Agosto, o recolhimento foi de 439.129.500,00 Kwanzas.

O surto estatístico, pelo que se pode conferir no relatório, foi provocado em grande parte pelas cifras apre-

sentadas, tanto pelo Instituto de Planeamento e Gestão Urbana de Luanda (IPGUL), quanto pela conta de recolhimento do GPL.

Em Agosto, o IPGUL arrecadou 130.821.136,10 de Kwanzas, total que sofreu um estrondo de aproximadamente que 88,06% e fechou Setembro com o pequeno montante de 15.616.515,00 kwanzas. Já o valor angariado pela conta de recolhimento sofreu um baque menor. Mas longe dos 259.535.729,09 Kwanzas com os quais contribuiu em Agosto para a CUT, desceu uns 58,43% – mais da metade – e parou em 107.882.788,00 Kwanzas no mês de Setembro.

Ao contrário das receitas colhidas pelo próprio GPL, por intermédio da sua secretaria geral, através das taxas e licenças, a angariação feita pelas administrações municipais em Setembro foi de cerca de 10,08%, maior do que a que foi verificada em Agosto subiu dos 48.772.633,00 Kwanzas para 53.691.514,00 Kwanzas.

Nesse aspecto, tendo somado 10.495.476,00 kwanzas de colheita setembrina, o município do Kilamba Kiaxi superou o do Cazenga no topo da lista das maiores contribuições, seguido pelo Cacuaco. Cazenga, em Agosto, foi o maior contribuinte da arrecadação do GPL, com uma quantia de 10.719.269,00 Kwanzas, enquanto, em Setembro, foi o que teve, quantitativamente, a maior queda: 8.359.465,00 Kwanzas. Um declive de, mais ou menos, 22,00%.

Na outra extremidade, o «pulo de gato» das receitas foi executado pelo município de Viana, com uma esticada de aproximadamente 81,47%. Saiu de 3.024.375,00 Kwanzas, em Agosto, para 5.488.353,00 Kwanzas, em Setembro.

4.5 Orçamento do estado aprovado na generalidade

Jornal de Angola
16 de Novembro de 2011

A proposta do Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2012, aprovada ontem por maioria de 148 votos, vai à discussão nas comissões de especialidade da Assembleia Nacional, antes de voltar à plenária para discussão e votação final, no dia 29 ou 30 de Novembro. As bancadas da oposição abstiveram-se.

A proposta, com receitas e despesas estimadas em 4,4 triliões de kwanzas, tem como metas uma taxa de inflação anual de 10,0 por cento, um aumento na taxa de crescimento real da economia de 3,4 por cento em 2011, para 12,8 por cento em 2012. O OGE 2012 prevê igualmente um aumento substancial das receitas do sector não petrolífero, de 7,5 por cento em 2011 para

12,5 por cento em 2012.

Em termos de produção de petróleo, a previsão cifra-se em 6,6 milhões de barris, com o preço médio de comercialização estimado em 77 dólares o barril. O valor nominal do Produto Interno Bruto em 9,8 mil milhões de kwanzas, uma taxa de crescimento real de 12,8 por cento, repartidos em 13,4 por cento para o sector petrolífero e 12,5 por cento para o sector não petrolífero.

O OGE 2012 tem receitas fiscais (excluindo os desembolsos de financiamentos e venda de activos) projectadas em 3,7 mil milhões de kwanzas e despesas fiscais (exclui amortização da dívida e constituição de activos) fixadas em 3.420 mil milhões, resultando um superavit fiscal de 340,6 mil milhões (USD 3.533,4 mil milhões), equivalente a 3,5 por cento do PIB.

O ministro das Finanças, Carlos Lopes, referiu, na apresentação do documento, que a proposta de 2012, comparativamente ao OGE dos três anos precedentes, assume um cenário mais promissor para a economia nacional, tendo em conta a posição sólida das reservas externas e das contas fiscais.

O ministro realçou o bom resultado que está a ser alcançado no controlo da inflação, sem deixar de acautelar os riscos decorrentes da actual incerteza sobre o desfecho da crise da dívida na Europa e do desempenho da economia dos EUA.

Carlos Lopes acrescentou que a proposta orçamental assenta em projecções realistas para a economia nacional, tendo em conta a evolução recente e as perspectivas da economia mundial e a evolução das finanças do Estado nos anos 2009, 2010 e 2011. Durante os debates, os deputados levantaram várias questões relacionadas com a distribuição das despesas por sector e por região, a reabilitação de infra-estruturas aeroportuárias, e as verbas destinadas à Comissão Nacional Eleitoral.

Distribuição das despesas

Questionada pelos deputados da oposição foi a disparidade entre as verbas destinadas aos organismos centrais (82 por cento) e as destinadas às províncias (18 por cento). O ministro das Finanças, Carlos Lopes, esclareceu que não se deve fazer uma leitura cingindo-se apenas às actividades permanentes que aparecem na descrição da despesa como concentrando cerca de 73 por cento da despesa total.

De acordo com o ministro, tudo ocorre no território nacional, apesar de reconhecer que deve haver um trabalho de aprimoramento para se ter uma noção aproximada da distribuição da despesa pelo território nacional.

“Não há ainda uma avaliação exacta dos encargos que correspondem à divisão administrativa do país e uma imputação nacional desses encargos na província”, sublinhou, acrescentando que esses procedimentos são adoptados num futuro muito breve. Referiu que há projectos e programas concentrados, mas que não significam Luanda, porque são executados pelos sectores mas têm incidência nas províncias.

Verba para Cabinda

Outra preocupação manifestada pelo deputado da oposição Raul Danda tem a ver com o destino dos dez por cento das receitas fiscais da produção de petróleo destinadas à província de Cabinda.

O ministro das Finanças esclareceu que o artigo 7º da proposta de lei do OGE para 2012 prevê a afectação às províncias de Cabinda e Zaire de 12.929 mil milhões e 4.935 mil milhões de kwanzas, respectivamente a que ocorreu, explicou, foi uma mudança na forma de gerir esses valores afectos às províncias, passando a ser geridos dentro do OGE, cuja lei fixa essa receita consignada às duas províncias e a despesa é executada sempre através do Sistema Integrado de Gestão Financeira do Estado (SIGFE).

O Executivo não tem tido problemas em prestar contas à Assembleia Nacional, esclareceu ainda o ministro das Finanças, em resposta a uma pergunta colocada por um deputado. Foi apresentada a Conta Geral do Estado de 2010, o relatório de execução do OGE do primeiro, segundo e terceiro trimestre de 2011 e no devido tempo vai ser apresentado o balanço do exercício económico deste ano.

O ministro disse que as contas do OGE dos últimos três anos traduzem-se em melhorias significativas do desempenho fiscal e do desempenho da economia no geral. Quanto às metas a serem alcançadas com o OGE, o ministro esclareceu que não é regra elas virem expressas no OGE, porque este apresenta apenas o quadro macroeconómico.

Despesas nas eleições

Bastante questionada pela oposição foi a atribuição de mais verbas à Comissão Interministerial para o Processo Eleitoral (CIPE) do que à Comissão Nacional Eleitoral.

O ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa, esclareceu que o orçamento proposto para a Comissão Interministerial para o Processo Eleitoral está relacionado com o processo de registo e actualização do registo eleitoral em 2012. Em relação à Comissão Nacional Eleitoral, o ministro explicou que por não ter sido ainda aprovado o pacote legislativo eleitoral, e não

estando clarificadas algumas tarefas a serem exercidas por esse órgão, é mais cauteloso aprovar fundamentalmente as despesas administrativas. **Novas aerogares.** O ministro dos Transportes, Augusto Tomás, anunciou que o Executivo aprovou a construção de quatro aerogares novas para o Soyo, Dundo, Saurimo e Luena, a serem executados durante o ano de 2012, programa este que abarca todas as províncias.

Relativamente à reabilitação do aeroporto de Mbanza Congo, o deputado do PRS Luís Manjala sugeriu antes a construção de um novo aeroporto. O ministro respondeu que enquanto o novo aeroporto não é projectado, “temos que por a funcionar aquilo que existe”.

Sector da Agricultura

Sobre o sector agricultura, focado por alguns deputados da oposição, o ministro Afonso Pedro Canga informou que Angola, dentro de poucos anos, vai ser auto-suficiente na produção de carne, milho e arroz.

O ministro enumerou os esforços do Executivo para proporcionar condições de trabalho na agricultura aos camponeses, médios e grandes empresários. O ministro indicou que a prioridade do Executivo incide na agricultura familiar, considerando que há resultados visíveis no aumento da produção no interior, que reclama a sua comercialização. Recordou que o Executivo aprovou recentemente um crédito de 350 milhões de dólares que já beneficiou 24 mil camponeses com 47 milhões de dólares.

Em relação à participação do sector agrícola no Produto Interno Bruto, o ministro Afonso Pedro Canga referiu, em termos comparativos, que há cinco anos a Agricultura representava menos de cinco por cento, enquanto a perspectiva em 2012 é de 13 por cento. O ministro Pedro Canga acrescentou que com os investimentos de grande escala em curso no sector, Angola atinge, nos próximos anos, auto-suficiência em alguns produtos como o milho, o arroz e a carne.

4.6 O OGE de 2010 provocou défice de 15 milhões de dólares`

Jornal o país

18 de Novembro de 2011

O porta-voz da Elisal, Nicolau Frederico, reconheceu a existência de uma dívida com as operadoras de limpeza, mas frisou que ela resulta de um défice que se registou no Orçamento de Estado de 2011, aprovado em Setembro do ano passado.

Nicolau Frederico realça que a província de Luanda, onde actuam neste momento 13 grandes empresas de

limpeza, incluindo a própria EUSAL, precisa de cerca de 25 milhões de dólares mensais só para este sector. Mas o OGE aprovado no ano passado contemplava apenas a quantia de nove milhões de dólares, um facto que resultou num défice de milhões de dólares.

Durante o mês de Janeiro do ano em curso a direcção da Empresa de Limpeza e Saneamento da capital do país reuniu com os representantes das empresas do sector. E a solução encontrada para se efectuar o pagamento, segundo o porta-voz, foi juntar a dotação de dois meses para se pagar um mês de trabalho das firmas que limpam a cidade e arredores.

Quando se adoptou o «estratagemas dois em um» tinha-se a esperança de que a revisão do Orçamento Geral do Estado, que aconteceu em Julho deste ano, fosse eliminar a discrepância que se verificava entre o montante de nove milhões de dólares atribuído e os 25 que dizem necessários. Com os 15 milhões de dólares de diferença atribuídos a empresa que supervisiona as operadoras poderia ajustar o orçamento para a limpeza, o que não veio a acontecer.

“A ELISAL continuou a juntar dois meses para pagar um único mês. E está questão não pode ser vista fora do contexto geral em termo da economia e das finanças do país”, justificou o porta-voz. “A empresa tem todo o interesse em resolver esta questão, não está a agir de má-fé porque o problema é do orçamento”, acrescentou.

O nosso interlocutor assegurou que neste momento existem equipas do Ministério das Finanças e do próprio Governo Provincial de Luanda a trabalharem para resolver a situação durante o mês de Dezembro. Trata-se de um compromisso do próprio Estado, tendo em conta que um atraso desencadearia outros problemas sociais junto dos trabalhadores e familiares dos funcionários das empresas de limpeza.

“A ELISAL apenas contrata os serviços e os fiscaliza. Remete às estruturas visadas para efectuarem os pagamentos”, adicionou Nicolau Frederico.

4.7 Oposição defende mais verbas para o sector social

Jornal angolense

19 de Novembro de 2011

A proposta do Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2012, que, ainda, vai à discussão nas Comissões de Especialidade da Assembleia Nacional, antes de voltar à plenária para discussão e votação final, no dia 29 ou 30 de Novembro, tem receitas e despesas orçadas em

4,4 triliões de kwanzas e tem como metas uma taxa de inflação anual de 10,0 por cento, um aumento na taxa de crescimento real da economia de 3,4 por cento em 2011, para 12,8 por cento em 2012.

Prevê igualmente um aumento das receitas do sector não petrolífero, de 7,5 por cento em 2011 para 12,5 por cento em 2012.

No que diz respeito a produção de petróleo, a previsão cifra-se em 6,6 milhões de barris dia, com o preço médio de comercialização estimado em 77 dólares por barril. O valor nominal do Produto Interno Bruto em 9,8 mil milhões de kwanzas, uma taxa de crescimento real de 12,8 por cento, repartidos em 13,4 por cento para o sector petrolífero e 12,5 por cento para o sector não petrolífero.

O OGE 2012 tem ainda receitas fiscais (excluindo os desembolsos de financiamentos e venda de activos) projectadas em 3,7 mil milhões de kwanzas e despesas fiscais (exclui amortização da dívida e constituição de activos) fixadas em 3.420 mil milhões, resultando num super activo fiscal de 340,6 mil milhões (USD 3.533,4 mil milhões), o equivalente a 3,5 por cento do PIB.

Na apresentação do OGE, documento que prevê as despesas e receitas a serem feitas em 2012, o ministro das Finanças, Carlos Lopes, salientou que a proposta de 2012, comparativamente ao OGE dos três anos precedentes, assume um cenário mais promissor para a economia nacional, tendo em conta a posição sólida das reservas externas e das contas fiscais.

O ministro referiu-se com satisfação ao resultado que está a ser alcançado no controlo da inflação, que diz ser bom, mas alertou para os riscos decorrentes da actual incerteza sobre o desfecho da crise da dívida na Europa e do desempenho da economia dos EUA.

Carlos Lopes acrescentou que a proposta orçamental assenta em projecções realistas para a economia nacional, tendo em conta a evolução recente e as perspectivas da economia mundial e a evolução das finanças do Estado nos anos 2009, 2010 e 2011.

Durante as discussões, os deputados mostraram-se preocupados com a distribuição das despesas por sector e por região, a reabilitação de infra-estruturas aeroportuárias, e as verbas destinadas à Comissão Nacional Eleitoral.

Oposição defende equilíbrio na distribuição das despesas

A disparidade entre as verbas destinadas a Luanda com 82 por cento e as destinadas às restantes províncias com

18 por cento causou fortes debates, com os deputados da oposição a fazerem vários questionamentos. O ministro das Finanças defendeu que não se deve fazer uma leitura cingindo-se apenas às actividades permanentes que aparecem na descrição da despesa como concentrando cerca de 73 por cento da despesa total. Aludindo aos pronunciamentos da oposição que defende mais verbas para as restantes províncias, já que nesta altura a maior parte fica em Luanda, Carlos Lopes afirmou que tudo ocorre no território nacional, apesar de reconhecer a falta de um trabalho de aprimoramento para se ter uma noção aproximada de distribuição da despesa pelo território nacional.

“Não há ainda uma avaliação exacta dos encargos que correspondem à divisão administrativa do país e uma imputação nacional desses encargos na província”, admitiu, prometendo que esses procedimentos são adoptados num futuro muito breve. Aquele responsável esclareceu ainda que há projectos e programas concentrados, mas que não significam Luanda, porque são executados pelos sectores mas têm incidência nas demais províncias.

O Deputado pela UNITA, Raul Danda, mostrou-se preocupado com os dez por cento das receitas fiscais da produção de petróleo destinados à província de Cabinda, que diz ser insignificante. Em reacção a esta preocupação, o ministro das Finanças esclareceu que o artigo 7º da proposta de lei do OGE para 2012 prevê a afectação às províncias de Cabinda e Zaire de 12.929 mil milhões e 4.935 mil milhões de kwanzas, respectivamente. A que ocorreu, como explicou o ministro, foi uma mudança na forma de gerir esses valores afectos às províncias, passando a ser geridos dentro do OGE, cuja lei fixa, essa receita consignada às duas províncias e a despesa é executada sempre através do Sistema Integrado de Gestão Financeira do Estado (SIGFE).

O ministro disse ainda que o executivo não tem tido problemas em prestar contas à Assembleia Nacional. Foi apresentada a Conta Geral do Estado de 2010, o relatório de execução do OGE do primeiro, segundo e terceiro trimestre de 2011 e no devido tempo vai ser apresentado o balanço do exercício económico neste ano.

O ministro disse que as contas do OGE dos últimos três anos traduzem-se em melhorias significativas do desempenho fiscal e do desempenho da economia no geral. Quanto às metas a serem alcançadas com o OGE, o ministro esclareceu que não é regra elas virem expressas no OGE, porque este apresenta apenas o quadro macroeconómico.

Para Ngola Kabangu, presidente da bancada parlamen-

tar da FNLA, as razões de fundo da abstenção daquele partido, aquando da aprovação do OGE, prendem-se com as insuficiências do Projecto do Orçamento Geral do Estado, que continua com muitas zonas cinzentas e com muita pobreza em termos de definição: Porque há necessidade de se aprofundar melhor o debate. Ngola Kabangu, que falava ao Angolense, defendeu que trinta por cento para a área social não é nada para um país que tem sérios problemas de saúde, educação, falta de água, energia entre outros. Quanto à verba para o sector da segurança, Ngola Kabangu disse não estar contra isso, porém alerta para que se priorize o sector social por ser o que mais afecta o quotidiano dos cidadãos. “Não estou contra o investimento neste sector, mas já não estamos em guerra, temos que pensar no homem”, disse acrescentando, que temos bons recursos, mas questiona que tipo de homem tem Angola. Chamado a sugerir, que áreas deveriam merecer atenção especial, Kabangu respondeu que “temos que cuidar mais da saúde, da educação, segurança alimentar, saneamento básico, por estar mais ligado ao quotidiano dos cidadãos. “Porque estamos a governar homens e não rios, nem lagos, desabafou, para terminar dizendo que “vamos voltar à especialidade e fazer um debate sério”.

4.8 Proposta de lei do oge debatida na especialidade

Jornal de Angola
19 de Novembro de 2011

As comissões permanentes da “Assembleia Nacional debatem na especialidade, a partir da próxima segunda-feira, “a proposta de Orçamento Geraldo Estado (OGE) para 20 12, já incluindo as preocupações da sociedade civil, anunciou ontem, em Luanda, o presidente da Comissão de Economia e Finanças da Assembleia Nacional, Diógenes de Oliveira.

O deputado, que coordenou o encontro entre a comissão que dirige e os parceiros sociais, ouviu as preocupações do Conselho Nacional da Juventude (CNJ), da Associação dos Deficientes, do representante dos enfermeiros e da UNTA-Confederação Sindical.

Diógenes de Oliveira assegurou que, posteriormente, essas preocupações são passadas por escrito, permitindo assim o início dos debates na generalidade. “E com actividades deste género que podemos mostrar que continuamos a servir Angola”, frisou.

Estiveram no encontro representantes da sociedade civil ligados às áreas das finanças, educação, cultura, juventude e desportos, do ensino superior, ciência e tecno-

logia, saúde, assistência e reinserção social, da família e promoção da mulher, dos antigos combatentes e veteranos da pátria, e do ambiente.

A proposta de OGE para 20 12 foi aprovada terça-feira, na generalidade, com 148 votos a favor, nenhum contra e 24 abstenções. A mesma prevê receitas e despesas de 4,42 quadrilhões de kwanzas. Ao sector social cabe a maior percentagem, com 33,3 por cento.

4.9 É preciso mais transparências na gestão do executivo angolano

Jornal semanario angolense
19 de Novembro de 2011

A pesar dum quinhão de ressalvas que ainda mantém em relação à prestação de contas que o governo angolano tem apresentado, o Fundo Monetário Internacional (FMI), ao conceder uma nova injeção de crédito ao país, deu uma mostra da confiança que pretende depositar no Executivo comandado por José Eduardo dos Santos.

Há alguns dias a instituição aprovou a administração orçamental de Angola e vai liberar 134,8 milhões de dólares para o país, com o resguardo segundo o qual é imperativo haver uma melhor gestão das receitas do petróleo e uma maior transparência das contas do governo.

O representante do FMI, em Luanda, Nicholas Staines, referiu que Angola ainda tem dificuldades em produzir contas claras. E na mesma linha de juízo, o representante da organização não-governamental Global Witness, Diarmid O’Sullivan, mostrou-se crente que, embora a Sonangol publique parte das suas contas, a maioria permanece obscura, assim como muitas perguntas sobre as sociedades mistas da petrolífera estatal, sobre o que detém realmente e que possui no exterior.

Entretanto, se bem que para o vice-director do FMI, Naoyuki Shinohara, a gestão das finanças públicas e a transparência sejam questões prioritárias que requerem progressos, «as autoridades angolanas merecem os cumprimentos pelo alto desempenho alcançado no quadro do programa de reforma e estabilização apoiado pelo Fundo».

Shinohara acredita que o Governo tem melhorado o controlo das transferências dos «royalties» do petróleo para o orçamento do Estado e que esforços estejam em curso para reduzir as somas inexplicadas das contas governamentais e nas actividades da Sonangol.

O relatório da Global Witness, de 2010, observou dife-

renças muito significativas entre as receitas do petróleo fornecido pelos Ministérios das Finanças e do Petróleo e as receitas declaradas pela Sonangol na sua contabilidade. O'Sullivan indicou que são «questões fundamentais» sem respostas, apesar das melhorias constatadas pelo FMI.

«O Governo produz relatórios trimestrais sobre a execução orçamental e as empresas de petróleo do Estado publicam auditorias financeiras e o Banco Central melhorou o seu sistema de controlo interno e terminou a sua auditoria em 2010», observou o responsável da ONG.

Mas essa inexactidão das contas do Governo angolano também foi relevada pelo FMI.

Os empréstimos da instituição para Angola, um dos maiores produtores de petróleo do continente, desde 2009, ascendem a 1,21 mil milhões de dólares.

Por vezes considerada uma estrutura paralela do Governo, a Sonangol detém as concessões petrolíferas, ocupa-se da distribuição e possui uma importante carteira de investimentos no estrangeiro e em Angola. Possui igualmente a sua companhia aérea e dirige programas governamentais de habitação e de indústria. Segundo o FMI, um plano de finanças público a médio prazo vai facilitar o trabalho de proteger o país da flutuação do mercado do petróleo.

Em Novembro de 2009, o FMI aceitou acordar um crédito de 1,4 mil milhões de dólares para ajudar Angola a reconstituir as suas reservas de divisas, depois de uma baixa do mercado do petróleo diante da recessão mundial.

Em Junho passado, o governo de Angola tinha rejeitado um empréstimo do Fundo Monetário Internacional no valor de 400 milhões de dólares, que já havia sido «acordado», alegando gozar de boa situação financeira.

Naquela altura, em entrevista ao periódico *Expansão*, o ministro angolano das finanças, Carlos Alberto Lopes, encarregou-se de dar o recado do Executivo, ao dizer que o governo angolano se sentia confortado com o nível de receitas e reservas internacionais líquidas.

No entanto, a especulação à volta da questão indica que a rejeição das autoridades angolanas estava ligada e assim continua – com a falta de transparência nas suas contas. Diante dos empréstimos que concede, o FMI exige clareza na gestão, facto que terá afugentado os governantes angolanos e os teria levado a preferir os 400 milhões de dólares então disponibilizados.

Os créditos concedidos tanto pelo FMI tal como pelo

Banco Mundial interessam na verdade ao governo angolano, por causa dos juros baixos praticados por essas instituições, mas a obrigatoriedade de uma gestão transparente afigura-se como uma «cortina de ferro» para as autoridades de Angola, aparentemente «habituidas» à má gestão do dinheiro público.

No ponto de vista de alguns especialistas da matéria económica, os empréstimos milionários fáceis como os da China, sem as exigências semelhantes do Fundo Monetário Internacional, embora possam ter algumas vantagens, retiram a oportunidade do país evoluir no capítulo da boa administração pública

4.10 Análise técnica á proposta de orçamento geral de estado do governo de Angola para o ano de 2012: comentarios gerais (I)

Jornal a capital

19 de Novembro de 2011

Neste capítulo, pretendo analisar de forma directa, objectiva, clara e sem recurso a quaisquer métodos complexos de análise macroeconómica, o peso específico de cada sector da actividade económica de Angola na geração do Rendimento Nacional.

Estrutura da economia real de Angola

Se olharmos para os quadros 2 e 3 (pág^a 9 e 10), notamos que o PIB da economia angolana, continuará a crescer em 2012 (12,8% é o que se espera atingir).

Todavia, a dependência da economia a um único produto (o petróleo) continuará grande e perigosa. Representará nada mais nada menos do que 39% do PIB. Se ao petróleo adicionarmos o gás natural, cujo projecto LNG no Soyo irá entrar na fase de produção e comercialização no próximo ano, a cifra indicada aumentará certamente para 41% ou mais! Não é pois de estranhar, que apesar da muito apregoada necessidade de diversificação da economia, em 2012 o sector petrolífero continuará a registar uma taxa de crescimento maior do que todos os restantes sectores da economia nacional.

Agricultura e indústria

Um País como Angola com vastos recursos naturais e elevadíssimas potencialidades económicas geradoras de riqueza, é desolador ver sectores estratégicos como a Agricultura, Pecuária e Pescas e a indústria transformadora (para só citar estes) serem preteridos, a tal ponto que a sua contribuição para o Produto Interno bruto, é quase irrisória face ao enorme potencial disponível! Apenas (7,3% e 12,2% previstos para 2012). Ambos os sectores são excelentes geradores e multiplicadores de

emprego, pela sua natural característica “labour intensive”, principalmente em economias ainda subdesenvolvidas como a de Angola! Mesmo tendo esta possibilidade nata de resolverem problemas graves transversais como o desemprego; a pobreza; a fome; o subdesenvolvimento; a dependência externa etc. e evitar ou reduzir as consequências sociais e políticas daí resultantes, ainda assim este Governo não consegue (ou não pretende?) encontrar uma fórmula que lhes dê a importância que merecem! Em 2011, ambos os sectores não chegarão sequer aos 11% do PIB e em 2012 prevê-se que nem sequer atingirão metade do peso específico do sector extractivo, na economia nacional. É evidente que isto deita por terra, qualquer pretensa boa intenção deste Governo em adoptar uma política de diversificação da economia angolana.

São legítimas questões pertinentes sobre se este Governo saberá exactamente o que é diversificar a economia angolana! Quais os caminhos a seguir (Estratégias)? Que prioridades adoptar? (Programas)? Que limites? (fraquezas, ameaças)? Que agentes económicos envolver no processo? Enfim... Que eu saiba, nunca se organizou um debate aberto, inclusivo, nacional sobre esta temática tão importante para o nosso futuro. Talvez se discuta isto somente nos gabinetes governamentais ou nos ditos comités de especialidade (partidária), o que a acontecer traduz um complexo autista e uma grave miopia, na abordagem de questões estratégicas de âmbito nacional!

Neste momento, o Sector agrícola, precisa de quase tudo em termos infra-estruturas (físicas e técnicas) e até de políticas de crescimento realistas e ambiciosas. Por mais que se diga o contrário, a problemática da propriedade da terra e a sua distribuição e utilização, ainda não está suficientemente bem resolvida em Angola! E sem isso, não se faz “revolução verde”! Por sua vez, o sector industrial (indústria transformadora) asfixia-se num colete de forças retrógradas, nas quais até a falta de energia eléctrica, de água canalizada, de saneamento básico (esgotos e lixos) ainda se fazem presente e de que maneira! Este cenário de fraquezas e constrangimentos estruturais, não fica completo se nele não se incluir, a gritante falta de quadros profissionalmente qualificados e a endémica burocracia na Administração pública (repartições, portos, aeroportos e alfandegas etc.) e a corrupção (que virou institucional) que lhes está associada! Perante um cenário destes, o Governo responde de forma lenta, tímida, desencorajante e contraproducente quer no que se refere ao volume de investimentos que faz (mostrar-vos-ei isso mais adiante), como às políticas desconcertadas, gizadas espontaneamente sem estudos tecnicamente orientados a sustentá-los!

Energia eléctrica

É um factor de desenvolvimento por excelência, desde as civilizações antigas, à revolução industrial (sec.19) até aos nossos dias. Não se faz industrialização da economia, nem se alcança desenvolvimento económico e muito menos desenvolvimento humano, sem energia! Em Angola grande parte da população ainda usa a lenha, para cozer os alimentos, aquecer-se do frio e iluminar-se, como faziam os seus antepassados de há milhares de anos! Fica muito difícil entender, que um país que já produz há quase 1 década em média mais de 1 milhão de barris de petróleo por dia e que possui uma das 4 principais bacias hidrográficas do planeta Terra, esteja a debater-se tão gritantemente com a falta de energia eléctrica, contrariamente aos países da região!

Até na Namíbia, um país vizinho árido, sem caudais de água (rios) nem petróleo, não há problemas graves no fornecimento regular de energia eléctrica, às famílias e às empresas! Contrariamente, os apagões em Angola, são frequentes e não fosse o combustível (gasóleo e gasolina) ainda baratos (porque subsidiados pelo Estado) que abastecem geradores, o sector empresarial e familiar, estariam de rastos! O irrisório contributo para o PIB, deste sector fundamental para a melhoria da qualidade das nossas vidas, está bem ilustrado nos apenas 0,1% em 2011 e 0,2% previstos para 2012.

Construção

Este sector é primordial, num país que apresenta baixíssimos níveis de capital fixo, agravados pelo elevado grau de depreciação e obsolescência dos meios fixos existentes, grande parte deles como se sabe, destruídos ao longo de 3 décadas de guerra, bem como da falta de manutenção preventiva e do mau uso, a que frequentemente têm sido submetidos! Diga-se em abono da verdade, que este sector mereceu, logo após ao fim da guerra (2002), atenção prioritária por parte do Governo, que adoptou uma política de reconstrução física bastante agressiva.

Vias de comunicação (estradas, pontes, caminhos de ferro) e edifícios públicos (repartições, escolas, hospitais etc.) foram alvos de um intenso esforço de reconstrução, nunca antes visto! O volume da dívida pública externa e a presença de muitos chineses, brasileiros e não só, estão aí para o testemunhar! Porém, a retórica de “canteiro de obras” em que se transformaria o país, só com os projectos do Governo, não se concretizaria plenamente, se não houvesse um grande e patriótico dinamismo da população e do sector privado, no que a construção civil diz respeito. Para um país carente em meios fixos corpóreos (em quantidade e qualidade) e pelo facto deste sector ser também um grande empregador (principalmente de trabalhadores de baixa e média qualificação, que abundam em Angola), penso que o Governo pode e deve aumentar o seu esforço, o que a acontecer faria

umentar os níveis actuais de contribuição no PIE, acima dos actuais 7,9% (2011) e dos 8,9% previstos para 2012. Sendo Angola um país em reconstrução e renovação, que tanto carece de infraestruturas básicas e de modernização, por tudo quanto é canto, pode-se e deve-se fazer mais, mesmo tendo eu consciência que “Roma e Pavia, não se construíram num dia “ Mas isso aconteceu há muitos séculos atrás! Mais adiante, adicionarei mais comentários sobre este aspecto.

Em conclusão, a economia angolana em 2012 ainda será bastante débil, muito dependente de um único produto de exportação (petróleo) e por isso, bastante vulnerável! Qualquer “safanão” no preço do barril do petróleo no mercado internacional que o atire para baixo, como aconteceu em 2008/9, lá se vai por água abaixo, toda a sua aparente solidez financeira e estabilidade macroeconómica!

A solução passa necessariamente por uma aposta mais séria, responsável e corajosa, na diversificação da economia. Esta via permitirá um aproveitamento mais racional e rentável das enormes potencialidades económicas que o país tem em vários sectores, muitos deles ainda em estado de exploração artesanal. Só assim o quadro estrutural da economia angolana se alterará significativamente dando espaço a uma maior contribuição dos outros sectores, no Produto interno bruto e alargando-se desta forma à base económica de geração de rendimento nacional.

Vou agora analisar e comentar, alguns dos indicadores macro-económicos mais importantes, com base nos quais se avalia a estabilidade (ou instabilidade) macro-económica de um país.

Taxa de inflação

A literatura económica, define inflação como sendo o aumento contínuo e generalizado dos preços dos bens e serviços num determinado mercado. Em Angola, sabe-se que os preços são bastante altos, comparativamente com de outros países (outros mercados nacionais). De resto, a cidade de Luanda vem figurando amiúde, no ranking internacional, como sendo a mais cara do mundo para os expatriados. Todavia, os preços dos bens e serviços no mercado de Luanda, não são iguais aos praticados noutras cidades e vilas de Angola. Alguns são mais altos outros mais baratos! Contudo, as estatísticas oficiais do Governo, baseiam-se somente em dados recolhidos em Luanda para o cálculo da inflação em Angola (IPC Luanda). Apesar de Luanda ser a capital económica, financeira, político-administrativa e sei lá mais o quê (diz-se que representa entre 55 a 65% do volume de transacções), o país é vasto e tem vários

outros mercados locais com importância crescente em termos de volume de negócios. Daí que, em minha opinião, a taxa de inflação ao basear-se apenas no IPC-Luanda (índice de preços no consumidor), não traduz com rigor, exactidão e verdade, o nível da inflação em Angola. Ele poderá ser I maior ou menor? Quem sabe? Por outro lado o Governo, nunca (que eu saiba) efectuou ou se já o fez nunca publicou, um Estudo económico das causas da inflação em Angola. Houve sim, discursos do Presidente da Republica I a questionar sobre as I causas da inflação! Ouvi e li opiniões expressas em, mideas privados. Mas daí a existir um estudo do I Governo, cientificamente elaborado, sobre as causas reais da inflação em Angola, nada! Acontece que a inflação tem vários factores causais. O prévio conhecimento destes factores, através de estudos (e não da adivinhação!), facilita enormemente a escolha e a aplicação das ~ soluções mais adequadas para a sua redução ao nível mais desejado! E nem T é preciso inventarem-se soluções. Elas existem ~ e estão plasmadas nos manuais especializados! Basta conhecer-se a dimensão real e as características da inflação que o. E país tem e ir ao manual, buscar a receita e depois aplicar-se o medicamento mais adequado e nas doses certas para se combater este mal ! Porque a inflação, quando atinge níveis altos, como vem acontecendo em Angola, é um MAL!

Quer seja uma inflação provocada pelo excesso de procura agregada (inflação da demanda), ou provocada pelo aumento dos custos (inflação de custos) ou até mesmo inflação inercial (provocada pela expectativa dos agentes económicos). Qualquer uma delas provoca males às empresas, às famílias e ao próprio Estado. Em Angola, há 7 anos sucessivos que a Inflação está nos 2 dígitos. Fez morada aí e pelos vistos vai ainda ficar por aí mais alguns anos. Não sei quantos mais! O que sei é que, em W10 ela atingiu 15,3%. Em finais deste ano andarão entre os 12 a 13% e em 2012 está previsto no OGE, 10 %. Na região SADC, Angola é dos países com maior taxa de inflação. Moçambique Namíbia, A Sul por exemplo têm muito menos. Para Angola é mau, pois é mais um obstáculo no caminho dos objectivos de crescimento e de estabilidade económica e social que se pretendem!

Taxa de desemprego

O conhecimento deste iniciador é, dum importância capital para uma boa gestão da economia nacional. Não é obrigatório que este assunto seja analisado em profundidade no OGE, já que a sede mais apropriada para o efeito é o Plano Nacional. Todavia, algo devia ser mencionado no relatório de fundamentação em jeito de informação para facultar aos destinatários e utilizadores deste importante instrumento de gestão pública, um pacote mais completo de indicadores macroeconómicos.

Este indicador, calcula o nº de pessoas sem emprego, mas prontas e aptas para trabalhar, do universo da força de trabalho (população activa) do País. Trata-se de um indicador da capacidade de trabalho inactiva q.d dos recursos humanos desperdiçados.

Que a taxa de desemprego é muito alta em Angola (estima-se que ande à volta dos 30%), acho que ninguém tem dúvidas acerca disso. E para aqueles que as têm, basta verem nas cidades de Angola (destaque para Luanda) as dezenas de milhares de jovens e adultos em idade activa, que deambulam pelas ruas e mercados paralelos, vendendo aquilo que a pouca sorte diariamente

Quando se analisam as tendências económicas a médio e longo prazo de um país, somos obrigados a nos socorrer de indicadores do emprego, da produtividade e do investimento. As principais fontes fiáveis de dados para se calcular o emprego (taxa e volume), são os Censos da população. Acontece que em Angola não se fazem Censos desde a década 70 do século passado. Mas o Governo se quiser, mesmo sem censos, pode utilizar outras técnicas de recolha de dados como por exemplo os Inquéritos às famílias e às empresas. Note-se que existe uma grande relação entre a taxa de desemprego e a taxa de inflação (Curva de Phillips). Também pouco se escreve e quase nunca se fala sobre o Índice de Infelicidade maior, da população. Este interessante indicador calcula-se pela sorna da taxa de inflação dos preços no consumidor, com a taxa de desemprego.

Se à taxa de inflação dos preços no consumidor adicionarmos a taxa de juro anual, teremos o Índice de infelicidade menor. Em cada um dos casos, quanto mais alto for o valor, mais infelizes se presume que sejam os consumidores que somos todos nós, com destaque para os que não são detentores de meios de produção economicamente activos (i.e.- capitais vivos).

Taxa de juro

O Relatório de fundamentação ao OGE, dá algumas informações sobre esta matéria, mas apenas em relação ao mercado internacional (euro e Usd). Relativamente a Angola, nada se diz! As taxas de juro cobradas pelos bancos, neste país não são só altíssimas mas também surrealistas! Constituem um autêntico gargalo de estrangulamento à rentabilidade dos investimentos das empresas e um enorme obstáculo à melhoria das condições de vida das famílias angolanas. Por outro lado, o crédito bancário em Angola continua aristocratizado, partidariado e é concedido com base em critérios arbitrários e bastante discriminatórios. Em Angola vive-se uma autêntica e elementar exploração do capital financeiro sobre o capital económico e o capital-trabalho. No domínio das políticas do Governo, anda-se para

além da política monetária restritiva normal, praticando-se uma política monetária fundamentalista, claramente ultra-liberal de cariz exploratório e elitista. Onde está o crédito ao consumo? E a que preços se pratica nos poucos casos rigorosamente seleccionados, que são autorizados?

Na verdade, a taxa de juro tem uma enorme influência no nível de poupança de uma economia e também, no volume de investimentos, pois poupança e investimentos andam interligados. Sendo a taxa de juro um instrumento da política monetária do Estado, os governos devem saber utilizá-la com inteligência, pragmatismo e sentido de justiça social, porquanto, uma excessiva rentabilização do capital financeiro em detrimento de outros factores de produção, aprofunda desigualdades económicas e sociais provocando instabilidade no mercado e não só.

Reservas internacionais líquidos (ril)

A RIL, é um stock em ouro ou moeda internacional (divisas) com ampla aceitabilidade e convertibilidade, que o Estado possui e que os governos dispõem para satisfazer as obrigações internacionais (importações de bens e serviços) e aplicar a política monetária (oferta e procura de moeda). No mínimo, estas reservas devem ser suficientes para cobrir 3 meses de importações.

No Relatório de fundamentação ao OGE, nada consta sobre o total da reserva disponível. Apenas se informa que a RIL aumentou em cerca de Usd.5.912 milhões de 1 Jan. a Agosto 2011. Se considerarmos que o preço do barril de petróleo não sofreu grandes oscilações de Setembro a esta parte, o aumento da ~ RIL poderá atingir até 31 Dez. 2011, um montante acima de 8 mil milhões, o que adicionando ao saldo então existente, em minha opinião poderá chegar-se acima dos 28 mil milhões de dólares americanos, em finais do corrente ano.

Se tivermos em atenção que o volume total das importações de 2011, rondará os 21.500 milhões de dólares, pode-se concluir que o nível da RIL de Angola, não sendo espectacular, é francamente positivo!

Dívida pública

OGE é omissa em relação à Dívida pública em 2011, mas apresenta dados em relação a 2010 que cifram o monte da dívida em Usd.30.364 milhões que se diz serem equivalentes a 38% PIB projectado para 2011.

A ser verdade, este valor da dívida está sim, entro dos limites de sustentabilidade aconselhados pelas instituições financeiras internacionais «45% PIB para economias subdesenvolvidas). Outro sinal positivo, é o facto de 30% da Dívida estar traduzido em dólares america-

nos. Como a maior parte das receitas fiscais angolanas (petrodólares) estão também traduzidas nesta divisa, isto ta o agravamento da dívida em resultado das diferenças cambiais, apesar de que há o problema da dívida de Angola contraída nos países da 20na euro, que actualmente atravessa uma crise embora neste momento favoreça o dólar americano.

Em relação à dívida pública, nunca se deve perder de vista o facto de que o seu reembolso, em particular o da dívida externa, e o conseqüente pagamento dos juros, normalmente só podem ser financiados com as receitas das exportações. Angola, como se sabe, está muito limitada no que concerne a produtos de exportação. Na prática – e sobre isso já me pronunciei – só o petróleo e o gás natural e um pouco os diamantes, geram receitas em dívidas.

Daí que, em matéria de contracção de dívida publica, o Governo deve ser muito prudente e usar de sanidade financeira. O montante destas dívidas deve ser exclusivamente aplicado em investimentos de longa duração, com um período de “pay back “ superior a 15 ou 20 anos, com vista a assegurar um retomo económica e socialmente recompensante. A qualidade das obras a construir e do equipamento a adquirir com o montante destas dívidas, deve ser rigorosamente fiscalizada, para que se salvguarde maior tempo de vida útil a estes investimentos e benefícios mais duradoiros, quer para o país, como para as populações. E contraproducente, utilizar o dinheiro das dívidas públicas, em obras megalómanas, de fachada vulgo elefantes brancos ou em bens e serviços ostentatórios, cujo impacto social é reduzido e a valia económica efémera! Na maior parte das vezes, este Governo não tem acautelado suficientemente estes aspectos e quando isso não acontece, a factura a pagar pelos próximos governos e as futuras gerações, toma-se ainda mais pesada. Isto é muito mau! De resto, temos hoje vás) rios exemplos que vêm da Europa com e a problemática das Dívidas soberanas a Grécia, Portugal, Irlanda e certamente a Itália, debatem-se hoje com uma crise sem precedentes, provocada pelos excessos de consumo e de investimento público, cometidos por sucessivos vemos durante vários anos. É o que dá 12 cada governo a querer mostrar que é Se melhor gastador que o anterior. Sem de se preocuparem com os limites da 5es economia em cada momento!

4.11 É Preciso mais transparências na gestão do executivo angolano

Jornal semanario angolense

19 de Novembro de 2011

A pesar dum quinhão de ressalvas que ainda mantém em relação à prestação de contas que o governo angolano tem apresentado, o Fundo Monetário Internacional (FMI), ao conceder uma nova injeccão de crédito ao país, deu uma mostra da confiança que pretende depositar no Executivo comandado por José Eduardo dos Santos.

Há alguns dias a instituição aprovou a administração orçamental de Angola e vai liberar 134,8 milhões de dólares para o país, com o resguardo segundo o qual é imperativo haver uma melhor gestão das receitas do petróleo e uma maior transparência das contas do governo.

O representante do FMI, em Luanda, Nicholas Staines, referiu que Angola ainda tem dificuldades em produzir contas claras. E na mesma linha de juízo, o representante da organização não-governamental Global Witness, Diarmid O’Sullivan, mostrou-se crente que, embora a Sonangol publique parte das suas contas, a maioria permanece obscura, assim como muitas perguntas sobre as sociedades mistas da petrolífera estatal, sobre o que detém realmente e que possui no exterior.

Entretanto, se bem que para o vice-director do FMI, Naoyuki Shinohara, a gestão das finanças públicas e a transparência sejam questões prioritárias que requerem progressos, «as autoridades angolanas merecem os cumprimentos pelo alto desempenho alcançado no quadro do programa de reforma e estabilização apoiado pelo Fundo».

Shinohara acredita que o Governo tem melhorado o controlo das transferências dos «royalties» do petróleo para o orçamento do Estado e que esforços estejam em curso para reduzir as somas inexplicadas das contas governamentais e nas actividades da Sonangol.

O relatório da Global Witness, de 2010, observou diferenças muito significativas entre as receitas do petróleo fornecido pelos Ministérios das Finanças e do Petróleo e as receitas declaradas pela Sonangol na sua contabilidade. O’Sullivan indicou que são «questões fundamentais» sem respostas, apesar das melhorias constatadas pelo FMI.

«O Governo produz relatórios trimestrais sobre a execução orçamental e as empresas de petróleo do Estado publicam auditorias financeiras e o Banco Central melhorou o seu sistema de controlo interno e termi-

nou a sua auditoria em 2010», observou o responsável da ONG. Mas essa inexactidão das contas do Governo angolano também foi relevada pelo FMI. Os empréstimos da instituição para Angola, um dos maiores produtores de petróleo do continente, desde 2009, ascendem a 1,21 mil milhões de dólares.

Por vezes considerada uma estrutura paralela do Governo, a Sonangol detém as concessões petrolíferas, ocupa-se da distribuição e possui uma importante carteira de investimentos no estrangeiro e em Angola. Possui igualmente a sua companhia aérea e dirige programas governamentais de habitação e de indústria. Segundo o FMI, um plano de finanças público a médio prazo vai facilitar o trabalho de proteger o país da flutuação do mercado do petróleo.

Em Novembro de 2009, o FMI aceitou acordar um crédito de 1,4 mil milhões de dólares para ajudar Angola a reconstituir as suas reservas de divisas, depois de uma baixa do mercado do petróleo diante da recessão mundial.

Em Junho passado, o governo de Angola tinha rejeitado um empréstimo do Fundo Monetário Internacional no valor de 400 milhões de dólares, que já havia sido «acordado», alegando gozar de boa situação financeira.

Naquela altura, em entrevista ao periódico *Expansão*, o ministro angolano das finanças, Carlos Alberto Lopes, encarregou-se de dar o recado do Executivo, ao dizer que o governo angolano se sentia confortado com o nível de receitas e reservas internacionais líquidas.

No entanto, a especulação à volta da questão indica que a rejeição das autoridades angolanas estava ligada e assim continua – com a falta de transparência nas suas contas. Diante dos empréstimos que concede, o FMI exige claridade na gestão, facto que terá afugentado os governantes angolanos e os teria levado a preferir os 400 milhões de dólares então disponibilizados.

Os créditos concedidos tanto pelo FMI tal como pelo Banco Mundial interessam na verdade ao governo angolano, por causa dos juros baixos praticados por essas instituições, mas a obrigatoriedade de uma gestão transparente afigura-se como uma «cortina de ferro» para as autoridades de Angola, aparentemente «habitadas» à má gestão do dinheiro público.

No ponto de vista de alguns especialistas da matéria económica, os empréstimos milionários fáceis como os da China, sem as exigências semelhantes do Fundo Monetário Internacional, embora possam ter algumas vantagens, retiram a oportunidade do país evoluir no capítulo da boa administração pública

4.12 Despesas para as eleições inscritas à parte

Jornal de Angola

22 de Novembro de 2011

As despesas para as eleições gerais estão estimadas em 23, 4 mil milhões de kwanzas e estão inscritas numa “dotação em reserva” na proposta do Orçamento Geral do Estado para o próximo ano, que está em discussão na Assembleia Nacional, revelou ontem o secretário de Estado do Tesouro, Alcides Safeca.

Alcides Safeca esclareceu que a inscrição da verba numa “dotação em reserva” decorre do facto de estar ainda em discussão, na Assembleia Nacional, a proposta de lei eleitoral que vai definir os órgãos intervenientes. Só depois as verbas são distribuídas por todas as entidades que vão organizar as eleições legislativas e presidenciais de 2012.

O secretário de Estado do Tesouro disse aos deputados que quando for aprovada a lei eleitoral, faz-se a afectação das verbas às instituições que vão realizar a despesa inscrita no OGE na rubrica “preparação e realização das eleições”.

Por não estar ainda definido o papel que cada um tem no processo eleitoral, o Executivo adoptou o princípio de inscrever na CNE apenas as verbas para o seu funcionamento regular, 14 mil milhões Kwanzas, e na CIPE as verbas ligadas ao registo eleitoral, cerca de 16 mil milhões de kwanzas, dos quais 9,3 mil milhões de kwanzas para o funcionamento do Ministério da Administração do Território.

Criação de empregos

O ministro da Administração Pública, Emprego e Segurança Social, António Pitra Neto, revelou ontem que a admissão de funcionários públicos vai passar a ser, a partir do próximo ano, da responsabilidade dos titulares dos órgãos, deixando de haver a atribuição de quotas pelos ministérios das Finanças, Emprego e Segurança Social e Administração do Território. A determinação resulta de um Decreto Presidencial publicado este ano. As admissões são feitas com base no quadro de pessoal aprovado e em vigor, nos limites orçamentais disponibilizados para o pessoal e os sectores, e com base nas vagas que existam no quadro orgânico do pessoal.

De acordo com o ministro, deixou de haver um processo de centralização do controlo dos efectivos da função pública, fruto das limitações orçamentais, passa esse controlo a ser feito pelo titular do próprio órgão.

O ministro revelou igualmente que o Programa do Executivo para 2012 prevê a criação de empregos nos

sectores agricultura, pecuária, pescas, florestas, pescas e indústrias transformadoras.

O Programa Empreendedorismo na Comunidade, que faz parte do Programa Cidadania e Emprego, que abrange vários projectos, vai gerar, no próximo ano, dez mil postos de trabalho em todo o país, através do micro-crédito.

Outro projecto é o da formalização das actividades económicas informais, a cargo do Ministério da Economia; e o programa de inserção dos jovens na vida activa, através do recrutamento, de micro-crédito e equipamentos profissionais.

Comunicação social

A ministra da Comunicação Social, Carolina Cerqueira, disse ontem aos deputados que os diplomas que fazem parte do pacote legislativo da comunicação social foram já submetidos à apreciação do Conselho de Ministros para futura aprovação da Assembleia Nacional.

O ministério da Comunicação Social, prosseguiu, está a trabalhar com a sexta Comissão da Assembleia Nacional, a quem já foi remetido o relatório síntese das discussões. Aguarda o agendamento das reuniões para especialistas do ministério e deputados analisarem as questões técnicas. Sobre a parcialidade dos órgãos de comunicação social públicos, levantada pelo deputado Raul Danda, a ministra referiu que cada órgão de comunicação tem a sua linha editorial, respeitando os princípios legais, e tendo em conta a diversidade.

Referindo-se ao Jornal de Angola, apontado pelo parlamentar como um órgão que se posiciona sempre contra os partidos da oposição, a ministra acrescentou que “temos que ter em conta a prerrogativa que a democracia nos dá para a pluralidade de ideias”. A ministra disse igualmente que dispõe de estatísticas sobre matérias que são publicadas pelos órgãos de comunicação social públicos, incluindo as que se referem aos partidos políticos.

“O pluralismo e a isenção fazem parte de uma cultura que se vai adquirindo, e a formação dos jornalistas pode levar no futuro a terem uma apreciação mais vasta. Estamos a fazer um esforço para melhorar”, acrescentou. A ministra indicou que existe uma Estratégia do Executivo para a Comunicação Social, que vai de 2010 a 2012, que tem como principal objectivo a modernização do sector, a abertura de mais centros de produção de rádio e de televisão em todo o país, a expansão das publicações da Empresa Edições Novembro, a formação de quadros e a aprovação do pacote legislativo da comunicação social.

A ministra da Comunicação Social esclareceu, em resposta a uma solicitação o que deputado Raul Danda; que a RTP-Africa “é um instrumento da política externa portuguesa”, mas não repugna ao seu ministério que aquele canal de televisão emite programas a partir de Angola. A ministra sublinhou que a prioridade do sector consiste nos serviços externos como a TPA Internacional e os serviços em línguas estrangeiras da Rádio Nacional de Angola.

Sector da Saúde

O ministro da Saúde, José Van Dúnem, afirmou ontem que ‘o sector que dirige está a investir na formação de técnicos médios e superiores e não mais em técnicos básicos, devido à complexidade do trabalho, que exige que os profissionais progridam.

Interrogado pelos deputados sobre o encerramento das escolas técnicas de saúde, o ministro disse que em muitas unidades sanitárias não há médicos: “por isso temos que ter enfermeiros que sejam capazes de, com qualidade, garantir a saúde das populações”.

Em relação aos técnicos básicos existentes, prosseguiu o ministro da Saúde, a estratégia é que se superem com acesso às escolas para passarem de básicos a técnicos médios, sendo admitidos apenas esses técnicos, para o aumento da qualidade dos serviços.

Sobre o registo dos medicamentos, o ministro José Van Dúnem disse que estão em discussão dois documentos de base sobre a matéria. A intenção é garantir a qualidade dos medicamentos.

Enquanto não há registo, Angola adopta o registo dos países com os quais tem relações, por exemplo Portugal, ou aqueles que a Organização Mundial da Saúde (OMS) valida como tendo qualidade.

Em relação à mortalidade, que alguns deputados consideram ainda muito alta, o ministro esclareceu, citando as estatísticas sanitárias mundiais de 2011, da OMS, que a esperança de vida em Angola era, em 1990, de 18 anos para os homens, em 2000 passou para 44 e em 2009 passou para 51 anos.

Nas mulheres, a esperança de vida era de 45 em 1990, 48 em 2000 e 53 em 2009. De acordo com o ministro, a tendência da esperança de vida “é nitidamente progressiva”, o que significa que os factores que condicionam a mortalidade estão a melhorar.”

A proposta do Orçamento Geral do Estado para o próximo ano tem receitas estimadas em cerca de 4,4 trilhões de kwanzas e igual montante de despesas.

4.13 OGE Destnado ao huambo será revisto

Jornal agora

26 de Novembro de 2011

A verba do Orçamento Geral do Estado (Oge/2012) para o Huambo, fixada em 33.451.885.513,00, (cerca de 33 milhões de dólares) correspondente a 0,76% do valor total da proposta em discussão nas comissões de especialidade da Assembleia Nacional, desde o dia 18 deste mês, será revista e ajustada, garantiu o ministro das Finanças

Carlos Lopes, que respondia às inquietações levantadas pelos deputados, lembrou que o orçamento para o próximo ano prossegue as mesmas políticas consagradas no Oge / 2011, consubstanciadas na redução das taxas de juros e da inflação, por serem duas variáveis importantes na implementação das políticas macroeconómicas.

“Vamos assumir o compromisso de procedermos à revisão e ao ajustamento do orçamento para o Huambo, na justa medida do limite que foi fixado e que de facto não está reflectido no Oge 2012”, prometeu o governante, sublinhado:

“O Oge, é o instrumento financeiro do Estado e é suficientemente abrangente, porquanto as pessoas não podem olhar para o Orçamento e dizer que vai abranger apenas uma parte da população, mas sim a todos”.

O orçamento deve garantir o funcionamento da administração do Estado e do sector social, com a realização de despesas, criando condições necessárias para o desenvolvimento da economia (daí a razão de não haver exclusão), chamando o ministro a atenção para as acções consagradas no Programa de Investimentos Públicos.

A existência do tecido empresarial proporciona a criação de empregos e a consequente retirada da população da pobreza, porque, através do emprego, obtém-se o rendimento, que serve para poupança. A proposta do Oge 2012 está fixada em 4.420.483.285.532,00 (mais de 44 mil milhões de dólares) e reserva para o Huambo 33.451.885.513,00 (0,76). Este valor coloca esta província abaixo de Benguela (1,56%), Bié (0,77%), Huila (1,14%); Cabinda (1,04), Malanje (0,86%), mas acima do Bengo (0,61), Kuando Kubango (0,64), Kwanza Sul (0,67%). Luanda beneficia de uma fatia de 3,95%.

4.14 Análise técnica á proposta de orçamento geral de estado para o ano 2012: comentários sobre a composição do oge 2012 (2)

Jornal a capital

26 de Novembro de 2011

O OGE 2012 prevê Receitas e Despesas no valor de Kz. 4-420.483.285.538,00. Este valor, ao câmbio estimado de Kz.96,40 (Usd) equivale a USD-45.855 milhões ou se quiserem ler de outra forma 45,85 mil milhões de dólares. Haverá alguns que preferirão hiperbolizar e ler este nº em 45,8 biliões de dólares!

Receitas

Se olharmos para o Resumo da Receita (pag^a-41), sobressai a supremacia das receitas petrolíferas sobre as demais. Nada mais, nada menos do que 57,92%. Só o rendimento das concessões de petróleo, assume 40,47% de toda a Receita fiscal do Estado angolano. Está tudo dito! A conclusão a que cheguei ao analisar a estrutura da economia angolana e que está plasmada no capítulo I parágrafo 1.5 (pag^a 3), volta à talhe de foice.

Angola depende excessivamente de um único produto de exportação, o que toma a sua economia bastante vulnerável aos ditames da economia internacional! Estamos tramados, diria um cidadão mais pessimista! Angola está num beco, mas é evidente que este beco tem saída. E a saída sabe-se qual é: A diversificação tão rápida quanto possível da economia, para produzir e vender mais produtos angolanos, no mercado internacional.

Uma chamada de atenção: Verifica-se uma tendência crescente nos últimos 3 anos, do aumento da receita patrimonial, num ritmo superior ao da receita tributária, a tal ponto que em 2012 os montantes destas 2 fontes de receita quase igualam ou seja 43% do OGE para a Receita tributária contra 41% para a Receita patrimonial. Isto dá a impressão que o país, está à venda! Mas é uma impressão ilusória.

O que verdadeiramente está à venda é o petróleo de Angola, que é extraído num área territorial que esta sim, é concedida (alugada) as empresas por um período determinado. Como este solo ou subsolo de onde se extrai o petróleo é património do Estado, então o rendimento do aluguer é registado como receita patrimonial. O valor deste aluguer, chega a ser muito maior do que a soma dos impostos sobre os rendimentos mais os impostos sobre a transacção e os impostos sobre a produção do petróleo. É por isso que o total da receita patrimonial se aproxima tanto do da receita tributária. A procura de concessões de petróleo em Angola tem aumentado nos últimos anos!

Despesas

Por se tratar da componente política e socialmente mais conflituosa do OGE, irei dedicar-lhe mais tempo.

De natureza económica o Governo tem gasto anualmente, mais de metade das receitas do Estado em despesas correntes com destaque para as Remunerações (salários e outros rendimentos do trabalho) dos funcionários (pessoal civil) e dos militares e paramilitares. As autoridades tradicionais estão também incluídas (milhões), que se pretende atribuir ao Sector Social com uma análise um pouco mais detalhada.

A Educação (inclui ensino pré-primário primário; secundário; superior etc.) receberá Usd 3,9 mil milhões, qualquer coisa como 8,52% do OGE. Trata-se mesmo assim, de uma verba pequena, comparada com os enormes desafios a enfrentar neste sector de capital importância estratégica para o desenvolvimento sustentado. Comparando-a (em termos de % do PIE) com aquilo que as instituições da SADC e da UNESCO recomendam ainda é baixa. Nenhum país da SADC, gasta tão pouco do seu PIE com a educação, como Angola!

Saúde (inclui todos os hospitais, centros e maternidades públicas do país, bem como produtos, aparelhos e equipamentos médicos). Tal como a educação, a saúde é de importância estratégica fundamental, quer para economia como para a segurança nacional no seu todo. A desenvolvimento humano depende disso! Acontece que Angola tem uma das mais altas taxas de mortalidade materno infantil do mundo os angolanos debatem-se com problemas sérios de Saúde pública da malária, às doenças diarreicas; passando pela tuberculose e doença de sono a nível de saúde da grande maioria dos angolanos é precário! A taxa de mortalidade geral é das maiores da região a sistema de saúde de Angola, não tem capacidade de resposta. Está prenhe de debilidades e insuficiências a todos os níveis. Frequentes faltas de medicamentos e material gastável; atendimento hospitalar incompetente e corrupto (gastosismo) fraca qualificação do pessoal medico e paramédico; baixa remuneração do pessoal agravada com recorrentes atrasos no pagamento de salários. Enfim... é um Deus que nos acuda!

Não obstante tantos problemas neste Sector vital, para a sobrevivência das populações, o Governo em 2012 só pretende dar 5,2% do OGE ou seja USD 2,39 mil milhões! E pasmem-se, este Governo quer entregar mais dinheiro (4,83%) a “ Serviços de Segurança e Ordem Pública não especificados quer dizer, que não estão devidamente identificados ou melhor não se sabe bem quais são! Pois é, pretende-se dar mais dinheiro a estes “serviços fantasmas” do que aos Serviços hospitalares de todo o País, que como se sabe, estão muito bem identificados, localizados, especificados etc. e a quem só lhes vão atribuir 3,48% do OGE. Parece-vos absurda ou não, esta opção?

- Habitação e serviços comunitários (que inclui o abastecimento de água, a iluminação das vias publicas e o desenvolvimento habitacional), o Governo querem dar 4,14% (USD 1,89 mil milhões). E para a PROTECÇÃO AMBIENTAL (que inclui gestão de resíduos/lixos gestão de águas residuais/ esgotos) o governo prevê gastar pouco mais de USD. 604 milhões de dólares. Ora vejam lá! Angola é dos países africanos com menor cobertura de água potável por habitante, não obstante a sua enorme disponibilidade hídrica (rios e lagos). Os países fronteiriços sem capacidade hídrica que se compare, com destaque a Namíbia e Zâmbia superam-no grande mente neste domínio. Cabo Verde um arquipélago árido está ~ melhor posicionado que Angola, no que o fornecimento de água potável diz respeito. Em relação ao lixo e ao saneamento, básico, Angola está entre os piores do mundo! As vias publicas raramente estão iluminadas e a maior parte delas nem postes de distribuição têm e em muitas, faltam até lâmpadas. Resultado: É dos países africanos com as vias públicas (mais escuras e com um índice de acidentes rodoviários mais alto! Há (tanto mas tanto por fazer ~ nestes domínios da vida I nacional, que não se consegue entender como é possível destinar anualmente, tão poucas verbas! Enquanto rubricas não especificadas ou outros serviços não identificados, se lhes atribuem verbas colossais!

- A defesa, segurança e ordem pública, continuam a ser tratados por este Governo, como o “parente mais querido” e todos anos têm sido bem servidos. Em 2012 receberão a bela quantia de mais de Usd 7 mil milhões (15,3% do OGE). Nada mau! Porém, mesmo recebendo anualmente tanto dinheiro, ainda há muitos milhares de ex-militares (homens e mulheres) por desmobilizar e reformar (pensões). Uma séria e corajosa inspecção (sindicância p.exe.) neste sector ajudaria certamente a gerir melhor os fundos que lhes têm sido atribuídos!

Sectores económicas

Parece que em 2012 estarão bem servidos. Mas se nos lembrarmos que este ano lhes foi destinado 11,8% do OGE e pouco de realmente significativo se fez nestes sectores pois continuam se debatendo com os mesmos problemas básico de sempre, os Usd 4,63 mil milhões (10,11%) que foram destinados em 2012 pouco ajudarão a galvanizar sectores tão estrategicamente importantes, como a Agricultura, Silvicultura, Pesca e Caça; Industria transformadora; Industria extractiva (minérios); ~ Construção, Transportes; Comunicações... Enfim, um conjunto de sectores produtivos que posicionados uns à montante e outros à jusante, são estruturantes e transversais de toda a actividade económica e servem de alavancas para o crescimento económico e o desenvolvimento. A verba que se pretende entregar em 2012 a todos estes sectores, parece milionária mas

isto é apenas uma ficção numérica, porque se formos a analisar o que se quer dar a cada um daqueles sectores, tudo fica mais claro. Vejamos o Sector da Agricultura, que como se sabe provocou o “milagre económico” do crescimento de Angola na década de 70 e cujas enormes potenciais idades, são internacionalmente reconhecidas. Temos água, luz solar em abundância e terras extensas e férteis que constituem a base para uma revolução verde! Neste domínio, Africa do Sul e Zimbabué, não nos superam! Tudo o que falta, no domínio infraestrutural; da investigação científica, formação de quadros; mecanização, electrificação das zonas rurais; comércio rural etc. depende apenas duma forte vontade politica traduzida na afectação pelo Governo, de mais dinheiro e outros recursos, a este sector fundamental.

Qualquer exercício sério e inteligente, de diversificação da economia angolana, para ser bem sucedido tem de passar necessariamente por este sector! Todavia, este Governo só pretende entregar ao Sector primário da economia nacional Usd.554 milhões (1,21% do OGE). E para a Industria transformadora, que se debate com enormes problemas infraestruturais da responsabilidade do Estado, querem dar 0,05%; Construção (0,01%); Comunicações (0,43%) enfim, apenas migalhas. Enquanto que os Serviços Públicos Gerais se banquetearão com 41,20% ou seja Usd.18,8 mil milhões! Perante este exercício tão surrealista de repartição do bolo nacional, fico estupefacto e sem mais entários a fazer!

Despesa por local

Uma boa maneira de analisar as causas das assimetrias regionais de um país e as formas utilizadas de as combater, é verificar como é que um governo distribui as receitas do OGE pelas localidades (regiões) do país. a Resumo da Despesa por Local (pag.71) é bem elucidativo e não deixa margem para dúvidas.

LUANDA, sempre foi a região mais beneficiada e mais priorizado. Em parte entende-se por ser a capital politica, económica e financeira e por concentrar uma grande parte (fala-se em 7.1) da população do País. Tudo bem, mas daí a receber anualmente, mais do que 4 a 5 províncias juntas, já não é aceitável, tanto mais que a maioria das províncias orça mentalmente inferiorizadas, são exactamente aquelas que apresentam os maiores problemas infra-estruturas pois foi lá onde a guerra mais se fez sentir.

•As províncias do Zaire (0,50%), Uíge (0,91%), Namibe (0,47%), Moxico (0,72%), Malange (0,86%) e Lunda Sul (0,52%), todas juntas irão receber 3,98% do OGE, tanto quanto se pretende dar à Luanda (3,95%). Estou em crer que a população de todas estas províncias equi-

para-se em nº à de Luanda ou até supera. E tem mais Zaire é a região que mais produz petróleo em Angola e a única que vai passar também a produzir gás natural. Malange e Uíge, têm enormes potencialidades em agricultura e silvicultura e até em turismo. E a guerra destruiu muito mais estas regiões do que Luanda. Então porque razão se lhes faz tanta injustiça na hora de distribuir o rendimento nacional? a mesmo poderíamos dizer em relação ao Bengo (0,61%); Bié (0,77%); Cabinda (1,04%); Huambo (0,76%). A todas estas 4 regiões juntas pretende-se entregar 3,18% do OGE (USd.1, 4 mil milhões) contra os Usd 1,8 mil milhões de Luanda, que é uma cidade-provincia quer dizer, é a mais pequena província de Abgola, em superfície. Enquanto estas províncias recebem migalhas, a Estrutura central, que funciona em Luanda, irá abocanhar 82,49 % do OGE, isto é USD 37 mil milhões!

Será que esta solução distributiva do rendimento nacional, contribui eficazmente, para a redução das assimetrias regionais ou para a sua perpetuação? Será que desta forma, se conseguirá diminuir o excesso de população residente nas cidades, fazendo-os regressar às localidades de origem? Tenho muitas dúvidas!

Breve comentário sobre o pip

O PIP, é uma designação abreviada do Programa de Investimento Publico que o Governo pretende implementar o decurso de um ano. Trata-se na realidade das obras de construção civil, estudos e projectos de engenharia e outros, aquisição de máquinas e equipamentos e todos os serviços associados. Grande parte do PIP anual é obras de construção e reconstrução civil.

Em 2012, este governo pretende gastar com investimentos públicos a quantia de USD 9,147 mil milhões. Considerando que a capacidade de execução de obras e projectos em Angola é geralmente baixa, penso que esta verba é aceitável! Vejamos agora como é que este montante, será distribuído pelo território nacional, para levar a cada região melhoria das condições de vida.

Mais uma vez nota-se a discriminação negativa, a que já me referi anteriormente. Luanda (pag^a. 292) irá ficar com 27,4% do montante total reservado para os investimentos que o Governo pretende fazer em 2012. Qualquer coisa como Usd.2,5 mil milhões. E não pensem que este montante é grande, porque inclui obras monumentais como a do novo aeroporto internacional, por exemplo. Negativo! A construção do novo aeroporto de Luanda, na região de Bom Jesus, só vai absorver 0,02% do total do PIP (pg^{as} 171 e 298). Quer dizer, para uma obra tão gigantesca e que nem sequer está ainda construída a 60%, só se previram gastar com ela 150 milhão de kwanzas, em 2012 ou seja 1 milhão e meio de dólares!

Mas afinal a obra está paralisada ou está mesmo em curso? E se está em curso donde sairá o dinheiro para a financiar? Mesmo que este venha da China, através dos bilionários empréstimos a que este país oriental habituou o governo de Angola, ainda assim, as verbas tinham de estar inscritas no OGE! Mas para minha surpresa e certamente vossa, não há mais verbas inscritas para financiar este Projecto em 2012! Isto só pode significar 2 coisas: Ou o aeroporto está concluído (e não foi isso que ouvimos do P. Republica a 18 Outubro, nem o que vimos na TPA, recentemente!). Ou então vão paralisar as obras em 2012? Se for este o caso, mesmo assim, 1 milhão de dólares não chegarão para pagar os gastos que a paralisação acarreta! Então aqui há coisa! E é, para o Tribunal de Contas investigar e o Parlamento fiscalizar, é claro!

Poderia ter dissecado mais este OGE para retirar dele outros aspectos negativos e também positivos. Mas para isso corria o risco de ser muito mais longo e fastidioso e abusaria certamente do vosso precioso tempo. Não é o meu propósito e por isso fico por aqui, esperando que tenha sido suficientemente claro, elucidativo, construtivamente crítico e pedagógico. Esta foi a minha principal intenção ao decidir fazer este trabalho analítico. Bem hajam, todos os que tiverem oportunidade de ler este documento.

Principal base de trabalho utilizada:

- Orçamento Geral do Estado (Proposta p/ 2012)
- OGE proposto em 2011 e Orçamento complementar 2011
- Balanço de Execução Orçamental (1ºSemestre 2011)
- Algumas opiniões de cidadãos Gomas e debates rádio-tv)
- Observação e vivência no meio objecto de análise

4.15 Assembleia nacional aprova oge na generalidade

Jornal semanario factual

19 a 26 de Novembro de 2011

A Assembleia Nacional aprovou, na terça-feira, 15, na generalidade, o Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2012. O OGE, avaliado em 4,4 triliões de Kwanzas, estima uma taxa de inflação de 10%, e a expectativa de crescimento real da economia é de 12,8%, em 2012. A previsão de produção de petróleo ultrapassa os 6,6 milhões de barris, com o preço médio de exportação de 77 dólares o barril.

As receitas fiscais, excluindo os desembolsos de financiamentos e venda de activos, estão projectadas em 3,7 mil milhões de Kwanzas e despesas fiscais, sem amortização

da dívida e constituição de activos, estimadas em três mil e 420 mil milhões, resultando um superávit fiscal equivalente a 3,5% do PIB.

O ministro das Finanças, Carlos Lopes, disse, durante a apresentação do OGE, o actual cenário revelar-se mais promissor para a economia nacional em comparação aos últimos três anos, tendo em atenção a posição sólida das reservas externas e das contas fiscais.

O titular destacou a proposta orçamental assentar em projecções realistas para a economia nacional, tendo em conta a evolução recente e as perspectivas da economia mundial e a evolução das finanças do Estado, nos anos 2009, 2010 e 2011.

Em contrapartida, o ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, Afonso Pedro Canga, reafirmou ao plenário da Assembleia Nacional que cerca de 24 mil produtores familiares beneficiaram de um total de 47 milhões de dólares do Crédito Agrícola de Campanha, desde 2010.

5 GOVERNAÇÃO DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1 Decretos do Presidente dão projecção a Luanda

Jornal de Angola

02 de Novembro de 2011

O Presidente da República, José Eduardo dos Santos, assinou e mandou publicar ontem, no Diário da República, vários diplomas legais, entre os quais os Decretos Presidenciais que aprovam os estatutos orgânicos do Governo da Província de Luanda e dos municípios de Belas, Viana, Cazenga, Cacuaco, Quissama, Icolo e Bengo e Luanda, que agora também é município. O Presidente José Eduardo dos Santos assinou ainda o Despacho Presidencial que determina que os titulares dos órgãos da Administração Local do Estado na Província de Luanda, assim como os vice-governadores e administradores adjuntos, continuem a exercer as funções interinamente, enquanto não forem nomeados os titulares definitivos dos cargos. Outros Decretos Presidenciais remetidos para publicação no Diário da República são os que cria a urbanização de Sequele, no município do Cacuaco, e o que estabelece o regime específico da sua organização e gestão. O Presidente da República assinou ainda o Decreto Presidencial que estabelece o regime de taxas e licenças específicas aplicáveis no município de Luanda, informa uma nota da Secretaria para Assuntos de Comunicação Institucional e Imprensa do Presidente da República.

5.2 Sociedade civil exige mais transparência do governo

Jornal AGORA

05 de Novembro de 2011

A sociedade civil huilana, que se reuniu recentemente para, analisar a dinâmica das organizações da sociedade civil locais, o programa integrado municipal de desenvolvimento rural, do combate à fome e à pobreza e eleger os participantes à conferência nacional, pediu maior rigor na gestão da coisa pública.

O tema sobre o programa de desenvolvimento rural de combate à fome e à pobreza introduzido pelo, vice-governador para a área económica da Huíla, permitiu aos presentes tirar conclusões bastantes sobre a forma como são gastos os dinheiros públicos ao nível dos municípios.

Cunha Velho revelou aos conferencistas que, no quadro desse programa, o governo central disponibiliza, anualmente, para cada município cerca de 214 milhões e 521 mil kwanzas (mais de dois milhões de dólares), com a excepção do Lubango que atinge os 2 milhões e 288 mil kwanzas. Estes dinheiros são geridos totalmente pelas administrações municipais sem interferência do governo provincial, no que se refere aos concursos públicos e a fiscalização directa. Cunha Velho acrescentou, além desse montante, as administrações municipais recebem ainda mais de dois milhões de dólares destinados aos cuidados primários de saúde, no âmbito do programa da sua municipalização para sustentar as campanhas, aquisição de medicamentos, entre outras necessidades correntes.

O vice, que impediu a imprensa de captar as suas declarações, salientou ainda que dos 13 municípios que beneficiaram destas verbas, oito não as gastaram sem, no entanto, se ter referido às prováveis incapacidades técnicas de que padecem a generalidade das administrações municipais, no tocante à elaboração de projectos e a gestão e contabilidade, tendo lamentado o facto de as finanças não devolverem a quem não gasta o dinheiro cabimentado, não gasto para um determinado ano económico.

O governante revelou, ainda, que o seu executivo já gastou cerca de 2 biliões e 28 milhões de kwanzas para os 170 projectos consignados, faltando aplicar 823 milhões, 651 mil kwanzas, referentes ao terceiro trimestre.

A educação foi o sector que beneficiou da maior fatia do 'bolo', consumindo 1 bilião, 354 milhões e 422 kwanzas, possibilitando a entrega de 32 escolas primárias, com 192 salas de aulas, sendo que a conclusão destes projectos permitirá à inserção de 15 mil e 360 crianças do total de 33 mil e 181 crianças fora do sistema de ensino.

Quanto ao programa merenda escolar, Cunha Velho não escondeu o insucesso desta iniciativa, avançado apenas que seis municípios beneficiam dele. Isto é dos 555 mil alunos do ensino primário previstos, apenas 12 mil e 939 são beneficiados.

Foram estas e outras revelações que levaram os participantes a exigirem maior transparência na gestão dos fundos públicos e questionarem ao vice questões como a problemática do lixo na cidade, valas de drenagem entupidas, carência de medicamentos nos hospitais públicos, ao que Cunha Velho prometeu resolver com ajuda da sociedade civil a quem pediu maior participação nos encontros dos conselhos de auscultação e concertação social (Cacas). Mas esta alega não estar bem representada porque os mecanismos de eleição ao fórum são bastante viciados. Além disso, alguns municípios nem sequer têm Cacas constituídos e, entre os que criaram, a maioria furta-se em integrar membros da sociedade civil locais.

Os membros da sociedade civil denunciaram e condenaram a atitude do administrador da Matala, Miguel Vicente, que impediu a realização da conferência municipal, alegando que exibissem um documento assinado por Isaac dos Anjos a autorizar a sua realização. No final da conferência elegeram os participantes à conferência nacional que decorrerá em Malanje, este mês.

5.3 “Nos últimos 15 anos, há indícios de que a fecundidade começa a cair

Jornal a capital

05 de Novembro de 2011

Na verdade esta pergunta vai permanecer no ar durante mais algum tempo, permanecer no ar durante mais algum tempo, a julgar pela ausência ou mesmo, demora na realização de 1m censo populacional. Até agora, a hipotética resposta estima que a população angolana ronda entre os 14 milhões e os 15 milhões, fazendo fé nas amiudadas referências que se vão fazendo quanto ao assunto.

Alguns sectores versados na matéria defendem a possibilidade de sermos um pouco mais acima dos números avançados, mas já outros, sugerem que somos menos e que, pela vastidão territorial de Angola, há necessidade de se incrementar uma política baseada na teoria bíblica “crescei e multiplicai-vos”. Seja como for, o ideal mesmo é, fazer-se o censo populacional.

Entretanto, um estudo dos Indicadores Demográficos do país, realizado pela Universidade Lusíada, refere que Angola está a registar um período de transição da taxa de natalidade, o que revela que tem havido uma menor preocupação das mulheres em ficarem grávidas.

Numa perspectiva de admitir que nasce-se mais do que se morre, no país, os dados da Lusíada revelam ainda que os investimentos no sector da saúde, sobretudo em vacinas de prevenção, permitiram a redução de mortes. Acrescenta, ainda assim, que até 2040, a população angolana não duplicará para 40 milhões de pessoas, tendo em conta que, há 15 anos observa-se a uma tendência de as mulheres ficarem cada vez menos grávidas. “Nos últimos 15 anos, há indícios de que a fecundidade começa a cair e nós estaríamos a entrar na primeira fase de transição da natalidade. Se essa tendência se mantiver, a natalidade vai começar a cair e, estima-se que em 2050, a fecundidade das mulheres esteja em tomo dos dois ou três filhos”, disse o demógrafo José Ribeiro, ao apresentar os indicadores do estudo, esclarecendo que os factores enumerados acima fazer reduzir de seis ou sete para dois ou três filhos para cada mulher angolana.

Baseando-se em registos da história de países desenvolvidos, o especialista feriu que à medida que o número de filhos caiu, melhorou a qualidade de vida das pessoas, reduzindo a proporção de pobres.

“O número de filhos por mulher também tem uma relação muito próxima, negativa, com relação ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Quanto mais filhos por mulher, melhor o IDH”, ilustrou José Ribeiro, para quem, quanto à taxa de natalidade, país se encontra numa fase muito mais adiantada iniciada em 1950, através da generalização do uso de vacinas. Num outro desenvolvimento, o mesmo especialista que temos vindo a citar, desta vez, durante uma conferência sobre “População e Povoamento integrado”, realizada em Luanda no pretérito mês de Agosto, afirmou que existem no país estatísticas a apontar que há 97 homens para cada 100 mulheres.

“Existem, de facto, mas não com a intensidade que as pessoas falam. Para cada 100 mulheres, existem 97 homens”, confirmou, elucidando que, é numa proporção de em 100 mulheres existirem menos três homens.

“Não são sete mulheres para cada homem como se procura dizer às vezes. Não! Para cada 100 mulheres existem 97 homens”, desdramatizou José Ribeiro, ao acrescentar que se trata de uma situação que se altera com a idade.

“Na altura do nascimento nascem mais meninos do que meninas. Para cada 100 meninas nascem 103 meninos mas, depois, a própria natureza encarrega-se de repor o equilíbrio”, e como? “Mata mais meninos que meninas para haver um certo equilíbrio”, concluiu.

População mundial chegou aos sete mil milhões

Há cerca de 2000 anos, a população mundial era de apenas cerca de 300 milhões e foram necessários mais de mil e 600 anos para que este valor duplicasse. Actualmente, porém, segundo o relatório da ONU sobre a Situação da População Mundial em 2011, apresentado nesta segunda-feira, 31 de Outubro, em Lisboa, sete mil milhões de pessoas habitam planeta.

Uma das questões que o rápido crescimento demográfico coloca é: até quando a Terra terá capacidade para sustentar tantas pessoas? Algumas tendências são notáveis, refere o relatório das Nações Unidas. Actualmente, existem 893 milhões de pessoas acima de 60 anos em todo o mundo, mas em 2050 os sexagenários já serão 2,4 mil milhões.

Já as pessoas com menos de 25 anos compõem quase metade da população mundial. Há cerca de 1,2 mil milhões nas faixas etárias entre 10 e 19 anos. Esse percentual já é uma realidade em alguns dos maiores países em desenvolvimento.

Considerando que os jovens podem ser “uma força poderosa para o desenvolvimento económico”, a ONU recorda que essa oportunidade de “bónus demográfico” é passageira e deve ser aproveitada rapidamente, ou então perder-se-á.

Paralelamente, verifica-se que o segmento populacional entre os 10 e os 24 anos começou a declinar em vários países e não apenas nas nações industriais desenvolvidas. No México, por exemplo, onde a fecundidade decresceu de modo significativo nas últimas décadas, a pirâmide populacional tem encolhido regularmente na base, com a faixa etária de 0 a 14 anos a passar de 38,6% do total nacional a 29,3% em 2010. Como consequência, em duas décadas -a idade média do país subiu de 19 para 26 anos.

A ONU chama a atenção para os reflexos do desenvolvimento económico e social sobre a juventude na Índia, onde a taxa de fecundidade de 2,5 filhos por mulher ainda está bem acima do nível de reposição da população (2,1), e há mais de 600 milhões de pessoas na faixa de 24 anos ou menos.

Com 1,2 mil milhões de jovens, fenómeno que tem atraído o interesse de muitos demógrafos, a Índia está em vias de suplantar a China, considerada a nação mais populosa do mundo, com 1,3 mil milhões de pessoas, segundo o último recenseamento.

80 Milhões de bebés por ano o rápido crescimento populacional teve início em 1950, com as reduções de mortalidade nas regiões menos desenvolvidas, o que resultou numa população estimada em 6,1 mil milhões no ano 2000. Ou seja, quase duas vezes e meia a população de 1950.

De um ponto de vista, o facto de termos chegado aos 07 mil milhões pode ser encarado como um sucesso. Mas, refere a ONU, “nem todos beneficiam dessa conquista ou da maior qualidade de vida associada a esse crescimento. Há grandes disparidades entre e dentro dos países”.

Muito desse aumento populacional deve-se às altas taxas de fecundidade dos países mais pobres, dos quais 39 se situam em África, 09 na Ásia, 06 na Oceânia e 04 na América Latina.

Noutras regiões, ao contrário, a taxa de fecundidade declinou drasticamente desde 1950 até hoje. Na América Central, era de 6,7 filhos. Sessenta e um anos depois, essa taxa caiu para 2,6, ou seja, meio ponto percentual acima do “nível de reposição de 2,1 filhos, sendo uma dela rapariga.

Já no Leste asiático, a taxa era de 06 filhos por mulher em 1950. Actualmente, é de 1,6, bem abaixo do nível de reposição.

Em África, porém, a queda foi mínima: a taxa de fecundidade actual é de 05 filhos por mulher. A despeito do declínio das taxas de fecundidade globais, cerca de 80 milhões de pessoas nascem a cada ano, número equivalente ao da população da Alemanha ou da Etiópia.

5.4 Província de Luanda delonga por governador competente

Jornal semanario continente

11 de Novembro de 2011

A Capital Angolana está sem chefe de Governo (Provincial)! Esta situação mesmo transitória, causa celeuma e aperreia aos Municípios (Empresários, Empresas, Negócios, Políticas, Estratégias, Definições, Decisões, Soluções, etc., etc.). É importante que haja uma desenvoltura da situação, porque uma Comissão de Gestão tem alguma limitação executiva.

O futuro chefe de Governo Provincial de Luanda terá que priorizar políticas e execuções nas actividades das Obras Publicas, e na Assistência Social dos Municípios. Na Província de Luanda existem municípios com bastante carência, pobreza, e é importante que o Governo da Província faça intervenções sociais (ajuda alimentar). Vislumbremos, uma das necessidades prioritárias da Província de Luanda é a construção de redes de valas de drenagens subterrânea, contrariamente a existente Cidadela – Calemba. (Não existe nenhum País Civilizado no Mundo com vala de drenagem a céu aberto, que eu conheça).

Existem bairros na Província de Luanda, com rede de saneamento construídas, sem ligação à valas de drenagem, porque não existem!

A prioridade de construção de valas de drenagem deve ser abrangida também na construção de estações de tratamento, antes das descargas ao mar. Com esta estratégia prioritária a província de Luanda ganharia um consumado significativo, abrangente, transversal, que resolveria e acabaria, com situações que maiores afligem os Municípios, ex: melhoria na qualidade de vida, dimi-

nuição dos charcos, doenças endémicas, boa circulação pedonal e automóvel, etc., etc.

Este tipo de sensibilidade governativa carece de competência, erudição, capacidade de trabalho, contrariamente de o que tem acontecido, sucessivamente na nossa Província (Capital).

A Província de Luanda necessita urgente de um Governador com capacidade interventiva, entendido, com equidade, pragmatismo, receptivo as ideias, discuti-las, sem autismos nem “elitismos”! (sistema político ou social que favorece a elite, em prejuízo dos restantes membros do grupo ou da população).

As maiores necessidades dos Luandenses, (hospitais, água, energia, saneamento, emprego, trânsito, estradas asfaltadas), devem constar nas prioridades do próximo Governador, definindo estratégias para minimizar estas necessidades.

É necessário que o próximo Governador focalize no seu mandato as questões sociais. Elaborar uma estratégia política e socioeducativa para encaminhar vendedores de rua miúdos e jovens para formação técnico profissional com remuneração mínima, com alguma atractividade, de maneira a causar de facto uma procura considerável por parte destes jovens vendedores de rua. O Governo da Província de Luanda deve de alguma forma tentar estancar esta situação que se está a tomar enfadonha. Sabemos que alguns Jovens vêm de outras Províncias, a procura de emprego. É triste saber que a Província de Luanda só tem um lar para idosos, (Beiral) em péssimas condições, é importante a construção de vários Centros de Repouso para Idosos, nos Municípios de Luanda.

Estamos no tempo chuvoso, o Governo Provincial deve ter os meios (máquinas) para a execução das obras Públicas nos bairros com maior dificuldade de evacuação das águas pluviais, de maneira a intervir quando necessários. O Governo Provincial de Luanda tem que ter DEVERES, OBRIGAÇÕES, e RESPONSABILIDADES.

5.5 “Aqui é a capital do sobúrdio de Luanda”

jornal angolense

12 de Novembro de 2011

O Bairro da Demuca é tido como uma das áreas mais críticas do referido município em termos de criminalidade, saneamento básico, energia eléctrica e falta de água potável. Os moradores adquirem a água através dos tanques a sessenta Kwanzas o recipiente de vinte e cinco litros. O bairro está situado acerca de duzentos metros do antigo mercado do Roque Santeiro em direcção a rotunda da 80avista chegando até a praça do Calusinga. Segundo informações obtidas no local, a energia eléctrica foi restabelecida há dois anos, após vinte anos às escuras, mas sabe-se ainda que os cortes de energia tem sido frequentes.

No que tange a criminalidade no referido bairro, os moradores a denominaram de “rainha dos crimes”, disseram ainda que são feitas denúncias, mas a polícia quase nunca aparece. Um dos munícipes contou que esta semana na rua da vaidade, uma senhora foi assaltada por volta das dez horas da manhã, os delinquentes “gatunos” levaram os cinco mil kwanza que a mesma trazia e ninguém entrevistou com medo de sofrer represálias. “Estes meliantes são jovens do bairro”, informou.

Os munícipes estão revoltados com esta condição e prometem que caso não se faça alguma coisa para estancar o problema, farão justiça por próprias mãos. Actualmente a situação que se vive na zona é a guerra entre os grupos. “Já morreram muitos jovens aqui nesse mundo do crime e as mortes são a olho nu”, contaram, tendo realçado ainda que, os jovens na sua maioria estão desempregados e por essa razão estão a consumir o álcool em excesso como uma forma de subterfúgio.

Por outro lado, ficamos a saber que no referido bairro existe um mercado conhecido como “praça Calusinga” está a ser invadida por ex-vendedores do antigo mercado do Roque Santeiro. De acordo com os moradores, esta realidade tem se verificado desde que o Roque Santeiro fechou, as vendedoras que foram transferidas para o Panguila estão a regressar, pois afirmam não terem clientes.

Quanto a diversão ao fim-de-semana o ambiente é de festa um dos salões mais conhecido chama-se “Família Forever” onde são realizadas as festas. Os jovens já não conseguem jogar a bola porque os espaços que outrora existiam agora se transformaram em armazéns.

Ainda no Sambizanga na rua do Chamavo também conhecida por “rua do Mantorras” assim denominada

por ser a rua onde nasceu e cresceu o jogador de futebol, Pedro José, trivialmente conhecido por Mantorras, foi lá onde a equipa do KaLuanda fez a sua segunda paragem. Logo a entrada da rua, é visível as péssimas condições em termos de saneamento básico por toda extensão da rua, está enlameada. Segundo os munícipes esta situação se verifica como consequência da chuva que se abateu na última semana. “Aqui no tempo chuvoso é um caos não se consegue passar, porque as águas elevam o nível das casas”, frisou um dos munícipes. Madalena Eduardo, moradora, disse que estão com corte de energia eléctrica há já algum tempo e esta condição esta a deixar os munícipes desgastados, também não há água potável, situação que esta a obrigar os moradores a procurarem o liquido precioso noutras zonas.

Outro munícipe que também se pronunciou a equipa do KaLuanda foi Constantino Paulo, morador há mais de quarenta anos, disse que todas as semanas tem havido desmandos, principalmente as quintas, sexta-feira e sábados a partir das dezoito e trinta, aparecem grupos que começam as cinco até as sete horas. “Quem viu o Sambizanga e quem vê hoje o município está péssimo”, lamentou. Contou que outrora as condições de vida eram favoráveis os problemas a cima citados não haviam, tendo acrescentado que os jovens daquela altura estavam inclinados na educação.

Quanto “as farras” disse que antigamente as festas eram feitas salões. Disse ainda que haviam muitos restaurantes, um dos conhecido era o “bate chaves” hoje estes espaços foram transformados em residências. “O município do Sambizanga mudou muito”, disse Sebastião Caetano, munícipe desde 1975, num olhar ao passado contou que as ruas eram todas asfaltadas, havia água potável disponível, os chafarizes funcionavam, mas actualmente estão com três fontanários e apenas dois funcionam. Quanto ao crime explicou que a rua do São Paulo e do Ngola Kiluange, são as mais afectadas em termos de assaltos, disse ainda que os armazéns têm contribuído de certa forma para o aumento da delinquência e também do excesso de lixo que tem se verificado ao longo da artéria.

“Aqui está horrível”, frisou, tendo acrescentado que a presença da polícia não se faz sentir e por vezes quando aparece o retrato do Sambizanga na era colonial.

De acordo com Pepe de Freitas, outro munícipe, na era colonial o município estava em melhores condições em termos de estruturas e as pessoas eram mais respeitosas. Na altura chamava bairro “canicio um” denominavam-no assim porque havia um bar no local que tinha o mesmo nome foi assim que surgiu.

Com relação ao lixo, disse que outrora tinha o habito de acordar muito cedo por volta das quatro e meia da

manhã as cinco para varrer o lixo das ruas e colocar nos sacos nas portas de cada residência e, o transportadora arma de fogo, dentro do jeso, tirou a arma para o intimidar, mas o seu filho começou a lutar com ele e conseguiu desarma-lo e levaram-no a polícia. “Assaltos aqui é o pão-nosso de cada dia”, afirmou.

Pepe, contou por outro lado, que as farras daquela época eram muitos populares, eram festas de quintal, mas por vezes no decorrer da festa muitos fugiam “pulavam os quintais” quando a polícia aparecia, pois tinham que ter autorização para realizar estes eventos. Continuou, as vezes havia competições entre os DJ para ver quem toca mais e os mais famosos daquele tempo era o DJ Oscarito e o Chico.

Sobre os relacionamentos disse que o namoro era a base de cartas, não namoravam nos becos tinham que ser tudo formal o rapaz ia para casa da rapariga ter com os pais dela para que estes dessem a permissão e tinham de faze-lo dentro de casa. Contou que muitos rapazes que não sabiam escrever na época compravam uma carta já feita que os portugueses vendiam. “A carta já vinha escrita num canto estava escrito não noutra sim e se a menina disse-se sim então dobrava o canto do sim”, explicou.

5.6 «Queremos deixar de servir apenas para as estatísticas eleitorais»

jornal semanario angolense
19 de Novembro de 2011

José Patrocínio, animador dos «Debates a Quinta» e líder da Organização Não Governamental (ONG) OMUNGA, é um activista tão conhecido no sul de Angola quanto a «Coca Cola», passe algum exagero. Em entrevista exclusiva a este jornal, Zé Tó – como também é conhecido e tratado pelos mais próximos – afirma, por sua conta e risco, que grande responsabilidade dos avanços no processo democrático em Angola se deve à intervenção cidadã e que a Sociedade Civil, formalizada ou não, tem contribuído, e de que maneira, para que hoje todos os angolanos se sintam menos povo e mais cidadãos. Nado e criado no Lobito, José Patrocínio é de opinião que a intervenção da Sociedade Civil amedronta o poder instituído. Só isto, diz, justifica os discursos musculados contra algumas associações ou personalidades da Sociedade Civil. Fiquem então com o essencial da nossa conversa.

Semanário Angolense (SA) As manifestações são uma mania que viraram moda ou é uma moda que virou mania?

José Patrocínio (JP) – Durante muito tempo foi impossível manifestarmos-nos, desde que o motivo fosse de contestação, reivindicação ou ainda de protesto. Era normal que as manifestações apenas aparecessem com motivos de apoio ao poder instituído. Claro que isto é uma visão generalista, já que na realidade sempre foi havendo um pouco de protestos. Más o que quero dizer é que não era no sentido consciente de manifestação. A partir de certa altura, as manifestações passaram a ocupar um espaço mais concreto de pressão.

As manifestações passaram a ocupar um maior espaço de afirmação da cidadania. A medida que se vai conseguindo impor o exercício deste Direito mais existe a iniciativa de se manifestar. As pessoas começam a gerir um novo instrumento e vamos todos aprendendo a utilizá-lo cada vez melhor. As pessoas vão se dando conta que, afinal, pode-se exercer este direito e então o vão utilizando cada vez mais para expressarem os seus problemas. Acredito que também a situação em que vivemos em Angola, em que nos confrontamos com milhares de problemas de injustiça, com falta de espaços de participação e de reconhecimento de cidadania, mais razões existem para que as pessoas utilizem as manifestações para reivindicarem.

SA – Não respondeu directamente à pergunta...

JP – Não estávamos habituados a assistir às manifestações e muito menos a participar nelas. Ficamos então admirados com tantas iniciativas do género. Elas vão continuar.

SA – Não acha que a manifestação como instrumento de luta política, está a ser banalizada?

JP – Penso que nunca se banaliza um direito. As pessoas vivem a euforia de um novo momento. Começámos a perceber que afinal podemos manifestar-nos. Percebemos que estamos a conquistar este espaço e por isso se utiliza bastante, principalmente neste momento, a manifestação. Mas também acredito que é uma fase de luta muito concreta. As pessoas vão aprendendo a utilizar também outros instrumentos. Estamos agora a nos envolver cada vez mais na construção da cidadania.

SA – Há pouca consciência de cidadania em Angola?

JP – Não digo que temos pouca consciência de cidadania em Angola. Acredito que grande responsabilidade dos avanços no processo democrático em Angola se deve à intervenção cidadã. A Sociedade Civil, formalizada ou não, tem contribuído, e de que maneira, para que hoje todos nos possamos sentir mais cidadãos. De tal forma que eu acredito nisto. Tenho a sensação de que esta intervenção da Sociedade Civil amedronta

o poder instituído. Só isto justifica os discursos musculados contra algumas associações ou personalidades da Sociedade Civil. Só isto justifica a luta que se trava contra a intervenção destas pessoas e grupos. Isto é um bom indicador do nível de cidadania que temos.

SA – Quer dizer que até então angolano era mais povo que cidadão propriamente?

JP – O que acredito é que cada vez mais as pessoas se vão dando conta que são cidadãos. Que têm direitos.

Principalmente, que têm responsabilidades para a garantia destes direitos. Cada vez acreditamos mais que os direitos que vamos exercendo são produto da nossa responsabilidade no processo. Os direitos não caem do céu. Nem nos são dados como caridade. São resultados de luta e de consciencialização. Esta é a nossa responsabilidade: lutarmos pelos nossos direitos e termos voz na construção do país que sonhamos. Isto tem vindo a crescer. Isto é um facto.

SA – O poder instituído, usando palavras suas, lida mal com as manifestações?

JP – o poder instituído «ainda» lida mal com as manifestações. Ou melhor, «ainda» lida mal com todo o tipo de intervenção que pretenda alterar a actual ordem das coisas. Ou seja, qualquer tentativa de mudança do sistema é confrontada com as reacções de impedimento e repressão. A título de exemplo é o que está a acontecer aqui em Benguela (especialmente no Lobito) em relação ao OKUPAPALA, 1.º Encontro Internacional de Artes e Culturas Urbanas. O tipo de pressão e repressão de que estamos a ser alvo demonstra o que expresse atrás. É preciso insistirmos na luta.

SA – Que tipo de repressão estão ser alvos no Lobito? Porquê e por quem?

JP – O OKUPAPALA é uma actividade que envolve a OMUNGA enquanto produtora. O projecto foi concebido juntando diversas ideias de várias pessoas e grupos. O que se pretende com este tipo de festival é juntar as pessoas através da valorização das realidades das comunidades periféricas. Por isso este festival foi concebido para ser realizado em vários bairros periféricos na cidade do Lobito. O projecto foi apresentado quer a nível local, como provincial. Inicialmente deveria coincidir com os festejos da cidade, mas por várias razões externas à nossa vontade, decidimos adiá-lo para as comemorações da independência. A 09 deste mês (quarta-feira) a menos de 24 horas para começar com o festival, o director provincial da cultura chamou dois membros ligados à organização (não da OMUNGA) e informou que o Governo retirava todo o apoio porque não podia estar metido num projecto onde se encontram também os promotores de manifestações em Luanda. Assim ficámos sem sala para a realização do «Quintas de Debate» (que era

uma escola no bairro da Lixeira) e sem a Administração municipal onde prevíamos realizar uma palestra e uma exposição. Percebemos a ideia apresentada pelo director provincial da cultura, só que não imaginávamos que o cerco seria ainda maior.

SA – *Isto quer dizer que o festival já não vai acontecer?*

JP – Não. Isto quer dizer que nos confrontamos com bastantes obstáculos e desafios. Temos então que ser bastante criativos e não desistir. Em relação à palestra e exposição prevista para a administração municipal conseguimos transferir e realizar no cine Imperium. No entanto isto desmobilizou o pessoal porque desconcentrou a equipa da organização e também o pessoal que estava informado. Em relação ao «Quintas de Debate», decidimos realizá-lo na rua junto à referida escola. Isto também trouxe os seus problemas. O pior é que dois jovens apedrejaram o local enquanto decorria o debate e puseram-se imediatamente em fuga. Pouco mais de cinco minutos depois, o segundo comandante municipal da polícia do Lobito já se encontrava no local com mais três ou quatro indivíduos, declarando que teria sido contactado por telefone sobre o ocorrido. Muito rápida a intervenção do comandante, não parece? E pior é que a intervenção do comandante foi para desmobilizar a actividade com a justificação de uma suposta falta de segurança. Pouco depois apresentaram uma criança como se tivesse sido ela a pessoa que apedrejou. Deste apedrejamento (duas ou três pedras) ficou partido o vidro da viatura da empresa «Rosalina Expresso» que estava alugada para prestar apoio. Mas apenas era o início. A pressão não ficou por aí.

SA – *Porquê que a maior parte dos manifestantes são, na sua maioria, jovens desocupados liderados alegadamente por pessoas ligadas aos partidos da Oposição?*

JP – Antes de responder a esta pergunta, quero ainda acrescentar os tipos de pressão que estamos a ser alvo neste momento para que não se realize o OKUPAPALA. No dia 11 de Novembro fomos impedidos de realizar o espectáculo previsto para a Damba Maria, por alegada falta de autorização. A 12 de Novembro somos informados que todos os participantes que estavam acampados no espaço da Cuca, na Restinga, tinham que abandonar imediatamente o recinto sem qualquer alternativa para onde ir. A Cuca era um dos patrocinadores do evento. Esta situação foi preocupante. Decidiu-se não abandonar o local e permaneceu-se aí até ao dia 13. Este incidente traz inclusivamente atritos nas relações pessoais. O director da área comercial da Cuca é meu conhecido. Acredito que não tenha sido nada fácil para ele ter que tomar essa decisão. Isto pode levar a outros problemas já que a OMUNGA se sente lesada por este procedimento. No dia 12 de Novembro, tentaram impedir a realização do espectáculo na Catumbela. Foi a polícia e

a administração. Tivemos que fazer uma grande ginástica de distração e assim inventámos à última hora um outro espaço e arrancámos com a actividade. Mesmo assim fomos contactados pela polícia para acabar com o espectáculo. Decidiu-se continuar. No dia 13 fomos informados pela empresa «Rosalina Expresso» de que nos retirava o apoio. Esta empresa, para além das viaturas que alugávamos, tinha disponibilizado um mini-autocarro como patrocínio. Outro patrocinador tinha decidido retirar-nos os contentores habitacionais onde se encontram hospedados outros participantes.

SA – *Agora quanto ao facto de as manifestações serem quase sempre liderados por dirigentes de partidos políticos?*

JP – Não sei se podemos generalizar que as manifestações são lideradas por jovens desocupados. O facto de serem jovens tem algum argumento. Na realidade em toda a parte do mundo são os jovens que têm mais energia e dinâmica. São também, em essência, menos conformistas. Possivelmente o facto de se sentirem excluídos lhes leva a terem mais coragem para se manifestar. Sentem na pele as consequências de um sistema injusto. Não sei também se estão, todos eles ligados a partidos da oposição. Mas se isso corresponde à verdade, também tem explicação. Estar ligado a um partido da oposição já demonstra não estar a favor do sistema e do regime. Por outro lado, estar ligado a um partido já demonstra alguma formação política. Lideranças têm que ter visão política. Seja como for, temos é de olhar para o facto de serem cidadãos insatisfeitos com a situação que vivemos num país rico para alguns e miserável para a maioria.

SA – *Nestas manifestações não tem havido aproveitamento por parte de alguns líderes partidários?*

JP – Não poderíamos esperar outra coisa. É obvio que os partidos políticos tiram e devem tirar o seu proveito. Seria estranho se isso não acontecesse. Isso não é um crime nem um problema. Todos os envolvidos na causa de construção do país ficam atentos aos contextos e vêem neles as oportunidades e/ou os constrangimentos para as suas intervenções. Não podemos é pensar que, pelo facto dos partidos políticos fazerem o seu aproveitamento em relação às manifestações, que estas são organizadas a mando desses partidos políticos. São duas coisas diferentes. Temos manifestações em que os organizadores são claramente partidos políticos e temos manifestações em que os organizadores são cidadãos, mesmo que estes possam ter alguma filiação partidária.

SA – *As manifestações que ocorrem agora no país tiveram como base de inspiração a «Primavera Árabe»?*

JP – É obvio que vivemos num mundo cada vez mais globalizado e a informação chega-nos a velocidades mais rápidas. É obvio que os contextos se influenciam.

Por esta razão poderemos dizer que talvez haja alguma influência. Mas ao mesmo tempo penso que há contextos gerais de insatisfação. E isto não acontece apenas no mundo árabe, mas também na Europa, em África, nos Estados Unidos. Cada vez mais procuramos alternativas a um sistema capitalista financeiro cada vez mais arrogante e antipopular. O sistema é o mesmo em qualquer parte do mundo. É contra este sistema, que envolve esquemas de corrupção (ver a Grécia) cada vez mais alarmantes e descarados, que os cidadãos um pouco por todo o mundo, têm vindo a manifestar-se. Afinal em todo o mundo há pessoas que acreditam que um mundo mais justo é possível.

5.7 Batata quente» para o novo gpl

jornal semanario angolense
19 de Novembro de 2011

A nomeação, pelo Presidente da República, de Bento Sebastião Francisco Bento, para o cargo de governador da província de Luanda, embora surpreendente, não causou tanta admiração, como seria de esperar, em alguns círculos políticos e da comunicação social, porque depois da exoneração do então governador José Maria dos Santos, já se prognosticava tal possibilidade.

Ao ser nomeado para dirigir os destinos da cosmopolita e controversa província em que se situa a capital do país, Bento Bento terá herdado, nas circunstâncias actuais, mais que uma dura empreitada, uma autêntica «batata quente», muito difícil de se manter entre as mãos, apesar dos forros com que possa cobri-las.

Para diversos analistas, a sua nomeação não passa de uma estratégia política do MPLA que visa utilizar o sentido de persuasão e mobilização de Bento Bento para aglutinar os administradores municipais e as populações dos respectivos municípios para fins eleitorais, já que, à semelhança dos governadores de outras províncias, vai acumular com as funções de 1.º secretário do partido no poder.

Contudo, outros observadores para o «caldeirão» que é o GPL, Bento Bento terá que ter um jogo de cintura muito forte para não acabar escaldado como já aconteceu com muitos outros que por lá passaram, o que pressupõe que algo se terá passado na cúpula do maioritário que chamou a imagem de Bento Bento e a nomeação para o cargo de governador de Luanda visa o xeque-mate.

Para outros ainda, a nomeação pelo PR de alguém que nunca deu mostras de competência administrativa governamental para uma província como Luanda, é uma demonstração de pouco interesse pelos destinos da capital e mais preocupação pelos pressupostos eleitorais,

o que pode significar algum desnorтеio político, considerando os últimos acontecimentos criados pela oposição de um modo geral, entre os quais avultam as manifestações de protesto.

A província de Luanda, apesar da sua menor dimensão (mesmo com os acréscimos buscados à província do Bengo) em relação às demais províncias, acaba por ser a maior de todas pela complexidade das suas componentes, pela diversidade estrutural e por ser o território em que se situa a maior cidade de Angola, a mais populosa, a mais polémica, sede dos órgãos de decisão e poder.

A grande metrópole que é Luanda foi-se descaracterizando ao longo dos anos sem que se acautelasse as medidas necessárias ou se providenciasse os meios correctos para a sua manutenção e correcção do seu crescimento desordenado e anárquico. Os tempos de guerra contribuíram, igualmente, para a sua degradação e desorientação, embora sempre houvesse quem regesse os rumos que a cidade e, conseqüentemente, toda a província, deveriam tomar.

Actualmente, passados os tempos turbulentos da guerra há quase uma década, apesar das novas infra-estruturas que vão surgindo r um pouco por todo o lado, apesar e das chamadas «novas centralidades», é visível e facilmente se apercebe que Luanda não tem um plano director que norteie os destinos da capital para metas devidamente definidas.

Muita coisa acontece um tanto à socapa, quiçá na ânsia de se fazer mais para mostrar trabalho, porque de contrário não haveria constantes demolições e desalojamentos de populares, em alguns casos forçados, que são «atirados» por tempo indefinido em tendas, assim como a expropriação de terrenos de lavoura de cidadãos que não têm onde ganhar o pão de ti cada dia, sem que lhes seja garantida qualquer contrapartida por um bem que já lhes vem de várias gerações anteriores.

Apesar dos vários projectos anunciados ou em vias de arranque, vão surgindo novos bairros de lata da noite para o dia em outros locais e nos mesmos em que já aconteceram demolições e até mesmo nas chamadas «reservas fundiárias do Estado», sem que quem de direito, neste caso as administrações locais, tomem medidas para evitar que se vá continuando com os mesmos problemas sociais e infra-estruturas. Junta-se a isso a construção de arranha-céus e condomínios em locais sem condições de saneamento, as estradas e ruas que estão em permanente reabilitação e um grande número de situações que não se consegue resolver por não haver uma equação coerente e responsável da sua importância primária ou secundária. Os vários governadores que passaram por Luanda, cada

um à sua maneira, foram cavando o seu buraco. Houve quem levantasse um ou outro alicerce e pode-se destacar quem fez alguma coisa para melhorar, embora a maioria nada tenha feito, apenas ajudando a afundar mais a «embarcação» já esburacada.

A «batata» torna-se mais quente para o novo governador, ao somar-se o mau trabalho dos administradores municipais que, apesar de alguma purga efectuada por José Maria dos Santos, continuam a apostar no desleixo, na desorganização, apresentando por tudo e nada desculpas que não colhem neste tempo em que o trabalho sério e responsável deve ser a prioridade, sem justificarem o que fazem com o dinheiro do erário público que lhes é confiado para melhorar as condições dos respectivos municípios, nem para onde levam os meios de trabalho que são postos à sua disposição, como camiões, tractores, cisternas, entre outros meios. É comum dizer-se que esses meios são utilizados em proveito próprio, em negociações como a venda de água ou nas suas quintas.

Todo um conjunto de situações negativas foi-se acumulando ao longo dos mandatos dos sucessivos governadores, tendo o próprio Presidente da República reconhecido quando nomeou para dirigir Luanda uma Comissão de Gestão liderada por Higinio Carneiro. Na altura, a esperança dos luandenses renasceu, mas, pouco tempo depois, as coisas voltaram à rotina habitual dos anteriores governos.

Assim sendo, é caso para dizer que o ora nomeado governador de Luanda, homem mais habituado às lides partidárias, com vocação para agitador/mobilizador de massas, recebeu uma árdua tarefa que exigirá peito para enfrentar os problemas sociais, a falta de energia eléctrica e água potável e corrente, a falta de saneamento e limpeza em toda extensão da província, a má dos transportes públicos, da saúde e educação, a delinquência que se vai agravando, a corrupção, a indisciplina e o desrespeito de algumas entidades que são as primeiras a prevaricar, o descontentamento popular por estas e outras razões criadas pelas anteriores administrações, como a expropriação de terrenos e a sua venda por parte dos fiscais e funcionários das administrações municipais, além do problema do dinheiro que a população depositou para obtenção de terrenos para a auto-construção dirigida e que volvidos cerca de três anos ninguém tuge nem muge, o que está a ser considerado como uma fenomenal burla do GPL aos cidadãos.

Como se não bastasse, é tempo de S. Pedro começar a «abrir as torneiras» e as enxurradas vão aumentar, e de que maneira, os problemas de Luanda, sobretudo das ruas que praticamente deixam de existir em tempo chuvoso e dos bairros periféricos que submergem nas águas.

Em meio a tudo isso, é caso para se dizer que se o desempenho de Bento Bento na governação de Luanda for como as bocas que mandava nas actividades políticas do partido no poder, que se cuidem os prevaricadores. Haja governador.

5.8 A voz de bento bento no «corredor da morte»

Jornal semanario angolense
19 de Novembro de 2011

Desde Kundi Paihama, ninguém, mas ninguém mesmo, conseguiu se sair bem depois de ocupar o posto de Governador de Luanda. Nem mesmo Aníbal Rocha, ainda hoje considerado pela «vox populi» como o melhor inquilino que já passou pelo Palácio da Mutamba. Esse até saiu mal. por ser bom, o que, dizem as más línguas, não caía bem ao «Chefe», que se sentiu ofuscado pela popularidade do então edil de Luanda. Todos os seus sucessores (Simão Paulo, Job Capapinha, Francisca do Espírito Santo – a única mulher a ocupar o cargo – e por último o «meteórico» José Maria dos Santos) ainda hoje realizam uma travessia no deserto. Razão terá por isso Reginaldo Silva quando chama a este cargo de «o corredor da morte».

Razão terão também, por isso, aqueles que vaticinam para Bento Francisco Bento, ou Bento-Bento se preferirem, o fim da picada para a sua carreira política. Ou pelo menos o píncaro de onde ir-se-á estatelar ao comprido, mais cedo ou mais tarde. É que, ao ser inesperadamente nomeado para o posto de Governador de Luanda – cargo do qual à boca pequena se diz que um peso pesado como Adelino Peixoto fugiu – adivinha-se o fim de uma carreira que, se bem que com algum êxito nas lides partidárias, pouco tem a oferecer em termos de gestão.

Para além de uma passagem pelo Conselho de Administração de uma empresa menor, pouco mais tem para oferecer. O seu perfil, populista e pouco ortodoxo, dificilmente o deixa talhado para os grandes desafios que a província mais complexa apresenta à sua edilidade. Se onde nem a conhecida diplomacia de Francisca do Espírito Santo conseguiu resistir às constantes interferências do poder central – chegou a conseguir ser nomeada Ministra Sem Pasta com direito a assento no Conselho de Ministros –, não é crível que o «trungungu» de Bento Bento o consiga.

Se onde a grande capacidade de gestão de Aníbal Rocha, o iniciador das grandes obras em Luanda, não resistiu às ondas e contra ondas das intrigas palacianas, não será certamente sob o estilo errático do actual Governador que se irá resolver os grandes problemas de falta de água,

de energia eléctrica e dos engarrafamentos que asfixiam a economia da capital do País.

Sem contar que, sendo o Presidente da República actualmente o verdadeiro Governador de Luanda, se está para ver como será a coabitação com um homem que, bom activista político como é, pode não ter a diplomacia e discernimento suficientes para saber quando deve aparecer e quando deve deixar as luzes da ribalta para o «Chefe».

Duas razões principais poderão ter levado o Presidente Eduardo dos Santos a nomear Bento Bento para um cargo de tamanha responsabilidade numa altura como esta. A primeira prende-se com o facto de BB ser indubitavelmente o melhor 1.º Secretário Provincial do MPLA da última década, e a segunda tem a ver com uma certa impaciência do PR em relação às makas crónicas entre o governador e o chefe provincial do MPLA nas províncias em que estes dois cargos são exercidos por pessoas diferentes. A Huíla – a única agora com essa divisão – é exemplo disso, com a corrente a não passar entre Isaac dos Anjos de um lado e Marcelino Tyipingue e Virgílio Tyiova de outro, ao ponto de a própria base eleitoral do MPLA estar ameaçada. Na impossibilidade de remover Bento Bento da chefia do MPLA na província pelo seu excepcional desempenho, a solução encontrada foi a de «abonar-lhe» com o cargo de Governador Provincial para o qual está ainda menos talhado que o seu «confrade de perfil» Job Capapinha, esse que até tinha tido um «estágio» como Vice Ministro da Juventude e Desportos.

A acumulação dos dois cargos poderá ter – tem certamente – uma forte motivação político eleitoral. Bento Bento é afinal o melhor antídoto que o MPLA até agora encontrou para a onda cada vez crescente de manifestações contra si e contra o seu líder, José Eduardo dos Santos, com as suas gigantescas contra-manifestações. Famoso pela sua irreverência política, o actual Governador da Província não hesitará em usar essa condição para assacar vantagens políticas para o seu partido. No caso, se um partido ou movimento da oposição decidir convocar uma manifestação, a partir do momento que terá que notificar o Governador Provincial, Bento Bento poderá, se quiser, demorar a reagir ao pedido para dar tempo para organizar uma «contra-manif», quiçá na mesma hora e local. Já o fez antes e certamente fá-lo-á sempre que possa sem qualquer peso de consciência. Adivinham-se pois tempos difíceis para a Oposição e para os «revús», como gostam de chamar-se os jovens protagonistas das «manifs».

Do ponto de vista técnico, também adivinham-se tempos difíceis para os municípios de Luanda, mais a

mais porque até agora a arquitecta Cada Ribeiro não foi ainda substituída como vice governadora para a área técnica.

Fontes contactadas asseguram que é por esse défice de BB que o PR está a tomar especial cuidado na selecção de quem proverá este cargo, com responsabilidades directas na execução das várias obras de Luanda. Porque Bento Bento é que não será, sob pena de um fiasco total. Não tem perfil, nem formação, nem pachorra para isso. Caso para dizer que se isso dependesse de BB, os cidadãos de Luanda estavam paiados. Resta saber quando e sobre quem recairá a escolha do Presidente Eduardo dos Santos para resolver os problemas de falta de água, luz, lixo por tudo quanto é canto e engarrafamentos desgraçados da capital do «canteiro de obras».

5.9 Vigora nova estrutura orgânica com a nomeação do governador

Jornal de Angola

22 de Novembro de 2011

O ministro da Administração do Território disse ontem que, com a nomeação da nova direcção do Governo Provincial de Luanda (GPL), tem início a aplicação da nova estrutura orgânica da instituição e das administrações municipais, nomeadamente, do município de Luanda, que vai ter uma comissão administrativa e um presidente.

Bornito de Sousa, que presidiu à cerimónia de apresentação do governador da província de Luanda, Bento Sebastião Francisco Bento, aos funcionários do GPL, referiu que já foi dado o acordo do Ministério da Administração do Território às propostas de nomeação do presidente da comissão administrativa do município de Luanda e dos administradores municipais de Cacuaco, Viana, Belas, Icolo e Bengo e Quissama. Bornito de Sousa solicitou a atenção da direcção do governo de Luanda na incorporação dos municípios do Icolo e Bengo e da.

Quissama. Além de realçar a problemática da energia eléctrica, água potável e gestão dos resíduos sólidos, como desafios de actuação apontados por Bento Bento, Bornito de Sousa acresceu a organização da circulação rodoviária urbana, a segurança dos cidadãos e seus bens, habitação social e a disponibilização de espaços para autoconstrução, estabelecimento de espaços para mercados, organização da administração fiscal e o diálogo permanente com os cidadãos.

O ministro considera que a acumulação das funções de primeiro secretário provincial do MPLA em Luanda e

de governador, tal como acontece em várias províncias, é facilitada por uma clara delimitação de competências entre o governo central, provincial e as administrações municipais que remetem agora grande parte das funções executivas do antigo governo provincial para a comissão administrativa da cidade de Luanda e para as administrações.

“O governo provincial deve resistir a substituir-se aos municípios na realização das tarefas que lhes são alocadas pelos novos estatutos orgânicos”, disse.

O governador da província reconheceu que na cidade de Luanda existem muitos problemas por resolver e situações que nesta altura deviam estar resolvidas. “Por isso estamos obrigados todos a fazer mais e melhor, a ser mais rigorosos nos nossos processos e a um esforço colectivo e solidário.”

Bento Bento assumiu que é necessário mais disciplina, rigor e trabalho árduo e ressaltou que os desafios a enfrentar são, sobretudo, de gestão e capacidade de organização e de trabalho em equipa para governar bem a província de Luanda.

“Os nossos problemas são também de ordem técnica e sabemos que existem soluções técnicas para os actuais problemas nos domínios da energia eléctrica, água, resíduos sólidos, infra-estruturas e gestão urbana”, disse.

5.10 Novos administradores nomeados em Luanda

Jornal de Angola
23 de Novembro de 2011

O governador de Luanda, Bento Bento, procedeu ontem a exonerações e nomeações de administradores municipais, tendo em conta a nova divisão política e administrativa da província.

José Tavares Ferreira, Manuel Cafussa e José Francisco Correia foram exonerados dos cargos de administradores municipais do Sambizanga, Cacuaco e Kilamba Kiaxi, respectivamente.

Bento Bento exonerou ainda os administradores da Ingombota, Pedro Samuel John Júnior, da Samba, Adão António Malungo, da Maianga, Manuel José Marta, do Rangel, Maria Clementina Gomes da Silva, e do Kilamba Kiaxi, José Francisco Correia.

Foram também exonerados o administrador da Quiçama, João Martins, e a secretária-geral do governo de Luanda, Maria Hilário.

Num despacho, Bento Bento determina o fim das funções de todo o pessoal de apoio colocado no gabinete do governador provincial. José Tavares Ferreira, até então administrador do Sambizanga, foi nomeado para o cargo de presidente da Comissão Administrativa Municipal de Luanda. Os actuais administradores do Cazenga, Nataniel Tany Narciso, e de Viana, José Moreno, foram reconduzidos nos seus respectivos cargos.

Os despachos foram exarados tendo em conta a Lei nº 17/10, de 29 de Julho, sobre a Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, conjugada com o artigo 90 do Decreto Presidencial nº 276/11, de 31 de Outubro, que aprova o Estatuto do Governo da Província de Luanda.

Segundo o novo organigrama, a província de Luanda passa a ter sete municípios contra os anteriores nove. Os municípios são Luanda, Cazenga, Viana, Belas, Quissama, Cacuaco e Icolo e Bengo.

5.11 GPL Transfere-se para cidade do kilamba

Jornal o país
25 de Novembro de 2011

A sede do Governo da Província de Luanda vai ser transferida futuramente para a Cidade do Kilamba, no recém-criado município de Belas, uma mudança ditada em parte pelo novo figurino administrativo que está a ser implementado na cidade capital, revelaram fontes daquela instituição a O PAÍS. A transferência da sede do governo de Luanda resulta em parte da necessidade de acomodação da Comissão Administrativa Municipal de Luanda (CAML), cujo presidente é o ex – edil do município do Sambizanga, voltando assim o edifício a acolher a sede da câmara municipal de Luanda.

A concretização da transferência não será para breve tendo em conta que deverá aguardar que a nova sede do GPL esteja edificada. Em face disso, de momento a Comissão Administrativa Municipal de Luanda vai ser instalada provisoriamente n no edifício da extinta administração municipal da Ingombota.

O novo figurino administrativo de Luanda contempla a existência de sete I municípios, contrariamente aos nove até anteriormente existentes, designadamente, o município de Luanda, te Cazenga, Cacuaco, Viana, Belas, Quissama e Icolo Bengo.

Quanto ao município de Luanda, consta que será formado por treze distritos e vai absorver territórios dos Ir extintos municípios do Rangel, Sambizanga, Ingombota, Kilamba Kiaxi e Maianga.

“Vassauradas”

No entanto, o início da semana, o governador de Luanda, Bento Bento, para dar corpo ao novo figurino administrativo da província, nomeou o presidente da Comissão Administrativa Municipal for de Luanda, os administradores municipais e outros responsáveis do seu gabinete.

Na sequência, Bento Bento exonerou José Tavares Ferreira, Manuel Cafussa e José Francisco Correia dos cargos de administradores municipais do Sambizanga, Cacuaco, Kilamba Kiaxi, respectivamente. De igual modo foram exonerados da Ingombota, Samba e Maianga, respectivamente, Pedro Samuel John Júnior, Adão António Malungo e Manuel José Marta.

O acto administrativo de Bento Bento, enquanto governador de Luanda, resultou no afastamento dos administradores nomeados pelo seu antecessor, José Maria dos Santos, designadamente, da Samba, Rangel, Cacuaco, e Ingombota.

Na verdade, os ex-administradores dos extintos municípios da Samba, Ingombota, Cacuaco, Rangel, respectivamente, Adão Malungo, Pedro Samuel John Júnior, Manuel Cafusa e Maria Clementina da Silva, nem sequer 1, tiveram tempo suficiente para se familiarizarem com o metier das administrações, tendo em conta que todos foram nomeados a 22 de Junho do ano corrente cessaram igualmente as funções os administradores municipais e adjuntos da Samba, Rangel e da comuna! da Funda.

A até então secretária-geral do governo, Maria Umba Hilário, que ocupava este cargo desde Fevereiro do ano corrente, também não sobreviveu à primeira vassourada de Bento Bento, que no seu lugar renomeou, Judite Armando Pereira.

Num só ápice, o governador da Província de Luanda determinou também a cessação de funções de todo o pessoal de apoio, colocado no seu gabinete.

Os sobreviventes

Contrariamente aos receios de muitos funcionários do GPL, o governador de Luanda não incluiu nas suas nomeações nenhum out -sider, apostando na prata da casa.

Fontes que acompanharam o processo, alegam que nos últimos dias, assistiu-se um a um grande corrúpio nos corredores do secretariado província de Luanda do MPLA, local onde tudo terá sido cozinhado, bem como nos corredores da sede do partido governante, na expectativa de serem reconduzidos nos cargos anteriores.

Sai como o grande vencedor nesta remodelação a figura do ex-administrador do Sambizanga, José Tavares Ferreira., que assume a presidência da Comissão administrativa de Luanda, que terá sob sua alçada treze distritos.

Sobreviveram igualmente os administradores do Cazenga, Viana, respectivamente, Victor Nataniel Narciso, d José Manuel Moreno, que permanecem d intactos nos seus lugares, um facto aparentemente devido à sua condição de membros do comité central do partido.

Enquadra-se também na lista dos sobreviventes, o administrador do Icolo e Bengo, António Calado, arquitecto m de profissão que migra de Caxito para Luanda, nas mesmas funções que ocupava anteriormente.

Este arquitecto de profissão já foi quadro do GPL, onde foi o director da extinta Direcção dos Serviços de Gestão Urbana, precursora do actual Instituto de Gestão Urbana de Luanda – IPGUL.

Para Cacuaco a opção recaiu para sobre Rosa João Janota Dias dos Santos, que não é desconhecadora deste metier, pois até então desempenhava idêntica função na comuna da Funda.

Ana Maria Rodrigues da Silva e Silva passa de administradora adjunta do extinto município do Rangel para doravante ocupar-se do município da Kissama que foi desanexado da província do Bengo.

Enquanto isso, a secretária municipal do MPLA da Ingombota, Joana António Quintas, ocupar-se-á da administração do novo município de Belas, que herda o território da Samba e se estende até à cidade do Kilamba.

Regresso a casa

Judite Armando Pereira regressa ao executivo de Luanda, onde ingressou na vigência do governador Simão Paulo, ocupando-se do gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística, posteriormente indicada para secretária-geral, função que exerceu até Fevereiro do ano corrente.

Trajectória semelhante percorreu a directora do gabinete do governador, Ana Cristina Pódia Kay Salvador, que até à sua nomeação foi administradora adjunta da Samba.

No entanto, antes de ser nomeada em Junho deste ano exercia o cargo de directora do gabinete do governador de Luanda, uma função que se prolongou desde o mandato da governadora Francisca do Espírito Santo. Não menos importante foi a nomeação de Alberto

Marques Domingos para a função de assessor político, que marca também o regresso àquela instituição, pois já foi o director de gabinete do governador que mais tempo esteve em funções desde o tempo de Aníbal Rocha.

Governar colectivamente

O presidente da Comissão Administrativa Municipal de Luanda, José Tavares Ferreira, anunciou, à margem da cerimónia de tomada de posse, o seu compromisso com a promoção de uma governação participativa e transparente para o município de Luanda.

Na referida ocasião disse que de concreto já existe um programa para o município de Luanda, resultante da integração dos programas dos municípios extintos por força da revisão administrativa da província.

“Os problemas do município de Luanda estão devidamente identificados. Todos nós conhecemos, resta agora, mais do que falar, arregaçar as mangas”, disse o presidente da Comissão Administrativa Municipal de Luanda.

José Tavares Ferreira anunciou que a primeira empreitada desta longa jornada que agora inicia, será encontrar um local para a sua acomodação, bem como a nomeação da sua equipa de trabalho uma questão a ser equacionada brevemente.

No entanto, augura o apoio dos munícipes de Luanda, lembrando que sem a colaboração e cooperação destes a tarefa de governar Luanda será difícil.

“Pensamos fazer uma governação transparente, participativa, aonde todos os cidadãos de forma disciplinada e organizada vão e devem contribuir para transformar Luanda num lugar bom para nascer e viver”, afirmou o presidente da Comissão Administrativa Municipal de Luanda.

De igual modo, aponta como linhas de força da sua governação a resolução dos problemas de energia, água, saneamento básico, reparação das vias tanto principais como terciárias e o combate à pobreza.

Enquanto se aguarda pela instalação definitiva CAML, aquele responsável assegura o normal funcionamento das administrações municipais e comunais para quem desejar obter qualquer serviço da administração.

5.12 Eleições autárquicas ou legislativas?

Jornal o continente

25 novembro de 2011

Autárquicas! Porque servem melhor os interesses das populações (Províncias, Municípios, Comunas, Bairros, Avenidas, Ruas, Estradas, etc., etc.). O que muda na vida quotidiana de um munícipe com a eleição legislativa de um partido? Absolutamente nada! O impacto é indirecto, bastante demorado, quase nenhum. Porque as políticas do Governo são centralizadas sem especificidade territorial, homogéneas, não complementam, não satisfazem a necessidade local (Municipal).

Existe alguma crise letárgica na sociedade Angolana (Sociedade Civil, Partidos, Oposição, TecnoCratas, Políticos, Comunicação Social (Mídia), Empresas, Empresários, Universitários, etc., etc.)? Não se compreende o porquê da não discussão desta temática. Será falta de Literacia? Porquê que em Angola só se discute poder e não políticas? Fulano, Sicrano e Beltrano! Substituição do A, em detrimento do B. Nota-se que algumas forças políticas (partidos, oposição, sindicatos, associações, movimentos associativos, etc.), não estão preocupadas com as necessidades, carências, ambições das populações, pelo contrário querem única e exclusivamente chegar ao Poder e a sua continuação.

Distingamos, as eleições que causariam maior “resolução” nos problemas das populações, são as Autárquicas, I porque é o Poder Local, representativo (Vereadores, Assembleia Municipal), porque o munícipe também (teria alguma responsabilidade ou irresponsabilidade na escolha do candidato, periodizava situações, priorizava políticas e políticos, teria escolha TI alargada de candidatos, cobriam as promessas ao candidato vencedor, a eleito. Numa situação de eleição autárquica, os candidatos elaboram um ai programa, põem a disposição dos fé eleitores, é debatido, levado ao escrutínio, opcional. Com a elaboração e execução da Lei de Autárquica criariam empregos as populações locais.

O poder seria partilhado, e quando da assim é, a responsabilidade é compartilhada por todos. Só assim se pode dizer Estado democrático, com alternância os de poder local.

O poder seria partilhado, e quando assim é, a responsabilidade é compartida por todos. Só assim se pode dizer Estado democrático, com alternância de poder local.

O Executivo angolano em preterir, projectar, executar a Lei Autárquica, e em prioridade às eleições legislativas ir meteu a carroça a frente dos bois. Foi estrategicamente e politicamente errado, paradoxal, causando

desgastes político ao próprio Partido, Executivo, (Governo). Portanto, nestas situações – políticas que vivemos o Povo culpabiliza os fracassos de governação, 1 (Municipal ou Provincial) “estradas mal executadas, falta de água, luz, hospitais com funcionamento deficitário, ausência de política habitacional municipal, centralismo de poder, corrupção, etc.,” ao Poder Central, ao Governo, porque sente que não participou, não votou, não elegeu aquele Administrador ou Governador rapinador, Incompetente, que não defende politicamente o seu Município, Província, que não executa as políticas preconizadas pelo Poder Central, que não intervêm politicamente a favor do interesse do povo da localidade que representa.

Qual é o incentivo que tem um Administrador ou Governador em resolver os problemas do Povo, se não foi o Povo que o elegeu? Ele sabe que a sua renomeação não depende dos munícipes, pelo contrário ele agrada o seu Partido, Chefe, única e exclusivamente com bajulações, ofertas, oportunidades de negócios, defesas públicas demagógicas, mentiras, etc., etc. sem preocupação e sabedoria, que é a degradação da imagem do Partido e do Governo que está em causa.

Alguns Governadores e Administradores têm estratégias pessoais, muito bem delineadas, sabem, querem chegar ao poder para poder rapinar dinheiro suficiente, bens, oportunidades de negócios, para posteriormente fazer um outro tipo de actividade. Antevendo a desculpabilização dos actos praticados, sabendo que as culpas não lhe irão cair em cima, despreocupado em saber, pensar que futuramente isso poderá causar ou não \ problemas ao seu Partido, ou em alguns membros do seu Partido. Q O Governo angolano ao implementar De executar a Lei Autárquica encontraria uma forma de isentar algumas si imputações administrativas, políticas, p má governação, de alguns governadores e administradores incompetentes. Também seria uma forma de distribuir riqueza, dando competências, a nível fiscal financeiro, as autarquias, municípios e as empresas e por associações intermunicipais, etc., etc. Cidadãos independentes competentes etc. ou de outras forças políticas candidavam-se, ganhariam eleições e o e administravam e governavam mal ou bem, sem responsabilidades directas do executivo. Partilhando o poder que muitos ambicionam, acham-se capazes, com intelecto superior ao ar que ocupam cargos administrativos e governamentais, mas que não acontece porque têm outra cor partidária ou são apartidários. Portanto neste contexto em que vivemos o executivo deve partilhar o poder local. Nomear cidadãos independentes, de outras forças políticas e sociais, tecnocratas, universitários, etc., etc. É uma estratégia apaziguadora.

O foco central dos problemas em Angola é ou estão nas municipalidades, (bairros, avenidas, ruas, estradas). A resolução destas temáticas todas passam pela implementação, aprovação, execução da lei autárquica. Não tenhamos outras causas, porque não é assertivo. Sem esta política não iremos lá chegar, no lugar ambicionado por todos nós angolanos. Melhor vida para todos.

5.13 Bento bento tem a política na veia falta-lhe conciliar o tacto da gestão de uma cidade turbulenta

*Jornal folha 8
26 de Novembro de 2011*

Água benta nas pias quase secas dos partidos da oposição foi a nomeação de Bento Bento, perdão, agora passou a ser Bento Joaquim Sebastião Francisco Bento, para o alto cargo de governador da Província de Luanda, que, mal se acomodou no seu novo cadeirão, deu a conhecer o seu novo modo de encarar a ex-desgovernança de Luanda, que ele quer à viva força transformar em boa governação. Para começar, Bento Bento, pediu aos novos administradores municipais uma maior transparência e disciplina no desempenho das suas funções. Fez esta exigência durante o acto de empossamento dos novos administradores municipais e do presidente da comissão administrativa municipal de Luanda, numa cerimónia realizada no salão nobre do Governo Provincial.

O novo inquilino da Mutamba apontou o município de Viana como sendo o mais problemático nesta vertente de boa governação, “por isso gostaria que esta situação acabasse”. Inicia agora, disse ele, mais ou menos com estas palavras, começou um novo modelo de gestão dos municípios, por isso deve haver mais eficiência, transparência, rigor, empenho e profissionalismo durante todas as actividades.

5.14 Bento bento arruma a casa

*Jornal semanario angolense
26 de Novembro de 2011*

O governador provincial de Luanda, Bento Bento, começou já arrumar a casa, como se diz na gíria, ao proceder, nesta quarta-feira, ao empossamento dos novos administradores municipais nomeados, que, no quadro da nova divisão administrativa da província, passam a ser apenas sete, contra os nove anteriores.

A eles, pediu maior transparência e disciplina no desempenho das suas funções.

Disse que os novos responsáveis das administrações devem assumir uma atitude forte com compromisso para a obtenção de resultados positivos, tendo em vista a elevação da qualidade de vida dos luandenses. «Cada um reflectiu sobre a importância e a responsabilidade com que a partir de agora se apresenta perante os munícipes da cidade capital, na resolução dos seus problemas», frisou.

O governador avisou os administradores para o término dos falsos orçamentos, porque com ele haverá transparência obrigatória para todos e fiscalização permanente as contas.

«Podem esperar apoio, compreensão e uma actuação diligente, mas não seremos coerentes com as insuficiências ou situações injustificadas», alertou o governador.

Quando aos administradores reconduzidos, Bento Bento disse que devem ter em mente que as suas responsabilidades são ainda maiores, pois o governo da província e o seu titular não irão pactuar com apropriação anárquica de terrenos.

A propósito, apontou o município de Viana como sendo o mais problemático nesta vertente, “por isso gostaria que esta situação acabasse».

«Quem trabalhar bem será reconhecido, quem não fizer será devidamente observado e responsabilizado, porque vendo Luanda verifica-se que já há desenvolvimentos assinaláveis, mas também vive ainda graves problemas estruturais, nomeadamente a nível das infra-estruturas, energia, água potável e saneamento básico», alertou o governador.

Entretanto, uma fonte próxima de Bento Bento explicou que o governador não procedeu à exoneração de nenhum dos antigos administradores municipais. «Simplesmente, como eles tinham sido nomeados ao abrigo de uma lei que foi revogada, também os seus cargos deixaram de ter existência legal», disse.

Caem neste quadro os antigos administradores dos extintos municípios da Samba, Rangel, Maianga, Sambizanga e Ingombota, que passam à categoria de distritos, todos integrados no novo e mega município de Luanda, que tem à testa José Tavares.

«É possível que alguns deles venham a chefiar os distritos que comandavam como administradores municipais», anotou a nossa fonte.

Além de José Tavares, para município de Luanda, foram empossados os seguintes administradores municipais: Victor «Tany» Narciso (Cazenga), José Manuel Moreno (Viana), Rosa Janota dos Santos (Cacuaco), Ana Maria da Silva e Silva (Kissama), Joana António Quintas (Belas) e António Calado (Icolo e Bengo), notando-se um claro ascendente de senhoras.

5.15 Bento bento nomeia` compadre` para presidente da comissão administrativa de Luanda

Jornal agora

26 de Novembro de 2011

O novo inquilino do palácio provincial não podia se ter estreado, ao iniciar funções, ao velho e corriqueiro estilo dos seus antecessores: exonerou todo pessoal de apoio colocado no gabinete do anterior governador, incluindo a secretária – geral do governo de Luanda, Maria Hilário

Este cargo é sobretudo de coordenação administrativa e não de confiança política, mas isso de ‘varrer’ a equipa já experimentada herdada do antecessor é um vício inculcado na cabeça dos novos estreados nos cargos, a começar pelos ministros e prosseguindo a nível dos governadores provinciais.

Agindo assim não é possível manter a coesão e muito menos qualquer dinâmica antes conseguida. Tem de separar-se o trigo do joio, isto é, as funções de confiança política do governador, mantendo em funções os quadros meramente técnicos ou de perfil tecnocrata. Doutro modo, regressa-se sempre ao ciclo vicioso de começar tudo de novo.

A talada das novas nomeações ‘bentistas’ coube a José Tavares Ferreira, o anterior administrador do Sambizanga, nomeado para presidente da Comissão Municipal Administrativas de Luanda.

Prometendo pôr fim aos falsos orçamentos e fiscalizar permanentemente as contas, estas indirectas de Bento Bento apenas podem ter como destinatários anteriores governadores, embora as generalizações sejam sempre abusivas. De acordo com o novo organigrama a província de Luanda passou a ter sete municípios em vez dos anteriores nove. São eles: Luanda, Cazenga, Viana, Belas, Quissama, Cacuaco e Bengo.

5.16 Cacuaco entre a expansão e a desigualdade

Jornal semanario o factual

de 26 de Novembro a 03 de dezembro

Cacuaco possui um clima tropical e seco, com regiões áridas e semi-áridas, influenciadas pela proximidade do mar. A pesca continental, marítima, a agricultura e os recursos do subsolo fazem desse município os seus principais valores. Na esfera social, o sector da Educação e Cultura controlou 242 escolas, das quais 92 são públicas, 129 participadas e 21 colégios.

Das 92 escolas públicas, 58 são de ensino primário, 17 possuem quatro Puníveis e um Instituto Médio de Gestão, assim como um Instituto Politécnica. Das 129 escolas participadas, 73 são de ensino primário e do I Ciclo. Dos 21 colégios, nove são de ensino primário.

O município viu crescer o número de crianças no processo de ensino durante o ano em curso, com o controlo de 185 mil e 866 alunos matriculados, dos quais 929 mil e 58 são do sexo feminino nos diferentes níveis de subsistemas. O número de professores controlados foi de quatro mil e 526.

Para o ensino especializado, foram controlados sete mil e 512 estudantes. Para estes, há falta de salas em condições, dado que a sua realidade é ainda é uma miragem, mas a direcção municipal, através do seu delegado, Augusto Cabundi, assegura tudo estar a ser feito, para que duas salas multi-funcionais estejam prontas, embora se recorra às escolas 8014 e 8090.

Segundo Adelina Gonçalves, estudante universitária e professora em Cacucaco, as dificuldades ligadas à má qualificação e requalificação da carreira docente, a falta de materiais de trabalho, atraso salarial e a fraude durante os exames, têm empecilhado o processo de ensino e aprendizagem, facto que coloca em descrédito muitas instituições de ensino e a sua direcção municipal.

O Factual abordou directores de escolas e encarregados de educação. Estes manifestaram-se opositores à actual realidade que o ensino está a ter.

Segundos eles, “a falta de seriedade na transmissão do saber, a ineficiente adaptação aos novos meios didácticos por parte dos professores, a má concepção de realidades académicas feitas pelo governo provincial e a sua implementação equivocada” são apontadas como corolários do fraco rendimento dos estudantes do primeiro e segundo ciclo.

Afonso Bernardo, professor universitário, fez saber ao Factual que tais resultados também se devem à ineficiente actuação da inspecção escolar sobre a assiduidade dos funcionários e sobre a denúncia dos casos que mancham as instituições e a classe docente.

Ele recomenda que a inspecção escolar passe a ser uma unidade independente do Estado para a melhoria da educação.

O sector da Saúde contou com cinco centros sanitárias estatais, 16 postos de saúde, três salas de parto e uma sala de tratamento de cólera.

O Sarampo teve dois casos, a cólera e a raiva, 27 casos registados nos últimos três meses, num intervalo de dois dias para cada patologia.

O município de Cacucaco conta somente com 10 médicos e 125 enfermeiros, a falta de fármacos e a busca pelo tratamento tradicional associado à negligência de muitas famílias são indicados como as principais causadoras de morte fora dos hospitais.

O Comando Municipal da Policia Nacional registou, em média, por mês, 59 crimes e 11,8 crimes por média quinzenalmente. Os mesmos foram praticados com recursos à arma de fogo; salientam-se o homicídio voluntário, frustrado, o roubo de viaturas e ofensas corporais. A participação das Forças Armadas e a denúncia dos moradores fizeram que se evitassem mais casos de violência e assassinatos, mas os habitantes clamam pela posição policial sobre os supostos meliantes que hora e meia são libertados sem o prévio julgamento, quando são tido como perigosos.

Desenvolvimento rural

De acordo com o programa municipal de desenvolvimento integrado e combate à pobreza, foi possível ao sector da agricultura o cultivo de mais de 30 toneladas de hortícolas, nomeadamente tomate, cebola, pimento, cenoura, repolho, couve, alface e beringela, numa área de mil e 168 hectares de terras.

Os camponeses deram a conhecer que o êxito se deve à mobilização e à preparação de associações, cooperativas agrícolas, resolução de alguns conflitos de terra nos bairros de Muzondo, Ludi e Funda, e à monitoria de campanhas agrícolas. Em contrapartida, a não-transparência do microcrédito constitui handicap para os mais necessitados.

No sector da pecuária, a administração criou para as populações pequenos albergues para aves, caprinos, suínos, ovinos e equinos. A Fazenda Agro-Industrial Giramunalu tem servido de fábrica de água mineral e transforma o leite do seu gado em diversos produtos derivados como queijo e iogurte. A mesma fábrica já recrutou mais de dez jovens, que se encontravam no mundo da delinquência.

A pesca, considerado um sector de sobrevivência para muitos habitantes de Cacucaco, possui 18 cooperativas artes anais, das quais 11 são marítimas e sete continentais, com uma frota de 380 embarcações.

Desde o princípio do ano até à data presente, mais de 160,6 mil toneladas de peixe foram capturadas. A sardinha, a Corvina e a Savelha destacam-se entre as redes dos pescadores. Estes funcionários consideraram

essa actividade positiva. A falta de chatas de fibras, de motores, de combustíveis e de higiene ao longo da costa marítima, e viaturas para a inspecção, são consideradas como as dificuldades prementes.

Água, energia e habitação

O município de Cacuaco tem, igualmente, registado, na área de geologia e minas, propriamente na exploração de inertes, um desenfreado “anarquismo”, segundo o Gabinete de Comunicação e Imagem que se explica pela falta de fiscalização e de critérios de exploração por parte de empresas e indivíduos desconhecidos.

Esses fazem de forma abusiva a exploração de inertes no período nocturno. O município conseguiu até agora fazer a terraplenagem de mais de trinta ruas. Os habitantes das comunas do Kikolo e da Funda dizem ser ineficientes tais obras, devido à fragilidade do tapete e ao atraso na sua conclusão.

Os habitantes consideraram a falta de água potável e de energia eléctrica elementos causadores do índice de delinquência acrescida, assim como de patologias cujas crianças são as mais afectadas. As três comunas, Kikolo, Funda e Sede, não recebem, há mais de três anos, melhoramento efectivo de energia e de água potável.

Muitos chafarizes estão soterrados na terra e outros danificados. As razões não foram avançadas, mas os munícipes afirmam tratar-se de uma “má gestão e falta de colaboração directa dos administradores” empossados naquela circunscrição de Luanda.

No sector da habitação, Cacuaco conta com a sua nova cidade, de 10 mil casas das 60 mil habitações erguidas e inauguradas pelo presidente de Angola, José Eduardo dos Santos. A mesma cidade está localizada no Musseque Sequele. O projecto tem 419 edificios.

Manuel Cafussa, então administrador de Cacuaco durante cinco meses, foi demitido, sem esclarecimento aos seus moradores, por causa de um comunicado tornado público, no dia 22 de Novembro.

5.17 Deixou problemas para enfrentar outros

Jornal angolense
26 de Novembro de 2011

A nova divisão político-administrativa de Luanda teve como principal novidade a alteração para sete municípios, contra os nove como vigorou por mais há uns anos atrás. Por deliberação da Comissão Permanente do Conselho de Ministros, o novo inquilino do palácio da Mutamba, passou a comportar agora os municípios de

Luanda, Belas, Cacuaco, Cazenga, Viana, Icolo e Bengo e Quissama.

José Tavares Ferreira vai presidir a Comissão de Administração dos municípios da capital, ou seja, o “executivo de Bento Bento” fica agora sob a “batuta” de um general, que pouco ou nada, fez no município do Sambizanga. No entanto, o município do Sambizanga encontra-se mergulhado “num mar” de problemas, com destaque para o débil saneamento básico, criminalidade e outros.

Enquanto administrador do Sambizanga, José Tavares é acusado de nada ter feito, pois os moradores do Ngola Kiluanje, um dos bairros mais críticos daquela circunscrição de Luanda, dizem que enquanto vigorou o seu consulado José Tavares visitou apenas uma única vez aquela zona, com o objectivo de acompanhar uma disputa de terra no Farol das Lagostas. A zona do Ngola Kiluanje debate-se com vários problemas sociais, que vão desde o saneamento básico, a falta de energia eléctrica, um dilema que afecta toda a capital do país. O chamado bairro da Linha Férrea é descrito como pior em casos de segurança pública, tudo porque alguns dos meliantes que operam nas cercanias do ex-mercado Roque Santeiro usam aquele troço como esconderijo. A única esquadra que foi implantada na zona não tem tido capacidades para prevenir o crime, uma vez tratar-se de um bairro periférico erguido fora dos padrões arquitectónicos, motivo pelo qual os efectivos não conseguem se desdobrar.

Ainda sobre o combate à criminalidade, os moradores dizem que o consulado de JT sempre mostrou-se indiferente a este fenómeno. “Aqui a polícia tem feito um trabalho dentro das possibilidades, porque existem bairros que ninguém consegue entrar e o mais agravante não têm esquadras policiais”, disse um agente da corporação.

As principais vias de acesso estão esburacadas, a iluminação é a “conta gotas”. Estes são alguns exemplos sobre a realidade do Sambizanga.

5.18 Contestada nomeação de tavares

Jornal semanario angolense
26 de Novembro de 2011

Entre os edis nomeados, o antigo administrador municipal do agora distrito do Sambizanga, José Tavares Ferreira, é o que registou como que uma grande subida de categoria, ao tornar-se no presidente da comissão administrativa do maior município do país, o município de Luanda.

Este mega município engloba os territórios do Sambizanga, Samba, Ingombota, Maianga e Rangel, sendo também o maior parque industrial do país. E, se levar em consideração que, no quadro do novo regime tributário, cada município ficará com parte das receitas fiscais arrecadadas no seu território, então José Tavares Ferreira terá a seu cargo uma pipa de massa para gerir, provavelmente mais do que alguns governadores provinciais. Portanto, ele ocupa no momento um cargo de capital importância.

No entanto, a sua nomeação para a chefia do mega município de Luanda não está a ser bem digerida por muitos dos seus antigos munícipes do Sambizanga, que já empreenderam um movimento de contestação contra José Tavares Ferreira, como soube o *Semanário Angolense* de fonte do MPLA.

A fonte diz que os contestatários argumentam que se o seu desempenho num espaço muito menor e menos complexo que o novo município de Luanda, como era o Sambizanga, deixou muito a desejar, então nem dá para imaginar o que dará a sua gestão na gigantesca circunscrição que passa a estar a seu mando. «Só pode ser um desastre», como defendem os seus críticos.

Segundo a fonte, entre os contestatários estão incluídos muitos militantes do partido no poder, pelo que as estruturas locais do MPLA não deixaram de manifestar alguma apreensão, uma vez que o município de Luanda passa a ser a maior praça eleitoral do país, o que faz com que tenha de ser muito bem gerido para que não se registre nenhuma surpresa para a «grande família» na hora da contagem dos votos.

A fonte diz ainda que os contestatários do Sambila à nomeação de José Tavares ameaçam mesmo empreender uma manifestação de protesto, caso o MPLA não reveja o caso. Entre os defeitos apontados ao antigo administrador do Sambizanga, além da suposta incompetência que lhe é atribuída, avultam a sua alegada arrogância, vaidade e desprezo com que tratava os munícipes.

Uma fonte do MPLA em Luanda disse mesmo que se ele não mudar de comportamento é bem capaz de não se aguentar no cargo o tempo que espera lá estar. «Ele tem de mudar, senão vai cair muito mais rápido do que pôde imaginar», disse.

Aliás, o *Semanário Angolense* soube que os contestatários do Sambizanga, que continuam assim sob a alçada de José Tavares, quando o queriam ver pelas costas, já terão feito chegar uma carta a Bento Kangamba para que a coloque na mesa do Presidente da República, um filho do Sambila e por isso um pouco mais sensível aos

seus problemas, na qual manifestam, com a devida argumentação, o seu protesto contra a nomeação do agora «homem-forte» do mega município de Luanda. Fica por saber qual será a reacção do Chefe.

5.19 Parlamento altera funcionamento dos órgãos da administração local

Jornal de Angola

29 de Novembro de 2011

A Assembleia Nacional reúne-se hoje na sua segunda sessão plenária a para a apreciação e votação final, o entre outros diplomas, da proposta até de alteração à Lei de Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado (Lei e nº17/10, de 29 de Julho).

A ordem de trabalho inclui ainda a apreciação e votação final das propostas de Lei sobre a Organização Territorial e de Delimitação dos Municípios da Província de Luanda.

Os deputados vão igualmente apreciar e votar as propostas de lei de Delimitação dos Municípios do Bengo, do Arrendamento Urbano, e de Mediação Imobiliária. Outros diplomas a serem apreciados e votados são as propostas de lei sobre o Regime Cambial do Sector Petrolífero, da Designação e Aplicação de I Medidas Restritivas Impostas por I Actos Internacionais e sobre o Estatuto das Línguas Nacionais.

A agenda de hoje inclui igualmente a apreciação e votação da s proposta de Lei que cria os Parques Nacionais de Luengué-Luiana, de Maiombe. Todas “as propostas foram aprovadas na generalidade em sessões plenárias anteriores. Para amanhã, está prevista a terceira reunião plenária, que vai apreciar e votar, na generalidade, as propostas de Lei de Bases sobre o Regime Jurídico das Associações Privadas e das Associações Públicas. Outros diplomas a serem apreciados e votados na generalidade são as propostas de lei que aprovam o Código Geral Tributário, o Código de Processo Tributário e o Código das Execuções Fiscais. A ordem de trabalhos da terceira sessão prevê ainda a apreciação e votação, na generalidade, das propostas de Lei do Cinema e Audiovisual e do Mecenato.

Os parlamentares vão apreciar e votar o Projecto de Resolução que Aprova a Movimentação de Deputados. Para preparar as duas sessões, os deputados da bancada parlamentar do MPLA analisaram ontem os diplomas e tiveram contactos com os projectos.

6 URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 Casas sócias são construídas para funcionários

Jornal de Angola
02 de Novembro de 2011

Governo da Província do Huambo projectou a construção de 13.600 casas sociais, nos municípios, comunas e aldeias da província para evitar o êxodo de quadros das suas áreas de origem para a cidade do Huambo ou outros locais do país com melhores condições de vida. O Governo da Província do Huambo prevê entregar, ainda este mês, as primeiras casas sociais, que estão a ser erguidas na comuna da Chiaca, município do Ukuma, soube o Jornal de Angola de fonte oficial.

A construção das residências insere-se no projecto do Executivo de construção de casas em todos os municípios do país e combater o fenómeno da fuga de quadros e funcionários da província, de acordo com o director do Gabinete de Estudos e Planeamento do Governo da Província, Victor Chissingui.

O director do Gabinete de Estudos e Planeamento do Governo da Província do Huambo, Victor Chissingui, fez saber ao Jornal de Angola que esta estratégia se enquadra no Programa de Investimentos Públicos, que prevê a construção de 200 casas em cada sede municipal da província.

Ainda em Novembro, o Governo prevê entregar igual número de residências a: os quadros e funcionários ligados à administração do município de Tchindjendje, na província do Huambo.

6.2 Lucro garantido

Novo jornal
04 de Novembro de 2011

As contas são mais ou menos simples: por cada apartamento vendida na nova centralidade do Kilamba em Luanda, a empresa Delta Imobiliária irá arrecadar uma comissão como sempre acontece no sector imobiliário. No final do processo, se a comissão for de 5% por cada imóvel vendido, estamos a falar de 12t milhões de dólares garantidos no cofre da Delta.

Como se sabe a responsabilidade da comercialização dos apartamentos construídos pelo Estado no Kilamba, em Luanda, está nas mãos da SONIP – Sonangol Imobiliária, depois da construção ter sido gerida pelo

Gabinete de Reconstrução Nacional. Entretanto e no início de processo de candidatura, a SONIP indicou a empresa Delta Imobiliária (até então praticamente desconhecida do mercado) como a responsável para agilitação das vendas e da vertente comercial do empreendimento (publicidade, relação com os bancos e seus clientes, divulgação do projecto).

Mas vamos às contas. A nova cidade contempla 710 edifícios, 24 creches, nove escolas primárias e oito secundárias e 50 quilómetros de estradas. O projecto tem conclusão prevista para Outubro de 2012. Até lá, o empreiteiro deve entregar mais 595 edifícios, que correspondem a 16.822 apartamentos e 198 lojas. O acesso à nova cidade está facilitado pela primeira circular de Luanda, via com duas faixas de rodagem em cada sentido, cujo número pode ser aumentado, e separador central.

Estão dissolúveis, nesta primeira fase, 3.180 apartamentos do tipo T3 A, B, C e T5. As casas T3 A e B têm 110 metros quadrados, T3 C têm 120 e T5 têm 150 metros quadrados. Os preços variam entre 120 mil e os 210 mil dólares por apartamento. Só na primeira fase, e se considerarmos um preço médio de 150 mil dólares (com uma comissão para a Delta de 5% por imóvel), o lucro com a venda dos apartamentos será de cerca de 24 milhões de dólares. A receita total ronda os 477 milhões de dólares norte-americanos.

No final, depois de vendidos os 16.822 apartamentos (a um preço médio de 150 mil dólares), a receita bruta será de 2,5 biliões de dólares. A comissão final da Delta Imobiliária, considerando os tais 5%, será de 126 milhões de dólares.

A situação é ainda mais facilitada pela elevada demanda que a nova centralidade está a receber. Segundo foi tomado público, na primeira fase actualmente em execução, a procura ultrapassou largamente a oferta de imóveis.

Com uma particularidade: 41 entidades e empresas – quase todas ligadas ao sector público – solicitaram a compra de apartamentos. Destas destacam-se os Ministérios do Ambiente, da Comunicação Social, da Justiça, da Energia e Águas, Saúde, Administração do Território, assim como as empresas Angop, Edições Novembro, Alfândegas, TAAG, TPA, Epal, Edel, ENE e Cimangola. Segundo o Novo Jornal apurou a escolha da Delta foi feita sem recurso ao mercado e sem a abertura de concurso público. Também não são conhecidas as capacidades da referida empresa, até porque a sua actividade foi até agora quase invisível. Fonte da Delta, em conversa com o Novo Jornal, rebate tal sensação: “Isso pode não ser bem assim. O que conta são as pessoas

que trabalham nas empresas. Há quem tenha vários anos de trabalho e não apresenta mesmo assim um bom serviço”. Quanto aos supostos lucros que se antevêm, a fonte da Delta Imobiliária não comenta. “Não sei se será assim tão bom negócio. Depende. Neste momento temos de nos preparar para estudar bem os processos de candidatura, saber se as pessoas têm ou não capacidade de honrar os compromissos... Há que ter em conta também os custos operacionais da empresa”, frisou. Neste momento trabalham na Delta mais de 30 pessoas e a imobiliária tem quatro lojas abertas, em Luanda.

Recorde-se que recentemente o investigador, jornalista e activista cívico, Rafael Marques, publicou um artigo que acusava Manuel Vicente e Hélder Vieira Dias “Kopelipa” de serem os principais accionistas da Delta Imobiliária. O caso teve alguma repercussão fora de Angola, mas no país desconhece-se qualquer reacção dos visados. Em Diário da República, sabe o Novo Jornal, na constituição da empresa surge apenas o nome de Ismenio Pereira Macedo, antigo administrador do Banco Privado Atlântico (BPA).

6.3 Habitações distribuídas na urbanização do Camama

Jornal de Angola

04 de Novembro de 2011

O Executivo, através do Ministério da Juventude e Desportos, entregou sábado mais de uma centena de casas na zona da Camama em Luanda, aos jovens que se habilitaram à aquisição de imóveis no âmbito do projecto “Angola Jovem”, que visa a construção e venda a título de crédito bancário de casas de média e baixa renda.

As 115 casas do tipo T-3 entregues, fazem parte da primeira fase do conjunto de casas dos jovens que concorreram no ano passado. O projecto, ainda em curso, visa a construção de 500 habitações até Junho de 2012.

A cerimónia de entrega oficial foi antecedida de corte de fita inaugural pelo ministro da Juventude e Desportos, Gonçalves Muandumba, acompanhado de outras entidades governamentais.

No discurso que se seguiu à inauguração oficial das casas, Gonçalves Muandumba chamou a atenção dos jovens contemplados no sentido de criarem comissões de moradores, para o melhor controlo das condições de higiene e de segurança dos prédios.

O governante elogiou os jovens que investiram no projecto “Angola Jovem” e a perseverança em esperar até ao momento ideal da entrega das suas casas.

Muandumba considerou estes jovens um exemplo do bom comportamento cívico a ser seguido pelos demais nos vários desafios que Executivo tem pela frente. O ministro realçou que a entrega das casas é parte do compromisso assumido pelo Executivo, no âmbito da estratégia de combate ao défice de habitação no país, que aflige principalmente a camada juvenil.

Para a entrega simbólica das chaves das respectivas casas, foram seleccionados seis jovens dos 115 contemplados nesta primeira fase. Procederam à entrega entidades governamentais como o ministro da Juventude e Desportos, Gonçalves Muandumba, a secretária para os Assuntos Sociais do Presidente da República, Rosa Pacavira, a vice-ministra da Família e Promoção da Mulher, Ana Paula do Sacramento, o vice-ministro da Comunicação Social, Manuel Miguel de Carvalho, a vice-governadora de Luanda para área Social e Política, Jovelina Imperial e administradores do Banco de Poupança e Crédito (BPC).

Sonho concretizado

Teimo Francisco é um dos contemplados do projecto. Esteve acompanhado da esposa e do filho, de quatro anos. Q casal vivia em casa arrendada. A reportagem do Jornal de Angola disseram que concorreram ao “Angola Jovem” com fé de que tudo ia dar certo. O dia 29 de Outubro marca no seu calendário o fim de uma vivência de vários anos em casa arrendada. “Depois do sorteio muitos não acreditaram que o projecto “Angola Jovem” fosse uma realidade. Mas nós depositámos confiança. Valeu a pena esperar. As casas são boas”, disse Teimo. “Têm água canalizada e energia, arruamentos e digo que é preciso que as pessoas confiem nos projectos do Executivo. Esperámos e confiámos e hoje temos o sonho da nossa casa própria realizado”, salientou a esposa com um sorriso de alegria.

Foi um dia de muitas alegrias

Esmeralda Rocha foi outra contemplada. Ela saltou ao ouvir o nome do marido no momento de receber a chave de uma das casas.

Oswaldo Rocha, o esposo, é operador de câmara da Televisão Pública de Angola. Esteve de serviço naquele dia no local da cerimónia. Com a câmara ligada, ele esperava filmar o próximo beneficiado, quando ouviu o seu nome a ser anunciado. O jovem, que estava próximo da nossa equipa de reportagem, suspirou de alívio e pediu ao colega assistente para se ocupar do serviço. Momentos depois, Oswaldo e esposa festejavam, exibindo as chaves às câmaras, gritando “demorou mas conseguimos”.

No grupo de jovens contemplados, na sua maioria casados, na idade dos 18 aos 35 anos, cada um tem uma

história para contar, acerca dos caminhos que percorreram até à meta. Augusto e Juliana são casados e concorreram em Abril do ano passado. Têm dois filhos e vivem na casa dos pais de Augusto. O casal informou que para a compra da casa do tipo T3, rés-do-chão e primeiro andar, deu entrada de um sinal, correspondente a 17 mil dólares americanos, ao BPC. O custo total da casa é de 170 mil dólares.

Em função do contrato contraído com o Banco, devem pagar mensalmente 800 a mil dólares americanos durante 15 a 20 anos. Questionado sobre o preço do imóvel, Augusto disse que “não considero alto em função do tipo e qualidade da casa.

O que está a acontecer à juventude e não só, é que muitos não têm condições económicas suficientes. Mas Angola é um país que está em processo de desenvolvimento contínuo e muita coisa está a mudar. O exemplo pode ser constatado em todo o país.

Depois da guerra, o desejo das pessoas não será satisfeito com toque de mágica, mas sim com muito trabalho, com projectos solúveis, confiança e na aceitação dos projectos do Executivo”.

As casas

As casas do tipo T3, rés-do-chão e primeiro andar, estão construídas em blocos de prédios de cinco casas cada e comportam duas salas, cozinha, duas casas de banho, três quartos e dois quintais, à frente e atrás. O projecto conta com redes de água potável, energia eléctrica, espaços de lazer e arborização. A área vai estar completamente urbanizada com ruas principais de duas faixas de rodagem, sendo uma para cada sentido, e secundárias, bem como áreas de estacionamento e bermas. A casa modelo custa 170 mil dólares americanos e a aquisição é livre, cabendo aos interessados estabelecer contrato com a instituição responsável projecto “Angola Jovem”, uma parceria entre o Ministério da Juventude e Desportos e BPC, que prevê a construção de 500 casas até Junho de 2012.

6.4 Casacon online

Jornal o país

04 de Novembro de 2011

A Casacon lançou um novo site afirmando assim a sua presença no canal comércio electrónico. Trata-se de um novo conceito de vendas, tanto na própria empresa quanto em Angola, dotando-a com uma ferramenta de vendas on-line de características profissionais.

O novo site da insígnia permite efectuar compras sem

sair de casa com o recurso aos cartões de crédito (Visa, Mastercard, American Express, entre outros), aos depósitos em conta ou ao Multicaixa (Cartão de débito). A empresa classifica esta inovação como “um marco na história da Casacon e também das operações de vendas em Angola”.

O novo site, com o endereço www.casacon.com apresenta um menu que lista os diferentes departamentos onde se encontram agrupados os produtos comercializados pela Casacon, os quais apresentam o preço e a disponibilidade bem como um “carrinho de compras” e outras funcionalidades e informações úteis.

A empresa, fundada em 2003 pelo grupo Urbanova, conhecida pelo seu pioneirismo no domínio do ‘auto-serviço’, refere que, com esta inovação, pretende “criar facilidades, comodidade, reduzir custos, deixar os produtos com valores competitivos, agregar vendas e trazer a Casacon para um patamar mundial em conceito e inovação”.

6.5 Jovens querem apoio da banca para construção de habitações

Jornal de Angola

10 de Novembro de 2011

Os jovens que receberam lotes de terrenos para autoconstrução dirigida nas novas urbanizações da província da Huíla, querem o apoio das instituições bancárias, para materializarem o sonho da casa própria.

O secretário Executivo do Conselho da Juventude na Huíla, Joaquim Tyova, manifestou esta preocupação durante um encontro realizado na cidade do Lubango, com representantes de distintas associações juvenis. Joaquim Tyova frisou que o ano passado, as autoridades governamentais distribuíram 2010 lotes a jovens para a auto-construção dirigida. Mas devido à falta de apoios, tudo continua parado.

Esta situação, disse, preocupa o Conselho da Juventude na província. Por isso, o encontro serviu para reflectir sobre o apoio que as instituições bancárias podem dar na solução deste problema.

“Reconhecemos as limitações financeiras que os jovens atravessam, pelo que pedimos aos bancos para criarem créditos destinados à auto-construção dirigida”, salientou Joaquim Tyova. O encontro contou com a participação de líderes de organizações estudantis, desportivas, políticas, religiosas, culturais e empresariais.

O director da Juventude e Desportos na Huíla, Francisco Barros, afirmou que as autoridades da província já distribuíram 300 lotes, cabendo a cada jovem, mil metros quadrados.

Francisco Barros esclareceu que a primeira fase consiste na distribuição de lotes de terrenos, e a segunda prevê a cedência de créditos bancários, através da apresentação do título de propriedade e outros documentos.

Francisco Barros informou que estão em curso negociações avançadas com as instituições bancárias, para ajudarem o Governo Provincial a resolver o problema habitacional da juventude.

Além da cidade do Lubango, a distribuição de lotes de terrenos para construção à juventude decorre nos municípios da Humpata, Quipungo, Matala, Caluquembe, Gambos e Cacula, informou o director da Juventude e Desporto na Huíla.

6.6 Abertas inscrições para sorteio de casas

Jornal de Angola
11 de Novembro de 2011

As inscrições para o sorteio de 82 casas sociais, construídas no âmbito do Programa Angola Jovem, no bairro Nossa Senhora da Graça, arredores da cidade de Benguela, começaram na terça-feira, com dezenas de candidatos.

Segundo o membro do Comité Provincial de Avaliação dos Processos de Candidaturas, Daniel Ngunde, as inscrições estão abertas até ao próximo dia 18 e obedecem ao Regulamento de Acesso e Concessão de Habitação Social à Juventude, aprovado à luz do Decreto Executivo n.º 29/09 de 17 de Abril.

Os candidatos devem ser cidadãos angolanos e ter entre 18 e 35 anos. Para se inscreverem, devem preencher uma ficha e apresentar atestado de residência, certidão matrimonial ou de união de facto, fotocópia do Bilhete de Identidade, do cartão de contribuinte, declaração do vínculo laboral e salarial, e a situação militar regularizada, no caso dos jovens.

Das 100 fichas de inscrição disponibilizadas no primeiro dia, apenas 26 foram preenchidas pelos candidatos, “uma situação normal, por se tratar da abertura do processo”, referiu Daniel Ngunde.

Confiante que a adesão dos jovens aumente nos próximos dias, garantiu que foram montadas seis brigadas para o atendimento célere dos candidatos, entre as 8h30 e as 12h00, na sala de imprensa do pavilhão multiusos Acácias Rubras.

Durante oito dias, devem dar entrada pelo menos 1.500 candidaturas, estando o sorteio marcado para dia 20 de

Dezembro, no Estádio Municipal Edelfrides Palhares da Costa.

Desse sorteio, vão sair os 82 beneficiários que podem receber as chaves das moradias mobiladas, em Janeiro de 2012.

A Angop apurou que 82, das 92 casas do novo bairro social, cujo preço é 35 mil dólares, reembolsáveis em 15 anos ao Banco de Poupança e Crédito, já estão concluídas e apresentam uma estrutura que engloba três quartos, cozinha, sala e quarto de banho.

6.7 Militares podem beneficiar de habitações sociais em todo o país

Jornal o independente
12 de Novembro de 2011

A Cooperativa Pérola Verde prevê construir cerca de 500 mil casas para os efectivos das Forças Armadas Angolanas (FAA), ex-militares, funcionários civis, viúvas e outros familiares destes informou o vice-presidente da cooperativa, Paulino Pinheiro Dombele.

De acordo com o responsável, que apresentava o projecto durante uma conferência de imprensa, a ideia surgiu devido as solicitações feitas pelos militares e trabalhadores civis das FAA.

Para dar resposta a estas solicitações, acrescentou, o comandante do exército ordenou a criação de uma comissão de gestão que trabalhou para o surgimento da mesma que se enquadra no âmbito do programa do executivo para a construção de um milhão de casas.

Para si, como a intenção é de dar resposta imediata as necessidades habitacional destes cidadãos, a cooperativa firmou um acordo com a empresa Tamar Lda., que conseguiu um financiamento de três milhões de dólares para as primeiras 50 mil casas, através da República do Vietname, que vai numa primeira fase suportar as construções das habitações.

Por seu turno, a gestora da empresa Tamar, Celeste de Brito, adiantou que o projecto já está a ser implementado em sete das 18 províncias e nesta primeira fase serão inauguradas, no dia 11 de Novembro, 10 casas modelos em cada uma delas.

De acordo com ela, o projecto com prioridade a todos os militares das forças armadas, no activo ou não, viúvas de guerra, será também extensivo a pessoas singulares, porquanto a ideia não é criar um bairro meramente para os militares, mas com abrangência ao cidadão comum.

“Cada um destes projectos comportam 50 por cento de

casas sociais (T3), 30 para as médias (T5) e para as altas 20 por cento (T6), com uma cifra inicial de oito mil e 100 casas cada província, sendo 5.600 sociais, 1.500 de média renda e mil de alta renda, num projecto que vai aumentando conforme as solicitações”, explicou. O preço das mesmas vai de 60 mil kwanzas, 150 e 250 mil Kwanzas, respectivamente.

Segundo a responsável, o acordo firmado com a cooperativa é sem fins lucrativos, porquanto o projecto visa proporcionar habitações a esta franja da sociedade sem que tenham que pagar algum juro, daí que o pagamento é feito através do salário e quando se faz o primeiro pagamento já se recebe as chaves da casa.

De acordo ainda com ela, um dos principais critérios de acesso é ser sócio da cooperativa e ter as quotas todas pagas. Tendo acrescentado ainda que se o beneficiário tiver outra modalidade de pagamento é livre desde que não se submeta a empréstimos que lhe façam perder o propósito da organização, que é a isenção de juros.

Depois da província do Kwanza Sul, onde será feita a entrega das primeiras 10 casas modelo, seguir-se-ão Kuando Kubango, Huambo, Benguela, Lunda Sul e Luanda com três pólos.

6.8 Jovens inscreveram-se para sorteio de casas sociais

Jornal o independente
12 de Novembro de 2011

As inscrições para o sorteio de oitenta e duas casas sociais, construídas no âmbito do Programa Angola Jovem, no bairro Nossa Senhora da Graça, arredores da cidade de Benguela, iniciaram-se terça-feira, com dezenas de candidatos. Segundo o membro do Comité Provincial de Avaliação dos Processos de Candidaturas, Daniel Ngunde, as inscrições para o sorteio vão decorrer até dia 18 deste mês. As mesmas, explicou, obedecerão ao Regulamento de Acesso e Concessão de Habitação Social à Juventude, aprovado à luz do Decreto Executivo no 29/09 de 17 de Abril.

Disse que os candidatos devem ser cidadãos angolanos e ter idade entre 18 e 35 anos. Esses devem preencher a ficha de inscrição e apresentar atestado de residência, certidão matrimonial ou de união de facto, fotocópia do bilhete de identidade, do cartão de contribuinte, declaração do vínculo laboral e salarial, assim como a situação militar regularizada, no caso dos jovens.

Segundo a fonte, das 100 fichas de inscrição disponibilizadas no primeiro dia, apenas 26 foram preenchidas pelos candidatos, “uma situação normal, por tratar-se da abertura do processo”.

Mostrou-se confiante que a adesão dos jovens aumente nos próximos dias, garantido estarem montadas seis brigadas para o atendimento célere dos candidatos, no período das 8:30 às 12:00, na sala de imprensa do pavilhão multiuso Acácias Rubras.

Acrescentou que durante oito dias devem receber pelo menos mil e 500 candidaturas para o sorteio, previsto para o dia 20 de Dezembro, no Estádio Municipal Edelfrides Palhares da Costa. Desse sorteio sairão os 82 beneficiários, que poderão receber as chaves das moradias mobiladas em Janeiro de 2012.

A Angop apurou que oitenta e duas, das noventa e duas casas do novo bairro social, cujo preço é 35 mil dólares norte americanos, reembolsáveis em 15 anos, ao Banco de Poupança e Crédito, já estão concluídas e apresentam uma estrutura que engloba três quartos, cozinha, sala e quarto de banho.

6.9 Militares podem beneficiar de habitações sociais no país

Jornal semanario factual
12 a 19 de Novembro de 2011

De acordo com o responsável, que apresentava o projecto durante uma conferência de imprensa, a ideia surgiu devido às solicitações feitas pelos militares e pelos trabalhadores civis das F AA.

Para dar resposta a estas solicitações, acrescentou, o comandante do exército ordenou a criação de uma comissão de gestão que trabalhou para o surgimento da mesma que se enquadra no âmbito do programa do Executivo, para a construção de um milhão de casas.

Para si, como a intenção é de dar resposta imediata às necessidades habitacional destes cidadãos, a cooperativa firmou um acordo com a empresa Tamar IDA, que conseguiu um financiamento de três milhões de dólares para as primeiras 50 mil casas, através da República do Vietname, que vai numa primeira fase suportar as construções das habitações.

A gestora da empresa Tamar, Celeste de Brito, adiantou o projecto já estar a ser implementado em sete das 18 províncias e, nesta primeira fase, poderem ser inauguradas, no dia 11 de Novembro, 10 casas-modelo em cada uma delas.

De acordo com ela, o projecto com prioridade a todos os militares das FAA, no activo ou não, viúvas de guerra, será, igualmente, extensivo a pessoas singulares, porquanto a ideia não é criar um bairro meramente para os militares, mas com abrangência ao cidadão comum.

“Cada um destes projectos comporta 50 por cento de casas sociais (f3), 30 para as médias (f5) e para as altas 20 por cento (f6), com uma cifra inicial de oito mil e 100 casas cada província, sendo 5.600 sociais, 1.500 de média renda e mil de alta renda, num projecto que vai aumentando conforme as solicitações”, explicou.

O preço das mesmas vai de 60 mil Kwanzas, 150 e 250 mil Kwanzas, respectivamente.

Segundo a responsável, o acordo firmado com a cooperativa é sem fins lucrativos, porquanto o projecto visa proporcionar habitações a esta franja da sociedade, sem que tenham de pagar algum juro. Daí que o pagamento é feito através do salário e quando se faz o primeiro pagamento já se recebem as chaves da casa.

De acordo com ela, um dos principais critérios de acesso é ser sócio da cooperativa e ter as quotas todas pagas. Acrescentou que, se o beneficiário tiver outra modalidade de pagamento, é livre desde que não se submeta a empréstimos que lhe façam perder o propósito da organização, que é a isenção de juros.

Depois da província do Kwanza-Sul, onde será feita a entrega das primeiras 10 casas-modelo, seguir-se-ão as do Kuando-Kubango, Huambo, Benguela, Lunda-Sul e Luanda, com três pólos.

6.10 Estado-maior do exercito junta-se ao projecto habitacional do executivo

Jornal o pais

18 de Novembro de 2011

O Estado-maior do Exército associou-se ao desafio do Executivo, na área da Construção, com a constituição de uma cooperativa de âmbito nacional, denominada Pérola Verde, cujo projecto predispõe-se edificar por todo país quinhentas mil casas até 2017.

O primeiro passo em direcção a este objectivo aconteceu na semana passada no Kuanza – Sul, província que acolheu a apresentação e a entrega das seis primeiras casas sociais de 100 metros quadrados, erguidas num espaço de 380 hectares e orçadas no valor de 60 mil dólares.

Para o Kuanza Sul, a cooperativa consignou a construção de 5 mil casas económicas, médias e de alta renda, a serem erguidas em toda a sua extensão. De acordo com as informações apuradas durante a cerimónia, os sócios da cooperativa só começam a ser descontados nos salários se já estiverem na posse da casa num valor a que não é incorporado taxa de juro. Mas primeiro terão que se associar ao projecto pagando a jóia de 150 mil Kzs.

De modo global, a cooperativa de projecta construir quinhentas mil casas por todo o país, urna fatia que leva a afirmar -se como «um dos parceiros mais privilegiados do Executivo na consecução deste objectivo».

Para a materialização deste ambicioso projecto, os seus responsáveis contam com o Poio institucional do Executivo que se compromete em ceder espaços em todas as reservas do Estado.

Os promotores da iniciativa garantem igualmente que o projecto não está aberto somente aos efectivos das FAA, mas a todos os funcionários públicos e privados interessados no projecto.

A cooperativa Pérola Verde surge em resposta às várias solicitações dos efectivos das Forças Armadas Angolanas, facto que determinou criar-se uma comissão que trabalhou junto dos vários organismos do Executivo e culminou com a constituição da cooperativa Pérola Verde.

Metade das casas que a cooperativa propõe construir serão de baixa renda, as restantes estão repartidas entre médias e alta renda, segundo o vice-presidente da cooperativa, o major Paulino Pinheiro, que falava durante a apresentação pública do projecto.

A construção de casas de média e alta renda deverá acontecer apenas quando as 18 províncias do país estiverem consolidadas com as casas económicas, tendo em conta que o projecto é eminentemente social, consignado no Programa Nacional de Habitação. Na sequência da expansão do projecto no Dia do Exército a celebrar-se a 17 de Dezembro, serão apresentadas mais 70 casas nas províncias G do Huambo, Kuando-Kubango e Luanda, com três pólos de casas de baixa renda. O major Paulino Pinheiro tranquiliza os cinco mil sócios, garantindo que em todas as províncias os espaços onde serão erguidos os fogos já foram cedidos pelos respectivos governos provinciais. A apresentação das casas no Kwanza-Sul contou com a presença da ex-vice-governadora para a área social Fernanda Cabral, que agradeceu a escolha da província para o arranque de projecto destinado aos efectivos das FAA que contribuíram imenso para a independência de Angola. “Acho que é o momento oportuno para que possam ter dignidade, terem urna residência que possa dignificar o esforço efectuado ao longo destes anos todos para que Angola alcançasse a paz”, disse Fernanda Cabral.

O Presidente do Conselho de Administração da Tamar, Celeste de Brito, a gestora da cooperativa, explicou que a intenção da sua empresa vem em resposta ao desafio do Executivo em construir um milhão de casas, procurando conferir dignidade a todos os soldados que

tanto lutaram para a independência e a preservação da soberania.

“A nossa intenção não é construirmos urna vila para militares, porque hoje já não estamos em guerra, por isso devemos integrar outras franjas da sociedade”, explicou a responsável da Tamar, quando anunciava a extensão do projecto habitacional a pessoas de todos os extractos sociais.

Emoções

As lágrimas de emoção apossaram-se do primeiro contemplado com uma casa do projecto, o oficial do Exército, tenente José Castilho Capina, que ingressou nas Forças Armadas no ano de 1976, no tempo das extintas Forças Armadas Populares de Libertação de Angola.

O tenente Capina até à entrega da casa, não sabia que seria contemplado iria ser contemplado com uma residência, apesar de ser um dos filiados. Por isso, não resistiu a surpresa e não susteve as lágrimas de emoção. Até ao momento em que foi contemplado, o tenente Capina disse que vivia numa casa cujas condições são precárias. Por esta razão, agora atribui elevada importância e credibilidade sobre a viabilidade deste projecto.

“Parece mentira, não esperava.

Recordo que quando o General Lúcio do Amaral passou pela nossa unidade, anunciou o projecto, muito de nós estávamos a ignorar, não pensávamos que seria realidade”, rematou o feliz contemplado.

6.11 Ovas casas para antigos combatentes

Jornal de Angola

18 de Novembro de 2011

O Vice-Presidente da República, Fernando da Piedade Dias dos Santos, inaugurou, ontem, em Cabinda, 150 casas destinados 1 a antigos combatentes e ex.) Guerrilheiros da FLEC reintegrados no âmbito do memorando de entendimento.

O complexo residencial, que recebeu o nome de Santa Catarina, nove quilómetros a sul da cidade de Cabinda, constituída por casas tipo T3, têm sala de estar, varanda, cozinha e quarto de banho e já dispõem de mobiliário, adquirido pelo governo da província.

O empreendimento está orçado em 11 milhões de dólares, oito milhões dos quais investidos nas obras de construção e os restantes em infra-estruturas exteriores, como vedação, pavimentação, sistema de drenagem de águas, iluminação e arborização. A cerimónia

de inauguração teve a presença de alguns elementos do Executivo e do governo da província e autoridades eclesiásticas e tradicionais.

O ministro dos Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria disse estar satisfeito por o projecto beneficiar antigos combatentes, pois a questão habitacional tem sido das mais os preocupam. “Estou muito satisfeito porque a grande carga que transporto aos ombros fica reduzida”, frisou Kundi Payhama.

O Vice – Presidente da República assistiu, à margem da cerimónia, à apresentação, em slides, do Programa de Intervenção do Hospital Regional de Cabinda, que prevê a construção, a médio e curto prazo, cri de uma nova unidade hospitalar na província, com todos os serviços médicos. O projecto foi bem recebido pelo Vice-Presidente da República, que recomendou ao governo da província que o prossiga.

Projectos na saúde

O ministro da Saúde afirmou que se o projecto se concretizar é muito importante para Cabinda face o crescimento demográfico que regista. José Van-Dúnem referiu que o Programa do Executivo para o sector estabelece a municipalização dos serviços de saúde, com a atribuição de recursos financeiros às administrações municipais, para os aproximar das populações, e a criação de hospitais regionais em Cabinda, Malanje, Huambo, Benguela e Huíla. O Vice-Presidente da República reuniu, ainda ontem, com os membros do governo da província, de quem recebeu informações sobre as acções sociais desenvolvidas nos últimos dois anos.

Fernando da Piedade Dias dos Santos visitou as obras de construção da Faculdade de Ciências Médicas e do futuro campus universitário, o pavilhão multi-uso do Tafe, o Centro Infantil Pioneiro Zeca e a Escola secundária do segundo ciclo do Buco Ngoio e inaugurou o Instituto Politécnico do Chiaze.

Para hoje, último dia da visita, fala à imprensa para fazer um balanço desta deslocação a Cabinda.

6.12 Retrato colorido da moderna cidade do kilamba

Jornal de Angola

19 de Novembro de 2011

Todos os caminhos vão dar ao Kilamba, pois já começaram a ser CI vendidos os apartamentos da nova cidade. São 9 horas de quinta-feira, 10 de Novembro. A cidade 11 tem edifícios imponentes: O ar puro circula entre os edifícios e separados por espaços verdes e cuidados tapetes de relva.

No passeio da longa Avenida Imperial Santana, os pensamentos perdem-se entre o desabrochar simultâneo de flores em quase todos os jardins da nova centralidade do Kilamba, inaugurada em Julho deste ano pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos.

A cidade tem todas as características de qualquer outra distinta e moderna do mundo: áreas residenciais para albergar mais 400 mil habitantes, estabelecimentos comerciais, zonas de lazer, escolas, hospitais, uma rede viária eficaz e um canal ferroviário.

A cidade do Kilamba é considerada média por possuir até 500 mil habitantes. Apesar de ainda não estar concluída na sua totalidade, já tem todas as infra-estruturas e os espaços verdes estão bem cuidados. A cidade está toda arborizada.

Ambiente sadio

Os habitantes da cidade do Kilamba têm um ambiente sadio. Em cada esquina da cidade há contentores e pequenos recipientes de lixo fixos. O saneamento básico tem um sistema de esgotos eficiente. O abastecimento de água canalizada foi projectado com a construção de centrais de armazenamento para que o morador tenha água potável permanentemente.

A estação de tratamento de água abastece em exclusivo o que é garantia de um fornecimento permanente. Kilamba é a cidade de Angola mais bem iluminada. Para chegar à cidade do Kilamba existe uma rede de transportes públicos eficiente. Cada bloco de apartamentos tem paragens para facilitar a vida dos moradores.

O trânsito dentro da cidade é regulado por um moderno sistema de sinais verticais, horizontais e electrónicos. Em alguns cruzamentos há passagens superiores para peões, porque os administradores da cidade do Kilamba prevêem um tráfego intenso quando as casas estiverem todas habitadas.

Kilamba tem edifícios diferenciados em tamanhos, cores e designação. Um bloco, por exemplo, tem mais de dez edifícios com a mesma cor, mas com tamanhos diferentes. Os mais baixos têm cinco andares e possuem apartamentos com três quartos e uma área de 110 metros quadrados.

Os edifícios mais altos, que vão de nove a 13 andares, têm apartamentos de três a cinco quartos e as suas áreas variam, dos 120 aos 150 metros quadrados. Os prédios têm elevadores modernos e portas electrónicas. Cada morador tem um código de acesso.

Os apartamentos têm boas salas, cozinha com despensa e lavandaria, quartos e uma suite. Todos têm roupeiros embutidos.

Equipamentos modernos

Todos os prédios estão equipados com sistema para a ligação à Internet, parabólica, TV cabo e ar condicionado. Cada morador terá ainda um lugar de estacionamento em áreas previamente definidas.

Quanto aos moradores que possuem mais de duas viaturas, a administração do Kilamba pode criar soluções. A cidade reservou algumas áreas para a construção de infra-estruturas onde pode ser desenvolvido todo o tipo de comércio.

Parques de estacionamento, restaurantes, ginásios, clubes, colégios privados são equipamentos da cidade do Kilamba.

Cada bloco de edifícios da cidade do Kilamba tem escolas e creches. Os alunos não têm de percorrer longas distâncias para ir à escola. Os estabelecimentos de ensino podem arrancar no início do próximo ano lectivo.

Os mercados e hospitais também fazem parte do leque de infra-estruturas da cidade do Kilamba. Os hospitais estão equipados com meios tecnológicos modernos para garantir a um tratamento adequado e de qualidade aos doentes.

Integrada no novo município de Belas e erguida numa superfície de 3,2 milhões de metros quadrados, a cidade tem 71 edifícios, 24 creches, nove escolas primárias e oito secundárias e 50 quilómetros de vias. O projecto tem conclusão prevista para Outubro de 2012. Até Venda dos imóveis

A venda dos apartamentos na cidade do Kilamba decorre a bom ritmo, de acordo com o administrador da Delta Imobiliária, Paulo Cascão. Das mais de 70 mil pessoas inscritas, 30 por cento confirmaram interesse em adquirir os imóveis a pronto pagamento.

“Até final desde mês os clientes podem ter as suas casas, quando todo o processo estiver concluído. As restantes vão comprar as casas através do financiamento bancário. Nós vamos aguardar já que estão disponíveis 3.180 apartamentos”, referiu o Paulo Cascão.

A Sonip – Sonangol Imobiliária – Propriedades, empresa gestora dos imóveis, anunciou igualmente a comercialização de 35.536 novos apartamentos, ainda em construção, nas centralidades do Kilamba (16.822), Cacuaco/Dande (10.002), Zango (2.464), Quilómetro 44 (2.248) e no Musseque Capari (4.000), habitações.

6.13 Construídas casas para desfavorecidos

Jornal de Angola

19 de Novembro de 2011

A directora provincial da Assistência e Reinserção Social (MINARS) do Bié, Angélica Gonçalves, informou ontem que cerca de 50 casas foram construídas com materiais rudimentares, na comuna de Sande, município de Catabola, para acolher cidadãos desfavorecidos que perderam as suas residências durante conflito armado.

Angélica Gonçalves disse que a instituição está igualmente a ajudar 40 pessoas da comuna de Malengue, município de Chitembo.

Os beneficiários, que abandonaram as suas casas por suspeita de invasão das mesmas por animais ferozes, estão a receber chapas de zinco e outros materiais para facilitar a construção das referidas residências.

A directora do MINARS disse que, em colaboração com as administrações municipais, uma escola primária e um posto de saúde estão a ser construídos em benefício da população da localidade.

Angélica Gonçalves aclarou que a nível do governo local está prevista a construção de um centro infantil e outro comunitário para albergar pessoas deficientes para a formação profissional. A par destes empreendimentos, quatro centros comunitários, sendo dois infantis, um artesanal e de formação profissional, estão em fase final da sua construção, na cidade do Cuito.

O objectivo, segundo a responsável da Assistência e Reinserção Social, é albergar crianças e adultos em idade escolar e profissional.

Área social merece atenção

A directora provincial disse que a situação social no Bié não é dramática, mas é necessária uma atenção especial do governo e de outras instituições da sociedade. Apenas dois especialistas em educação social estão integrados no MINARS e daí a aposta na formação de quadros para o atendimento dos utentes dessa área.

A directora local do MINARS disse que foram seleccionadas cinco educadoras, que são vigilantes de infância, para o curso de formação para formadores, num processo contínuo, no sentido destas aperfeiçoarem e transmitirem os conhecimentos aos restantes colegas da província.

Apoio a doentes de lepra

Angélica Gonçalves disse que 46 pessoas idosas, incluindo 42 portadoras de deficiências causadas pela lepra, em situação de extrema vulnerabilidade, estão sob controlo da direcção provincial do Ministério da Assistência e Reinserção Social.

Quanto à situação médica e medicamentosa, alimentar, vestuário e apoio moral, a responsável disse que os idosos vivem actualmente em condições mínimas, tendo em conta a pequena dimensão da estrutura actual.

Angélica Gonçalves referiu que a maior parte dos idosos existentes no actual lar de Cangalo, no município do Cuito, foi ali parar em resultado de conflitos ocorridos na localidade.

As dificuldades financeiras e sociais, como a marginalização, exclusão, acusações de feitiçaria, agressões físicas, homicídios e expulsão do seio familiar e da comunidade também levaram os mais velhos aos referidos lares.

A responsável salientou que alguns idosos estão a praticar a actividade agrícola, artesanato, alfaiataria, sapataria e olaria para aperfeiçoarem as suas habilidades e garantir o seu sustento, aliás é assim que tem de ser. A província do Bié possui, pelo menos, 12 residências gémeas que albergam os idosos desfavorecidos, além de outras 16 que acolhem os doentes de lepra e seus filhos. A falta de creches, na cidade do Cuito, é o principal motivo para a construção de tais infra-estruturas, no sentido de ajudar as crianças desamparadas e filhos de trabalhadores.

Angélica Gonçalves salientou que no município de Catabola está a ser erguido um centro com conclusão prevista para este ano. Este programa, que visa a diminuição de crianças desamparadas, vai continuar.

O MINARS presta igualmente apoio aos centros religiosos das igrejas Católica, Evangélica Congregacional e dos Irmãos em Angola, que encontram, às vezes, dificuldades no funcionamento das instituições de caridade.

6.14 Fundo dá garantias para empréstimos

Jornal de Angola

25 de Novembro de 2011

Os bancos comerciais assinaram, ontem, em Luanda, um acordo com o Fundo de Fomento de Garantia Habitacional, que vai servir de avalista para as pessoas que pretendam comprar casa através de crédito bancário.

O fundo vai assegurar até 80 por cento do valor do imóvel. O documento assinado ontem estabelece que a coordenação apresente uma lista de projectos ilegíveis à candidatura habitacional.

O coordenador do fundo, Carlos Panzo, adiantou que o modelo para adesão já está estruturado. O cliente deve dirigir-se ao seu banco e candidatar-se. O banco, por sua vez, apresenta a candidatura ao Fundo de Fomento de Garantia Habitacional, que tem a missão de intermediar a relação entre os bancos comerciais e os credores habitacionais.

O ministro do Urbanismo e Construção, Fernando da Fonseca, disse esperar que os bancos contribuam para dinamizar o sector imobiliário. “Os bancos devem procurar estimular esta dinâmica, criando parcerias e oportunidades com as cooperativas habitacionais, para que possam desempenhar um papel de ajuda ao Executivo nesse sentido, para a habitação social”, referiu.

O presidente do Banco de Poupança e Crédito (BPC), Paixão Júnior, disse que o acordo dá a possibilidade de alargar o leque de operações relacionadas com o crédito habitacional. Por seu lado, Coutinho Nobre Miguel, do Banco Sol, afirma que qualquer cliente pode aderir ao crédito habitacional, desde possua os requisitos exigidos.

Assinaram o acordo os presidentes do BPC, do Banco Sol, BNI, BPA, Banco Keve, BCI, BFA e BAI. O acto foi assistido pelos ministros das Finanças, Carlos Alberto Lopes, do Urbanismo e Construção, Fernando da Fonseca, e pelo governador do Banco Nacional de Angola. O crédito à habitação para aquisição de casas no âmbito do Programa habitacional do Executivo vai ser feito tendo como referência a taxa LUIBOR, que é a média resultante das taxas de juro cobradas pelos bancos comerciais nas operações entre si. O Banco Nacional de Angola anunciou, recentemente a taxa média de juros a vigorar para os empréstimos a serem concedidos pelos bancos comerciais. Executivo lançou um programa para facilitar a aquisição de casas para a população, principalmente os mais carenciados.

Anunciado em 2008, o Programa habitacional do Executivo prevê, até o próximo ano, a construção de um milhão de fogos habitacionais em todo o país, para reduzir a grande procura de casas no país.

6.15 Novas casas para o interior da provincia

Jornal de Angola

25 de Novembro de 2011

A comissão provincial da habitação do Cunene reuniu, na cidade de Ondjiva, com os administradores municipais, com quem discutiu o modelo de construção, em 2012, de 200 casas em cada circunscrição.

O consultor do governo provincial para o programa nacional de construção habitacional, Augusto Sebastião, propôs quatro modelos, mas os administradores optaram pelo economicamente mais viável.

A primeira hipótese apresentada prevê a construção das casas sem reboque, que deve ser feito pelo beneficiário, segunda, com reboque, a terceira, já pintadas, e a última, com todos os acabamentos.

O governador provincial, que participou na reunião, anunciou que os terrenos para a construção das casas já estão disponíveis nos municípios da Cahama, Cuvelai, Ombadja, Kwanhama, Namacunde e Curoca.

“Vamos receber equipamentos provenientes da China para complementar as casas, como mosaicos, chapas, tectos falsos, janelas, portas e louças sanitárias”, disse António Didalelwa, que se mostrou esperançado na conclusão das obras até Agosto de 2012.

O governador António Didalelwa lembrou que foram disponibilizados, a cada município da província do Cunene, 2,6 milhões de dólares para a construção de casas para professores, enfermeiros e outros funcionários públicos.

6.16 Ministro defende controlo dos preços das casas

Jornal de Angola

29 de Novembro de 2011

O ministro das Finanças, Carlos Lopes, afirmou que o valor ideal para uma casa social deve ser, no máximo, 60 mil dólares e que o Executivo deve trabalhar para controlar os preços das habitações.

“Temos um mercado onde há disfunções muito sérias no domínio da formação de preços e ainda especulativo”, disse o ministro, no domingo, no programa Espaço Público, da TPA, acrescentando que o Estado deve

actuar no sentido de proteger os cidadãos com menos posses. “Essa é a função social do Estado”, disse.

Carlos Lopes explicou, também, as funções do Fundo de Fomento Habitacional, mecanismo criado pelo Executivo para garantir aos cidadãos 80 por cento do valor do crédito a contrair com um banco comercial para a compra de uma moradia. A primeira função do fundo, disse o ministro, é promover a habitação social, apoiando a construção de casas sociais para a população mais carenciada.

Quanto à possibilidade de os cidadãos de baixo rendimento adquirem habitação numa centralidade, referiu que o conceito de centralidades não é apenas visto numa óptica de luxo. Como exemplo, referiu a centralidade do Kilamba, onde estão, também, a ser desenvolvidos projectos de casas sociais, para permitir que não haja segregação em termos da classe média alta, média e baixa, que deve beneficiar de todas as facilidades que o lugar oferece.

Esclareceu, ainda, que as casas sociais são aquelas que, providas de condições urbanísticas aceitáveis, como arruamentos, sistemas de esgotos, água e luz, são construídas utilizando um modelo que permite que o preço final esteja mais ou menos de acordo com a capacidade financeira dos cidadãos com rendimentos baixos. O ministro afirmou, igualmente, que determinadas formas de apresentação do Orçamento Geral do Estado vão ser reavaliadas para que os cidadãos tenham uma verdadeira noção de como as despesas são distribuídas pelas diferentes categorias.

A reavaliação consiste na desagregação de determinadas rubricas orçamentais. “Há, por exemplo, uma rubrica residual que diz serviços não especificados, vamos reavaliá-la, analisar com profundidade o classificador e ver se efectivamente conseguimos desdobrar esta verba, avaliada em 10 por cento do orçamento, e imputá-la nas diferentes categorias de despesas”, disse.

O ministro afirma que o objectivo é mostrar a forma como a despesa é distribuída. “Não há aqui nenhum problema de transparência. O que pretendemos é transmitir à população, de uma forma mais desagregada, como o orçamento se comporta, sobretudo na componente da despesa”, afirmou o ministro. Esta decisão surgiu depois de uma chamada de atenção da Assembleia Nacional durante a discussão do documento na especialidade.

Dívida do país

A dívida total de Angola está orçada em 31,4 mil milhões de dólares, 17,8 mil milhões dos quais de dívida externa e o restante de interna, que resulta de emissões de obrigações e Bilhetes de Tesouro, para financiar o Programa de Investimentos Públicos. O ministro da Finanças, que

fez o anúncio, disse que, relativamente à dívida externa, o país deve, entre outros, 5,6 mil milhões de dólares à China, 1,8 mil milhões ao Brasil, 1,4 mil milhões a Portugal e 1,2 mil milhões a Espanha.

Carlos Lopes afirmou que o crescimento de 12,8 por cento, que a economia angolana vai registar no próximo ano, vai ser sustentado pelos dois sectores: petrolífero e não petrolífero. Na área petrolífera, alguns campos vão retomar a produção, fixando o crescimento deste sector em 13,4 por cento, ao contrário dos três anos anteriores, em que se registaram quedas de 5,1 por cento (2009), três por cento (2010) e 8,8 por cento (2011).

No sector não petrolífero, o crescimento esperado é de 12,5 por cento, impulsionado pela expansão das áreas dos diamantes (10,1 por cento), energia (11,8 por cento), construção (7,5 por cento) e agricultura (13,5 por cento). A evolução nestas áreas, impulsionada, também, pela execução do Programa de Investimentos Públicos. Segundo explicou, é preciso que o EL Produto Interno Bruto (que é a soma de toda a riqueza produzida no país durante um período) cresça na dimensão esperada para o próximo ano, para que o Executivo possa, através de políticas concretas, melhorar os serviços de saúde, educação e habitação.

“São estes os indicadores que nos permitem qualificar o nível de desenvolvimento de um país”, disse o ministro das Finanças, referindo que a economia “angolana tem progredido desde 2002 e manteve-se mais ou menos estável em 2005 com uma subida de 10,4 por cento.

Em 2006 e 2007, continuou o ministro, Angola registou um crescimento muito acentuado, de 25,7 por cento, apesar de depois, em 2008, ter descido para 15 por cento, os indicadores continuaram positivos em 2009, 2010 e 2011.

Reforma tributária o ministro também falou do processo de reforma tributária em curso no país, dizendo que este está a contribuir para aumentar a fiscalização, reforçar a capacidade interna e de resposta da administração.

Os resultados são “muito palpáveis no domínio do aumento das receitas tributárias”.

A reforma está dividida em três fases e vai ser desenvolvida até 2015. A primeira fase, iniciada no ano passado, cingiu-se ao levantamento de toda a situação ligada “à administração tributária. A segunda na revisão de toda a legislação subjacente à política fiscal e tributária. A última, que começa no próximo ano e termina em 2015, é a fase de aplicação concreta das medidas.

Para fazer face ao processo de reforma, o Ministério das Finanças admiti 30 jovens licenciados que, depois de

submetidos a um curso de especialização, foram enquadrados na Direcção Nacional de Impostos e nas repartições fiscais.

6.17 Fundo habitacional e operadores da banca assinam acordo

Jornal de economia e finanças
29 de Novembro de 2011

O Ministério da Construção e Urbanismo através do Fundo de Fomento Habitacional (FFH) assinou na última quinta-feira, em Luanda, com os bancos comerciais públicos e privados que operam no mercado, um acordo para a formalização de contrato de habitação social para a população.

A cerimónia da assinatura do acordo decorreu no edifício do Ministério das Finanças e testemunhado pelo titular da pasta Carlos Alberto Lopes, ao governador do Banco Nacional de Angola (BNA), José Massano de Lima e do ministro da Construção e Urbanismo, Fernando Fonseca.

O acordo foi assinado pelo coordenador da comissão de gestão do FFH, Carlos Panzo, e pelos presidentes de Conselho de Administração de nove operadoras bancárias que actuam no mercado nacional, designadamente, BPC, BCI, BFA, Sol, BAI, Keve, BNI, (BPA e BIC). (Fernando Fonseca, ministro do Urbanismo e Construção, disse na ocasião que o I Executivo está a contar com a participação dos bancos para no futuro trabalharem em conjunto na construção de habitação condigna para as populações e o FFH vai cumprir com o seu papel assim como os bancos.

“Há uma dinâmica no crescimento no sector de habitação e isso deve nos estimular criando parcerias com os outros organismos para a construção de diversos tipos de habitação para diferentes níveis da população”, para quem, as forças armadas, os antigos combatentes têm as suas cooperativas e estas estão ajudar o fundo no cumprimento do seu papel”, assegurou Fernando Fonseca.

Para o governante, as empresas de construção civil poderão compartilhar igualmente neste projecto de habitação para que os objectivos traçados pelo Executivo venham a surtir os efeitos desejados no mais curto espaço de tempo, assegurou o ministro, que igualmente mostrou-se bastante satisfeito pela disposição dos bancos em apoiar o projecto.

Cobertura do Executivo

Para Carlos Panzo, o acordo ora assinado vai regular o

produto financeiro do FFH que ao mesmo tempo servirá de avalista dos cidadãos que pretendam um financiamento bancário. “O fundo vai garantir este financiamento aos bancos de acordo a formalização do contrato e irá cobrir ate 80 por cento de risco de incumprimento do crédito”, sustentou o responsável.

Segundo Carlos Panzo, o modelo está em andamento, uma vez que o cidadão deve contactar o banco para ter acesso as condições de adesão, acrescentando não haverá qualquer ligação directa entre o cidadão e o FFH, mas sim entre o banco e os mutuários isto depois da formalização do documento.

No entanto, o Executivo apresentará, brevemente, uma lista de projectos e com base neste documento os bancos vão escolher os que melhor se enquadram para o seu financiamento para posterior aprovação do Governo.

Interrogado se a Centralidade do Kilamba está contemplada neste pacote, Carlos Panzo disse que o programa que o Executivo está levar a cabo é de âmbito nacional, não sabendo se a Centralidade do Kilamba está ou não contemplada no referido projecto.

Operadores satisfeitos

Por sua vez, Paixão Júnior, presidente do Conselho de Administração do BPC, assegurou que este projecto vai permitir aos bancos realizarem operações que não eram efectuadas, permitindo-os a fazerem publicidades para que as populações adquiram as habituações.

“Estamos convencidos de que este projecto terá êxito e acima de tudo terá um tratamento especial da nossa parte, isto não quer dizer que os demais projectos serão discriminados, pois para nós todos os outros serão legíveis”, sustentou o economista.

Segundo o responsável, “dentro em breve vamos receber uma lista onde constam todos os projectos e a partir dela saberemos escolher os que foram de encontro com as nossas exigências.

Para o presidente da Comissão Executiva do Banco Sol, Coutinho Nobre Miguel, assegura que a instituição que dirige tem todas as estruturas montadas para receber e executar o projecto, visto que possuem um fundo de garantias bastante aceitável.

6.18 Construídas milhares de moradias

Jornal de Angola

30 de Novembro de 2011

A Kora-Angola vai construir na província do Huambo 12 mil moradias, através do projecto habitacional Horizonte, que foi apresentado ontem ao governo da província.

O projecto vai ser desenvolvido em quatro localidades, Bailundo, Caála, Chipipa e Lossambo.

As residências e apartamentos do projecto, de média renda, são do tipo T3 e construídas numa área bruta de aproximadamente 100 metros quadrados.

O município da Caála tem prevista a construção de quatro mil residências e o Bailundo três mil. No ... Huambo, a localidade do Lossambo vai ser contemplada com duas mil residências e a comuna da Chipipa com três mil.

O projecto habitacional Horizonte, com um período de execução de três anos, contempla igualmente a construção de infra-estruturas de acesso às habitações, desde os armamentos, redes e sistemas de drenagem de águas residuais, domésticas e pluviais, redes de abastecimento de energia eléctrica, abastecimento de água potável e iluminação pública.

A directora comercial da Kora-Angola, Lídia Santos, disse que na primeira fase do projecto, tanto as moradias como os apartamentos vão ser vendidos ao equivalente a 55.600 dólares.

Lídia Santos referiu que o processo de aquisição pode iniciar-se com um contrato de reserva do imóvel, com base num pagamento A de cinco por cento do valor. No momento da assinatura do contrato – com essa de compra e venda, o cliente tem que dar outro adiantado de dez por cento. O montante restante é liquidado aquando da entrega da casa ou faseadamente ao longo da construção.

“O pagamento das residências é a pronto, mediante capitais próprios ou através de um crédito habitacional. A Kora-Angola está em negociação com vários bancos privados para estabelecer protocolos de parceria, de forma a facilitar o acesso ao crédito habitacional por parte dos compradores”, disse.

Lídia Santos referiu que a Kora-Angola vai ter no Huambo um stand de vendas, onde vai poder receber os seus clientes e esclarecer quaisquer dúvidas que tenham acerca do projecto Horizonte. Nestes espaços os clientes celebram os contratos de reserva. O stand do Huambo está localizado no município da Caála.

O director-geral do Kora-Angola, Nirnrod Gerber, disse ao Jornal de Angola que este projecto foi concebido para que fosse economicamente viável, socialmente justo e transparente e ecologicamente correcto, ao mudar o conceito urbano para comunidade urbana.

“E nesta lógica que vamos funcionar, de forma a oferecer a melhor qualidade ao melhor preço.”

Nirnrod Gerber disse ainda que este novo conceito de comunidade urbana, por eles desenvolvido, visa o crescimento de novos pólos de desenvolvimento social e económico, bem como a descentralização do crescimento populacional em Angola.

“Particularmente no Huambo, onde vão ser edificadas 12 mil habitações, este projecto abre várias janelas de oportunidade, principalmente se considerarmos que estas casas vão ser o lar de mais de 70 mil pessoas e o local de trabalho de outros tantos milhares de profissionais.”

A Kora-Angola, para esta empreitada, conta com 60 trabalhadores, 30 por cento dos quais são estrangeiros. Além do Huambo, o projecto Horizonte vai chegar às províncias de Luanda, Bié, Huambo, Kwanza-Sul, Uíge e Moxico.

7 TERRA

7.1 Maianga tem novo sistema informático para a emissão de atestado de residência

Jornal de Angola
02 de Novembro de 2011

O Governo Provincial de Luanda apresentou ontem o novo sistema informático de emissão de novos modelos de agregado familiar, cartões e atestados de residência, durante uma cerimónia realizada na administração municipal da Maianga, presidida pelo governador interino de Luanda, Graciano Domingos.

Durante a sua intervenção, o governador interino manifestou à direcção do município da Maianga a sua satisfação pela “modernidade da gestão administrativa e visão de futuro” e considerou que Luanda deve abraçar o que de melhor se utiliza em tecnologia para a gestão de territórios.

“Para uma melhor governação, os elementos estatísticos são da mentais e isso passa também pelo controlo administrativo da população, com vista à planificação do desenvolvimento de infra-estruturas salientou. Graciano Domingos considerou que o novo sistema facilita a actividade administrativa, economiza tempo, poupa o cidadão de alguns aborrecimentos e ajuda a combater a extorsão de dinheiro e reconheceu que “a Maianga dá um passo que o governo da província ainda não deu”.

Apesar disso, garantiu que, no futuro, o Governo Provincial de Luanda vai funcionar em rede. “Se não houver uma cadeia rigorosa de verificação de dados dos cidadãos, estaremos a participar de” forma errada “ num processo de informações” o governador interino garantiu que, apesar da alteração da divisão político-administrativa da província, que entrou ontem em vigor, se impõe. uma modernização, admitindo a hipótese de conexão do sistema informático de emissão de documentos com os serviços da polícia.

Protegido contra adulterações o administrador municipal da Maianga, Manuel Marta, garantiu que foram criadas condições para se evitarem adulterações na emissão de documentos e reafirmou que projecto é uma iniciativa da administração. “O projecto está inserido, desde 2008, e foi apenas aperfeiçoado com a colaboração do Centro Nacional de Tecnologias de Informação. Agora está mais seguro e a sua aplicação permite o atendimento com maior celeridade à comunidade.

De acordo com” os técnicos do CNTI, O sistema oferece como vantagens a dinamização no atendimento aos munícipes, a disponibilização de informações, em tempo real, dos processos recebidos pela administração e a responsabilização dos seus funcionários.

7.2 Administração descarta responsabilidade na ocupação da praia

jornal o pais
04 de Novembro de 2011

O administrador da Samba, Adão Malungo, descartou ontem qualquer responsabilidade por parte da administração que dirige no que toca à venda da praia do Morro dos Veados, situada no bairro Benfica, em Luanda, isso em resposta a uma reportagem avançada por O PAIS na edição anterior a esta sobre a privatização da referida zona costeira.

“A ocupação da referida área pela Ocean Drive coincidiu apenas com a nossa entrada no comando da administração, mas nós não temos nada a ver com a cedência ou venda do terreno”, esclareceu o administrador, adiantando que o seu elenco foi apenas comunicado pelo Governo da Província de Luanda (GPL), para acompanhar todo processo de negociações e a retirada dos moradores da zona.

Quando lhes foi incumbida tal responsabilidade, estiveram na base das alegações contidas nas documentações chegadas do GPL o facto de a organização interessada, na altura, ter tido reunidas as condições exigidas, que se prendiam principalmente com as residências de destino dos moradores, bem como as indemnizações referentes à adaptação à nova realidade de vida e aos meios de trabalho.

Das promessas constavam mil dólares para a primeira semana nas casas azuis do Zango IV, para além de uma indemnização de cobertura à perda dos barcos de pesca e das barracas de praia, que até à data desta entrevista não foi cumprida.

Quanto à Ocean Drive, o dirigente não avançou nenhuma informação que facilitasse alguma caracterização da empresa ou mesmo o seu objecto social. Disse apenas que a exploração e investimento no local tinham um fim social.

Interrogado sobre a periodicidade do processo das negociações, o responsável não soube dizer ao certo quando teria começado o expediente, mas foi determinante em afirmar que “o processo da concessão da parcela de terra

foi arquitectado pelo GPL, num período de tempo que antecede consideravelmente ao do nosso empossamento.” Por ser um assunto que continua a desencadear muita polémica, saltando à vista a proibição de banhistas nessa área do litoral de Luanda, Adão Malungo aconselha os inquietantes a buscarem esclarecimento no Governo Provincial de Luanda.

O PAIS envidou esforço para ouvir dirigentes afectos ao GPL, mas não encontrou resposta. Cada um dos contactados remetia o assunto para outrem.

“Nem todos foram contemplados” Um dos indivíduos que integrava a comissão de moradores, agora a residir no Zango IV, revelou que algumas pessoas perderam suas casas sem terem recebido outras em Viana.

“Nem todos foram contemplados, porque havia 185 casas de chapa, mas só foram contabilizadas as 17 quebradas à força das armas e as 58 que a fiscalização da comuna do Benfica havia numerado primeiro”, declarou uma fonte, tendo informado que outros tiveram de se sujeitar em receber os três mil e 500 dólares, embora tenha havido mesmo alguns que, por terem estado ausentes, nem sequer receberam nada.

A comissão dos moradores do Morro dos Veados continua no activo, porque os integrantes dizem que há muitos problemas pendentes, um dos quais tem a ver com a recuperação da indemnização.

7.3 Soba queixa-se de não receber dinheiro

Jornal o pais

04 de Novembro de 2011

Daniel Francisco de 86 anos, soba do bairro denominado Museu da Escravatura, localizado próximo da instituição pública com o mesmo nome, na comuna do Benfica, na Samba, queixa-se de nunca ter recebido nenhuma prestação financeira referente ao posto que diz ocupar há mais de 10 anos.

“Estou aqui há muito tempo e nunca recebi nenhum Kwanza de soba que eu sou, mas vou a todas reuniões de zona, do município e em algumas actividades do Governo Provincial e cumpro com os meus deveres na comunidade”, lamentou o soba, contando que o uniforme que veste lhe foi dado pela Administração Municipal da Samba, sob orientação do Governo da Província de Luanda (GPL).

Quando se encontra com os altos mandatários do município ou do GPL, estes pedem-lhe paciência, ao ponto de alegarem que o seu dinheiro vai ser entregue tão logo resolvam algumas situações, segundo o queixoso.

O ancião chega mesmo a colocar a distância que o separa das instituições do Estado como a razão do abandalho que recebe dessas, porque os seus colegas do Quilómetro 30, Ramiro, Buraco e Barra do Kwanza recebem apoio regularmente.

Por causa disso, ele prefere considerar-se desprezado ou discriminado, desconfiando até que o seu nome nunca constou da lista dos sobas no activo.

Oriundo do município da Caála, província do Huambo, Daniel Francisco chegou a Luanda aos 14 anos de idade, tendo habitado no bairro do Cazenga durante muito tempo, até que em 1986 recebeu a incumbência de assegurar o Museu da Escravatura.

Poder sem autoridade

Na ocasião da entrevista a este jornal, o soba manifestou o seu descontentamento pelo facto de estar a ser ultrapassado em assuntos respeitantes à administração territorial da área que considera de sua jurisdição.

“Todo mundo vem aqui e faz o que quiser sem me dizer nada”, desabafou, tendo mostrado o cerco que a direcção do Museu da Escravatura colocou em volta das casas dos moradores. Alega que local pertence à referida instituição do Estado.

Para demonstrar que a sua presença e a dos vizinhos não partiu de uma ocupação ilegal, contou que chegaram ao local por intermédio de Boaventura Cardoso. Informou que foi o actual governador de Malange que o mandou habitar nessa localidade, numa época em que era difícil alguém aparecer por aí para lhe prestar apoio.

“Essa profissão de guarda que me deram em 1986 me obrigou a muitos sacrifícios, um dos quais poderia ter sido a minha vida”, contou o próprio, que até hoje espera por um sinal do actual governador de Malange.

Daniel Francisco encontra-se reformado, recebendo apenas mensalmente uma pensão financeira de oito mil Kwanzas.

7.4 Administrador do sambizanga

Jornal semanari o continente

04 de Novembro de 2011

General José Tavares, administrador municipal do Sambizanga, recentemente, fez 1 uma demonstração que é possível resolver os problemas pontuais dos municípios. Tudo sucedeu quando dois cidadãos que disputam um terreno na sua circunscrição em que ele era acusado estar a favorecer uma das partes, I ou seja, o militar. Ele, I ciente que nenhuma das partes haviam recebido da sua

administração o “agremiant” de tomarem o terreno, colocou frente à frente as partes e no local se dirimiu o problema, pois que como é lógico, o que adquiriu os documentos a mais tempo, levou vantagem. Assim é que deve ser, pois outros não se dão este serviço, deixando esta nas mãos dos fiscais que acabavam por ser um elemento extra

7.5 Administração não confirma inscrição

Jornal o país

04 de Novembro de 2011

De acordo com o secretário dos sobas do município da Samba, João Adão, existem apenas três sobas inscritos na lista das autoridades tradicionais, no perímetro entre o Morro dos Veados e o Ramiro.

“Nós só temos registado os sobas dos bairros Quilómetro 30, Ramiro e Buraco, que com o soba grande da Samba compõem o elenco dos quatro inscritos no quadro administrativo do Governo da Província de Luanda (GPL)”, explicou o secretário. Considera que outros estão em via de enquadramento, em função de necessidades causadas pela expansão de alguns bairros.

É neste contexto que João Adão coloca a situação do velho Daniel Francisco, ao qual recomenda muita calma e paciência. Certificou que o velho foi parar naquele lugar como funcionário do Museu da Escravatura, instituição que já o concebeu a condição de reformado, dando-lhe a pensão merecida. O secretário dos sobas informou ainda que a instituição do ancião à categoria de soba foi uma gentileza de um dos administradores cessantes. Não em nome da administração, mas, sim, como administrador.

A julgar pela dimensão do município da Samba e pelo número de sobas que se vêem a andar por aí, bem uniformizados, muitos deverão estar na condição do soba do Museu da escravatura. Sobre o assunto João Adão preferiu não avançar qualquer informação, prometendo fazê-lo em fórum próprio. O secretário reconheceu que as autoridades tradicionais recebem um subsídio em dinheiro, acrescentado ser apenas um privilégio daqueles que se encontram bem legalizados pelo GPL e pelo Ministério da Administração Pública Emprego e segurança Social (MAPESS).

7.6 Martelo demolidor volta à Tchavola no Lubango

novo jornal

04 de Novembro de 2011

A PROVÍNCIA da Huíla voltou a testemunhar actos de demolição de residências na Tchavola, nos arredores da cidade do Lubango, o bairro que ganhou nome por ter acolhido 3 mil e 81 famílias retiradas das cercanias da linha férrea de Moçâmedes

Sem nenhuma explicação às vítimas, os tractores da administração municipal do Lubango entraram em acção. Mandaram abaixo 27 casas de pessoas que questionaram a justeza da decisão, visto tratarem-se de moradores que, como revelaram ao NJ, eram nativos do bairro e que se viam, por isso, no direito de erguer ali as suas residências.

Arlete Isaías, de 21 anos, solteira e mãe de duas crianças, estava inconformada depois de ver a sua casa, construída em terreno herdado dos avós, deitada abaixo. A jovem, que disse que não acreditar no que estava a ver, repetia a exclamação: “Não é possível que as pessoas sejam tratadas com tanta insensibilidade”

Indo mais longe nas suas críticas, Arlete questionou mesmo a lei da terra que atribui ao Estado a sua propriedade originária. “Embora a terra seja propriedade do Estado, o Estado não é a população? O presidente sozinho não é Estado! O governador sozinho não é Estado! Estado é o povo”, insistiu Arlete Isaías, queixando-se da falta de mobilização prévia das pessoas. Maria Constantina, frustrada com a acção dos tractores demolidores, disse que perdeu as terras de cultivo que garantiam a sobrevivência da família. “O governo não pode fazer-nos passar por este sofrimento, tirando-nos o pouco que temos”, desabafou a nossa entrevistada, que se mostrou ainda preocupada pelo facto de a acção não ter sido justificada pelas autoridades administrativas da capital.

Ninguém entre as autoridades da Huíla se pronunciou sobre os novos acontecimentos no bairro da Tchavola, que deixaram preocupadas as organizações de defesa dos direitos humanos, como a Associação Construindo Comunidades. A MC já condenou a acção e exigiu explicações convincentes dos responsáveis pelas demolições.

Muito por fazer na Tchavola

O coordenador da comissão de moradores do bairro da Tchavola, Tomás Sapoco, disse ao NJ que, apesar do esforço e da aparente vontade do executivo de Isaac dos Anjos em melhorar o quadro actual, a situação continua a inspirar cuidados redobrados.

Tomás Sapoco alertou para as dificuldades verificadas no que toca ao acesso à água potável, ausência total de luz e fraca prestação nos sectores de saúde e educação, que, de acordo com o responsável, “não respondem em pleno” aos anseios das populações que habitam o bairro. “Não é possível que um bairro desta dimensão não conte com um médico se que, atirou Sapoco.

Fazendo fé nas declarações do nosso interlocutor, são vários os serviços básicos que estão longe do alcance dos moradores da Tchavola, que precisam, por outro lado, de ver resolvido o problema do escoamento das águas das chuvas, que nalguns casos entram pelas casas adentro. Realidade que pode ser invertida com um trabalho mais aturado, asseverou Tomás Sapoco.

Aos problemas referidos, acresce a falta de transportes públicos para facilitar as deslocações de e para a cidade. As ligações foram suspensas devido à dificuldade de acesso à zona. Situação, que segundo apurou o Novo Jornal, poderá ficar resolvida com a construção de uma ponte que deverá ligar Tchavola ao resto da capital da Huía.

7.7 Administração do Kwanzas desanca contra privada

Jornal ANGOLENSE
05 de Novembro de 2011

O administrador identificado como Panguila, garantiu que os vendedores não vão sair daquele local, vão continuar, simplesmente está-se a fazer o alargamento do mercado ao mesmo tempo que será totalmente requalificado. E garantiu, por outro lado, que será um dos melhores mercados de Angola. Aquele responsável recusou-se, entretanto, a adiantar mais pormenores ao nosso jornal em virtude de a nossa equipa estar identificada com um credencial devidamente assinado e carimbado. Importa salientar que é um documento para todo o funcionário da instituição (Jornal. Angolense) que esteja à espera da renovação do seu passe, sendo por isso um “instrumento” para tratar de assuntos inerentes a sua função junto de organismos estatais e privados. Porém, aquele administrador não ficou por aí, avançou com ataques à imprensa privada. Para já, começou por afirmar que toda imprensa privada estava ao serviço dos partidos da oposição em Angola. Prosseguindo, Panguila afirmou que muitas vezes os jornalistas fazem gravações e distribuem a vários órgãos de comunicação social, tendo citado a Rádio Despertar como um dos destinatários dessas gravações. “Toda imprensa privada está ligada aos partidos da oposição em Angola”, afirmou Panguila. E dirigindo-se ao administrador, a nossa equipa de reportagem exclamou: “Mas o senhor, como um agente que

presta serviço público, não pode fazer essas afirmações!”. “Eu não vou te mentir, sou agente político do MPLA, não estas a ver a bandeira? questionou-se, tendo apontado com o dedo indicador da mão direita no local onde estava a bandeira do MPLA, no seu gabinete. Um local onde à luz da actual Constituição angolana, devia estar a da República, por ser uma instituição pública. “Se fosse o Jornal de Angola falava, mas vocês (imprensa privada) e os partidos da oposição só fazem confusão, só estão para estragar o trabalho dos outros”.

Depois de citar a Rádio Despertar continuou com ataques pessoais, tendo, de seguida, atingido o Angolense ao afirmar que “O Angolense, desde que o conheço, só faz escândalo, só fala mal do partido (MPLA)”. Chamado a ser mais concreto e citar uma das edições em que se sentiu escandalizado, aquele administrador apontou a edição 648. “Eu ainda tenho aqui um jornal Angolense onde vocês falam mal do camarada Bento Bento, aquilo é um escândalo” atirou. Recordemos aqui a manchete em referência. «Afinal a oposição liderada pela UNITA não encomendou manifestações. Bento Bento desmascarado pelo chefe». Esta manchete veio a propósito das declarações feitas pelo Secretário provincial de Luanda, Bento Bento, segundo as quais as manifestações realizadas um pouco por todo o país são encomendadas pela oposição liderada pela UNITA, tendo ainda citado nomes como Justino Pinto de Andrade, presidente do Bloco Democrático e David Mendes, presidente do Partido Popular. As afirmações de Bento Bento, entretanto, seriam contrariadas pelo Presidente da República, no seu mais recente discurso sobre o Estado da Nação, quando disse que as manifestações resultam da falta de diálogo com a juventude.

De acusação a acusação, o administrador, de quem se diz querer aparecer na imprensa à custa de ataques a terceiros, para ser mais visto pelo chefe, ainda teve tempo de acusar o jornalista e advogado Willian Tonet de ser um rebelde. “Mesmo aquele Willian Tonet conheci-lhe há muito tempo quando era da JMPLA e hoje é o mais rebelde de todos, é desobediente”, acusou aludindo aos trabalhos publicados pelo seu jornal, o Folha 8. Contactados pelo Angolense, os responsáveis daquela publicação ignoraram pura e simplesmente as declarações de Panguila ao considera-las como verborreias de pessoas paranóicas. “São afirmações sem nexos e descontextualizadas”, disse um dos responsáveis. De recordar ainda que numa das suas declarações à imprensa, Willian Tonet mostrou-se desiludido pelo “seu” MPLA e, referindo-se às práticas dos dirigentes do maioritário, afirmou que o MPLA estava a trair os seus ideais, por isso afastou-se. Por sua vez, o director para a informação da Rádio Despertar, Cláudio Emanuel, disse o Panguila não ter qualificações, nem integridade para falar de

qualquer órgão que seja. “Não vamos estar a responder a este fomento de conflito, as pessoas conhecem o tipo de informação que passamos, em que pautamos pelo rigor e imparcialidade”, esclareceu.

7.8 Bebé morre após demolição de casa

Jornal ANGOLENSE
05 de Novembro de 211

Durante as demolições do passado dia 25 de Outubro, aconteceu uma surpresa – Jorge Augusto, um recém-nascido que na altura das demolições o pequeno tinha apenas 3 dias de vida, encontrava a dormir na casa dos avós quando a retro-escavadora começou a demolir a residência num clima de gritos, no sentido de avisar as autoridades. O seu irmão de apenas 12 anos decidiu “arriscar a vida” ao romper o cordão policial e introduzir-se para o interior da casa afim de resgatar o seu irmãozinho. Numa atitude que surpreendeu tudo e tocos, segundo os relatos da mãe, quando o rapaz saiu com o seu irmão aos braços já quase sem vida, os agentes mostraram-se frios, mas ainda assim, o rapaz foi levado até ao posto policial, acusado por crime de desobediência às autoridades. “O bebé nasceu com sete meses, como não temos possibilidades de pagar uma incubadora no hospital público, optamos pelo método tradicional de colocá-lo numa casa. Depois de retirado do sítio que era usado como “incubadora artesanal”, o pequeno Jorge Augusto não resistiu e perdeu a vida no dia 27 de Outubro e o funeral aconteceu numa manhã do dia 30 do mês passado.

Em face da situação, a família clama por justiça e responsabilização do executivo por tudo que tem acontecido naquela localidade. “Já perdemos três membros na família que não resistiram as injustiças do governador Isaac dos Anjos, perdi a minha irmã Juliana Jamba, de 18 anos, a mãe Catarina Nguenda, de 62 anos de idade, tudo isso, num período de 42 dias, ambas morreram vítimas de trombose e enfartes”, disse.

Água potável

Os moradores do bairro da Tchavola e Tchimumwa consomem água de riachos e abastecidas pelas cisternas afecto a administração municipal do Lubango, o método optado por alguns populares foi colocar os recipientes com maior capacidade ao longo da estrada e que também servem de reservatórios. Entre os objectos usados como recipientes estão: tambores, baldes e até mesmo contentores de lixo adaptados como recipientes, para reservar água que é consumida no dia-dia. Foi possível vislumbrar esta realidade nos bairros da Tchimumwa e Mitcha, onde encontramos bidões de 5 mil litros colocados nas ruas, aguardando pelo abastecimento.

Nesta exuberante tarefa quem mais sofre são as donas de casa. Arlete disse que quando o abastecimento da administração falha, a solução passa pela compra de água em tanques, um exercício que pode oscilar entre 100 à 180 Kwanzas o recipiente de vinte litros.

Educação

Em relação a educação, cerca de 200 alunos das classes do ensino primário da escola da Tchavola, estudam em condições precárias. O cenário é completamente desolador, pois além de assistirem às aulas num espaço a céu aberto, sentam-se em cadeirinhas levadas de casa. No caso de os alunos cujos, encarregados de educação não possuem capacidades financeiras para as adquirirem então optam por pedras ou latas de leite. O outro problema está relacionado com a localização da escola, que se situa próximo de uma estrada sem asfalto e na qual os automobilistas, ao circularem ria zona levantam poeira para as salas de aula. De acordo com a pequena Maia Caluque nem sempre os professores aparecem, atendendo a distância que têm de percorrer para atingir o local de trabalho. Saúde De acordo com os habitantes, a assistência médica e medicamentosa prestada pelos enfermeiros está longe de uma qualidade exigida, a contar pela falta de técnicos de saúde, bem como medicamentos para os primeiros socorros.

De acordo com Catarina Costa, os doentes com malária, diarreia aguda e má nutrição, são evacuados para a cidade de Lubango por falta de condições. “O posto de saúde não possui laboratório de análises clínicas, Raios X, bloco operatório e outros serviços”, frisou.

Por outro lado, a fonte lamentou a distância que separa o único posto de saúde e a comunidade da Tchavola. De acordo com Catarina, na calada da noite quando um paciente é levado ao posto de saúde, sem a presença dos agentes da polícia, estes não aceitam abrir as portas para o atender.

Energia eléctrica

Com relação ao abastecimento de energia eléctrica ao bairro, não existe. Pois, na falta deste meio indispensável a solução para alguns habitantes foi recorrer a energia mecânica. O grande problema para manutenção dos geradores é a distância que têm de percorrer para a compra do combustível, cerca de três quilómetros para adquirir o mesmo no centro da cidade de Lubango. “Na falta de combustível nas bombas nós compramos em alguns revendedores do mercado paralelo. O litro custa 120 Kwanzas, mesmo nas bombas pagamos uma caução”, revelou Catarina. A rede eléctrica pública abrange apenas o bairro Mitcha onde foram erguidas as casas da juventude e arredores.

7.9 Moradores dizem-se injustiçados na sua própria terra

Jornal ANGOLENSE
05 de Novembro de 2011

Centenas de pessoas dormem ao relento, expostas ao frio intenso em plena época chuvosa nos bairros “Tchavola” e “Tchimukwa”, arredores da cidade do Lubango, onde apenas restam escombros de casas. As autoridades alegam que as casas foram construídas ilegalmente, desobedecendo os padrões urbanísticos e a invasão a reserva do Estado.

A demolição do dia 25 de Outubro último, deixou por terra casas feitas de adobe, de blocos, de chapas de zinco. Deste local restam apenas escombros, chapas destruídas, barro, um vasto e descampado terreno, num clima que ilustra um cenário devastador.

Marisa Francisca Tunis, 30 anos, doméstica, vive com o marido neste bairro há quatro anos. tendo adquirido a parcela de terra onde construiu a sua antiga casa a camponeses que ali cultivavam a terra, concretamente, a mandioca, o massangoi, o milho, o feijão e a criação de gado.

Reunidos no quintal reflectindo sobre o rumo a tomar e deitada num colchão de espuma por baixo de um cajueiro e junto de um pequeno autocarro avariado, pertencente ao marido, Marisa Tunis conta que, “depois de obtida a autorização de construção”, as obras começaram há quatro anos.

“Tenho três filhos, dois dos quais nasceram aqui. Para onde vou se nem uma tenda me deram para viver?”, questiona. Segundo a mesma, as demolições começaram no dia 20 de Outubro, sem que os moradores fossem avisados. A máquina da administração municipal do Lubango, com agentes da polícia de Ordem Pública, surgiram no terreno e começaram a demolir as residências com os bens no interior. Revoltados com a acção, houve pessoas que não resistiram e tentaram enfrentar a polícia. Estes por sua vez, responderam com tiros. “Fui ameaçada de morte quando tentava impedir a demolição da minha casa. Naquele momento estava pronta para dar a minha vida, porque não compreendo este governo, quando demoliram as casas ao longo da linha-férrea, nós entendemos e quando indicaram este local, para mim foi o regresso as minhas origens. Pois, os meus progenitores nasceram e vivem aqui até hoje, disse acrescentando que, esta parcela -é herança dos meus pais. Agora o governador orienta a demolição da minha casa alegando ilegalidade ou constrangimentos urbanísticos, isso não é verdade”, disse.

Catarina da Costa e vizinhos partiram em busca de explicações ao Palácio do Governo, mas foram barrados pela polícia que os aconselhou a dirigirem-se a administração municipal do Lubango, onde se depararam com um “forte dispositivo” policial.

“Eles alegam que a área é reserva do Governo”, disse Catarina da Costa, que exibia, no momento uma lista manuscritas, descrevendo os gastos efectuados na compra do material de construção “ foram 170mil Kwanzas,” balançou. Já a mãe de Maria, a anciã Beliana Zacarias, 55 anos, natural do Kaluquembe, província da Huíla, há quarenta anos que se mudou para Tchavola onde se uniu matrimonialmente com António Zacarias, falecido há 6 anos. A viúva teve cinco filhos e actualmente conta com doze netos, órfãos e todos vivem em casa da avó. Segundo a anciã, os pais que faleceram deixaram casas na Tchavola, mas por ordem do executivo de Isaac dos Anjos encontram-se nessas condições. “As casas existem há mais de 20 anos e quando se construiu aqui, tudo, isso era uma zona agrícola e de pasto. Actividade essa que era desenvolvida pelos nativos e outros que sempre viveram aqui na Tchavola.

Passados vários anos, agora não se compreende que a área é reserva do Estado, lamentou a anciã. A mesma entende que a ocupação da Tchavola é fruto de uma estratégia do executivo local para usurpar as terras dos nativos e dar lugar aos interesses de alguns governantes. Num ápice de descontentamento, António e alupete Ngampula, ex-morador da linha-férrea, também é vítima das intrusas demolições que o deixou impávido quando recebeu um telefonema do irmão avisando que a sua casa estava a ser demolida.

“A minha casa tinha dois quartos, uma sala de visita, cozinha e WC. Esta é a minha segunda casa que partem. A primeira foi demolida próximo a linha-férrea, na altura estava em Luanda e toda acção foi feita sem tempo de retirar os bens, nunca pensei que iríamos sofrer deste jeito”, disse. António Calupete. Filomena Capale é uma jovem moradora do antigo bairro do Arco-fris, que realizava o sonho de ter casa própria, mas viu tudo adiado quando os agentes decidiram destruir na totalidade o alicerce do quintal, já que a mesma decidiu começar a construção pelo quintal. O trabalho já executado custou-lhe 300. mil Kwanzas, quer na compra de materiais, bem como no pagamento dos pedreiros.

A jovem Filomena que é professora, sublinhou que a acção do executivo de Isaac dos Anjos, é uma

7.10 Quando os “diabos” de isaac vêm ao de cima

Jornal a capital

05 de Novembro de 2011

Na já célebre zona da Tchavola, em Luanda, capital da província da Huíla, a população vive tão desesperada, quanto anda confusa. E não é para menos! No princípio do ano, isto é, a seis de Março, último, várias famílias foram retiradas, forçadamente, dos bairros em que viviam e largadas num local ermo, vivendo ao relento, sem que o Governo da província cumprisse a promessa de reunir material, para ajudar na construção de novas residências.

Meses depois, o espírito de sacrifício veio ao de cima. Muitas famílias conseguiram erguer residências, no local para o qual foram transferi das meses antes. Mas, para a maioria delas, o pior apenas estava para vir. Quando se pensava que os traumas do passado não se repetiriam, eis que, na semana passada, essas casas novas, em que habitavam, foram novamente demolidas. Sem qualquer informação prévia, lá veio, outra vez, o Governo Provincial da Huíla, com as suas máquinas e demoliu 27 residências.

Como resultado disso, pelo menos duzentas pessoas estão, nos últimos dias, a viver ao relento. São pessoas de várias idades, entre crianças, algumas delas recém-nascidas e pessoal de certa idade. O ancião José Maria Kapende é um exemplo. Quis o destino que esse cidadão, que nasceu justamente na zona da Tchavola, fosse mais uma vítima do governo de Isaac dos Anjos. Encontrámo-lo na rua, em companhia de outros 15 membros da sua família, desesperado e a clamar por uma intervenção do governo central para travar os abusos do governador provincial, popularmente chamado de “Isaac dos Diabos”.

Tchavola, no dialecto local, equivale à podre, na língua portuguesa. O nome vem a propósito das condições de vida das pessoas que foram para ali despejadas.

As condições de habitabilidade são inexistentes. Não jorra água nas torneiras, não há electricidade. Há, porém, um posto médico, mas nele funcionam apenas dois enfermeiros que não possuem meios adequados para assistir os pacientes. Na farmácia, por exemplo, não existe medicamentos. Quando a doença assola, têm que percorrer entre um a dois quilómetros a pé. Não há meio de transportes na Zona.

A equipa de reportagem deste jornal conversou com três crianças, com baldes na cabeça. Acarretavam água, percorrendo longas distâncias. Interpeladas, a respeito, contaram que transportavam água de um charco “para a mãe cozinhar”. A falta de água é tanta que, na Tchavola,

estão a conservar água em contentores de lixo usados. E, essa mesma água, serve para beber, cozinhar e tomar banho.

Por outro lado, o jovem António Ngangula, 29 anos de idade, teve a mesma sorte depois gastar o equivalente a oito mil dólares. Construiu, com esse dinheiro, a sua casa no local que lhe foi cedido pelo próprio governo. Com a casa agora demolida, diz-se tão desesperado que “não tenho mais forças para viver”.

“Tive de fazer das tripas coração, para conseguir dinheiro para comprar o material e conseguir erguer a minha casa e quando pensava dar dignidade aos meus filhos vieram me destruir a casa”, resumiu, assim, a sua desesperante situação.

“Isso é revoltante, porque foram eles que mandaram construir aqui”, queixou-se, acusando o governador da província de estar a fomentar essa nova onda de demolições, em nome dos seus interesses particulares. “Agora como estão a construir o condomínio dele, não nos quer ver aqui”, frisou António, com o rosto carregado de revolta.

Filomena Carrele, 30 anos, está na mesma situação. Depois de gastar três mil dólares para fazer uma casa, de uma sala e dois quartos, para viver com os três filhos viu também o seu esforço a ir abaixo, numa fracção de segundos. “Ao ver a minha casa no chão, foi como se me estivessem a matar pela segunda vez. Já tenho dívida com o banco pela primeira casa, destruíram, e agora essa segunda que foi um dinheiro que guardava, também partiram”, lamentou para, em seguida, destacar: “eles me mataram mesmo”.

Até o coordenador da Comissão de Moradores da Tchavola, Tomas Sapoka, mostrou-se solidário com os populares. Disse que, não foi comunicado por ninguém sobre essa medida, assim como não existe razões plausíveis para tal atitude, porque desta vez os populares cumpriram com todas as normas exigidas pelo próprio governo.

No seu entender, a intenção é “o Governador Isaac dos Anjos alargar o seu condomínio e, portanto, tem que demolir as residências que estão próximas dele. Como somos pobres, não podemos ficar seus vizinhos”, comentou.

7.11 Tchavola é habitada há mais de um século

Jornal ANGOLENSE
05 de Novembro de 2011

A Tchavola é um bairro ao redor de Lubango. Segundo fontes contactadas pela nossa equipe de reportagem, a zona é habitada há mais de cem anos. De acordo com os moradores, o mais antigo morador da Tchavola morreu há 2 anos, na altura com 113 anos de idade, o mesmo atendia por Cassova Capembe. Entre os autóctones da Tchavola está José Mário Capembe, 85 anos, antigo revisor do caminho-de-ferro de Moçâmedes.

Outro filho da Tchavola chama-se Miguel Chambassuco, 75 anos, nasceu e cresceu naquela terra, sentado nos escombros da sua casa. O mesmo mostrou-se bastante fraco e sem ânimos para se expressar a vontade, pois, que as consequências das demolições ainda pairam no seu rosto.

Juntos e nunca misturados

Ao redor do bairro onde foram efectuadas as demolições está ser erguido um condomínio de 25 casas. Um projecto, segundo alguns moradores alegam estar associado a Isaac dos Anjos. Ainda na sua fase de execução, apuramos que os apartamentos na sua maioria já foram ocupados, restando apenas dois. Neste momento os sócios estão a estudar os preços das mesmas. Esta informação foi avançada por um membro da gerência.

Os imóveis são do tipo T3 com duas plantas diferentes e ocupam uma área de aproximadamente 82 metros quadrados, a obra está ser executada por uma empreiteira chinesa. Segundo ainda apuramos no terreno, os apartamentos foram comprados pelo governo local com vista a acomodar alguns quadros seniores do executivo. Entretanto, a nossa equipa de reportagem tentou contacto via telefone com o governador Isaac dos Anjos, como é da praxe dos nossos governantes, todas chamadas foram ignoradas. Tentamos a comunicação durante dois dias, que deram em nada.

7.12 Pescadores do cabo ledó insatisfeitos com a transferencia do bairro

Jornal o pais
11 de Novembro de 2011

OS habitantes do bairro Cabo Ledo da Praia, município da Quissama, província do Bengo, revelaram a O PAIS, Terça-feira, 8, a sua insatisfação com o plano de transferência da, administração comunal que visa colocá -los em outra zona da comuna.

“Têm – nos dito que nos vão tirar daqui e vão colocar – nos lá ao lado do campo de futebol, mas o lugar fica muito distante do mar e isso vai dificultar muito as nossas actividades de pesca”, disseram alguns pescadores que consertavam as redes para mais uma empreitada de captura do pescado. Importa referir que o bairro está localizado num ponto alto e a menos de 500 metros do mar, elementos que o pescador considera muito importantes para o controlo e decisão para pesca.

“Nós daqui em cima podemos controlar o mar e decidir se dá ou não para ir pescar”, informaram, assegurando-se no clima, coloração das águas marinhas e noutros elementos, que não ousou revelar por constituírem um segredo colectivo dos homens do mar. A ameaça da retirada dos populares começou em 2010 e os fiscais alegavam a segurança dos moradores, por se tratar de um bairro situado num plano inclinado, soube este jornal de Raimundo, um dos pescadores, que chegou à comuna do Cabo Ledo em 2001, vindo do Sumbe, província do Kwanza Sul.

O pescador desconfia que a administração local pretende ceder

“Nós daqui em cima podemos controlar o mar e decidir se dá ou não para ir pescar”, asseguraram os pescadores ou vender o espaço em causa para algumas individualidades com capacidade para construir na área instituições hoteleiras e turísticas, já que existem na praia dois estabelecimentos do género e um terceiro em projecção. O nosso interlocutor, que se mostrou como um conhecedor do dossier que resultou na privatização da praia do Morro dos veados, em Luanda, louvou o facto de as referi das instituições não estarem a proibir a frequência das pessoas ao mar.

“Se fosse como em Luanda, onde já não se pode pescar e banhar nalgumas praias como a do Morro dos veados, eu acho que os dirigentes daqui iam arranjar um grande problema com o povo, porque essa é a praia mais frequentada da comuna do Cabo Ledo.

Quem não se mostrou indiferente à situação foi um grupo de senhoras, que se identificaram como peixeiras, encontradas na praia a escalar o peixe. Elas disseram que o lugar onde a administração está a projectar o realojamento das pessoas é menor em relação ao Cabo Ledo da Praia.

“Se dependesse de nós não iríamos lá, mas como eles é que mandam, temos de aceitar”, consentiram logo a seguir. Sempre que se toca no assunto da transferência, elas e outras mulheres do bairro vão pressionar o coordenador do bairro a recorrer às entidades da comuna para evitarem as consequências negativas que isso poderá representar na vida da comunidade.

“Infelizmente, ele vai lá e nos diz sempre que lhes mandam acalmar”, contaram entristecidas, ao ponto de questionarem a quem podiam dirigir mais as suas súplicas.

Segundo as peixeiras, os homens da administração local deviam conversar com os moradores, para ouvirem a opinião destes no que toca ao plano de transferência.

“Pode ser que, mesmo com o surgimento de restaurantes e hotéis, não haja necessidade de sairmos daqui”, cogitaram, dizendo que conhecem zonas costeiras de Angola onde os bairros coexistem com instituições turísticas. Embora não mostrem resistência em sair do local os moradores esperam que quando chegar a hora do desalojamento os dirigentes procurem repor as condições infra-estruturais reais ou adequadas ao novo habitat como chapas de zinco, para a construção dos primeiros abrigos.

As senhoras aproveitaram a ocasião da nossa reportagem para informarem sobre a atitude de alguns conhecidos seus no bairro Sangano, que tiveram de se retirar das proximidades do mar, devido a iguais pressões, tendo sublinhado que muitos foram mesmo saindo por iniciativas próprias, para não se arriscarem ao abandono.

O Cabo Ledo da Praia constitui o lugar mais peixeiro da comuna e insere-se num conjunto de mais de 10 bairros, destacando-se a Zona Dez, Área social, Kudissanga e o Catambor, no Cabo Ledo-sede, que tem a Norte o Sobe e Desce, Sangano e Canfufu, enquanto na região mais.

7.13 Administração comunal em silêncio

Jornal o país

11 de Novembro de 2011

Para obter esclarecimento sobre a retirada dos moradores do Cabo Ledo da Praia, O PAIS rumou ao encontro da administração comunal, onde abordou o administrador adjunto, que se identificou com o nome de Tavares.

Ele recusou-se a dar qualquer depoimento no concorrente, alegando não ter autorização para o fazer, numa altura em que a equipa administrativa de que faz parte tem conhecimento do decreto aprovado, que contempla os municípios de Quissama e de Icolo e Bengo para a província de Luanda.

A inquietação do segundo homem da comuna de Cabo Ledo obrigou a nossa reportagem a contactar o Governo da Província de Luanda (GPL), a fim de se inteirar acerca dos responsáveis pelos destinos da vila até então pertencente à jurisdição do Bengo.

Do GPL, uma fonte anónima considerou tratar-se de uma fase de transição para os administradores da região de Quissama, que possuem um período estimado em cerca de 90 dias para a direcção que lhes foi confiada pelo Governo da província do Bengo.

Depois disso, caberá ao Governo da Província de Luanda nomear ou indicar alguém para dirigir os destinos dessa localidade, que, na pior das hipóteses, passará à jurisdição do município de Belas.

De acordo com a fonte, a permanência dos actuais administradores ou nomeação de elementos oriundos das consideradas terras do “Jacaré bangão” não está fora de possibilidade, já que de forma directa ou indirecta estes pertencem ao Governo de Angola.

“Se lhes reconhecer competências para as exigências do novo quadro administrativo da província de Luanda, poderão ser confiados para administrar o Cabo Ledo” reforçou, sublinhando que enquanto durar o período de transição, se vai fazer aquilo que ele prefere considerar como trabalho de casa.

7.14 Administradora comunal deixa família ao relento

Novo jornal

11 de Novembro de 2011

No bairro da lagoa do São Pedro da Barra, município do Cazenga, uma família foi posta ao relento, na tarde desta terça-feira, sem aviso prévio. Graças à solidariedade dos vizinhos, conseguiu passar a noite debaixo de um tecto.

Com a construção da vala de drenagem da zona da Lagoa do São Pedro da Barra, uma obra do Governo da Província de Luanda, algumas casas foram demolidas. Segundo os vizinhos, habitação em questão não constava do plano da vala de escoamento que vai passar naquela zona, porque a residência não tinha sido notificada, conforme o regulamento. “Mesmo assim, a administradora comunal, Madalena Vicente, mandou derrubar a casa, sem dó nem piedade”, denunciaram os vizinhos.

Quando o NJ chegou ao local, a proprietária da residência, conhecida como Janeth, não conseguia falar, por isso, os vizinhos decidiram falar por ela e relatar o seu drama.

“Quando a administradora apareceu aqui, ontem, não quis saber de nada. A única ordem que deu foi para destruírem a casa da senhora, não se importando com as condições precárias em que vive esta família”, recordaram os vizinhos, acrescentando que a dona da casa

é urna senhora “solteira e batalhadora” que vende bolinhos para sustentar os quatro filhos. “Querem partir a casa da senhora sem a indemnizar, isso não se faz. E a administradora comunal fui arrogante e prepotente. Os homens que a acompanharam sentiram-se comovidos com as lágrimas da dona, mas a administradora não se comoveu, nem um pouco”, revelaram

“Nós ainda lhe dissemos que da forma que ela estava a maltratar esta família nós não íamos votar mais nela e ela respondeu que não queria saber, porque nós não votamos nela”, recordaram.

Os vizinhos sentiram-se solidários com a família, aproveitaram o terreno onde se encontrava a casa e substituíram as paredes por chapas de zinco. Foi assim que a mulher e os quatro filhos conseguiram dormir debaixo de um tecto.

Em declarações ao Novo Jornal por telefone, o administrador do município do Cazenga, Tany Narciso, considerou o acto da fanúlia de oportunismo. “São pessoas oportunistas que querem lucrar com as casas que o governo tem estado a distribuir. Nós já fizemos um cadastro e sabemos o número de casas naquela zona e aquela não constava. Mas se a senhora tiver os documentos que provam que a casa já estava ali que faça um documento por escrito e nos envie”, afirmou.

Tany Narciso disse também que a administradora comunal foi agredida. Os populares atiraram pedras à administradora”, frisou.

O Novo Jornal tentou entrar em contacto com a administradora comunal, Madalena Vicente, mas não teve êxito.

7.15 Garimpeiros invadem terrenos de deputados

Novo jornal

11 de Novembro de 2011

Indivíduos não identificados estão a invadir terrenos pertencentes a deputados e outras “altas” figuras do aparelho governamental, no Município de Viana, na zona agrícola de Kikuxi, mais concretamente por detrás da Universidade Técnica de Angola (UTANGA).

Embora nunca tenha chegado a público, o litígio “silencioso” conta já dois anos e não é coisa simples. Os invasores, que depois vendem os terrenos a terceiros, recorrem a armas de fogo para afugentar os titulares das terras. Mas os que têm a vida em risco são os trabalhadores que os deputados contrataram para servirem de guardas dos terrenos. Os garimpeiros, disseram os nossos interlocutores,

começam por tentar subornar os guardas com valores que rondam os 5.000 dólares e terminam em pancadaria e ameaças de morte, em caso de os fiéis dos proprietários não cederem o ouro”.

“Eles não têm um horário certo, chegam a qualquer hora, até de noite vêm. Geralmente vêm cerca de 50 pessoas e trazem armas. Começam por dizer que são os donos dos terrenos e que herdaram dos seus avôs. Mais tarde, tentam corromper-nos com dinheiro na ordem dos 5.000 dólares”, contaram os guardas, que pediram que não revelássemos os seus nomes.

“Mas por não aceitarmos, sofremos represálias. Ameaçam-nos de morte. Já travámos aqui pancadarias com eles, eles fazem disparos para rios amedrontar. Nós receamos as nossas vidas, porque nunca se sabe quando é que eles disparam mortalmente contra nós”, acrescentaram.

Os nomes mais sonantes entre os proprietários de terrenos em causa são os do deputado Adelino de Almeida, de Aníbal Rocha e Osvaldo Saturnino de Oliveira, deputado na antiga legislatura. Ainda no local, deram-nos conta de que o ex-embaixador de Angola na Índia, Tailândia e Malásia, Tony da Costa Fernandes, tem aí vários hectares. “Aqui é uma área só de governantes”, explicaram os interlocutores.

Apesar de estarem na situação de vítimas alguns proprietários preferiram não dar qualquer informação, quando indagados pelo Novo Jornal sobre o assunto. Quem não se calou foi o deputado Adelino de Almeida, revelando que a Polícia está a par da situação, mas não põe cobro ao problema.

“São indivíduos estranhos, não sabemos com quem estamos a lidar. Nem posso dizer que estou em litígio com estas pessoas, porque não os conheço. Eu sou das pessoas que mais apresenta queixas à Polícia sobre este problema. A polícia diz que tem de apanhar em flagrante para poder prender os indivíduos, mas como é que vão apanhar em flagrante se eles não rondam a área”, interrogou-se o deputado.

Adelino de Almeida, que falou para o Novo Jornal por via telefónica, fez saber também que já foi alvo de ameaças por parte dos garimpeiros, que chegaram intimidar à mão armada os seus escoltas.

“Veja que aqueles elementos usam armas de fogo para nos intimidar. Fui ameaçado com armas de fogo, mesmo diante dos meus escoltas policiais e estavam fardados. Na qualidade de deputado procurei evitar, mas mais uma vez fiz queixa à polícia, só que não está a resolver a

situação e continuamos assim. A administração municipal de Viana também sabe do assunto”, atirou o político.

Segundo Adelino de Almeida, aqueles terrenos foram cedidos aos deputados e outros governantes pelo Ministério da Agricultura, com o intuito de estes fazerem agricultura, tendo em conta que Kikuxi é uma área agrícola.

Mas a escassez de água, explicou o interlocutor, está a impossibilitar a actividade agrícola, abrindo espaço para o surgimento de um bairro no local. É cada vez maior o número de residências que se vão erguendo naquelas paragens.

O negócio de terrenos na capital é cada vez mais lucrativo. Recorde-se que o ex-governador de Luanda José Maria dos Santos Ferraz foi exonerado alegadamente na sequência de negócio ilícito de venda de terreno no município da Samba.

7.16 Governo cria condições para ocupação legal de terrenos

Jornal o independente
12 de Novembro de 2011

O Governo Provincial de Luanda vai produzir a lei de alteração ao código penal à semelhança do que se faz com o código comercial e do registo predial, para criminalizar as ocupações e vendas ilegais de terrenos, enquanto conduta susceptível de provocar danos ao património público.

Uma medida sem precedentes que consta no programa do Executivo e que será produzida no quadro da regulação da ocupação e uso do solo na província de Luanda faz parte da lei de alteração ao código penal, que vai consagrar a ocupação ilegal de terrenos como um crime público. De acordo com o programa, serão criadas nos municípios repartições técnicas municipais, com a incumbência de ocupar-se dos cadastros, das cartas cadastrais de detalhe, dos levantamentos topográficos, planos directores municipais, urbanos, bem como de SIC (Sistemas de informação geográfica). O Executivo aprovará planos urbanísticos ou forais, sob propostas das respectivas administrações municipais, ficando sob gestão destas, com vista a satisfazer a demanda da população, sob forma de auto-construção dirigida, cujas infra-estruturas serão feitas a partir do rendimento e venda dos respectivos lotes. Na elaboração e aprovação destes planos, prevê-se medidas restritivas às substituições na concessão, bem como na transmissão de direitos fundiários, com vista a evitar a apetência em adquirir terrenos para logo desfazer-se dele a título oneroso, como simples forma de negócio especulativo.

Ainda no quadro da regulação da ocupação e uso do solo da província de Luanda, o Executivo vai accionar o sistema de requalificação urbana em algumas localidades devidamente delimitada e identificada, que consista no cadastramento da população afectada no perímetro, transferi-la para zonas loteadas, com base em programas de auto-construção dirigida. Após a transferência, ainda de acordo com o documento, proceder-se-á a elaboração de um programa de demolição massivas dos artefactos de chapas, madeira ou betão, com o superior envolvimento das Forças Armadas Angolanas, Polícia Nacional e outras forças. Reforçar as repartições municipais de fiscalização e ordenamento do território, com meios técnicos e humanos apropriados para fazer face às ocupações em curso na periferia de Luanda, são entre outros planos traçados.

De entre o programa de acções, consta ainda a sensibilização da população sobre os riscos das construções anárquicas e em zonas vulneráveis, uma realidade que marca, nos dias, muitas localidades da periferia de Luanda. Os militares das FAA e efectivos da Polícia Nacional, de acordo com o plano do Executivo, serão destacados em varias localidades para a protecção das áreas decretadas como reservas fundiárias do Estado, satisfazendo desta feita, a demanda da população interessada em construir a casa própria. Esta lei que o Governo vai introduzir para criminalizar ocupações e vendas ilegais de terrenos em Luanda vai servir de precedentes para que a médio e longo prazos os esforços de requalificação não sejam postos em causa pela onda de construções anárquicas/que proliferam em muitas partes de Luanda.

É um projecto inovador na medida em que, além de desencorajar o uso fundiário para fins especulativos, vai permitir que as famílias angolanas possam proceder a ocupação de terrenos tendo em conta padrões relacionados com o ordenamento do território, dos levantamentos topográficos, planos directores municipais, urbanos e outros. Portanto, a perspectiva da ocupação ilegal de terrenos passar a ser crime público vai ser um ganho para as populações e para o Estado angolano.

7.17 Madrasta desaloja enteados no maculusso

Jornal Angolense
12 de Novembro de 2011

A história conta-se da seguinte forma: Isabel Ricardo José da Cruz e Ernesto João Francisco Gorita, passaram, a partir de 1975, a coabitar a moradia nº 173, sita na rua Che Guevara, bairro Maculusso, município da Ingombota.

Desse relacionamento, segundo se apurou, terão resultado três filhos, até à separação do casal, que ocorreu alguns anos depois. Em consequência da separação, Isabel Ricardo abandonou a residência, tendo ido viver para uma casa arrendada.

João Gorita, um antigo funcionário público da empresa Em projectos, UEE, permaneceu na residência, tendo mais tarde se juntado a uma outra mulher.

Deste relacionamento com Rebeca José da Silva resultou o nascimento de 10 filhos. O nome de Rebeca da Silva consta, aliás, de um documento de agregado familiar, datado de 1991, em que aparece como esposa de Ernesto Gorita.

A coberto de uma lei da Comissão Nacional para Venda do Património Habitacional do Estado, de Janeiro de 1992, o inquilino da habitação, ou seja, Ernesto Gorita, manifestou interesse em adquirir a vivenda na qual habitava com a sua nova família.

Em 12 de Março do ano seguinte, procede ao pagamento do referido imóvel, por via de uma guia de pagamento emitida pelo BPC, tendo, em 20 de Junho de 1994, obtido o respectivo Termo de Quitação.

Acontece, porém, que Ernesto Gorita viria a falecer, em 16 de Maio de 2001, uma morte que, pelos vistos, terá servido para um «ajuste de contas» antigas entre a madrastra e os enteados.

Em Fevereiro de 2003, Isabel Ricardo dá sinais, alegando direitos de propriedade sobre o imóvel, tendo, nessa altura, intentado uma acção junto da Sala do Cível e Administrativo do TPL.

Sete anos depois, ou seja, em 20 de Janeiro de 2010, numa carta dirigida aos herdeiros, a madrastra dava conta que a casa era sua propriedade e que estava a preparar se para vendê-la.

Ainda no decurso desse mesmo ano, Isabel da Cruz promove uma acção judicial de reivindicação de propriedade, ao que diz, contra alguns herdeiros.

Numa petição, ela alega ter comprado a casa em Julho de 2009, ou seja, 16 anos depois de ela mesma ter sido vendida a Ernesto Gorita.

Entre os enteados, há quem a afirme que o tribunal ter-se-á limitado a citar apenas um dos herdeiros, quando deviam ser todos eles, que são um total de 10.

Em sua defesa, dizem que, apesar de ter sido apenas notificado um dos herdeiros, o juiz terá, mesmo assim, prosseguido a acção, que culminou com o despejo de todos os herdeiros, filhos de Rebeca, a 4 de Setembro de 2011.

7.18 A Lei da Terra de Angola e a discussão da sua aplicação

Jornal de Angola

12 de Novembro de 2011

Passaram sete anos desde que a Assembleia Nacional aprovou a Lei de Terras (Lei nº 9/04 de 9 de Novembro). Esta Lei surge como o primeiro instrumento legal que trata dos assuntos ligados à terra com profundidade, em comparação com a Lei 21-C/92, tida por alguns especialistas como uma lei agrária.

Historicamente, a Lei de Terras é considerada o primeiro diploma em Angola discutido amplamente por vários segmentos da sociedade, a julgar pelas contribuições fornecidas por várias comunidades rurais consultadas por altura do debate do seu ante-projecto em dez das 18 províncias. A Lei de Terras de 2004 e o seu regulamento designado por “Regulamento Geral de Concessão de Terrenos”, com cerca de quatro anos, abre possibilidades para a criação de regulamentos específicos. A Lei de Terras em si mesma tem o carácter de uma lei fundamental, ti da no caso como a constituição fundiária, já que dela dependem outros diplomas legais, cujo âmbito de aplicação tem como recurso a Lei de Terras.

Importa fazer referência ao projecto “Terra da FAO” (Fundo das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação), uma ferramenta de apoio às instituições governamentais angolanas para a melhoria da gestão da posse e administração de terras e dos recursos naturais, nas províncias do Huambo e Bié.

O projecto tem como objectivo central apoiar o Executivo através das suas instituições envolvidas no processo de gestão fundiária, visando a aplicação do pacote legal sobre a terra com o fim de garantir os direitos fundiários dos cidadãos, sobretudo das comunidades rurais, para se alcançar um desenvolvimento territorial sustentável e integrado de todos os actores que intervêm no meio rural (camponeses, agricultores, fazendeiros, Estado, entre outros. Neste sentido, a Lei de Terras e o respectivo regulamento constituem elementos fundamentais para se atingir os fins referidos. O projecto em referência tem como principais parceiros o Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, o Ministério do Urbanismo e Construção, governos das províncias do Huambo e Bié e respectivas instituições e foi financiado pela Agência Espanhola de Cooperação Internacional e Desenvolvimento (AECID).

O projecto “Terra da FAO”, em conjunto com seus parceiros do Executivo e da sociedade civil, promoveu quarta-feira, na cidade do Huambo, uma conferência inter-provincial, para lançar, por ocasião do sétimo ani-

versário da Lei de Terras, uma reflexão sobre a temática fundiária nos seus mais variados domínios.

“Da Lei de Terras a uma Proposta de Desenvolvimento Territorial” foi o lema da conferência, que avaliou e identificou os desafios da Lei de Terras, tendo por base um fórum de concertação congregando os actores das instituições envolvidas na aplicação da Lei, nomeadamente representantes das instituições públicas e das organizações da sociedade civil.

A conferência contou com a participação de representantes das províncias do Huambo, Bié, Luanda, Huíla e Kwanza-Sul, na qualidade de regiões onde o tema tem sido tratado e com resultados.

A administração e gestão da terra é uma temática multissetorial que envolve diversos actores (Ministérios e suas instituições a nível central, provincial, municipal, comunal, autoridades tradicionais e sociedade civil, entre outros).

Pretendeu-se ter no final da conferência uma percepção conjunta do estado destas questões, com as experiências de províncias e actores que tenham avançado na questão, assim como uma aprendizagem das lições vividas por esses actores. Em síntese, foram objectivos da conferência do Huambo:

- Fazer uma análise conjunta dos pontos fortes, assim como dos desafios do pacote legal de terras e conhecer melhor os processos de delimitação de terras comunitárias de cada província.

- Entender a importância da segurança fundiária para a agricultura familiar e como esta se insere no processo de desenvolvimento rural.

7.19 Edifício de dois andares desaba no bairro nelito soares

Jornal semanario continente
18 de Novembro de 2011

Os moradores do bairro Nelito Soares, município do Rangel, estão indignados devido ao estado avançado de degradação em que se encontram os prédios naquela zona, muitos dos quais a beira do desabamento, à semelhança do que ocorreu, recentemente, com uma edificação do género.

De acordo com Juliana Bragança, moradora há 23 anos no prédio do bloco 3, os edifícios já não estão em perfeitas condições, uma vez que os mesmos são pré-fabricados, edificados há mais de 30 anos.

Segundo apurou este jornal, a maioria dos prédios já não têm cozinhas, nem casas de banho, resultante do parcial

desabamento das infra-estruturas, com maior incidência para o prédio do bloco 1.

As condições em que se encontram os edifícios constituem eminente perigo para os moradores e transeuntes, sendo já do conhecimento da administração municipal do Rangel, instituição onde os habitantes há muito têm participado a ocorrência.

As autoridades locais, de acordo com a fonte, prometeram dar solução ao problema mas, até a data tudo não passou de promessa.

O certo é que aqueles edifícios já não possuem condições de habitabilidade e, como se não bastasse, há muito que deixaram de receber o fornecimento de água e energia eléctrica.

Este jornal apurou, por outro lado, que os moradores daquele bairro seriam realojados no Zango mas, até a presente data não foram dados quaisquer passos neste sentido.

O estado degradante dos prédios, assim como à falta de energia eléctrica faz com que os amigos do alheio transformem aquela zona como preferencial para as suas acções marginais. Jovens desconhecidos dos moradores aproveitam-se, igualmente, do abandono em que estão votados os prédios para transformarem aquela área em oficina de reparação de viaturas.

Esperança Manuel João, 49 anos e moradora do prédio bloco 1 há 20, contou que o Governo havia já entregue casas aos moradores daquela zona, que se encontram em situação de risco, mas as mesmas não correspondem com as que estão instaladas, apesar do desabamento que se verifica, enquanto outras casas já estão ocupadas por pessoas desconhecidas, alegadamente, alojadas pela administração municipal do Rangel.

Ante a recusa dos moradores as autoridades viraram-lhes as costas e nunca mais falaram sobre o assunto.

Esperança Manuel lamentou o facto de alguns órgãos de comunicação social público terem reportado o que se passa no bairro, não tendo, porém, divulgadas as reportagens.

Adelino Manuel, morador há 30 anos, fez saber, por seu turno, que os cinco blocos de prédios ali existentes foram inicialmente erguidos para um projecto experimental e que seriam demolidos para dar lugar a outros com maior resistência, o que não aconteceu até agora. Os moradores dizem que estão a viver num estado de exclusão, uma vez que todos os projectos implementados no município, com vista ao melhoramento das condições de vida dos munícipes, não os abrangem.

Um dos exemplos é o abastecimento da energia eléctrica pré-pago, que já beneficiam os moradores das Cs, mesmo junto aos blocos, onde os habitantes são obrigados a recorrer às famosas puxadas.

No que respeita a água potável, fala-se na existência de uma nova conduta, da qual os moradores do bairro Nelito Soares são os únicos que não beneficiam a nível do município.

O actual consulado administrativo do Rangel é o quarto, desde que os problemas se intensificaram naquela área, não tendo merecido uma solução por parte das autoridades. O antigo administrador municipal, Maciel Neto, “Makavulu”, sempre que foi abordado dizia que o assunto não era da sua competência.

Dos contactos feitos com o Ministério da Reinserção Social, no sentido de se encontrar uma solução, os domiciliados obtiveram a resposta de que já lhes tinham dado novas residências e que eles mesmos é que não quiseram, razão pela qual estão entregues à sua sorte. Enquanto a situação prevalecer os habitantes continuarão entregues ao perigo, que poderá agravar-se com as chuvas que se aproximam e prováveis ventos fortes. As principais vítimas são as crianças que sempre brincam nos andares de cima sem quaisquer condições para lazer. Estêvão Machado, administrador comunal da Terra Nova, contactado sobre o assunto, disse que o problema dos “Blocos sul-africanos”, tal o como são também conhecidos, já tinha sido resolvido, não tendo havido vontade e por parte dos moradores para deixarem as aquelas residências, apesar dos riscos que ta enfrentam diariamente.

7.20 Conclusões da conferencia do huambo

Jornal semanario angolense
19 de Novembro de 2011

1 – Sobre os limites ao direito de propriedade privada no âmbito do direito fundiário, a primeira nota a reter é a de que o exercício dos direitos fundiários em regime de propriedade privada da terra, está condicionado pelo fim económico e social a que se destina a terra, bem como, ao exercício do direito a terra de uma forma que não contrarie a lei. Em suma, o princípio da propriedade originária do estado também limita o exercício do direito privado no âmbito do direito fundiário.

2 – O papel das instituições do poder tradicional no processo de gestão das terras das comunidades rurais capitalizou a atenção dos participantes, tendo sido considerado que em caso de conflitos decorrentes de procedimentos irregulares por parte dos sobas, deverá prevalecer sempre o interesse colectivo.

3 – Sobre a agricultura familiar foi considerada de grande importância tendo em conta o número elevado de pessoas que envolve e a sua produtividade, pelo que, precisa ser tida em conta, com a devida relevância nas estratégias de desenvolvimento. Os dados apresentados para fundamentar importância da agricultura familiar mostraram que existe uma grande diferença entre as áreas cultivadas pelas famílias e a classe agrícola empresarial, indicando um ponto de partida para a projecção da segurança na posse, numa perspectiva de desenvolvimento rural.

4 – Foi enaltecida a necessidade de se clarificar a relação que se pode estabelecer entre os direitos fundiários consagrados à luz do costume e da lei de terras, visto que a questão foi bastante discutida na fase de elaboração da lei de terras, porém o problema persiste.

Uma questão para reflexão posterior tem que ver com a possibilidade ou não de as comunidades rurais poderem evoluir de forma independente.

7.21 Fazendas continuam á espera do divórcio com a letargia

jornal angolense
19 de Novembro de 2011

A estreia de um empresário estrangeiro nas picadas de acesso a grandes fazendas agro-pecuárias, acompanhada ao pormenor pelo jornal Angolense, produziu elementos mais do que elucidativos sobre a campanha que pretende apresentar dados concretos em relação ao número e à situação de empreendimentos para a agricultura e a pecuária existentes na província de Benguela.

O processo de cadastramento das fazendas confiscadas pelo Estado depois de 1975, cujos resultados deverão servir de bússola para um amanhã divorciado da sonolência, é o testemunho de que o sector da Agricultura e Desenvolvimento Rural tenciona colocar as potencialidades ao serviço do combate à pobreza, da redução das importações e da segurança alimentar. Se analisadas as queixas de quem teve sempre na falta de financiamento um de vários entraves, agora que o BCI decidiu abrir os cordões à bolsa facilmente se percebe que o empurrão aos empresários locais começa a cobrar o trabalho de casa. Uma viagem ao complexo do «Utalala» (Cubal), bem longe do asfalto que esconde milhares de campos agrícolas por desbravar, acabou, dizíamos, por fornecer dados que justificam a iniciativa do MINADER. Antes da chegada ao «Utalala», um dos poucos exemplos a ter em conta, mas nem por isso isento de insuficiências, fomos divisando sobras de um passado auspicioso ao longo dos quase 150 quilómetros percorridos. Aparente-

mente abandonadas, várias fazendas com infra-estruturas destruídas – moradias e armazéns -, todas recheadas de vestígios da produção de sisal, algodão e de outras culturas tradicionais da Benguela de ontem, deixaram boquiaberto o empresário vindo da Europa. Guiada pelo presidente da Associação dos Agricultores, Manuel Monteiro, a nossa reportagem constatou que áreas anteriormente utilizadas para a agricultura e a pecuária foram transformadas em palcos de queimadas.

O semblante do visitante traduzia, seguramente, o espanto de quem se encontrava num país em relação ao qual em conta o que ele próprio observava e o conjunto de informações que recebia de quem conhece a realidade como ninguém. Basta dizer que Nelito Monteiro, o anfitrião, tem vindo a alertar para a necessidade de um ordenamento rural que defina áreas de actuação para as classes empresarial e camponesa, ambas de extrema importância na luta pela segurança alimentar. Aliás, um dos propósitos da nossa deslocação foi ouvir representantes de uma certa comunidade, protagonistas de um conflito de terra que os opunha a um empresário. «Situações destas ocorrem porque não existe ordenamento, a tal delimitação de espaços. Ninguém, óbvio, aceitará investir nestas condições», resumiu a fonte, ciente de que a descapitalização do sector privado – que começa a ser reduzida – constitui outro problema. Como que na mesma linha de pensamento, alguns camponeses disseram que se encontravam na «área da discórdia» há vários anos, mas não souberam indicar, aí está, o ponto que separa o espaço de cada um. No terreno, este semanário pôde observar a prática da agricultura familiar a um palmo de dezenas de cabeças de gado bovino, todas pertencentes ao empresário em causa, que terão devorado bens agrícolas produzidos por camponeses.

Diante deste quadro, Manuel Monteiro, uma vez mais confrontado pelo Angolense, voltou a bater na mesma tecla: «tal como venho defendendo, é necessário que chegue o ordenamento rural, tarefa para a qual o Estado é chamado a intervir. Certamente a pensar neste projecto, o sector da Agricultura e Desenvolvimento Rural quer saber o número de fazendas existentes e o ponto de situação das mesmas, segundo informou o seu titular, o Engenheiro Abrantes Carlos Sequesseque. O responsável adiantou que as estimativas apontam para mais de duas mil, sendo que a maior parte está em situação de subaproveitamento. «Apenas vinte fazendas ou pouco mais estarão a funcionar, mas com muitas dificuldades, por isso é que vamos retirar aos menos capazes e conceder o direito de exploração a agricultores que se mostrem aptos, com vontade de trabalhar em prol das comunidades»

7.22 Lei de terras constitui mais-valia para o país

Jornal semanario factual
19 a 26 de Novembro de 2011

“A Lei de Terra vigente serve para o momento actual, embora não seja de domínio de muita gente. Aliás, infelizmente, Administrações Municipais e Comunsais continuam com procedimentos e processos que impunham a lei antiga”, afirmou o activista cívico da ONG angolana, na hora do balanço do sétimo aniversário da aprovação do referido instrumento legal.

Sublinhar que, a 9 de Novembro de 2004, foi aprovada a lei 9/04 que regula o uso e posse da terra em Angola.

Referindo ao percurso da sua existência, Bernardo Castro destacou ser sempre bom parar, olhar para trás e questionar o que trazemos, um balanço que permite percorrer pela distância que medeia entre a produção da lei e a sua aplicação.

“Estamos a falar de uma lei que foi discutida, amplamente, com a participação da sociedade civil, académicos e não só. Em contrapartida, peca pelo facto de se fundar numa perspectiva essencialmente jurídico-legal, mutilada pela natureza do seu objectivo à dimensão multidisciplinar, ou ainda, transdisciplinar”, salientou.

Para a fonte, na verdade, tal como o seu legislador, as leis também não são, no seu todo, perfeitas nem eternas. A Rede Terra participou, activamente, no processo da sua produção com estudos e outras contribuições a vários níveis”.

Do seu ponto de vista, em resultado disso, os cidadãos ganharam mais direitos do que tinham na lei anterior.

“É um ganho, mas é preciso lembrar que, entre a produção de uma lei e a sua aplicação, a distância é enorme, particularmente num país com problemas de fiscalização da legalidade de actos ou omissões, como é Angola”, salientou.

Conflitos de terra remontam da antiguidade o activista cívico, mestre em Cidadania Ambiental e Participação, referiu-se, igualmente, à percepção que existe, segundo a qual, com a entrada em vigor da actual lei de terras, os conflitos ganha maior expressão.

“É correcta a percepção e há razões para isso. Temos de convir que os conflitos de terras remontam desde a antiguidade. Veja que, para o nosso caso, temos relatos segundo os quais as comunidades San e Khoi terão sido as primeiras a habitação este território que, hoje, é Angola”.

Recordou tratar-se de famílias humanas cuja ocupação tradicional é a recolocação, a caça e o artesanato, sendo detentoras na altura de grandes extensões de terras.

“Hoje, estas populações vêem-se forçadas a novas dinâmicas sociais ou marginalizadas pela comunidade bantu, tendo perdido grande parte do seu património natural construído.

“As condições social, económica e cultural daquelas comunidades, quer na Huíla como no Kuando-Kubango, são muito difíceis, devido a graves problemas de segurança alimentar e/ou segurança de posse da terra”, rematou Bernardo Castro.

Na sua opinião, os conflitos existiram e existirão sempre. O que queremos é que não ponham em causa as liberdades, garantias e direitos fundamentais das pessoas, bem como os direitos sociais, económicos, culturais e ambientais.

“É do domínio público que, com a independência nacional, as famílias que tinham sido expulsas, desumanamente, regressaram às terras dos seus ancestrais. Muitas dessas terras foram, duramente, diminuídas e descaracterizadas na sua identidade histórico-cultural, com a instalação de fazendas e de outro tipo de infra-estruturas nas terras de comunidades tradicionais protegidas pelo domínio útil consuetudinário”, explicou.

Bernardo acredita que, nessa época, os conflitos eram latentes, uma vez que as terras eram do Estado Colonial Português e os nossos povos eram tidos como indígenas e outros forçados ao processo de assimilação para o seu reconhecimento como cidadãos portugueses.

“Isso foi muito duro, segundo vivências que nos são reportadas”, assegurou.

Estado deve identificar razões das ocupações ilegais

Quanto à ocupação de forma ilegal das terras do Estado para se erguerem residências, inclusive nas áreas de muito risco, Bernardo Castro considerou que o mais importante no momento é procurar identificarem-se as razões desses comportamentos ou actos lesivos à Lei de Terras e não só.

“Aqui, permita-me dizer o seguinte: a propriedade originária da terra, aqui, é do Estado. O Estado é, o proprietário e dono. E a ele a quem competem as responsabilidades para evitar tais ilegalidades”.

De acordo com o activista cívico, o que se passa é que a terra virou, mais do que nunca, para os nossos tempos um tesouro, enfim, um negócio que envolve gente com muito dinheiro.

“Muitos documentos dão entrada nos órgãos competentes, mas nunca obtêm respostas. Pacatos cidadãos foram

burlados nos processos de acesso à terra para a construção dirigida, há quase três anos, quando se dirigiram às Administrações Municipais, a fim de se inscreverem, depois de pagamentos feitos aos bancos e repartições das finanças para os reconhecimentos e autenticação de documentos para o efeito necessário”, recordou

Assim, recomendou ser muito importante compreender que a intervenção do Estado na gestão de terras e a sua concessão deve ser presidida por objectivos que a Lei de Terras estabelece.

“Para o caso, queremos relevar o objectivo disposto na alínea a) do Artigo 14º, da Lei de Terras, que julgamos um pilar sem o qual os conflitos prevalecerão por muito tempo: Adequado ordenamento do território e correcta formação, ordenação e funcionamento dos aglomerados urbanos.

Para a fonte, ainda não há efectivo ordenamento e planeamento territoriais, algo muito grave.

“Grave, porque sem o ordenamento do território não há nem se pressupõe uma atitude de racionalização dos recursos naturais, tão pouco se tem a noção da distribuição das classes do uso do solo. Aliás, as bases para a estratégia de desenvolvimento territorial são estabelecidas pelo ordenamento, tendo em vista os critérios de povoamento e economia de espaço”, sublinhou.

De igual modo, prosseguiu, o orçamento para desencadear o processo de reconhecimento das terras rurais comunitárias não foi aprovado.

“Quer dizer que o Instituto Geográfico e Cadastral de Angola, enquanto, órgão técnico de gestão de terras em Angola (Art 67º da Lei de Terras), está refém de todos esses pressupostos. Precisa não só de aproximar os seus serviços às populações, mas também de potenciar os seus equipamentos e recursos técnicos para responder às exigências do processo”, afirmou na hora de balanço dos sete o director-executivo acha que as políticas de ordenamento procuram não só soluções, mas previnem eventuais conflitos. Isso, infelizmente, ainda não é um dado cá entre nós. Na sua opinião país, no país, também não existe efectivamente uma política dos solos e os que ocupam grandes extensões de terras se furtam das licenças ambientais.

“O preço da terra é especulado por não ter sido publicado o Decreto Executivo Conjunto dos Ministérios das Finanças, Urbanismo e Ambiente (Art. 102º Reg. Geral de Concessão de Terrenos)”, assinalou.

De igual modo, prosseguiu, o orçamento para desencadear o processo de reconhecimento das terras rurais comunitárias não foi aprovado.

“Quer dizer que o Instituto Geográfico e Cadastral de Angola, enquanto, órgão técnico de gestão de terras em Angola (Art. 67º da Lei de Terras), está refém de todos esses pressupostos. Precisa não só de aproximar os seus serviços às populações, mas também de potenciar os seus equipamentos e recursos técnicos para responder às exigências do processo”, afirmou na hora de balanço dos sete anos de existência da Lei de Terras.

De forma mais sucinta, defendeu que, quando não se tem o ordenamento e planeamento territoriais nem mesmo o Estado sabe, a priori, onde se situam as suas terras quer do domínio privado, quer do domínio público, o que permite que conflite com as terras tradicionais das comunidades. “Veja que o Art. 84º, da Lei de Terras e 215º do Regulamento Geral apelam para que todo aquele que, por força da guerra ou outras situações, tenha ocupado de forma irregular as terras do Estado regularizasse dentro de três anos a sua condição desde 2007”.

Em contrapartida, fe7 saber, as Administrações faltaram com as suas responsabilidades. Em resultado, as pessoas construíram, até nas periferias do aeroporto, do caminho-de-ferro, em sítios de risco, etc., sob o olhar permisivo do Executivo, através dos seus órgãos de fiscalização.

“ Não circula a informação sobre o direito à terra, faltam diplomas por publicar tudo isso é muito complicado. E, neste quadro, o balanço quanto a nós ainda é negativo”, concluiu na sua apreciação.

7.23 Problemática da terra passada á lupa

jornal angolense

19 de Novembro de 2011

A conferência teve como objectivos, fazer uma análise conjunta dos pontos fortes, assim como dos desafios do Pacote Legal de Terras e conhecer melhor os processos de delimitação de terras comunitárias de cada província; entender a importância de segurança fundiária para a agricultura familiar, e como esta se insere no processo de desenvolvimento rural e apresentar a metodologia de desenvolvimento territorial como uma alternativa facilitadora dos processos de desenvolvimento.

O primeiro painel abordou a Lei de Terras e as suas ramificações, onde os principais instrumentos jurídicos aprovados depois da lei 9/04 e o seu impacto no meio rural foram o foco da abordagem, tendo-se destacado a consagração na lei de terras vigente, da personalidade jurídica às comunidades rurais contrariamente a lei 21-C, que precisa apenas de um título que as confirme como tal.

A necessidade de exploração dos conceitos de terrenos rurais e terrenos rurais comunitários, no âmbito do trabalho dos actores que intervêm na problemática de terras, foram outros aspectos referidos. A conferência concluiu ainda, que apesar da aprovação da lei de terras e dos diferentes instrumentos, são ainda necessários vários outros para que a sua implementação seja eficaz. Neste aspecto particular foi referido que os instrumentos precisam de estar em conformidade com a lei.

Em relação aos limites ao Direito de Propriedade Privada no âmbito do direito Fundiário, ainda no primeiro painel, a primeira nota a reter é a de que o exercício dos direitos fundiários, em regime de propriedade privada da terra, está condicionado pelo fim económico e social, a que se destina a terra, bem como, ao exercício do direito a terra de uma forma que não contrarie a lei. Em suma, o princípio da propriedade originária do estado também limita o exercício do direito privado no âmbito do direito fundiário.

O debate à volta dos dois primeiros temas mostrou a necessidade de se continuar a reforçar a capacidade de intervenção dos diferentes actores envolvidos na problemática da terra, assim como o aumento da frequência de eventos que proporcionem oportunidades de discussão dos assuntos inerentes as questões fundiárias.

Ficou ainda patente no debate, a necessidade de se proceder a formulação de uma estratégia coerente de planeamento do território, que permita a definição dos espaços destinados a investimentos, mecanismos de acesso, reservas ambientais e habitação, entre outros. Outro aspecto que capitalizou as atenções dos participantes é o papel das instituições do poder tradicional no processo de gestão das terras das comunidades rurais, tendo sido considerado, que em caso de conflitos decorrentes de procedimentos irregulares por parte dos sobas, deverá prevalecer sempre o interesse colectivo.

O segundo painel que abordou Agricultura familiar, sua importância, teve dois momentos: estratégias do Governo para o Desenvolvimento Rural e Da Segurança, na Posse a um Desenvolvimento Rural. Neste painel, foi destacada a aprovação de dois grandes instrumentos de intervenção no meio rural pelo governo de Angola, no período que se seguiu ao fim do conflito armado, designadamente: a Estratégia de Combate à Pobreza e a Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, desenvolvidos em dois grandes programas complementares entre si: o Programa de Extensão e Desenvolvimento Rural, e o Programa de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza.

A agricultura familiar foi considerada de grande importância tendo em conta o número elevado de pessoas que envolve e a sua produtividade, pelo que, precisa ser tida em conta, com a devida relevância nas estratégias de desenvolvimento. Os dados apresentados para fundamentar a importância da agricultura familiar mostraram que existe uma grande diferença entre as áreas cultivadas pelas famílias e a classe agrícola empresarial, indicando um ponto de partida para a projecção da segurança na posse, numa perspectiva de desenvolvimento rural.

O encontro concluiu ainda que a segurança de posse tem de aumentar a propriedade, que seja aceite junto das instituições externas à comunidade garantir que ela possa permitir a geração de renda para as famílias rurais. Foi enaltecida a necessidade de se clarificar a relação que se pode estabelecer entre os direitos fundiários consagrados à luz do costume e da lei de terras, visto que a questão foi bastante discutida na fase de elaboração da lei de terras, porém o problema persiste.

Uma questão para reflexão posterior colocada neste painel tem que ver com a possibilidade ou não de as comunidades rurais poderem evoluir de forma independente.

A Gestão de Terra e Desenvolvimento Territorial foi o último tema a ser abordado, mas nem por isso pode ser considerado como secundário, afinal foi apresentada uma proposta metodológica de desenvolvimento territorial como alternativa que pode facilitar os processos de desenvolvimento, baseada na participação e na negociação, pela FAO. Os participantes foram informados sobre o ponto de situação da metodologia, estando neste momento a decorrer a preparação das condições para sua implementação a partir de Janeiro de 2012, com a realização de um diagnóstico. A proposta foi entendida como uma oportunidade para a criação de sinergias dos diferentes sectores do desenvolvimento rural, como actores protagonistas do desenvolvimento.

Com uma assistência de quadros das instituições públicas, académicas, sociedade civil e de cooperação internacional, vindos, principalmente das províncias do Bié, Huambo, Benguela, Kuanza Sul e Luanda, que lidam com a problemática de terras no país, a abertura da conferência contou com as intervenções do Engenheiro Paulo Vicente, Assistente do Representante da FAO e do governador do Huambo, Fernando Faustino Muteka e contou ainda com um presidium de Filomena Delgado, Secretária de Estado para o Desenvolvimento Rural e Ana Maria, Vice-governadora da Província do Bié para o Sector Económico e Produtivo.

7.24 Evitemos que a posse da terra seja próxima ameaça à paz

Jornal semanario angolense
19 de Novembro de 2011

A Lei de Terras (9/04), que assinala, neste mês da dipanda, o 7.º Aniversário da sua promulgação, foi o tema de uma Conferência Inter-provincial que reuniu, na cidade do Huambo, autoridades e representantes da sociedade civil para uma reflexão sobre a sua implementação, numa iniciativa do «Projecto Terra» da FAO.

Desde os tempos remotos da violenta ocupação colonial do território, que a gestão/propriedade da terra em Angola nunca foi um tema pacífico, tendo sido, aliás, esta relação de usurpação/esbulho que esteve na origem da luta armada de libertação nacional.

Ultrapassada a grande e grave injustiça do passado, com a proclamação da independência nacional, a terra foi consagrada como sendo propriedade originária do Estado.

Em nosso modesto entender, é mister considerar-se, antes de mais, que esta entidade política, o Estado, é integrada pelo conjunto dos cidadãos que habitam o território, isto é, pelos seus nacionais.

A ideia de Estado entre nós é normalmente reduzida ao poder da grande instituição chamada governo, esquecendo-se que o principal poder de qualquer estado democrático reside na soberania do seu povo/cidadãos.

Isto para dizer que a terra é de facto e de jure propriedade dos angolanos, enquanto fonte de legitimação dos restantes poderes/ instituições, mas também enquanto indivíduos com direitos particulares, que devem ser tidos e achados nas decisões que se tomam sobre um património que é colectivo.

Achamos ser importante esta incursão pela terra arável do direito, porque a gestão deste património/activo continua a ser feita apenas com base nos interesses (públicos/privados) de uma parte do Estado, assumida pelo Governo e os seus dignitários/associados, esquecendo-se deliberadamente que o destacamento mais importante desse mesmo Estado é o constituído por todos nós, os cidadãos.

É neste âmbito que gostaríamos aqui de destacar a importância de algumas das conclusões a que chegaram os participantes da Conferência Inter-provincial que discutiu no Huambo o tema: «Da Lei de Terras a uma proposta de desenvolvimento territorial».

O primeiro objectivo do encontro foi fazer a análise conjunta dos pontos fortes assim como dos desafios do pacote legal de terras e o melhor conhecimento dos pro-

cessos de delimitação de terras comunitárias de cada província.

Os participantes procuraram entender a importância de segurança fundiária para a agricultura familiar e como esta se insere no processo de desenvolvimento rural.

Foi também discutida a metodologia de desenvolvimento territorial como uma alternativa facilitadora dos processos de desenvolvimento.

Projecto Terra

O projecto Terra da FAO é uma ferramenta de Apoio às instituições governamentais para a melhoria da gestão da posse e administração de terras e dos recursos naturais, nas províncias do Huambo e Bié, tem como objectivo central apoiar o Governo de Angola através das suas instituições responsáveis no processo de gestão fundiária, visando a implementação do pacote legal sobre a terra com o fim de garantir os direitos fundiários dos cidadãos, sobretudo das comunidades rurais no intento de se alcançar um desenvolvimento territorial sustentável e integrado de todos os actores que intervêm no meio rural (camponeses, agricultores, fazendeiros, Estado, etc.).

O Projecto em referência tem como principais parceiros o Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas, o Ministério do Urbanismo e Construção, Governos das províncias do Huambo e Bié e respectivas instituições e está financiado pela Agência Espanhola de Cooperação Internacional e Desenvolvimento (AECID)

7.25 Mais um terreno em conflito

Jornal angolense

19 de Novembro de 2011

Carta aberta á Sua Excelência Sr. Engº José Eduardo dos Santos Presidente da República de Angola.

Desde 1983 que ocupo um terreno no município de Cacuo, altura que ainda me encontrava nas FAPLAS. Possuía uma declaração de cintura verde que devido ao seu mau estado de conservação entreguei a administração municipal para a sua renovação. Mas fui informado depois, que a declaração havia sido extraviada e que devia constituir um novo pedido de legalização de terreno.

Em 2002, quando surge o projecto Panguila não tive qualquer problema, porque havia grande distância entre o meu terreno e o terreno do projecto. Na verdade tudo começou com o surgimento da senhora Liseth Pedro, na altura coordenadora do projecto acima referido, que com inúmeros pretextos tentou esbulhar-me do terreno. Ora

dizia que o terreno lhe havia sido entregue pelo Ministério de Urbanismo e Construção, ora dizia que o terreno havia sido entregue a um grupo de generais pelo mesmo ministério. Por varias vezes tentou ainda usar o nome de outros inistérios, até que por fim vendeu uma parte do terreno onde foi erguido uma agência do banco BFA.

A administração local pelo sucedido andou durante muito tempo a sua trás, mas também não conseguiu encontrar nenhum documento que comprovasse as suas versões. Por isso, transferiu o caso para o IPGUL. Enquanto aguardava pela resposta, a Sr. Liseth Pedro mandou outra vez máquinas ao terreno e destruiu toda a plantação que lá havia. Por tentar reclamar deteram-me por cinco dias e graças a intervenção do gabinete jurídico e do gabinete de inspecção do gabinete do Ministério de Urbanismo e Construção fui solto.

Passado algum tempo constatou-se que o projecto acima citado não se estendia até ao meu terreno e que poderia retomar ao processo de legalização do mesmo. E assim o fiz. Enquanto aguardava pelo documento fui informado pelo IPGUL que o governo provincial cedeu o direito à superfície do terreno em causa ao empresário Henriques Santos. Mas, o mais estranho foi saber que embora o documento tivesse sido passado pelo empresário já mencionado, que, o requereu foi o Sr. José Joannes André. Tentei obter alguma explicação a partir do IPGUL, tudo o que me foi dito é que o documento foi passado no meio da confusão, isto durante a exoneração da antiga governadora Sra. Francisca do Espírito Santo.

Portanto, gostaria de que se fizesse justiça por tudo quanto comigo está acontecer, porque inúmeras vezes pedi a intervenção das instituições competentes, mas há mais de três anos o caso continua sem solução.

Certo de que o assunto merecerá o melhor acolhimento da S. Exa preveleço-me do ensejo, para apresentar as minhas cordiais saudações.

Francisco Massango

Cacuo, bairro Boa Esperança Luanda

7.26 Requalificação da cidade melhora a habitabilidade

Jornal de Angola

22 de Novembro de 2011

O processo de requalificação da cidade do Lubango, iniciado em 2009, impõe sacrifícios mas vai dar melhores condições de habitabilidade aos munícipes, realçou no domingo o governador da Huíla, Isaac dos Anjos.

Falando como convidado do programa “Espaço Público” da TPA, o governador justificou que as demolições ocorridas neste período visaram dar seguimento a um dos mais importantes projectos de reconstrução nacional, o Caminho-de-Ferro de Moçamedes, e livrar cidadãos “de condições de vida extraordinariamente precárias” ao longo do rio Mukufi, principal dreno da cidade.

“Temos de projectar a cidade para ver como vamos integrá-la num conjunto social e futurista capaz de absorver mais gente. Actualmente o Lubango está com um milhão e meio de habitantes, mas se ela for bem estruturada podem caber mais duzentas mil pessoas e é isto que, estamos a fazer”, explicou o governador. Isaac dos Anjos lembrou que a maioria da população do Lubango vive em espaços apertados, ocupando os canais de drenagem e nestas condições, o modo de vida e de habitabilidade é precário.

“Olhamos para as infra-estruturas existentes e pensamos que a solução é oferecer às pessoas melhores condições, por isso pensou-se na instalação do comboio circular e pensamos fazer a expansão da cidade para outras zonas”, disse o Governador da Huíla.

7.27 Trabalhos de requalificação da baía ficam concluídos já no próximo ano

Jornal de Angola
23 de Novembro de 2011

As obras de requalificação da baía de Luanda terminam no próximo ano, disse na segunda-feira à Angop o director de gestão do projecto, Miguel Carneiro.

O responsável adiantou que a terceira fase arranca no princípio de 2012 e vai durar seis meses. A área que vai ser alvo de intervenção é a Avenida da Marginal, em que vão ser colocados novos espaços pedonais e parques de estacionamento.

A obra, em curso desde 2009, está a transformar a baía de Luanda num local moderno e renovado do ponto de vista ambiental.

Neste momento, decorrem trabalhos para a criação de uma nova avenida, com seis faixas de rodagem ao longo de todo o percurso e oito faixas nas zonas de intercepção com outra rodovia.

A primeira e a segunda fase do programa, que decorreram em paralelo, consistiram na construção da ponte Kianda, que liga a Marginal à Praia do Bispo; e na construção de uma estação de serviço de combustíveis. A criação de zonas verdes, num total de 12 hectares, constou, também, da primeira e segunda fase.

Um total de 20.350 metros cúbicos de areia foram removidos para o desassoreamento da baía de Luanda, no âmbito do projecto de requalificação da zona.

Miguel Carneiro disse que, para facilitar os trabalhos, foi aberto um canal submarino para a renovação exigência das águas.

A despoluição da baía de Luanda permitiu o alargamento por dragagem de toda a Marginal, através da utilização de um moderno processo de centrifugação que possibilita a limpeza das areias.

As matérias inorgânicas encontradas no fundo das águas, sobretudo esferventes, ferros, vidros e latas, de acordo com Miguel Carneiro, tiveram como destino final o aterro sanitário do Mulenvos, no município do Cacuaco.

O material orgânico e biodegradável encontrado foram levados para o alto mar através de um canal criado para o efeito.

7.28 Membros de associação de camponeses são suspeitos da venda ilegal de terrenos

Jornal de Angola
25 de Novembro de 2011

O Comando Provincial de Luanda da Polícia Nacional apresentou ontem, na Divisão de Polícia da Samba, três membros de uma associação de camponeses que se dedicavam a burlas e venda ilegal de terrenos. Segundo a polícia, o líder do grupo é Basílio Cadete Botelho.

Os outros membros do grupo são Victor Capar, Américo Fernandes e João Ferreira, identificado pelas autoridades como o secretário executivo da associação de camponeses. Os detidos alegam inocência e dizem que a sua detenção é ilegal por não terem sido apanhados em flagrante delito e os terrenos pertencem aos camponeses que se inscreveram na associação.

O inspector Nestor Goubel, porta-voz do Comando Provincial de Luanda da Polícia Nacional, disse que os terrenos em causa são “reserva fundiária do Estado e as pessoas não podem vir com meras cantigas para justificarem a sua actividade ilegal”.

Essa prática, referiu, tem ganhando corpo a cada dia que passa nos municípios da Samba, Cacuaco, Viana e Kilamba Kiayi. “É preciso tomar medidas para pôr termo a esse tipo de práticas”, disse.

A Associação de Camponeses para o Desenvolvimento Agro-pecuário e Pesca Tala-hady (ACDAPTH), dedicava-se, segundo a Polícia Nacional, à venda ilegal de terrenos em vários bairros de Luanda, há mais de cinco anos.

Os elementos do grupo reconheceram que vezes sem conta endereçaram documentos às Administrações Municipais de Viana e Samba para legalizarem o processo de venda, mas sem sucesso. Por isso, decidiram criar a associação para convencerem a população de que era um projecto sério e legal. O administrador comunal do bairro do Ramiro, Vihinda Lumbala, desmentiu a existência dos documentos.

Os detidos garantiram que os terrenos pertencem aos camponeses do bairro do Ramiro, município da Samba, que os autorizaram a fornecê-los à população pelo valor simbólico de mil Kwanzas. Era exigida a cópia do Bilhete de Identidade e uma fotografia do tipo passe para os candidatos aos terrenos constarem da lista de beneficiários, que já ultrapassa 300 inscritos.

As autoridades do Ramiro confirmam a existência de associações e indivíduos estranhos que se dedicam à invasão de terrenos considerados reservas fundiárias do Estado para comercializarem de forma ilícita. Vihinda Lumbala, administrador comunal do Ramiro, reconheceu a existência de invasão de terrenos por parte de pessoas estranhas que se intitulam ser membros de uma associação de camponeses.

Considerou que estes indivíduos com estas práticas pretendem apropriar-se das reservas fundiárias do Estado. “Nós fazemos trabalhos de fiscalização juntos das áreas consideradas reservas fundiárias”, precisou Vihinda Lumbala.

O administrador comunal do Ramiro precisou que a ocupação ilegal das reservas fundiárias prejudica os projectos que o Governo Provincial de Luanda pretende desenvolver que, vão desde a distribuição de espaços à população para o programa de auto construção dirigida. “Os prevaricadores utilizam a astúcia para enganar as autoridades”, disse. Os cidadãos insistem em comprar aos vendedores terrenos considerados reservas fundiárias do Estado.

7.29 Luta por terra

jornal a capital
26 de Novembro de 2011

Pedro Francisco Henriques de 38 anos foi barbaramente espancado por elementos ligados a uma suposta Comissão de moradores que se fizeram passar por fiscais no bairro Deolinda Rodrigues, algures no município

de Cacuaco nas proximidades da nova subestação da Empresa Nacional de Electricidade (ENE).

Ele é alegadamente proprietário de um terreno de 15 metros quadrados no referido bairro. Num belo dia, foi surpreendido por supostos elementos da Comissão do bairro, dizendo-lhe que devia abandonar o terreno, porque pertencia à outra pessoa.

“Pedi explicações aos mesmos que me apresentassem o referido dono. E estes, simplesmente não quiseram. Foi assim que nos desentendemos, porque há mais de nove meses que ocupei o terreno e não encontrei ninguém”, descreveu Henriques, depois disso, viu-se esbofetado, tendo ficado com os maxilares partidos.

“Já formalizei uma queixa na Divisão de Polícia de Cacuaco. Estou a espera do número de processo e que me chamem juntamente com os agressores para que sejam responsabilizados”, argumentou, acrescentando que lutar até onde poder pelo seu terreno.

Espancado foi também João Alberto que, por cúmulo, viu sua casa demolida por um grupo, alegadamente, liderado por uma tal senhora Adelaide.

“Vinha do trabalho. Quando cheguei o meu vizinho informa-me que os fiscais passaram e colocaram algumas estacas no meu terreno”, perante essa situação João Alberto deslocou-se ao comité do MPLA onde os supostos demolidores trabalham, “no sentido de me informar sobre o que estava a acontecer”.

“O senhor Matondo respondeu que meu terreno era grande e, para tal, tinha de ser repartido. Não aceitei a proposta. Logo, o mesmo e os seus colegas começaram a bater-me”, queixou-se, salientando ainda que nestes bairros novos todos existem grupos de aproveitadores que se fazem passar por fiscais ou militantes do MPLA.

“São grupos de aproveitadores espalhados nestas zonas. Estão na pedreira, no Belo Monte e depois da Anda”, denunciou ao notar que a actividade destes é desarmar terrenos e revende-los a outros interessados.

“Fiz uma participação à Polícia de Cacuaco e já tenho o número do processo, porque estes bandidos demoliram a minha cabana de chapas. Por enquanto só estamos a fazer cabanas de chapas para manter o espaço enquanto vamos preparando o material”, avançou Alberto.

No terreno, o A Capital ouviu a versão da 1ª secretária da OMA, Adelaide Paulina. De acordo com ela, devido as constantes queixas de burlas ou ocupação de terrenos e, visando combater os assaltos nocturnos, foi constituído um grupo de rondas nocturnas, que também vela pela urbanização do bairro.

Este grupo acrescentou, é que tem entrado em conflitos com os moradores. A mesma reconheceu que houve, sim, espancamentos no bairro que envolveram o senhor Matondo e alguns cidadãos.

“O senhor Matondo teve brigas com cerca de 17 elementos e ao longo dessa briga soube que houve feridos”, confirmou, mas observou que “nós interviemos imediatamente, encaminhando-os para o hospital.

“A casa destruída é de um cidadão que foi encontrado a pernoitar ao relento com uma arma de fogo. Ao ser interpelado, disparou contra o pessoal da ronda. Participamos o caso à Polícia e o camarada tivera sido detido”, explicou a responsável da OMA, pontualizando que, enquanto esteve preso, o primo do mesmo é que destruiu a cabana, alegadamente porque as chapas eram dele.

De salientar que as vítimas mais frescas das demolições são cerca de 120 famílias que residiam nos arredores do Dispensário de Tuberculose de Luanda algures no bairro Shaba. O A Capital foi ao local e constatou dos moradores que restam no local o destino dado aos seus confrades de longa data. Dona Bela é também uma das moradoras do bairro que espera conhecer o mesmo destino dentro de mais ou menos dias, uma vez que a casa dela já foi enumerada e, quando isso acontece, não se espera mais nada.

“Estamos todos na iminência de sair daqui do bairro”, acredita ela que diz viver no bairro há cerca de 18 anos.

José Tavares, 47 anos, ainda não foi desalojado, mas já se queixa de saudades do bairro caso isso aconteça. É lá onde ele tem suas raízes de amigos e de trabalho, ao longo de uma vivência de 22 anos.

“Meus filhos se fizeram homens aqui. Uns já são pais e donos de casa. Estamos prontos para sair desde que nos alojem em casas condignas e não em tendas como tem sido noutros bairros”, reivindicou, concluindo que mesmo nas áreas de transferência devem colocar muitos autocarros à disposição.

“Os vizinhos que foram para o Panguila estão a reclamar os gastos com o táxi, porque muitos deles trabalham nestes arredores. As senhoras têm cá as suas fontes de negócio”, manifestou.

7.30 Demolições e promessas do governo de Luanda

jornal a capital

26 de Novembro de 2011

Cansado de viver na tenda está Maid Bumbas, uma das vítimas das demolições de 2004 no bairro da Cambamba. Disse à nossa reportagem que desde a altura em que perdeu a casa até ao presente, vivem de promessas dos dirigentes do país. “Depois das demolições, o GPL, orientou que permanecêssemos cada um no local onde havia a sua casa. É onde estamos a viver até hoje, em cabanas de chapas, comas nossas famílias”, frisou.

Acrescentou que no dia 02 de Agosto de 2007 tinham sido visitados pelo ministro das Obras Públicas, Higino carneiro, que lhes prometera realoja-los no Zango-III ou quatro. “Em 2008 veio cá uma comitiva do MPLA liderada pelo e camarada Dino Matross. Fez as mesmas promessas. Até agora nada vimos a respeito do prometido”, exclamou com o rosto carregado. Pedra Bata é outro cidadão que no mesmo período perdeu a sua casa no bairro Bagdad sob a justificação do GPL, segundo a qual, tinham que ser banidas as construções anárquicas.

“Diziam que construímos anarquicamente ou de forma ilegal, mas a Administração do Kilamba Kiaxi sabia da existência do bairro. Hoje vão lá ver o que estão a fazer nos nossos terrenos? Será que só eles é que devem viver bem neste país?”, indagou o cidadão, para a seguir recordar que no dia 07 de Junho deste ano, mantiveram um encontro com o GPL, 00 que, 00 que, tudo o que lá ficou acordado nada foi cumprido.

“Daqui a dias virão com outras mentiras com o aproximar das eleições para caçarem os nossos votos”, deduziu Hata. Recorde-se que fruto das demolições e o não realojamento as vítimas haviam tentado manifestar-se junto do palácio presidencial, uma tentativa, no entanto, gorada. Os populares pretendiam pedir explicações ao Presidente da República sobre as demolições das suas residências e saber onde passariam a residir. O desejo que esbarrou numa barreira policial, fortemente armada, apoiada por uma brigada canina e dezenas de veículos de combate. As demolições, só em Luanda, terão deixado cerca de três mil famílias ao relento.

As várias promessas de resolução das «violações das violações de direitos humanos pelo Governo da Província de Luanda» no que às demolições, desalojamentos forçados e esbulhos de terras diz respeito, mereceram uma reflexão por parte da organização não governamental SOS Habitat, no dia 19 último. O acto que se subordinou ao tema, “Violações dos direitos humanos em Angola e promessas documentadas não honradas pelo Governo da

Província de Luanda”, juntou jornalistas e membros das comunidades achadas vítimas de demolições da ilha de Luanda, vivendo, actualmente, em tendas nos bairros zango, Cambamba I e II, Banga Wé, Bagdad, Dangeré, no município do Kilamba Kiaxi, para além dos sinistrados das chuvas de 22 de Janeiro de 2007 e os que, em 2009 requereram e pagaram mil e 500 kwanzas no Banco BPC, terrenos, que deram entrada nas administrações municipais, afim de integrá-los num ambiente social digno e harmonioso.

Ao usar da palavra, Rafael Morais da SOS Habitat, começou por dizer que a “impunidade dos violadores dos Direitos Humanos continua a ser a característica principal da situação”, se não fosse, destacou, “milhares de vítimas de desalojamentos forçados não continuavam a aguardar por justiça”. “A maioria das tentativas de processar violadores dos direitos humanos junto dos tribunais não chegaram a um momento de julgamento e sentença”, recordou o activista social que critica a falta da parte do Governo de uma postura de reconhecimento de direitos, valorização, promoção e protecção da maioria dos cidadãos.

Rafael Morais vai mais longe e acusa o Governo de usar modelos de desenvolvimento muito arcaicos, segundo ele, baseados no modelo de crescimento da cidade planificado na época colonial. “É um modelo que se centro na expansão da cidade para as periferias onde vive gente vulnerável e, cada vez mais pobre”, expressou, acrescentando que é tudo parte de um plano bem estudado, visando a expulsão forçada das pessoas. “É um modelo de desenvolvimento económico e político urbano que, objectivamente, exclui, expulsa e reprime com vista a promoção da apropriação de terras e a realização de rendimentos das elites”, considerou.

Na óptica de Rafael Morais, o actual cenário só serve para atizar os ânimos de pessoas já frustradas, concluindo que as manifestações da juventude que hoje se observam são fruto de algumas destas atitudes incubadas na alma dos adolescentes ou mesmo crianças. “Estamos a falar, por exemplo, de milhares de crianças provenientes da Ilha de Luanda, actualmente a viverem em Tendas no Bairro zango e as dos realojados da Tchavola e Tchimumua na Huíla, Cambambas e outras comunidades, que a qualquer momento podem revoltar-se, porque vivem os efeitos das violações”, exemplificou, avançando que em face da situação vigente, adivinha-se que nos próximos meses, caso não se resolvam as promessas, o Governo Provincial de Luanda pode ser levado às barras do Tribunal.

“Vamos dirigir uma missiva assinadas pelas vítimas de demolições em Luanda ao Presidente da República para exigir que resolva os problemas das pessoas vítimas de demolições da Ilha de Luanda, actualmente a residirem em tendas no zango, município de Viana.

7.31 Reservas fundiárias foram ocupadas ilegalmente

Jornal de Angola

29 de Novembro de 2011

Na localidade de Capari Novo, província do Bengo, centenas de pessoas ocuparam ilegalmente as reservas fundiárias do Estado e pretendem construir casas nesses espaços. A Informação foi divulgada ontem, no Caxito, por Fonseca Canda, administrador municipal adjunto do Dande.

Fonseca Canda garantiu à comunicação social que há muita gente a ocupar terrenos ilegalmente. Na zona de Capari Novo existem duas reservas fundiárias, uma das quais pertence ao Gabinete de Reconstrução Nacional, com uma área de 2.127 hectares, destinada à construção de habitações.

Com a recente divisão administrativa, que altera os limites geográficos das províncias de Luanda e Bengo, “verificou-se a invasão das reservas fundiárias”, informou Fonseca Canda.

Revelou igualmente que existe uma terceira reserva fundiária, também na localidade do Capari, com uma área de 3.215 hectares, sob responsabilidade do Governo Provincial do Bengo: “também esta reserva está a ser invadida porque o Governo Província do Bengo não tem o controlo da área que só agora passou para a sua jurisdição”. A Administração Municipal do Dande não cedeu nenhum espaço naquela zona, pôs isso, “qualquer ocupação é ilegal”. Fonseca Canda denunciou que os ocupantes levantam casas de chapa e capim para depois extorquirem dinheiro ao Estado quando forem desalojadas.

Neste momento, segundo o representante da Administração do Dande, há mais de 4.000 ocupantes ilegais nas reservas fundiárias do Estado, “o que impede o ordenamento do território”.

Fonseca Canda é de opinião que “as ocupações têm contornos políticos” e revelou que já foram tomadas medidas para estancar a situação. “Reunimos com os ocupantes ilegais nos locais onde construíram e foram intimados a abandonar as reservas fundiárias de imediato, mas muitos não acataram as ordens”,

disse Fonseca Canda. Mas a Administração do Dande vai avançar com medidas drásticas “porque esta prática é, um crime não podemos tolerar acções criminosas”. Uma das reservas ocupadas está destinada à construção de uma nova centralidade.

“A Administração Municipal do Dande tem os equipamentos e meios técnicos necessários para intervir no terreno e começar o seu trabalho de limpeza dos terrenos”, sublinhou Fonseca Canda.

Por outro lado, pontualizou que após o loteamento, os interessados na aquisição de terrenos deverão dirigir-se à Administração municipal do Dande, para cumprir com as formalidades, tendo em conta a obtenção de terrenos. A pergunta sobre os critérios de cedência de terrenos com interesses económicos, que compreendem a extracção de terra vermelha, burgau, água, pesca e o potencial turístico, com amplas zonas lacustres e à beira-mar, Fonseca Canda frisou que a administração saberá fazer a distinção das diferentes áreas para o melhor aproveitamento, e em prol da economia do país.

“Apelamos para que abandonem as áreas, para fazermos as separações entre o interesse económico e o social”, disse Fonseca Canda.

Adiantou que nos critérios de loteamento existem parcelas para residências de renda baixa, média e alta. “As pessoas estão a ocupar grandes extensões de terreno, UIIJ hectare, outros 600 metros quadrados. isto não é possível. Temos que ser organizados e não incorrerem em desobediência civil”; alertou o funcionário sénior da Administração do Dande, província do Bengo.

8 SERVIÇOS BÁSICOS

8.1 Pobres pagam pela água dos ricos

Jornal semanario angolense
05 de Novembro de 2011

Prece ser uma das maiores preocupações do governo – e deveria mesmo ser – pelo alarde que se faz em torno da questão, de um lado, e do outro, pela necessidade primária que constitui o acesso ao produto – a água. Mas o resultado do estudo recentemente divulgado pela organização não-governamental internacional Development Workshop (DW) só veio praticamente confirmar de maneira mais formalizada aquilo que a população já vive e constata na prática.

Saiu desse estudo a conclusão de que os cidadãos pobres pagam aproximadamente 20 dólares por cada metro cúbico de água, ao passo que, para usufruírem da mesma quantidade do precioso líquido, os cidadãos mais ricos pagam apenas um mísero dólar. Isto é: os que ganham pouco ou quase nada, que são a maioria, pagam dois mil kwanzas (pelo actual câmbio das kinguilas) por mil litros de água. E os que ganham muito ou quase tudo pagam somente 100 kwanzas pela mesma quantidade de água.

Como grande parte dos cidadãos da faixa dos mais «balados» é constituída por pessoas ligadas ao poder e logo abaixo deles vem a faixa dos funcionários públicos privilegiados, o pacote das suas benesses não poucas vezes inclui a isenção do pagamento da conta de água, sendo isto feito pelo Estado. Mesmo quando o líquido não chega, ou vive a secar nas torneiras, os camiões-cisternas, em muitos casos, são subsidiados para encherem os tanques dos «chefes». Eis a extensão do desequilíbrio total.

O director-geral da DW, Allain Caiu, citado pela revista «Economia & Mercado», na sua análise diz que se a água continuar a ser distribuída gratuitamente aos ricos não haverá fundos para o Estado recuperar os investimentos, garantir a manutenção das condutas que estão a ser instaladas, nem meios para alargar a rede às zonas ainda não beneficiadas.

Mas, parece que o juízo do Estado segue outras direcções e estabelece as prioridades de acordo com as necessidades da elite, cuja nata está enlaçada ao poder.

Um exemplo dessa observação são os critérios levados a cabo na construção das casas ditas sociais, localizadas nas periferias das grandes cidades, particularmente,

citando as regiões do Zango, na Viana, e do Panguila, no Cacuaco, pontos satélites de Luanda. Segundo as autoridades responsáveis por esses locais, a pressa do governo materializar determinados projectos leva a desalojar as populações e realojá-los nessas centralidades mesmo que 1S condições básicas não tenha sido garantidas. Isso inclui, claro, o acesso à água através da canalização devida e a sua distribuição.

A orientação do governo é que as infra-estruturas, como a rede de abastecimento do preciso líquido, sejam feitas gradualmente, depois de «instalar» as pessoas nas casas. Por isso, nessas regiões, a falta de água é crónica e a batalha para se conseguir «cartá-la» é heróica. São longas caminhadas com bacias, baldes e bidões «na cabeça» para «estocar» às vezes apenas 10 litros de água por dia.

A recomendação da Organização Mundial da Saúde, segundo o dirigente da DW, é de que, por dia, em condições normais, uma pessoa consuma 60 litros e, em situações de emergência, no mínimo 20 litros, nas mais diversas actividades. Isto quer dizer que além de pouca, a quantidade de água consumida por cada cidadão entre nós, nos termos de uma vida salutar, é um atentado. «Isto não é bom para a saúde humana», diz Allain Cain.

Se para as camadas mais pobres as infra-estruturas para o acesso condigno à água podem ser feitas paulatinamente, uma vez que não se tem outra opção, senão aceitar o destino que lhes é imposto, para as camadas mais abastecidas, o próprio governo faz questão que a coisa seja diferente. O maior exemplo desse critério segregacionista é-nos dado pelos apartamentos de classe média/ alta da cidade de Kilamba Kiaxi.

Há a impressão de que, neste caso, não houve pressa de se terminarem as residências da cidade do Kilamba, já que aí estão todas as condições criadas para oferecer água suficiente a quem lá for morar. Longe da realidade dos que «cartam» água todos os dias pelos «zangos» da vida, são os cidadãos de classe média e classe média alta é que vão ocupar aquelas casas. É a consumação da injustiça social promovida entre nós.

Haverá tempo de refazer qualquer mal entendido que supostamente poderá existir na leitura que se faz dessa conjuntura? O «homem-cabela» da DW é de opinião que o Estado deve permitir a entrada de operadores privados neste nicho do mercado, sem se abdicar do compromisso de subvencionar o consumo da água. «Se o valor gasto pelos pobres na aquisição da água pudesse ser recuperado pelas autoridades, daria para estender a rede até às zonas suburbanas», anota.

Há um dia de dinheiro que corre nas regiões periféricas de Luanda, cuja fonte são os pobres, e que dá um banho frio na EPAL. Um mercado avaliado em 250 milhões de dólares em cada, em todas as formas de consumo de água praticadas por esse mundo «desgraçado». Enquanto a EPAL, conforme o documento elaborado pela DW, arrecada apenas 17 milhões de dólares anuais em cobranças pelo fornecimento do serviço.

Assim, mais ou menos 233 milhões de dólares passam por baixo da ponte da informalidade. Mas longe de ser um vilão para a população, a «candonga» da água é a única saída visível no universo das necessidades dos pobres, onde o Estado, sejamos realistas, ainda não é capaz de lá chegar. Perde o Estado, sim. Mas, os cidadãos, pelo menos, não morrem de sede.

8.2 Abastecimento de água chega às aldeias

jornal de Angola

11 de Novembro de 2011

O programa “Água para Todos” melhorou este ano a vida das populações do Kwanza-Norte, elevando para aproximadamente 200 mil o número de pessoas com acesso directo à água potável com a Instalação de sistemas no Mussabo, Tango, Lulnga (Ambaca) e Samba-Caju.

A par destas localidades, todas as vilas municipais da província já possuem água potável a jorrar nas torneiras, bem como a maioria das comunas e aldeias da província dispõem igualmente de novos sistemas de abastecimento e tratamento de água.

Os habitantes da cidade de Ndalatando já respiram de alívio, agora que está concluído o novo sistema de captação e distribuição de água, entretanto erguido na área, identificado na década de oitenta na represa do rio Mucari, localizada a 17 quilómetros a Leste da cidade. O sistema tem capacidade para bombear 90 litros por segundo.

As obras incluíram duas fases: a primeira teve a ver com a captação e tratamento da água e conseqüente acumulação nos reservatórios. Tais trabalhos terminaram em Março de 2009. A segunda fase consistiu na reabilitação da captação a partir do Mucari e terminou com a distribuição às residências.

A cargo da empresa chinesa Sino-Hydro, os trabalhos envolveram a reabilitação de 7,5 quilómetros de tubagem em “PVC” e ferragem para adução de 9,3 quilómetros, para além da nova captação, conduta adutora e estação de tratamento.

Foi igualmente construído um reservatório de distribuição semienterrado, com capacidade para cinco mil metros cúbicos de água, e concluída a rede geral de distribuição. O governo gastou 10 milhões e 350 mil dólares.

Com a conclusão do segundo lote do projecto, que consistiu na distribuição de água ao domicílio bem como da construção de 93 fontenários nas zonas suburbanas, os habitantes sentem-se agora mais folgados.

Esta empreitada esteve a cargo da empresa “Abrantina Construtora”, e custou aos cofres do Estado oito milhões, 414 mil e 793 mil dólares. Actualmente, com mais de 150 habitantes, para além da nova conduta adutora do rio Mucari, Ndalatando possui mais duas condutas erguidas na década de 50, sendo uma de água mineral, a partir da fonte da “Santa Isabel”, e outra do “Monte Redondo”, que produzem cinco e 20 litros por segundo, respectivamente.

População aplaude

Anteriormente, com a escassez que se fazia sentir um pouco por toda a cidade e arredores, era possível assistir a distribuição da água a ser feita por camiões cisternas adquiridos pelo Governo da província do Kwanza-Norte, visando atenuar a carência no fornecimento do referido líquido às populações, contribuindo também para a prevenção de doenças causadas pelo consumo de água imprópria.

As cisternas circulavam todos os dias nas redondezas dos bairros Ndalatando, 28 de Agosto, 11 de Novembro, dentre outros. Apesar disso registavam-se grandes alvoroços para cada pessoa conseguir encher o seu recipiente, dado o pouco tempo que as viaturas, insuficientes para a demanda, permaneciam nessas zonas.

Actualmente, com a água a jorrar nas torneiras das ruas da cidade, bem como dos fontenários espalhados pelos bairros periféricos, é já notável a satisfação das populações que há muito almejavam este benefício.

A reportagem do Jornal de Angola ouviu alguns beneficiários, os quais congratularam-se com o esforço feito para a melhoria do abastecimento de água, tendo alguns deles solicitado o reforço do trabalho realizado no tocante às ligações domiciliárias, uma vez que as novas canalizações fixam-se apenas até aos contadores de cada residência.

A senhora Constância Francisco, moradora há mais de 10 anos no bairro Sambizanga, referiu que a sua família deixou agora de percorrer longas distâncias para conseguir água, tendo sugerido um aumento do número de

fontenários no seu bairro, para poder diminuir o fluxo de pessoas.

“Estamos muito contentes, é um passo bastante louvável. Nós desde sempre consumimos água das cacimbas. Tínhamos de andar longas distâncias para conseguir boa água, agora já não, só pedimos que acrescentem mais fontenários para nos ajudar, porque devido às enchentes a confusão também aumenta. Somos muitos e a água é pouca”, referiu.

Por outro lado, Helena Zamuna, doméstica e moradora na rua da emissora há mais de 30 anos, frisa que o número de cidadãos na cidade cresce todos os dias, pois a procura do precioso líquido era urna das maiores dores de cabeça na circunscrição. Salienta que o novo sistema que todos os dias leva a água à comunidade tranquiliza de que maneira os moradores da área. Aumentaram os níveis de oferta e diminuiu a procura.

8.3 Água difícil para todos

Jornal a capital

12 de Novembro de 2011

Numa altura em que o Chefe de Estado, José Eduardo dos Santos, proferiu na Assembleia Nacional, no passado dia 22 de Outubro, um discurso sobre o estado da Nação. Discurso, que foi aguardado com muita expectativa, por todos os cidadãos nacionais e não só.

Durante o discurso, o Presidente da República fez uma pormenorizada radiografia de todos os sectores da governação. Assim, todos os angolanos tomaram conhecimento, do que está a ser feito em cada sector, dentre eles estava o sector da Energia e Água.

Para melhor orientação de todos os cidadãos, o Chefe de Estado garantiu que já se pensou vários projectos de média e grande envergadura, para assegurar o abastecimento de água a muitos centros urbanos, mas não existe por enquanto uma carteira nacional de projectos estruturantes, que resolvam, satisfatoriamente, o problema da água.

No sector da Energia e Aguas destaca-se o facto do Chefe de Estado ter frisado a importância do programa “Água para Todos”, que na sua óptica 1,2 milhão de pessoas já beneficia com água potável. Assim, o consumo de água passou de 67 litros por habitante, isto é, por dia, em 2008, para 101 litros por habitante por dia em 2011, num crescimento de 51 por cento. Até ao ano de 2012, este programa tem como objectivo assegurar o acesso à água potável, a pelo menos 80 por cento da população rural.

Mas, isto não se vê em vários pontos da cidade capital, água potável para todos está muito longe da nossa rea-

lidade. A equipa de reportagem deste jornal visitou os Municípios do Rangel e Kilamba Kiaxi para ver de perto, como as pessoas fazem para conseguir líquido precioso.

Pela ausência da água corrente nas torneiras de casa, o negócio da água, nos bairros Sapú e Nelito Soares zona da Cs, na periferia de Luanda, ganha corpo. Muitas famílias têm a grande dificuldade de conseguir o líquido que consideram até mesmo ser mais valioso que o ouro.

Na comuna do Nelito Soares, zona da Cs as dificuldades são ainda maiores, porque grande parte dos moradores, precisam se deslocar até a zona da Precol ou até mesmo a zona do mercado do Tunga para conseguir água potável.

Numa breve ronda efectuada pela nossa equipa de reportagem ao interior do bairro Rangel constatou-se que há mais de oito anos que os moradores da comuna com o mesmo nome estão sem água nas torneiras. Filomena Manuel, 49 anos moradora na rua da C10, contou que quase todas as casas da sua rua tinham água canalizada, mas que desde o ano de 2002 que são obrigados a comprar em camiões cisternas 1000 litros de água por 4 mil kwanzas. “Para quem, como eu, tem seis pessoas em casa sou obrigada a gastar, de duas em duas semanas, 4 mil kwanzas, o que arromba com o orçamento familiar”, lamentou.

Segundo ela, já foram feitas várias solicitações, junto às administrações comunal e municipal, para encontrar uma solução, mas o que é verdade, volvidos quatro anos, “nem água vai, nem água vem”. Marisa Solange, outra moradora ouvida pela reportagem do Jornal A Capital, revelou que, não acredita que o Rangel volte a ter água como antigamente. Apontou os lençóis freáticos que ameaçam engolir o bairro e as obras inacabadas nas estradas como factores de impedimento. Declarou ainda que, existe muita gente a ganhar fortunas com o negócio dos camiões cisternas que vendem a água no bairro. Por isso, sentenciou que, “não vai ser tão cedo a reposição da água, no bairro Rangel”, frisou, sublinhando mais adiante que o negócio dá de comer a muita gente e nós que compramos somos, os mais prejudicados em termos de gastos”.

Dona Quina Francisco, moradora no bairro Nelito Soares, disse à nossa equipa de reportagem que, antigamente no bairro saía água, mas com o passar do tempo tudo foi mudando e desde o não de 2003 que não têm água, a jorrar das torneiras e por vezes.

“Estamos há mais de oito anos sem água corrente e ninguém diz nada sobre o assunto”, disse, acrescentando que os jovens que acarretam a água, em bidões,

cobram muito caro. “chegamos a pagar muitas vezes 250 kwanzas(kz) por bidão”. Para a moradora, nem sempre há bolso para aguentar a situação. Por isso, opta por procurar ela mesma, a água gastando somente 20 kz, economizando o máximo possível.

Já Garcia Leandro, 37 anos, morador do bairro Sapú, revelou que no seu bairro nunca houve água nas torneiras e esta situação, é um dos muitos problemas que o bairro enfrenta e por este motivo, as pessoas vivem prevenidas, construindo tanques ou até mesmo acumulam bidões em casa.

“Para o meu caso, eu tenho em casa vários bidões para transportar a água sempre que haver necessidade”, salientou, aludindo que a água para o banho deve ser a conta gotas.

Em tom de desabafo explicou ainda que chega a ser cansativo, os vai e vem com o carro de mão “É aborrecido, por vezes chego no local de trabalho rebentado, mas para satisfazer a minha necessidade tenho mesmo que me sacrificar,” salientou.

José Benedito disse, à reportagem do Jornal a capital, que tem uma carrinha, uma forma que encontrou para ajudar os seus vizinhos. Está neste negócio há quatro anos. Conta que, o seu ganha-pão começa com a recolha de bidões à porta do cliente, enche-os no fontanário da Calemba II e a seguir faz a entrega, a cada um dos clientes. E que não se pense, que o trabalho de José Benedito é feito de forma desorganizada.

8.4 Bairros de Luanda sem energia há 30 anos

Semanário Angolense

12 de Novembro de 2011

A responsabilidade de distribuição de água canalizada e energia eléctrica à população tem sido uma tremenda dor de cabeça para aqueles que se comprometem fazê-lo, o GPL, pois, ainda se encontram, em alguns municípios da cidade capital, populares que, desde a fundação dos bairros, nunca viram a «cor» da energia da rede, muito menos água canalizada. O *Semanário Angolense* conta a história de três «guetos» luandenses, nomeadamente, Os Ossos, município do Sambizanga, Curtume (Cazenga) e Morro Bento II, Samba, considerados como os líderes da escuridão, a começar pelo último, uma vez que esse conglomerado lidera a lista, com 30 anos sem água nem luz.

O bairro Morro Bento II é visto como um dos bairros de alto risco desta cidade, tendo gerado grupos de delinquentes altamente perigosos, nomeadamente «Babilónia»

e «HDA». Nesse bairro, algumas moradias, próximas da estrada, têm energia eléctrica, mas noutras (distantes da estrada), há cidadãos que não beneficiam desse bem há mais de 30 anos, segundo constatou este jornal.

O nosso primeiro entrevistado foi Venâncio Tchivinda, o mais antigo morador da comuna do Ngulo, localizada no referido bairro, que aí reside desde o ano de 1981. Segundo ele, desde então, o maior problema sempre foi a falta de energia eléctrica e água canalizada. «Para falar verdade, nunca tivemos em momento algum estes dois bens, desde que se começou a erguer casas nesta circunscrição.»

A falta destes dois recursos tornou-se numa praga para os moradores, disse, explicando que alguns até têm energia, mas não é da rede da EDEL e, sim, de pequenos «puxa-puxa» que os vizinhos criaram, e também não é energia com que possam contar, porque «mais vai do que vem»). Para se ter a casa iluminada, só com gerador, cujo barulho é benéfico para os assaltantes praticarem as suas acções sem que sejam notados. «A casa de uma antiga vizinha foi assaltada, ela clamava por socorro, mas não foi possível socorrê-la, porque devido ao barulho dos geradores, ninguém ouviu nada», contou Lito Francisco, morador do Ngulo,

A nossa fonte perdeu a conta de quantos geradores já comprou, tendo criado em sua casa uma oficina para reparação das máquinas.

A situação em que se encontra o bairro mencionado é lastimável, principalmente pelo facto de ser considerado de baixa renda, por isso, muitos residentes só podem melhorar as suas condições de vida em sonhos. Para agravar a desgraça dos cidadãos, além da energia e água, não existe sequer um hospital público ou uma escola estatal, falando-se somente em clínicas e colégios.

Para que explicasse os motivos desse exagerado tempo sem energia, contactámos o presidente da comissão dos moradores local, Adelino Laurindo, o qual adiantou que, dentro de poucos meses, provavelmente ainda este ano, o bairro todo vai beneficiar de energia eléctrica e água canalizada.

Acrescentou que será erguida uma escola estatal, que leccionará, pelo menos, até ao ensino médio. «São as três coisas que estão no programa para este ano para o bairro Morro Bento II que posso adiantar», precisou.

A nossa equipa de reportagem tentou conversar com o administrador do município da Samba, Pedro Fançony, mas, infelizmente, como já se tornou habitual no exercício da nossa função, os nossos esforços foram por «água

abaixo». Inclusive, marcámos uma audiência com o edil, mas até ao fecho desta edição, e apesar de ter prometido, não nos contactou. Entretanto, Pedro Fançony foi exonerado quarta-feira, 22, do cargo, tendo para o lugar sido nomeado Pedro Mal UIígo. Oxalá o seu substituto consiga pôr fim ao sofrimento de 30 anos dos moradores do Morro Bento II.

Enquanto isso...

«Ossos» completou 30 anos às escuras! O chamado Bairro dos Ossos, que se situa nas proximidades da Cadeia Central de Luanda, vulgo Comarca, no Sambizanga, é outro dos bairros completamente esquecido pela EDEL: está, passe, há 29 anos sem energia eléctrica, depois de, em 1982, se ter ensaiado a montagem de um posto de transformação, que nunca chegou a funcionar em 1 pleno.

Desde então, a Empresa de Distribuição de Electricidade (EDEL) não parece nada interessada em solucionar o problema da cabine eléctrica que lá estava a montar, não se tendo dignado a justificar os motivos de tão prolongado descaso. Os moradores interrogam-se se isto decorrerá de simples má fé das diversas direcções que pela EDEL já passaram ao longo de todo este tempo ou por nesse musseque morarem pessoas que para as autoridades não «contam».

São centenas de famílias a viverem às escuras, literalmente, sem vislumbrarem a mais pequena luz no fundo do túnel, o que deve deixar qualquer mortal permanentemente com os nervos em carne viva. «É inacreditável», diz, em conversa com o SA, um ancião dos seus 80 anos, dos primeiros moradores que o bairro tem, desde que a zona era mais mata que outra coisa, isto ainda ao tempo da outra senhora.

Segundo o velhote, identificado apenas por Miguel, a falta de energia, além de complicar a vida dos moradores do Bairro dos Ossos, dada a importância que a «luz» tem no dia-a-dia das pessoas, nos tempos que correm, acaba por facilitar a acção dos grupos de bandidos locais, que fazem das suas, particularmente na calada da noite. Acompanhado de sua esposa de sempre, ancião conta que nos primeiros tempos da conglomeração, nos idos de 60, os moradores do bairro consumiam energia fornecida por uma empresa de sapatos, que lhes oferecia a luz sem exigir qualquer contrapartida.

Anos mais tarde, segundo ele, já depois da independência e com a paralisação da beneficente empresa de sapatos, foi então que a EDEL deu os primeiros passos para a edificação do posto de transformação, que nunca foi concluído até hoje. Tanto assim foi que o esqueleto da cabine acabou por desaparecer, engolido pelo descaso de

quem tinha a responsabilização de concluir o trabalho e também pela própria acção erosiva do tempo. «Hoje, nada lá figura sequer para contar a história», frisou o mais velho com um semblante triste. Em 2008, na sequência de reclamações feitas por um grupo bem organizado de moradores do bairro, a EDEL, em suposta colaboração com a administração comunal do Ngola Kiluanje, terá orientado para que se fizesse uma colecta popular para ajudar nos gastos que a edificação do posto de transformação que deve servir a zona há veria de requerer. «Cada casa deu três mil Kwanzas e comprámos brita e areia, mas a obra não avançou, por falta de interesse da EDEL e da própria administração comunal», diz outro idoso da área, onde mora há mais de 40 anos.

Isaac Lucombo, 71 anos, acrescenta que quase todos os dias úteis faz um «vai e vem» entre a EDEL e a administração comunal do Ngola Kiluanje para pressioná-las a darem solução a este problema capital, mas o certo é que o seu esforço, que até não é isolado, tem sido em vão. «Prometem que vão aparecer, mas nunca surgem», diz, desolado, o velhote. «É demais», indigna-se.

Como uma desgraça nunca vem só, os moradores do Bairro dos Ossos ainda têm outro problema bicudo: falta de água potável, cuja distribuição, em chafarizes, é deveras irregular. Segundo uma das nossas fontes, o precioso líquido só jorra por alguns instantes a partir das três da manhã: «A essa hora, com estes bandidos aí, quem tem coragem de sair de casa para acarretar água? quase ninguém», expressou.

Além disso, os munícipes queixam-se do mau desempenho da polícia local. «Ela nunca aparece quando o povo precisa, a única preocupação dos agentes é mandar parar carros para pedirem gasosas, mais nada. Aos bandidos da zona, eles deixam praticamente em paz», lamenta outro morador.

Segundo a esposa do velho Miguel, avó Nazaré, que resolveu embrenhar-nos um bocado pela história, o Bairro dos Ossos ganhou esta denominação ainda ao tempo do colono, por ter sido erguido num descampado onde os matadouros de Luanda iam depositar os restos dos animais que comercializavam. «Na altura, havia poucas casas, mas depois alguém, desenrascado, resolveu construir a sua a partir dos ossos dos animais que eram aqui depositados. E, de repente, começou a ser chamado Bairro dos Ossos', Bairro dos Ossos' e assim ficou até hoje», conta a velhota, a fechar a nossa conversa:

Para finalizar, Cazenga

Bairro Curtume há 27 anos...

Depois deter passado pelos municípios da Samba e o Sambizanga, a nossa equipa de reportagem fez mais

uma paragem. Desta feita, no município mais populoso, o Cazenga, concretamente no bairro Curtume, que também desenrola uma história idêntica à dos outros supracitados, onde os munícipes reclamam a falta de energia há 27 anos.

Segundo os residentes, a história é sempre a mesma, todos os anos, em tempos, apareceram agentes da EDEL, na possibilidade de se construir uma nova cabine, infelizmente, até hoje, não vêem nada, apenas criaram expectativas.

Quando os repórteres se deslocaram ao bairro, eram precisamente 18:30m, a área estava completamente escura, notava-se nas paragens habituais de táxi ausência de pessoas, porque o perigo tem sido eminente no calar da noite. «A estas horas, aqui já não pára táxi, por causa da delinquência e os inúmeros casos de roubos que se tem constatado», disse um dos munícipes, que não se quis identificar, acrescentando que, desde a sua nascença, naquele bairro, nunca viu um sinal da energia da rede, acostumando-se assim com o barulho de geradores.

Januário Sebastião, residente há 24 anos e presidente da comissão de moradores do sector 17, reafirmou que o bairro já se encontra nestas condições desde então, por esta razão, decidiram criar uma comissão. Tal comissão já realizou vários encontro.s com a administração municipal do Cazenga, no sentido de se criar um programa de implementação de cabinas, mas desde que foi acordado, em 2008, até à data presente, não vemos qualquer resultado positivo.»

Os munícipes explicam também que os enfermeiros do centro de saúde do Cazenga, localizado no bairro Curtume, no período nocturno atendem os pacientes à luz de velas. Há poucos meses, a administração ofereceu um gerador ao centro, mas quando não há combustível, ou se o gerador apresenta dificuldades, o clima que se vive é o mesmo.

Importa realçar que este é apenas um ínfimo retrato dos bairros luandenses que se encontram nesta situação crítica, que não mais deveria se prevalecer nesta cidade, por se tratar da capital do país e ser considerada a mais cara do mundo. Já está mais do que na hora de o governo provincial pensar numa rápida solução, exigindo mais trabalho às empresas vocacionadas para tal, para que o nosso país possa começar a mostrar, pelo menos, indícios de desenvolvimento. •

8.5 Uma "dor de cabeça" sempiterna

jornal semanario factual

12 a 19 de Novembro de 2011

Com o surgimento da água na Terra, surgiram, igualmente, os seres vivos que dela dependem para sobreviver. Assim, vem sendo desde que o Homem veio ao mundo, pois, sem a qual, ele não poderia resistir.

Foi por isso que, com o desenvolvimento das sociedades, a questão da água sempre foi motivo de discórdia, quer para a sua navegabilidade nos mares e rios, como para a sua utilização doméstica.

Mas, para que a água chegasse aos domicílios, os homens criaram as condições, a fim de que ela estivesse à mão de semear dos cidadãos.

E, deste modo, na maioria dos países do mundo, a água disponível aos seus habitantes é potável, sou seja, saudável para o consumo, no geral.

E, por mais incrível que pareça, a água, tal como a roda e a electricidade, sempre andaram de mãos dadas, pois, sem a qual, não há barragens e sem barragens não há energia que possa abastecer os milhões de cidadãos do mundo, o que implica que esse trinómio deve ser sempre levado em conta quando se pensa em desenvolver cidades, vilas, aldeias ou povoações.

A nível dos grandes países industrializados, a canalização de água potável para as várias comunidades já não apresenta qualquer impedimento, quiçá há séculos, pelo aproveitamento racional dos seus rios e mares, ao contrário dos países do Terceiro Mundo, onde o acesso à água potável, pelas populações, ainda é difícil, por diversas razões, muitas das quais podem ter a ver com o fraco investimento no sector e à não manutenção das redes instaladas e que se deterioram ao longo do tempo.

Aliás, o acesso à água potável é uma das "dores de cabeça" constante na Declaração Universal dos Direitos Humanos, já que o uso desta é um direito humano de dignidade.

Porém, nos países, particularmente os desérticos, onde a falta de chuva é quase permanente, a carência de água tem contribuído para a mortalidade infantil, a fome e a pobreza, recorrendo, quando isso acontece, à ajuda internacional.

Ademais, por falta de recursos financeiros, muitos países se vêem e se desejam para levar a água a todos os aglomerados populacionais que, nesses casos, sobrevivem com água bruta de rios, de lagoas e de lagos, com as consequências previsíveis, nomeadamente diarreias agudas, problemas da pele e cegueira, causados por parasitas aquáticos.

PNUD leva em conta IDH

Por isso é que, no quadro do PNUD, um país, para se dizer desenvolvido, tem de melhorar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos seus cidadãos, pois o IDH passa pelo acesso à água potável e à energia eléctrica satisfatória.

Sem esses dois “itens”, com o agravamento das condições sociais, com o desemprego, o fraco apoio estatal e sem um salário condigno, jamais as populações dos países em desenvolvimento verão o seu IDH justificado. Para que a água potável e a energia eléctrica de qualidade estejam disponíveis às populações, é preciso que investimentos avultados sejam aplicados nesses dois sectores, pois, sem rede instalada e a sua ligação às residências, um longo percurso tem de ser executado. Relativamente a Angola, que assinalou a 11 de Novembro o seu 36º aniversário da independência, a questão da água potável e da energia eléctrica de qualidade tem estado nas preocupações do Executivo que vem trabalhando para a implementação do programa “Água (potável) para todos”, que até hoje beneficiou já um milhão de habitantes.

Claro que, com o fim do conflito, em 2002, o Executivo pôs mãos à obra para a reabilitação das canalizações obsoletas, à renovação da tubagem nas cidades e vilas e, acima de tudo, aumentou, para níveis superiores, o abastecimento de água potável a uma maior franja populacional.

No entanto, o acesso à água potável ainda é uma miragem para a maioria dos cidadãos angolanos, dada a extensão territorial (um milhão, 246 mil e 700 quilómetros quadrados), embora o país seja rico hidrograficamente, ou seja, tem um grande potencial hídrico, com centenas de rios e de riachos, sem contar com um litoral de Cabinda ao Namibe.

Deste modo, não há razões para que a água potável não venha a abranger todos os habitantes até 2015, meta preconizada pelo Executivo, num esforço financeiro gigantesco.

No tocante à energia eléctrica, a situação é menos boa, devido ao crescimento das cidades, aos obsoletos cabos de transportação e ao uso indevido da energia eléctrica pelos beneficiários, pesem os milhões de dólares que foram e vêm sendo investidos pelo Executivo.

Daí que seja interrompido, quase sempre, o fornecimento de energia aos vários municípios de Luanda, por exemplo, para trabalhos de manutenção para a instalação de novos cabos e, igualmente, a retirada de cabos ligados ilegalmente e que contribuem para os apagões que, às vezes, se prolongam mais de um mês.

Mesmo assim, a energia fornecida pelas barragens e centrais térmicas ao país é ainda insuficiente, agora que as cidades, as vilas, as comunas e as povoações se desenvolvem, tendo sido já avançada pelas autoridades a necessidade de construção de mais cinco barragens, para que a energia eléctrica chegue ao mais recôndito canto de Angola.

A ser assim, e com os investimentos de peso, ver-se-á que quão necessário é fornecer melhor energia eléctrica, pois as necessidades do dia-a-dia não se compadecem com lamparinas e velas, que são a solução inteligente sempre a escuridão surge.

8.6 Um chafariz ao deus dará no kilamba kixi

Jornal a capital

12 de Novembro de 2011

O Governo Provincial de Luanda construiu vários fontanários m bairros periféricos da capital. Um desses fontanários foi instalado no bairro Calemba II, município do Kilamba Kixi. Hoje, o local é um autêntico mercado de água. As filas começam a formar-se logo pela manhã. Para muitos cidadãos, no encher e acarretar o maior número de baldes, banheiras e tambores de água está o lucro. Constatamos que, há um grande desperdício de água nos vários fontanários, instalados um pouco por todos os bairros periféricos da cidade capital. As mangueiras são muitas vezes deixadas no chão, com muita água a jorrar por todos os lados. Crianças, jovens e adultos dão-se ao luxo de se banharem no local, deixando tudo à volta em autênticas lagoas. Lito Simão é um dos muitos jovens, que gerem o fontanário da Calemba II. Ele conta que, a sua função é cobrar a água aos consumidores e, de quando em vez, orientar a limpeza do lugar, porque à volta do fontanário pára muito lixo.

O jovem responsável pelo fontanário da Calemba II, disse que tem sido muito difícil, convencer os consumidores a não desperdiçarem a água. “Eles não querem saber”, disse resignado. Questionado sobre o destino do dinheiro arrecadado no local, justificou que a administração já não mostra interesse em recolher o referido dinheiro, por isso ele em companhia dos amigos dividem entre si.

Nisso tudo quem mais sofre são as donas de casa. Adelina Rosalina é uma dona de casa, que gasta todos os dias 200 kwanzas para ter água em casa. Quando há falha de água, no fontanário então gasta 500 kwanzas ou mais. A dona de casa disse ainda que, nos últimos dias têm tido muitas dificuldades para conseguir o líquido, porque o

peçoal que está a gerir não pertence a administração municipal. “Tudo está abandonado, os jovens que vivem no bairro é que estão a gerir e subiram a tarifa”, explicou.

Muitas pessoas optaram, por fazer do negócio da venda de água, como a principal fonte de rendimentos e sobrevivem somente disso. O negócio remonta há anos, alguns bairros não possuem água canalizada e esta é distribuída ao domicílio.

Lito Simão, reconheceu também que o lixo e as águas paradas são prejudiciais à saúde, razão pela qual, sempre que pode, ele e outros jovens fazem limpeza ao redor do fontanário. Explica que, os valores arrecadados diariamente grande parte gastam em bebida alcoólica. Contou que o único senão, nessa empreitada, são as pessoas que sabotam o material, com areia e pedras, utilizam varões para quebrar as torneiras e fazem buracos, para dificultarem a passagem das pessoas até ao local.

O jovem reconhece que é cansativo, mas que pouco tem a fazer por estar desempregado neste momento, aos 24 anos, revelou que não tem outra forma de ganhar a vida. “Prefiro ficar a cobrar água, do que tirar o que é dos outros”, disse consciente que aquilo não é um emprego fixo. O fontanário da Calemba 11 abastece os bairros do Golfe, Sapu, Kimbango, Palanca e outros pequenos bairros limítrofes, pertencentes ao município de Viana.

8.7 Solicitada reabilitação do Olímpio Macuéria

Jornal de Angola
12 de Novembro de 2011

Municípios do Kilamba Kiaxi, em Luanda, pediram à administração local que recupere a rua Olímpio Macuéria, que se encontra em avançado estado de degradação.

Os moradores lamentaram o facto da rua, que atravessa as comunas do Neves Bendinha e do Palanca, município do Kilamba Kiaxi, e dá acesso ao bairro do Golfe, se encontrar degradada, depois de recentemente ter sido reabilitada por uma empresa estrangeira.

De acordo com o morador Jorge Fernando, quando chove, a rua fica inundada, a circulação das pessoas é limitada e as viaturas correm o risco de ficar enterradas. “No tempo seco produz-se muita poeira, porque o asfalto já desapareceu”, lamentou.

Na opinião de João Manuel, a administração municipal devia ter resolvido a situação na época seca. “Entulhar com brita os buracos existentes na rua era a medida mais

acertada. Não estaríamos a viver os problemas que atravessamos actualmente”.

O administrador comunal do Neves Bendinha, Manuel Feliciano, afirmou à Angop que a reabilitação da referida via é da responsabilidade do governo provincial de Luanda.

Com 9,50 metros de largura e uma extensão de cerca de três quilómetros, a rua Olímpio Macuéria começa junto ao Hospital Sanatório, no Palanca, e desemboca na Machado Saldanha, no Neves Bendinha.

8.8 Água chega a calonda

Jornal de Angola
17 de Novembro de 2011

Um novo sistema de abastecimento e distribuição de água potável à população da localidade de Calonda, município de Lucapa (Lunda-Norte) encontra-se em funcionamento desde o princípio da semana. Inaugurado pela administradora municipal, Isabel Gregório, a infra-estrutura vai contribuir para o bem estar da população que, durante 20 anos, esteve privada de água.

O sistema possui duas bombas, com capacidade para 90 e 45 metros cúbicos, que vão produzir 135 mil litros de água por hora. O sistema está ainda equipado com uma rede de distribuição de seis chafarizes, com seis torneiras cada, para além das ligações domiciliárias.

O soba Bemardo Caquece reconheceu que a água potável fazia muita falta às comunidades de Calonda e disse esperar que as autoridades administrativas continuem a desenvolver programas de extensão dos principais serviços básicos, como a água, energia eléctrica, saúde e educação.

A administradora municipal do Lucapa, Isabel Gregório, aconselhou as populações a colaborarem na preservação das infra-estruturas que o Estado coloca à disposição das comunidades. “A população pediu água e nós, com muito esforço, conseguimos satisfazer o pedido. E importante que todos nós cuidemos deste bem precioso, que faz tanta falta no nosso dia-a-dia”, reafirmou Isabel Gregório.

8.9 Governador pede apoio dos cidadãos para resolver os problemas de Luanda

Jornal de Angola

17 de Novembro de 2011

O novo governador de Luanda, Bento Sebastião Francisco Bento, tomou ontem posse no Palácio da Cidade Alta, que lhe foi conferida pelo Presidente da República e Chefe do Executivo, José Eduardo dos Santos.

Bento Bento pediu colaboração na solução dos principais problemas que afligem os munícipes. O governador de Luanda garantiu que “fez o diagnóstico dos problemas que assolam a província e particularmente a cidade de Luanda”, destacando entre os mais prementes os da energia eléctrica, abastecimento de água potável e saneamento básico.

“Temos consciência de quanto é difícil governar Luanda, mas com a colaboração de todos, sem excepção, podemos realizar, com algum sucesso, muitas tarefas que se colocam ao governo de Luanda”, disse Bento Bento, que reconheceu as dificuldades da sua missão.

Com o governador Bento Bento tomaram igualmente posse os vice-governadores para os sectores Económico, Manuel Ventura Catraio, para a Organização Administrativa, Graciano Francisco Domingos, e para o sector Político e Social, Jovelina Alfredo António Imperial. O Chefe de Estado felicitou os empossados e desejou que cumpram “com muito êxito” a missão que lhes foi confiada.

Reorganização do governo Bento Bento apontou como tarefa prioritária a reorganização do Governo Provincial e das Administrações Municipais. O governador garantiu “afinarias à altura de Luanda” para prestarem serviços de qualidade. –

“Os administradores e governantes da província de Luanda devem estar mais próximos dos problemas dos cidadãos”, sublinhou o governador Bento Sebastião Francisco Bento, advogando a necessidade de haver uma governação dialogante e participativa.

Em relação à venda informal, Bento Bento referiu que o Governo Provincial e as Administrações Municipais devem encontrar uma solução que permita às pessoas que actualmente vendem nas ruas continuarem a ganhar o seu sustento, mas em locais adequados.

‘Recolha de lixo

Referindo-se ao trabalho das operadoras de recolha de lixo, o governador informou que a maioria está há sete ou oito meses sem receber pagamentos pelos serviços, o que pode condicionar negativamente o seu desempenho.

De acordo com o governador, bem pagas, as operadoras também podem ser bem acompanhadas, penalizando os incumprimentos. “Quando não se paga, não se pode exigir”, sublinhou, mas garantiu que vai corrigir as distorções no sector e fazer com que as empresas de recolha de resíduos sólidos possam trabalhar de acordo com os desejos do Executivo e, em especial, do Presidente da República que, frisou o governador, “quer, cada vez mais, uma cidade limpa, arrumada e aprazível para todos, que seja uma referência na região e no mundo”.

Bento Bento, que acumula as funções de primeiro secretário de Luanda do MPLA, disse que a sua experiência no domínio do acompanhamento político do Governo Provincial vai servir de base à governação, respeitando “cada vez mais os interesses dos cidadãos”.

Construções anárquicas

Em relação às construções anárquicas, Bento Bento disse que uma das soluções para o problema é continuar com o processo de Saneamento de terrenos para serem distribuídos às pessoas que precisam e têm capacidade de construir, uma experiência que já foi feita no passado.

O novo governador de Luanda pediu aos luandenses para respeitarem as regras estabelecidas para quem quer construir uma casa, nomeadamente a concessão do terreno e a licença de construção.

O governador de Luanda disse que é contrário às demolições, que considerou apenas necessárias quando visam retirar pessoas que constroem em zonas de perigo, como linhas de água.

A cerimónia, que decorreu no salão nobre do Palácio Presidencial, foi testemunhada pelo Vice-Presidente da República, Fernando da Piedade Dias dos Santos, pelos ministros de Estado, ministros e altos funcionários da Presidência da República.

8.10 Elisal com dificuldades de pagar operadoras

jornal semanario continente

18 de Novembro de 2011

O lixo em Luanda aumentou de forma exponencial, nos seis últimos meses, numa altura em que a edilidade conhece o seu novo timoneiro, Bento Bento.

Fontes bem colocadas e conhecedoras do dossiê, atribuem à Elisal alguma incapacidade em poder cumprir com o contrato que mantém com as cerca de uma dezena de operadoras, encarregues de limpar o lixo produzido nos municípios da capital. Com a nova configuração

administrativa – inclusão de Icolo e Bengo e Quiçama, e a criação do município de Luanda, espera-se que a Empresa de Limpeza e Saneamento de Luanda vem a repensar a forma de abordagem de limpeza da capital, quanto mais não seja, por que grande parte das operadoras não dispõem de um parque técnico-operativo capaz de responder à demanda.

O recurso, segundo se sabe, é a tercerização desses serviços a pequenas operadoras detentoras de meios, que têm estado a actuar na periferia da província. Face a avultada dívida da Elisal para com as operadoras de limpeza, com as quais tem contrato firmado, muitas delas se viram forçadas a reduzir o ritmo de trabalho, pois estão com dificuldades de manter a frota em bom estado de funcionamento. O aumento significativo de montanhas de alho, isto é, só está no seu gabinete à I lixo por tudo quanto é canto da capital partir das dezassete horas em diante. (excepção ao centro da cidade onde a Elisal é permanente) ilustra bem o quadro crítico da situação

Como que sem saber o que dizer aos aumentos com os seus colaboradores seus parceiros, algumas fontes dizem mais próximos, e ainda, pelo facto de I que o director geral da Elisal, Antas ter promovido uma autêntica caça às Miguel, evita o contacto com as bruxas, o que permitiu à deserção de quadros de reconhecida competência para outras áreas, como é o caso do Eng. Lucas, agora confinado a um espaço cedido pelo arquitecto Bento Soito, no gabinete de requalificação do Cazenga e Sambizanga, enquanto outro, Eng. Gourgel está na Direcção Provincial de Energia. A agravar a sua situação dizem as nossas fontes, está agora acumulado de dívidas para com as operadoras de limpeza de Luanda. Há sete meses que a Elisal não paga a recolha de lixo em Luanda O dossier “lixo”, será certamente um dos temas com que Bento Bento terá na sua mesa de trabalho, além de proceder à uma profunda “faxina” na Elisal, cuja gestão tem sido posta em causa por pessoas conhecedoras do processo que levará à uma mudança da imagem da nossa capital. A direcção de Antas Miguel é, igualmente, acusada de ter “torrado” milhões de dólares para a compra de viaturas de luxo para os membros de direcção, enquanto os trabalhadores continuam a se deparar com inúmeras dificuldades para o desempenho das suas actividades. O CONTINENTE trará nas próximas edições uma reportagem profunda sobre a problemática da recolha de lixo em Luanda.

8.11 Políticas de saneamento em discussão

Jornal de Angola

18 de novembro de 2011

Angola vai em 2012 desenvolver uma Política Nacional de Saneamento Ambiental que visa fortalecer a gestão de resíduos sólidos e a expansão das redes de esgotos, anunciou a ministra do Ambiente, Fátima Jardim, quando discursava na abertura da primeira conferência sobre saneamento denominada “Angolasan1”.

Os trabalhos decorrem sob o lema “Garantir o saneamento e melhorar a qualidade de vida”. O objectivo principal é recolher contributos para a definição da Política Nacional de Saneamento Ambiental em Angola. A ministra disse que as estratégias recomendadas podem ser alcançadas com a revisão do actual sistema do uso da água, recolha e tratamento do lixo, sistemas de drenagem e com inovações tecnológicas nas áreas de engenharia, arquitectura e estudos sociológicos.

Fátima Jardim sublinhou a necessidade de unir esforços para que o saneamento ambiental acompanhe o crescimento e desenvolvimento sustentável em Angola, para bem-estar das populações.

Fátima Jardim realçou que as diarreias, cólera, tétano e outras doenças “têm a ver com a falta de saneamento e consumo de água imprópria”. Podem ser reduzidas, sobretudo nas zonas rurais, caso sejam concretizadas as acções inseridas na Política Nacional de Saneamento Ambiental.

“O Executivo está a dar os primeiros passos, no quadro da melhoria do saneamento ambiental, particularmente no que diz respeito à contenção da proliferação da construção de casas próximas dos rios, da zona costeira, de condutas de água e centrais de tratamento de água”, explicou Fátima Jardim.

O Ministério do Ambiente desenvolveu nos últimos três anos programas sustentáveis como o Programa Municipal Rural de Desenvolvimento Integrado de Combate à Pobreza, de Auto-suficiência Alimentar e o programa de reabilitação e construção de infra-estruturas e de melhoria da rede sanitária.

Fátima Jardim anunciou que todos têm contribuído para melhorar os Índices de desenvolvimento humano.

A conferência termina hoje e é uma iniciativa do Ministério do Ambiente, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e UNICEF. Participam membros do Executivo, deputados à

Assembleia Nacional, governadores e vice-governadores, corpo diplomático acreditado em Angola, parceiros nacionais e estrangeiros e representantes das agências das Nações Unidas.

Conferência

O empenho do Executivo nas acções destinadas a melhorar as condições sanitárias da população das áreas urbanas e rurais foi ontem reafirmado pela secretária da Presidência da República para os Assuntos Sociais, Rosa Pacavira.

Falando sobre o programa integrado de combate à pobreza e saneamento na primeira Conferência Nacional Sobre Saneamento, Rosa Pacavira.

Rosa Pacavira frisou que o Executivo tudo tem feito para aumentar a cobertura – deste serviço básico nas áreas rurais, suburbanas e urbanas do país. Rosa Pacavira afirmou que a questão é um desafio permanente, acrescentando que o acesso aos serviços de saneamento é um dos indicadores básicos que serve para aferir os diferentes níveis de pobreza existentes numa determinada sociedade. Considerou ainda que o aumento dos investimentos no sector da água e saneamento contribui, por outro lado, para a redução da pobreza, devendo por isso serem direccionados para as zonas rurais e suburbanas das grandes cidades.

Administrações municipais Como práticas e estratégias que contribuem para a melhoria do saneamento básico rural, apontou o compromisso público das administrações municipais. Nesse sentido, frisou ser necessário fortalecer a participação comunitária e o desenvolvimento de um plano estratégico para a criação de latrinas comunitárias, com a mobilização de recursos e apoio técnico, aproveitamento dos recursos do ecossistema e a combinação de metodologias, boas práticas e políticas, que tenham em consideração as necessidades locais e o trabalho comunitário.

Relativamente às áreas rurais, indicou a eliminação de águas residuais a nível domiciliário e a qualidade de consumo das populações, para se reduzir as taxas de morbimortalidade por doenças de transmissão hídrica e manuseamento sanitário e tratamento dos dejectos e de águas residuais.

8.12 GPL Gasta 18 milhões de dólares/mês

jornal o país
18 de Novembro de 2011

Numa conferência de imprensa que dirigiu no dia 28 de Junho deste ano, Antas Miguel disse que a empresa que dirige paga actualmente cerca de 18 milhões de dólares/mês às operadoras.

O montante avançado pelo director da EUSAL está longe do que esta instituição pagava entre os anos de 2004 e 2005, altura em que os custos da recolha de resíduos sólidos estavam cifrados em apenas seis milhões de dólares/mês.

Apesar da diferença, o responsável da ELISAL considerava que os cerca de 18 milhões de dólares que se paga mensalmente não estavam “fora dos padrões estabelecidos em cidades como a nossa”.

De qualquer modo, a relação custo-benefício ainda é discutível, de acordo com os pronunciamentos do engenheiro porque os montantes que têm sido pagos pela limpeza da cidade foi aumentando e a qualidade do serviço prestado ainda não é dos melhores. Por esta razão, na aludida conferência de imprensa realizada a cerca de cinco meses, anunciou-se uma mudança no modelo de limpeza devido aos constrangimentos registados, as debilidades nos cadernos de encargos e o crescimento exponencial da cidade.

O responsável da Elisal assegurou ainda que tinha notado apenas uma tentativa de cumprimento do contrato só na zona baixa da cidade.

Nas zonas periféricas havia uma fraca operacionalidade por parte das operadoras que não cumpriam integralmente com o que tinham estipulado no caderno de encargos.

“Contrariamente ao modelo anterior que não tinha um plano de comunicação viável e que a fiscalização era realizada de uma maneira débil, o novo programa será monitorado 24/24 horas através do sistema de GPS”, salientou Antas Miguel, quando anunciou o novo modelo de limpeza da capital, onde o lixo deixaria de ser depositado em espaços públicos mas sim nos privados.

8.13 Lixo obriga GPL a dívida de cerca de usd 90 milhões

jornal o país

18 de Novembro de 2011

As dívidas do Governo Provincial de Luanda, que conhece esta semana Bento Sebastião Bento «Bento Bento» como novo governador, para com as operadoras de resíduos sólidos atingiram os 90 milhões de dólares, segundo apurou O PAÍS junto de empresários do sector.

As empresas ligadas ao ramo, que ultrapassam mais de uma dezena, encontram-se há mais de seis meses sem receber os respectivos pagamentos.

A situação obrigou a que muitas destas firmas não paguem os salários aos seus funcionários, entre técnicos administrativos e brigadistas de limpeza. Outras tiveram que utilizar os recursos que mantinham guardados em algumas instituições bancárias para outros investimentos para efectuarem o pagamento dos ordenados atrasados.

“Actualmente existem mesmo muitas empresas de limpeza cujos funcionários estão sem salários há mais de quatro meses. Eles não conseguem pagar as rendas de casa, os colégios dos filhos e cumprirem com outros compromissos”, alertou um empresário do sector que preferiu o anonimato.

O PAÍS apurou junto de fonte ligada ao conhecido “negócio do lixo” que recentemente os trabalhadores de uma empresa situada no município do Kilamba Kiaxi pretendiam desencadear uma greve, o que não veio a acontecer apesar de uma pequena manifestação que foi realizada à entrada do estaleiro principal. A empresa tem sido citada como sendo propriedade de um antigo governador da província de Luanda.

Há cerca de três semanas, o Governo Provincial de Luanda, que ainda não tinha um governador, havia dado garantias a alguns responsáveis e proprietários de empresas de limpeza que a situação podia ser resolvida no mais curto espaço de tempo.

Segundo apurámos, haveria no Ministério das Finanças uma tranche de cerca de 2S milhões de dólares norte-americanos que seriam utilizados para o pagamento das operadoras.

Os operadores garantem que a situação começou a tornar-se insuportável para as suas instituições após a entrada em cena do engenheiro Antas Miguel que anunciou que podia limpar a capital do país com menos 10 milhões de dólares da que a valar inicialmente atribuída.

A sugestão de que limparia a cidade com apenas 15 milhões de dólares terá sido anunciada pela próprio director da Empresa de Limpeza e Saneamento Urbana de Luanda (ELISAL), Antas Miguel, mas o porta – voz da referida empresa desmentiu a informação.

Mesma assim fontes das operadoras garantem que o engenheiro ter-se-á apercebida posteriormente que dificilmente faria um trabalho em prol da limpeza da cidade capital com os referidas montantes sugeridas.

Outro casa que chamou a atenção das empresas de limpeza que actuam há mais tempo no negócio é que mesmo após se ter anunciada que os valores pagos às firmas já existentes eram irrisórias, notaram que ainda foram introduzidas novas operadoras de limpeza a partir do própria Governadora de Luanda, então dirigida por José Maria de Sousa.

“Como é que se pode fazer isso. Se nem mesmo para as operadoras existentes havia dinheiro, porque razão foram introduzidas novas empresas?”, questionou um empresário.

Par falta de uma reacção oficial do Governo Provincial de Luanda, uma fonte do Ministério das Finanças realçou que é necessária apurar-se se é a sua instituição que não alocou as verbas ou se trata de um atraso da parte das entidades agora comandadas por Bento Bento.

Segunda ainda a fonte das Finanças, quando a sua instituição envia o dinheiro ao GPL cabe a esta a escolha do destino que deverá dar ao montante cabimentado.

“A questão ou o pagamento das operadoras de lixo é feita directamente pelo Governo Provincial de Luanda. Quando o Ministério das Finanças envia a dinheiro, entrega o bolo todo, compete ao GPL repartir o montante aos beneficiários, não decidimos nada sobre quem deve receber ou não.”, realçou a fonte.

Do Governadora Provincial de Luanda recebemos apenas a seguinte resposta, que foi avançada por um dos sobreviventes da última remodelação do Chefe da Executivo: “não posso confirmar estas suspeitas do não pagamento das operadoras de limpeza. Quem pode fornecer uma resposta concreta é o Gabinete de Estudos e Planeamento ou a Empresa de Limpeza de Luanda, que distribui os montantes às operadoras”.

Contactado por este jornal, o porta – voz do GPL, Ladislau Silva, também desconhecia qualquer informação sobre o assunto em causa.

8.14 BB «Herda» pesada dívida

Jornal semanario angolense
19 de Novembro de 2011

Vinte e quatro horas depois de ter tomado posse como governador provincial de Luanda, Bento Bento foi, na quinta-feira, 17, confrontado com uma greve de uma das operadoras do lixo, cujos trabalhadores paralisaram as suas actividades, devido à falta de pagamento de salários.

Os trabalhadores afectos à empresa «West Kiaxi», cuja titularidade tem sido associada ao deputado do MPLA e antigo governador de Luanda, Job Kapapinha, paralisaram as suas actividades, devido ao não pagamento de salários que se regista há 3 meses.

Esta empresa, uma das mais antigas a operar neste segmento do mercado, tinha a seu cargo a responsabilidade pela recolha de lixo numa área considerável do município do Kilamba Kiaxi.

Segundo dados apurados por este jornal, a «West Kiaxi» emprega cerca de 800 trabalhadores. O Semanário Angolense apurou de boa fonte que o Governo de Luanda não honra há mais de seis meses os seus compromissos financeiros com as operadoras do lixo; um passivo que já se arrasta desde o tempo em que José Maria dos Santos foi governador desta província.

Bento Bento, indicado para ocupar o cadeirão máximo do Palácio da Mutamba, foi deste modo apanhado no meio de um turbilhão que já dura há alguns meses.

Espera-se que o novel edil provincial consiga, o mais rápido possível, contornar esta situação, embora se trate de um passivo que já vem de duas anteriores administrações.

8.15 Baldas da epal

Jornal semanario angolense
19 de Novembro de 2011

A zona da Ingombota abastecida de água pelo reservatório da Maianga esteve duas semanas sem água, sem que se soubesse as razões. Não se conseguia obter nenhuma informação através do piquete desse reservatório, porque os dois telefones à disposição do consumidor estiveram sempre desligados.

É curioso que sempre que o porta-voz da Epal aborda na rádio a situação do abastecimento de água à capital a dado dia nem sempre corresponde à verdade, porque muitas vezes ele refere certas zonas como estando a ser abastecidas e em funcionamento normal, quando na

realidade não estão, havendo casos em que já se está há vários e longos dias sem ela.

O cidadão, mesmo que queira, não consegue contrariar a informação falsa por impossibilidade de entrar em sintonia com a emissora em que o homem esteja a falar. Também o número de telefone do porta-voz da Epal que ele disponibiliza na comunicação social para qualquer informação está sempre desligado.

Na realidade, não se sabe que se passa com o fornecimento de água, porque as justificações são as mais diversas. Sequer através da comunicação social se tem conhecimento das interrupções de fornecimento de água.

Curioso também é saber como é possível, na mesma rua, um lado ter água e outro não? Algum tempo depois é o inverso. Jamais isso ocorrera na minha zona, mas agora sim!

O que também é verdade é que é impossível viver-se sem água. Se deve cada um fazer a sua parte, que o faça, mas com responsabilidade e seriedade, porque, conforme se diz, «todos juntos, é possível».

8.16 Pango-aluquém sem agua potavel

Jornal de Angola
19 de Novembro de 2011

O sector das Águas no município do Pango-Aluquém reclama por um sistema de captação, tratamento e distribuição. Actualmente, a população é obrigada a consumir água não tratada proveniente de furos. Segundo apurou a reportagem do Jornal de Angola, a falta de água potável sem causado sérios problemas à saúde pública dos munícipes, que se debatem com doenças diarreicas agudas, sarnas e infecções urinárias.

Para ultrapassar esta situação, está em estudo um programa no domínio da saúde pública, que vai promover campanhas de sensibilização porta a porta e palestras nos locais de trabalho e escolas do município.

Na Saúde, está já concluído, apetrechado e em pleno funcionamento o hospital municipal, com os serviços de pediatria, ginecologia, análises clínicas e farmácia.

As grandes dificuldades residem na falta de médicos e enfermeiros para atender a população que procura assistência médica, assim como de residências para acomodar os funcionários.

O hospital tem ainda uma maternidade, área administrativa e sala de internamento com uma capacidade para 50 pacientes.

O sector da saúde dispõe também de um hospital regional, devidamente apetrechado e equipado, na região dos Dembos-Kibaxe e que cobre todo o município. A tuberculose, tripanossomiase e malária são as doenças mais frequentes em Pango-Aluquem.

8.17 300 Mil localidades do país serão alcançadas até 2012

Jornal angolense
26 de Novembro de 2011

Estimativas do executivo apontam que 300 mil localidades do país sejam alcançadas, até 2012, porque até este ano vão ser construídos mil novos sistemas de abastecimento de água e igual quantidade de furos em zonas rurais, onde ainda é deficitário, garantiu, em Março último, na Huíla, a ministra da Energia e Águas, Emanuela Vieira Lopes. Conforme ainda dados estatísticos, desde o seu lançamento em 2007 até a presente data, pelo menos dois milhões de habitantes do país beneficiaram do programa, que prevê uma taxa de cobertura de cerca de 80 por cento da população do país e a absorver um fundo global orçado em mais de 100 milhões de dólares americanos.

8.18 Munícipes do prenda clamam por água há um ano

jornal angolense
26 de Novembro de 2011

Desde que foi lançado em 2007 o projecto denominado “água para todos” foram colocados quatro fontanários nos quais os moradores teriam de pagar cinco kwanzas por cada recipiente, sendo que o montante serviria para a manutenção dos mesmos. Disseram os munícipes que também foram canalizados água nas residências, regem os factos que desde a altura da sua implementação até então os cortes têm sido imutáveis. “Desde o princípio do ano que estamos com falha de água”, frisou Antónia Cerqueira, munícipe. Os chafarizes já não funcionam. Dentre eles apenas dois funcionam, mas com irregularidade.

Soube-se ainda que muitos dos moradores saem a rua para procurar o liquido precioso a partir das cinco da manhã, isto é, nas imediações do município da Samba, Cassenda, Nzamba Dois, a fim de conseguir adquirir a água a preço de dez a vinte kwanzas o bidão de vinte cinco litros, pois outro meio são os tanques de água que comercializam a cinquenta kwanzas o bidão e setenta kwanzas a banheira, já outros vendem três cem o bidão. De acordo com os munícipes estão agastados com a situação porque até então a EPAL não se manifesta diante

da situação. De acordo com Domingos Paciência, Chefe do departamento de Comunicação e Imagem da EPAL, têm conhecimento do problema sendo que estão a gerir a situação. Explicou que nas ruas do Petrofe, Simione até ao lote 22, estavam a ser feitas manutenções num dispositivo. Quanto ao corte de água na rua Simione Mucune, deve-se a pressão por se tratar de uma parte alta. Disse ainda que foi colocada uma conduta de 200ml na rua do Laboratório da Engenharia, que servirá para aumentar a capacidade de distribuição “dentro em breve estaremos a fazer as ligações”, explicou.

8.19 Falhas constantes de água ofuscam greve da epal

Jornal folha 8
26 de Novembro de 2011

Os funcionários da empresa de distribuição de água de Luanda, EPAL, paralisaram as actividades, entre os dias 21 e 22 de Novembro, para protestar melhores condições salariais e de trabalho, contrariando o argumento do PCA da empresa, segundo o qual, as reivindicações dos trabalhadores já tinham sido satisfeitas.

“As reivindicações que o sindicato colocou, todas elas foram resolvidas e era momento de nos sentarmos”, argumentou, na véspera do dia marcado para a greve, acrescentando que as condições dos trabalhadores actuais são bem melhores que as dos funcionários do passado que, no entanto, nunca optaram pela greve.

“Hoje estamos em melhores condições, os nossos trabalhadores têm um vencimento base de 500 dólares, um canalizador de terceira setecentos (700) dólares, têm seguro de saúde, estamos a tratar com o Executivo e os bancos a possibilidade de financiamento para a casa dos nossos funcionários e melhorar as dos trabalhadores, mas pensamos que alguém quer fazer história, sendo o primeiro a fazer greve na EPAL”, argumentou Lionídio Ceita. Continuando, atribuiu a aderência à greve dos trabalhadores, à elevada juventude da empresa e garantiu que, durante os doze anos que trabalha na EPAL, nenhuma outra administração fez tanto pelos administradores como a administração que preside e tem cerca de um ano de mandato. “Fizemos aprovar o classificador de funções que permitiu fazer promoções, e criamos uma área de carreira”, justificou. Facto, no entanto, é que os trabalhadores paralisaram a actividade como estava prevista e voltaram ao trabalho depois da intervenção do ministério da Energia e Agua e, conseqüentemente, a administração da empresa e a comissão sindical remarcarem as negociações que devem retomar no próximo dia 28.11 como ficou acordado.

A EPAL tem cerca de 1500 trabalhadores que, segundo a comissão sindical, reclama por aumento salarial na ordem dos 600%, argumentando ser possível em virtude de os administradores da empresa esbanjarem dinheiro com a compra de carros top de gama, entre outras despesas consideradas desnecessárias.

Greve sem consequência

No entanto, a referida paralisação, segundo apurou o Folha8, passou despercebida à maioria dos luandenses não tanto pelo tempo que durou mas, sobretudo por tratar-se de uma situação normal as falhas constantes no abastecimento do líquido precioso. “Não apercebi-me de nada, agora que me dizes, lembro-me que essa semana terá faltado água, mas quando é que saberemos se é resultado de uma greve quando é recorrente a falta de água”, desabafou um dos munícipes da Samba.

Segundo apurou ainda a reportagem grande parte das pessoas que se apercebeu da greve foi graças aos meios de comunicação social. Mas, mesmo assim, muitos destes, não sentiram qualquer diferença no abastecimento da água nos dias de greve comparativamente com os restantes dias.

Outras semelhanças

Assim como a greve na EPAL passou despercebida pelo défice no abastecimento ou prestação no serviço, acredita-se, aconteceria com uma greve em outras empresas públicas como são os casos da EDEL, TAAG e a Telecom, embora, as duas últimas com menos acentuação. Ou seja, embora, no caso da companhia aérea, pudesse (o dia de greve) parecer apenas mais um dia de cancelamento dos voos, facto é que mais facilmente os potenciais passageiros se aperceberiam, por exemplo com a ausência dos serviços pré-embarque. No caso da Telecom, por sua vez, as consequências da greve poderiam ser confundidas com os normais défices nos serviços de telecomunicações, mas pela importância e influências destes serviços em diversos sectores precipitaria a verdade. Aliás, é por saber disso que, há cerca de um mês, a administração da Telecom dobrou-se às exigências da comissão sindical, algumas horas depois, de decretar greve.

8.20 Abastecimento de água potável preocupa o secretário de estado

jornal de Angola

26 de Novembro de 2011

O secretário de Estado das Águas, Luís Filipe da Silva, garantiu, na cidade de Menongue, que vai prestar uma atenção especial ao fornecimento e distribuição de água potável na província do Kuando-Kubango, uma vez que

a maior parte da população ainda consome água imprópria, que coloca em risco a vida de muitas pessoas.

Luís Filipe da Silva trabalhou no Kuando-Kubango, com o objectivo de se inteirar do grau de execução do abastecimento de água potável na região, com realce para o Programa Agua para Todos que prevê beneficiar 80 por cento da população rural até ao ano de 20 12.

Logo após a sua chegada ao Aeroporto Comandante Kwenha, o secretário de Estado das Aguas teve um encontro com a vice-governadora para o sector económico, Verónica Mutango Adolfo, de quem recebeu informações detalhadas sobre a situação socioeconómica da província, com realce para o fornecimento de água potável à população.

- Luís Filipe da Silva admitiu que o sector deve redobrar esforços para melhor o actual quadro do Kuando-Kubango. Sublinhou que, dos nove municípios da província, apenas, quatro beneficiaram do Programa Agua para Todos. Estes municípios são Menongue, Cuito Cuanavale, Cuangar e Dirico, cujos níveis de abastecimento, ainda assim, são insatisfatórios. Citou como exemplo a capital da província, Menongue, que ainda enfrenta muitas dificuldades em termo de abastecimento e distribuição de água potável à população, apesar dos últimos tempos beneficiar de investimentos.

“Os serviços prestados à população neste domínio ainda são irrisórios”, admitiu Luís Filipe da Silva, para quem a situação pode ser resolvida a curto prazo, se todos os esforços forem dirigidos para a construção de mais sistemas de abastecimento e a abertura de furos de água: “a província é rica em termo de recursos hídricos. O que falta apenas é mais investimentos”. Luís Filipe da Silva indicou que, a nível do país, o Programa Agua para Todos tem estado a contribuir para atenuar as dificuldades das comunidades que vivem no meio rural, mas reconheceu que ainda é necessário redobrar esforços para atingir a meta de atender 80 por cento da população até 20 12.

A vice-governadora para o sector económico considerou que a visita do secretário do Estado das Aguas é oportuna, pois o Governo Provincial está a trabalhar afinadamente para encontrar soluções viáveis e sustentáveis que permitam a melhoria das condições de vida da população. Verónica Mutango Adolfo disse que o abastecimento de água potável na província “é crítico.

O secretário de Estado das Aguas terminou ontem a visita ao Kuando – Kubango. Estava acompanhado de uma comissão integrada por representantes da Casa Civil da Presidência da República e dos ministérios

da Energia e Aguas, da Administração do Território, Finanças e do Planeamento.

8.21 Água e energia são carências notáveis

Jornal semanario factual

26 de Novembro a 03 de dezembro de 2011

Os moradores do bairro Calemba, nas imediações da Tourada, na Maianga, em Luanda, atravessam momentos difíceis no que toca ao abastecimento de água potável e ao fornecimento de energia eléctrica que tem resultado na procura do preciso líquido e na “puxada” de luz, a fim de poderem satisfazer as suas necessidades diárias.

O Factual efectuou um périplo pela Calemba, tendo notado dezenas de mulheres e de menores com baldes e banheiras sobre a cabeça, à procura de água potável, apesar de algumas residências terem reservatórios nem sempre recomendados, pois a água aí colocada é de pouca fiabilidade.

Joana Francisco, moradora no bairro da Calemba, afirmou que a falta de água potável já dura pelo menos três meses, altura em que algumas obras no pavimento rodoviário ocorreram.

Em contrapartida, a fonte deixou claro que a maioria das casas da Calemba, feitas de blocos de cimento e cobertas com chapas de zinco, não possuem sistema de canalização interior ou exterior, dada à forma desordenada com a “urbe” cresceu.

“Hoje, a Calemba já é um bairro grande que nasceu em 2001, sem um plano director, pois, cada um construiu a sua moradia como pôde, isto é, de qualquer modo, havendo casas de chapas, de tijolo e de blocos de cimento, todas cobertas por chapas de zinco, mas o pior é a sua desordenação”, venceu Joana Francisco.

Mas, dentro do bairro, Factual verificou que mangueiras de plástico de diversos cumprimentos se estendiam de algumas casas para outras, na perspectiva de buscarem água de tanques com o apoio de electrobombas.

o bairro possuía um fontanário, mas acabou por ser desactivado pelos seus responsáveis, fazendo que os seus habitantes tenham de percorrer por distâncias para conseguir alguma água para consumo.

Quanto à energia eléctrica, ela não existe, pois o bairro cresceu sem ordem e o resultado são as noites escuras, onde velas e candeeiros são vistos através das saliências dos tectos das casas.

“É verdade, a luz aqui é uma maka, já fomos à EDEL, mas nada, tudo se mantém na mesma, sempre à espera”, referiu Antónica Matilde, de 60 anos, e a viver na Calemba desde 2001.

Para ela, somente a requalificação da Calemba pode melhorar a vivência dos moradores, pois o lixo acumulado no bairro é o pior mal, devido à falta de recolha pelas empresas de limpeza.

Mesmo assim, as pessoas insistem em atirar o lixo para a rua, empestando a área onde crianças brincam sem se preocuparem com as doenças daí originadas.

Por isso, moradores propuseram a intervenção da Administração Comunal do Kassequel, a fim de melhorar o abastecimento da água potável e o fornecimento de energia, cuja ausência tem atraído marginais que perseguem alunas que frequentam o ensino nocturno nas imediações da Calemba.

8.22 PCA Da epal terá desviado através de ‘pombos correios’ 1 milhão de dólares

Jornal agora

26 de Novembro de 2011

O nome do presidente do conselho de administração da Empresa Pública de Aguas de Luanda (Epal) circunlocu, esta semana, nos meios jornalísticos e não só, como estando na origem do desvio de 1 milhão de dólares que terão sido apreendidos pela polícia fiscal no aeroporto 4 de Fevereiro.

De acordo com as fontes do AGORA, Leonildo Seitas (1.5.) teria distribuído o valor em pequenas tranches a vários intermediários que o levariam para o estrangeiro.

O ‘mujimbo’ espalhou-se pela capital, provocando equívocos a uns e indignação a outros.

“Soube também por portas travessas que o Pca estaria por detrás do dinheiro encontrado nas bolsas de indivíduos que evocaram o seu nome no aeroporto internacional de Luanda”, contou um antigo funcionário da Epal.

Para este operador de rede, não estranha o sucedido já que após a sua ascensão L.S. ‘puxou’ indivíduos ‘dóceis’ que mais pudessem se identificar com a sua estratégia de gestão.

“Desde que foi investido, o chefe viaja frequentemente, levando consigo muito dinheiro da tesouraria para além das ajudas de custo. Se, desta vez, tentou esticar as mãos muito mais do que elas permitem é seu problema”, referiu o mesmo contacto, admitindo ainda que “só não

acontece nada porque o Pca é de boa família e está bem protegido”.

As nossas fontes revelaram, ainda, que uma boa gestão poderia tornar a empresa financeiramente forte, melhorando também a situação salarial dos trabalhadores.

As tentativas de ouvir a versão de L.S. foram, porém, mal sucedidas até ao fecho da desta edição, nesta quinta-feira.

Água rara. A Epal é, a par da Edel, uma empresa com planos ambiciosos mas longe de beneficiarem os consumidores de Luanda. Este ano terá arrancado a instalação de 700 mil ligações domiciliárias em várias zonas urbanas da capital. Com a execução desse projecto, espera-se pelo aumento do número de beneficiários, de 140 mil para mais de 700.

Entre 2000 a 2010, a Epal investiu 560 milhões de dólares na produção, distribuição e aumento da rede, estando prevista a construção de dois grandes sistemas de abastecimento de água com capacidade de seis metros cúbicos por segundo. Foi ainda elaborado um plano para aumentar a taxa de cobertura do serviço de abastecimento de água em, pelo menos, 80%.

Pensa-se igualmente na reorganização e reestruturação da empresa e a criação de uma nova cultura empresarial, incluindo o controlo dos investimentos, mas tudo isso ainda não passa do papel. A água potável há muito deixou de jorrar nas torneiras de grande parte da cidade e nos bairros é mesmo uma miragem.

8.23 Sejam bem-vindos ao deserto, meus senhores!

Jornal a capital

26 de Novembro de 2011

Naves fora a greve que se instalou na Empresa Pública de Aguas de Luanda (EPAL), entretanto já levantada, a capital do país vê-se a braços com uma gritante falta de fornecimento do precioso líquida

Há já algumas semanas que os luandenses se vêem obrigados, cada um à sua maneira, a percorrer longas distâncias com pesados alguidares à cabeça, além de terem que desembolsar os já de si parcos recursos para adquirirem água, onde quer que a encontrem.

Trata-se de ma situação, deveras lamentável. E pouco confortante ver mulheres, crianças e até idosos em exercícios hercúleos para obterem um bem que lhes deveria ser facilitado, no âmbito dos vários programas concebidos para a melhoria do sector, mas cujos benefícios

tardam a ser sentidos pelos populares Luanda está feio, pois, num deserto.

8.24 Há falta de consciência na deposição do lixo

Jornal de Angola

28 de Novembro de 2011

No caos da movimentação das ruas de Luanda é necessário um olhar atento para perceber a circulação de carrinhas carregadas com pilhas de papelão ou grandes sacos plásticos de cor cinza.. Essas carrinhas têm importância vital na cidade capital, que conta com cerca de sete milhões de habitantes. Elas transportam grande quantidade do lixo produzido na cidade para o aterro sanitário, nos Mulenvos, Cacucaco.

Papéis, embalagens de chiclete, tampinhas de garrafa, casca de ovo, latinhas, copos e garrafas de plástico são os resíduos que mais formam o lixo que muitos teimam em jogar nas ruas, principalmente as vendedoras ambulantes.

O lixo, que muitas vezes é acumulado nos esgotos, fica molhado depois das chuvas e toma-se um “hospedeiro” de mosquitos.

Devido as festividades de fim de ano, que se aproxima, aumenta a importação de mercadorias e o lixo, como sempre, também aumenta. O lixo é também produzido por muitos automobilistas e pedestres, que atiram os objectos para o chão, sem qualquer respeito pela “nossa casa comum”, Luanda José Quintino, que reside no Rangel há mais de 20 anos, disse à reportagem do Jornal de Angola que muitas vezes vê automobilistas e não só a jogarem lixo para o chão, mesmo em zonas onde há contentores. “As pessoas depositam o lixo onde bem lhes apetece. Esse reprovável comportamento verifica-se mais em certos automobilistas que não têm paciência de parar um minuto num local onde há contentores para depositar o lixo.

Eles preocupam-se mais em manter o seu carro limpo e esquecem que essa atitude é má”, referiu. Há oito dias que José Quintino convive com o mau cheiro provocado pelo lixo acumulado em frente a sua casa.

O morador de um dos prédios no Rangel é um dos muitos moradores prejudicados pelo lixo acumulado em frente à sua moradia. “Além do mau cheiro, também enfrento o problema dos cães, que são atraídos pelo lixo. Eles vêm aqui, mexem e fazem muita sujeira”, reclama José Quintino.

Segunda-feira passada, no período da manhã, a reportagem do Jornal Angola passou por diversos bairros para verificar a situação da recolha. Em toda a extensão das ruas das B, C e Terra Nova constatou a presença dos carros de recolha do lixo a fazerem o trabalho. A reportagem deparou com um senão: não retiravam o lixo espalhado nas ruas. Amarildo Elise, que também reside no Rangel, revelou que naquela área a operadora não faz o trabalho desde a semana passada.

“Em quase todas as ruas do bairro há lixo em frente às casas. Nós ficamos à espera que os carros das operadoras de recolha de lixo passem, mas nada e ninguém fala. É triste”, afirmou.

Triângulo dos Congolezes

No Triângulo dos Congolezes também é visível a acumulação de lixo. Em frente ao mercado, o lixo já tinha sido recolhido, mas só na via principal. Nas transversais, divisámos sacolas contendo lixo, nas portas das casas.

Na via principal do Marçal em direcção à antiga DNIC, o cenário é “penoso” porque mesmo que os carros das operadoras passem duas vezes por dia o lixo parece nunca terminar.

Alguns moradores dessa área alegam que a operadora “se esqueceu de que aqui vivem pessoas e que naturalmente produzem lixo”.

Mas a reportagem do Jornal de Angola deparou-se com contentores meio vazios e pessoas, principalmente crianças, a deitarem o lixo para o chão. Marlene Leandra foi apanhada em flagrante pela reportagem do Jornal de Angola a deitar lixo no chão. Questionada, respondeu:

“O contentor está cheio e tenho de atravessar a rua.” Envergonhada por ver um rapaz com idade inferior à sua depositar o lixo no contentor, pegou no “seu lixo” e com um sorriso falso foi depositar no contentor. A situação repete-se na rua do Beiral. Próximo à linha-férrea, no sentido do município do Cazenga, existe uma vala que se tomou no maior depósito de lixo dos moradores. Os mosquitos e as moscas fazem ali morada. O que mais comoveu a reportagem do Jornal de Angola foi o facto de crianças inocentes brincarem na lixeira sob o olhar complacente de muitos adultos.

Linha férrea

Saindo da linha-férrea e em direcção à comuna do Hoji-Ya-Henda, na paragem da Cuca, existem outros amontoados de lixo, que dificultam a passagem dos carros e dos pedestres. E muito lixo junto. Junta-se a poeira e cães rafeiros, que procuram alimentação. Perto dos armazéns daquela comuna a imagem é toma-se pior.

Parece que o carro do lixo ali não passa. Até ao final da manhã de segunda-feira passada, disse a moradora Isaura Madalena, a recolha do lixo não tinha sido feita havia uma semana.

Isaura Madalena apela às pessoas a fazerem o seu papel. “Nós temos um dever cívico como cidadãos. Vamos manter a nossa cidade limpa, só assim mudamos a imagem da nossa capital, cuidamos da nossa saúde e evitamos doenças infecciosas pelo lixo que nós mesmos fazemos.”

Acumulação do lixo

À medida que a população cresce, com ela cresce o consumo e a quantidade de lixo na cidade. Apesar de todos saberem o que é correcto fazer, há cidadão que não cumprem a sua parte.

Para ver como o lixo se acumula, ficámos três horas de “plantão” próximo aos armazéns situados na praça das Pedrinhas, nos Congolezes. A viatura de recolha do lixo passa depois das lojas fecharem.

De manhã, as ruas estão limpas.

Mas, aos poucos, aparece um saco de lixo aqui, outro ali. Quatro horas depois, a lixeira já toma conta de vários lugares.

No local reparámos que quem contribui para a sujeira são, na sua maioria, mulheres e crianças, que vasculham o lixo à procura de bidões e garrafas para revender combustível. Questionada pela nossa reportagem do porquê de vasculhar um monte de lixo, uma mulher que aparentava mais de 50 anos respondeu, “o lixo não é só meu”. Naquela zona, o lixo fica por cima de águas estagnadas e os mosquitos e moscas poisam nos produtos perecíveis que são vendidos a retalho. A área do São Paulo é conhecida como zona comercial, pelo avultado número de lojas, armazéns e o próprio mercado, sem esquecer os vendedores informais.

Apesar de já não se fazer sentir montanhas de lixo, são visíveis os objectos espalhados pelas ruas e que provocam mau cheiro. Segunda-feira, como constatou a reportagem do Jornal de Angola, os contentores estavam superlotados. Os armazéns encerram as portas depois das 15 horas.

As empresas das operadoras começam as suas actividades a partir das 18 horas e estendem-se até as cinco da manhã. “Temos vistos os carros que levam lixo as 18,20, meia noite e as cinco a passarem. Só que muitos de nós deixamos o lixo em locais não apropriado e é triste”, disse João Francisco.

A mesma opinião foi corroborada por outros cidadãos ouvidos pela reportagem do Jornal de Angola.

8.25 Quando o abuso passa dos limites

Jornal folha 8

26 de Novembro de 2011

A Empresa de limpeza e Saneamento “Vista” colocou, há mais de quatro meses, um contentor comunitário de lixo escassos metros da porta da residência do munícipe, António Morais “Toy”, sito na rua Mira Flor, Camuxíba, bairro Samba, província de Luanda.

O contentor foi colado numa altura em que o munícipe estava ausente de Luanda por razões profissionais. Ao constatar a situação, dirigiu-se à direcção da empresa acima referenciada para a remoção do respectivo depósito de resíduos sólidos, mas foi pura e simplesmente ignorado, apenas faltou ser cuspidos na cara.

Aborrecido com o procedimento dos funcionários e da direcção da “Vista”, empresa responsável pela recolha de lixo e resíduos sólidos no município da Samba, dirigiu-se à administração, mais propriamente à Fiscalização local, onde apresentou a queixa. Foi aconselhado a fazer uma exposição escrita a fim de facilitar o esclarecimento; tempo perdido porque também resultou em fracasso. O munícipe levou um baile dos grandes!

Se a Administração Municipal do Samba, através da Fiscalização, sente-se incapaz de resolver o problema, em que organismo António Morais irá recorrer para resolver o diferendo? Face à presença do contentor a escassos metros da residência é obrigado a suportar o cheiro nauseabundo e está sujeito a contrair doenças.

“Sou obrigado a abandonar a minha casa porque é invadida por grandes quantidades de ratos, moscas, mosquitos, baratas e outros insectos nocivos à saúde humana. Não estou contra a existência de contentores nesta área, mas que deve ser posto num local seguro e longe de prejudicar os moradores da rua Mira Flor”.

Quando a Vista atrasa em recolher o lixo, Toy Morais é obrigado a varrer a parte frontal da residência porque alguns moradores depositam os detritos no chão. “Houve momentos que tive de dormir fora”, desabafou o munícipe, residente na rua Mira Flor, Camuxíba, município da Samba, província de Luanda.

A empresa em questão teria a coragem de fazer o mesmo na residência de um general das Forças Armadas Angolanas? Oficial superior da Polícia Nacional? Altos funcionários de Estado? Parentes de Ministros? Governadores? Se tem força, vai colocar defronte a porta da vivenda de uma das filhas do Presidência da República, José Eduardo, da Corimba. Não se aproveitem da modéstia do autóctone faltar ao respeito.

António Morais “Toy” é um pacato cidadão, merece todo o respeito. Ou talvez, seja uma forma astuta de alguém querer expulsar o jovem da habitação. Porque nenhuma empresa idónea de limpeza e saneamento básico aceitaria atentar contra a vida de qualquer cidadão, independentemente da condição social e económica.

8.26 Edel á luz de velas...

Jornal semanario angolense

26 de Novembro de 2011

Os últimos meses têm sido catastróficos para os habitantes de Luanda e para a economia do país, devido à forma como se vem processando o abastecimento de energia eléctrica à cidade capital de Angola. As economias domésticas estão a ressentir-se sobremaneira da distribuição de energia a conta-gotas e sem o mínimo de planificação e de respeito pelos direitos do consumidor. *E o que dizer dos projectos de relançamento da indústria e das novas centralidades? Vamos comprometer estes projectos à partida, por continuarmos a ter problemas básicos como este, de distribuição de energia eléctrica a conta-gotas?*

Foi com espanto que, há pouco mais de 2 meses, ouvimos dizer que haveria sérias restrições no abastecimento de energia eléctrica à cidade capital por um período de um mês. O motivo tinha a ver com trabalhos de manutenção em Kapanda. Lá ficámos estupefactos, perguntando-nos como era possível acontecer algo do género em pleno ano de 2011, depois de durante décadas termos ouvido das mais esfarrapadas desculpas em relação à não resolução deste problema, que já passou a ser um dos maiores empecilhos para o governo do nosso país e para os angolanos residentes em meio urbano.

Mas lá fomos aguentando, até porque «um mês passa depressa» (como erradamente se ouvia dizer). Mas não, já que, afinal, de contas não era nada um mês: o assunto não estaria resolvido em Outubro – apenas lá para Novembro, ou seja, mais um mês de espera, acreditando nas «autoridades da luz», em quem nunca o deveríamos ter feito.

Decorria o início de Novembro, quando ouvi dizer pela rádio que, afinal de contas, só em Dezembro estaria reposta a normalidade. E perguntei-me como é possível alguém andar a enganar-nos tanto tempo e manter-se impunemente no seu poleiro...

Com que então os senhores engenheiros deixaram de saber fazer contas? Deixaram de saber fazer pequenas projecções? Eu ainda estudei engenharia durante um ano e meio, até comprovar que nada tenho a ver com máquinas. Portanto, recordo-me bem das análises

matemáticas, das álgebras e das geometrias descritivas. Parece-me, pois, não ser preciso ter formação em engenharia para saber que $8+8$ são 16, mas 8×8 já passam a ser 64. Ou seja, qualquer estudante da 6ª Classe saberá contabilizar devidamente o tempo que durará a manutenção do equipamento.

Só que isso não é tudo. Em finais de Outubro, ouvi na TPA um dos governantes do sector da energia dizer que o problema não estaria resolvido em Dezembro, coisa alguma. A previsão seria talvez lá para Março do próximo ano, na melhor das hipóteses. Aí, então, fiquei chocado. Recordei-me da década de 1980, em que toda a gente enganava toda a gente com números bonitos, mas os estômagos dos angolanos roncavam a bom roncar (alguns, até, rosnavam a bom rosnar). *Estaremos a regressar a esse tempo, em que os relatórios eram tão bonitos, que chegavam a impressionar de tão longe da realidade que estavam?*

E, agora, vem esta semana a senhora Ministra dizer que afinal o problema estará resolvido em Dezembro. Portanto, falaram-nos em Novembro, em Dezembro, Março do próximo ano e, novamente, Dezembro deste ano. Só não disse a senhora Ministra por quanto tempo o problema ficará resolvido ou, por outras palavras, daqui a quanto tempo voltaremos a passar pela penumbra por que passamos agora e por todos os martírios daí decorrentes.

Como se tudo isso não bastasse, vêm responsáveis do sector da energia atirar-nos mentirinhas, demonstrando que pretendem apenas manter os seus tachos. Esquecem-se do ditado que diz que e a mentira tem pernas curtas. Ou h será que anunciarmos um mês de restrições e, depois, dois sucessivos incrementos de um mês não fazem com que fiquemos na penumbra durante três meses? o Não teria sido melhor anunciar p logo de início os tais 3 meses de CI sofrimento? É que, se assim se E tivesse agido, poderiam os cidadãos reclamar (com todo o direito q que lhes assiste), mas ao menos te ninguém vos acusaria de estarem a mentir apenas para tentarem manter os tachos.

E há mais: onde estarão as chamadas fontes alternativas, nas quais se tem gasto tanto, mas tanto dinheiro? Será admissível que, havendo manutenção do equipamento, se continue ainda hoje a fazer cortes e restrições, prejudicando as pessoas e a economia? Por que razão não se faz como em todo o lado, onde as manutenções não chegam sequer ao conhecimento do consumidor? Será que não se faz manutenção de equipamento nos outros países? Faz-se, sim. *Mas ninguém sabe disso, porque isso não é assunto de domínio público. Em caso de manutenção, há soluções. É assim em todo o lado. Por que razão não há-de ser também assim por cá?*

Comentários

Nos últimos tempos, têm-se ouvido muitos comentários a respeito da EDEL. Mas não me parece que, neste caso, a culpa seja da EDEL. Atribuir à EDEL a culpa do que está a suceder é o mesmo que atribuir a culpa da falta de leite ao leiteiro, quando a verdade é que se as vacas não produzem leite, o leiteiro nada pode fazer. Portanto, a responsabilidade deve ser atribuída ao Ministério da Energia e Água e, eventualmente, às empresas produtoras de electricidade. Até porque não me soa nada bem o argumento segundo o qual a albufeira está sem água, quando se sabe que isso pode (e deve) ser prevenido.

Mas a verdade é que a empresa de electricidade que lida com o público é a distribuidora (não as produtoras), de modo que é a EDEL que arca com todas as culpas. Eis alguns dos comentários que ouvi recentemente: «Já não ficávamos 2 dias sem luz em casa, desde os tempos da guerra»; Voltámos à década de 90»; «Que manutenção é essa, que não estava programada?».

A respeito de comentários ouvidos, há mais alguns que não posso deixar de partilhar com os leitores. Alguns têm a ver com a ânsia que os cidadãos têm de punição exemplar em relação aos culpados desta situação, que há décadas prometem resolver o problema, mas ele vai-se agudizando ano após ano: «Isso só pode ser sabotagem...»; «Ai, que saudades do tempo de partido único...»; «Lembram-se do que nessa altura se fazia aos sabotadores?».

Tem também havido comentários relacionados com as cobranças normalmente arbitrárias (muitas vezes, mesmo com contador) que a EDEL pratica. As pessoas perguntam-se se neste período de sérias restrições, as cobranças vão ser processadas tendo em conta isso: «Quero ver quanto a EDEL vai cobrar agora...».

Um amigo do sector do marketing foi um pouco mais longe, tendo-me recordado a recente nomeação do Governador da província de Luanda. Amado por uns, detestado por outros, a verdade é que todos devemos dar a mão ao novo Governador, desejando-lhe sucessos na sua empreitada, pois o seu sucesso resulta em benefício para todos nós, cidadãos. Durante a «esfrega» de mais de 2 dias sem energia que a EDEL nos aplicou esta semana, o meu amigo perguntou-me: «Será que estão assim a dar as boas-vindas ao novo Governador?». Bem, não me parece que seja isso. Mas se assim for, até parecem os jogadores do FC Porto, que deixaram de saber jogar apenas porque querem tramar a vida ao treinador...

E, já agora, por que razão continuamos a ter em Luanda um Director da EDEL que é figura pública? Enquanto isso acontecer e enquanto tal entidade tiver o poder de decidir sobre a vida das pessoas (quanto tempo as pesso-

as trabalham e quanto ganham), quer dizer que estamos mal, muito mal em relação a uma matéria elementar como é a da produção e distribuição de energia eléctrica.

Negócio dos geradores

Um último aspecto que tem de ser referido tem a ver com os geradores, que fazem com que os últimos dias tenham sido de grande calor em Luanda. Infelizmente, não temos por cá o hábito de colocar termómetros nas janelas, de modo que não sei qual a temperatura dos últimos dias. Mas que tenho visto toda a gente transpirar, sobretudo quando surge a tesoura da EDEL, de forma inesperada e implacável, sem aviso.

Há uns anos atrás, quando se dizia que o problema da distribuição de energia eléctrica estaria resolvido lá para 2008-2010, vimos vendedores de geradores dirigirem-se à Muxima, com rezas, preces e promessas. Parece que os pedidos destes vendedores à Virgem continuam a vingar, enquanto os lamentos dos cidadãos não têm tido força suficiente para se fazerem ouvir.

Mas a verdade é que, graças à «competência» dos funcionários públicos do sector da energia, a venda de geradores é negócio que continua a prosperar por estas bandas – o que é, no mínimo, inadmissível.

Para já, temos é de garantir que nenhum funcionário do sector da energia tenha qualquer negócio de geradores. Porque de contrário, poderemos esperar pelo menos outros 36 anos pela resolução deste problema básico que nos continua a afligir e a remeter para baixos níveis de desenvolvimento.

8.27 Redes de água e energia são reforçadas no lucala

jornal de Angola

30 de Novembro de 2011

A sede do município do Lucala, o Kwanza – Norte, é abastecida de energia eléctrica através de uma linha de baixa tensão de 30 KVA, proveniente da subestação de Ndalatando que é alimentada pelas barragens de Cambambe e Capanda. No casco urbano, oito dos 11 bairros já consomem energia eléctrica. Em carteira está a extensão da corrente eléctrica para os três bairro sem falta.

Relativamente ao abastecimento de água potável, cerca de 85 por cento da população já tem acesso à de e estão a ser construídos charizes e lavandarias.

Em Kiangombe, única comuna e município, foram construídos dos chafarizes e quatro lavandarias nos bairros de Matamba, Coio e Dualumbi. Está em curso a cons-

trução de três outros nos bairros Cabaça e Comandante Ataque.

A Administração Municipal do tal, Lucala construiu e apetrechou uma cozinha e uma lavandaria no hospital municipal, um depósito de medicamentos, além de ter reabilitado e apetrechado quatro postos médicos, dois dispensários de tuberculose, quatro escolas do ensino primário e uma do primeiro ciclo do ensino secundário. Também foram construídas casas para o administrador municipal e seu adjunto.

No sector da agricultura, a Administração Municipal adquiriu uma carrinha e dois tractores, com reboques para apoiar o sector agrícola. Há falta de sementes e ferramentas para desenvolver a actividade no campo. O ano agrícola no município do Lucala estará melhor servido, com a disponibilidade de 166 hectares de terras, mas o grande problema, segundo os agricultores, prende-se com a falta de inputs e sementes.

Os camponeses associados tudo estão a fazer para ultrapassar a situação ainda nos próximos tempos.

9 GÉNERO E VIOLENCIA

9.1 Empoderamento económico da mulher é importante no contexto da sadc

Jornal o independente
12 de Novembro de 2011

A ministra da Família e Promoção da Mulher, Geneveva da Conceição Lino, disse terça-feira, em Luanda, que o empoderamento económico da mulher é muito importante no contexto do desenvolvimento sustentável e da integração na região da SADC.

Geneveva Lino, que falava na abertura da VI Feira Regional das Mulheres de Negócios da SADC, fez saber que um dos principais objectivos da comunidade é alcançar o desenvolvimento e o crescimento económico, o alívio da pobreza, a melhor ia dos padrões e da qualidade de vida das populações da África Austral.

Consta ainda deste objectiva o apoio aos grupos socialmente desfavorecidos, através da integração regional. SADC, acrescentou, assinou e ratificou declarações e protocolos destinados a proporcionar a erradicação da pobreza e da fome exacerbada pelas disparidades do género.

A mulher constitui o grupo populacional da região da comunidade e estudos indicam também que as mulheres representam metade da população pobre em África e que a pobreza na SADC é exacerbada por diversos factores tais como a epidemia do Vih e Sida e as desigualdades do género, entre outros.

“A mulher suporta o maior fardo de todas estas condições sociais e económicas devido ao seu estatuto social e económico. Em todo os Estados membros a mulher continua a enfrentar dificuldades de natureza específica ao género, com destaque para o limitado acesso e controlo dos recursos produtivos nas nossas sociedades”, explicou.

Embora seja um facto indiscutível, acrescentou, que a sociedade beneficiária bastante da integração da mulher no sector económico, em muitas zonas do mundo e, em particular, na África Austral, a mulher continua a enfrentar imensos constrangimentos nos domínios empresarial e comercial.

Com o aumento da força de trabalho flexível e eventual e do trabalho irregular, as mulheres, mais do que os homens, continuam sem emprego seguro, embora a

liberalização do comércio tenha resultado na criação de mais formas de emprego remunerado para as mulheres nos ofícios industriais.

Mesmo com estes resultados, disse, não se registou nenhuma mudança significativa em termos de eliminação da desigualdade salarial, de autoridade e de progressão na carreira, porquanto continuam a assumir responsabilidades primárias no lar e na prestação de cuidados infantis.

De acordo com a titular da pasta do Ministério da Mulher, é preciso adoptar instrumentos jurídico-legal e de política que resolva os problemas da mulher empresaria e nos países onde já existem políticas e legislação sobre o empoderamento.

9.2 É cultura do angolano bater na mulher?

Jornal semanario continente
18 de Novembro de 2011

Acho que sim! Até porque é uma prática que já encontrei, o meu avô o meu pai já batia nas mulheres Aprendi com eles! Não fui eu que inventei! Sabia que algumas mulheres gostam! Até acham que devem ser surradas! Foi assim que muitos homens responderam ao meu pequeno inquérito.

A lei contra violência doméstica é persuasiva? Não! Porque? Porque não combate as causas, é pouco abrangente, não irá de modo nenhum extinguir, inibir, conter com esta prática cultural e secular. Porque?

A lei é oportunista, falaciosa, sem nenhum conteúdo instrutivo nem pedagógico. O/A legisladora (copy paste da lei Portuguesa) e o forcing exercido pelas mulheres na Assembleia Nacional preocupou-se em defender a pele das mulheres, única e exclusivamente estavam fartas de levar “porrada” dos homens com indulgência da justiça, por falta de legislação criminal e penal. Todavia foi um passo dado. Mas será que foi dado o passo civilizacional com a criação da lei, contra violência doméstica? O homem angolano deixará de bater na mulher? Estará regenerado? Ou teremos muitos homens presos por este tipo de crime? Penso que não é esta a finalidade, até porque aí, as mulheres ficariam sem os preciosos homens, que são poucos, passariam “fome e frio”!

Um dos motivos deste tipo de crime é o ciúme, traição, que espelha pouca instrução, civismo, e desenvolvimento humano por parte do homem angolano em não perceber, admitir que a traição faz parte do comportamento humano, independentemente da fidelidade

exigida. Todos os humanos traem! É uma questão de tempo, portanto, devemos saber conviver,

É conceber, anuir, com este tipo de comportamento, prática humana, sem violência alguma. Todos nós traímos, m homens e mulheres, aliás a nossa vida e é feita de traições! Se é que podemos chamar de traição.

O egoísmo ilusório das mulheres em auto protegerem-se com a lei, demonstra, a primazia delas, antes e sobretudo, deixando de fora o mais importante que são os filhos, (crianças) que não têm e representatividade de “género” na Assembleia Nacional, por isso não conseguem influenciar leis para se protegerem e favorecer, de maneira a impor juridicamente aos pais o cumprimento, obrigatoriedade dos deveres, para que consigam obter melhor educação, civismo e desenvolvimento humano para que no futuro estejam instruídos e cultos, saibam, compreendam, que não devem praticar este tipo de atrocidades.

É tão agressor, violento, criminoso, um pai, que pratica violência contra a mulher, como faltar ao compromisso e o dever com o filho.

Os filhos de hoje poderão ser os agressores de amanhã, se não forem bem instruídos, porque não acautelaram na lei, (violência doméstica) a responsabilização criminal penal, (crime público), dos pais (pai e mãe), no incumprimento dos deveres e obrigatoriedade dos filhos, ex.: Deve ser crime público (prisão efectiva) em Angola uma mãe ou pai que não assuma a paternidade ou maternidade do filho, (processo judicial simplificado, prioritário, rápido), deve ser penalizada a mãe que de má fé engana, oculta, falseia a paternidade do filho, causando seríssimos problemas a este filho posteriormente, que não matricula no ensino obrigatório (escolar), que não assume a responsabilidade económica do filho menor.

A obrigatoriedade nos registos de nascimento, a inclusão dos nomes dos progenitores. É violento um filho saber que não consta no seu registo de nascimento o nome do pai, ou da mãe, por divergência de situações.

Estes são basicamente os pressupostos que deviam incluir na lei da violência doméstica. Não é sonogando estes assuntos que as mulheres terão sossego na relação com os homens, pelo contrário, estes presuntivos influenciam outros, também é violência doméstica.

Quem pensa que combate o crime com mão pesada, só com a lei, está enganado. A vertente sócio-cultural devia ser entendida, compreendida de maneira que a sua abrangência fosse transversal.

A lei contra a violência doméstica deve passar pela vertente educacional, ou seja, deve constar nos manuais escolares de ensino básico, todo o repúdio de qualquer violência incluindo a doméstica, deve ser instruída nas crianças, a lei devia ter o punho de obrigatoriedade de instrução social, a lida familiar, logo nos primeiros sinais de violência. Com estes mecanismos poderemos ter melhores relacionamentos passionais. A “desaculturação” do Homem Angolano talvez seja o caminho para a inibição destas práticas criminais.

9.3 Os moradores admitem sono tranquilo

Jornal angolense

19 de Novembro de 2011

Os moradores do Sambizanga admitiram a diminuição da criminalidade naquela circunscrição de Luanda, pois desde a retirada do mercado Roque Santeiro já se consegue dormir tranquilamente. Se a delinquência já não assusta tanto, o mesmo não se pode dizer da falta de água potável, energia eléctrica, do desemprego, da prostituição e do alcoolismo o Bairro Morro dos Bois situa-se por detrás do campo que outrora era o mercado Roque Santeiro o É assim designando pelos moradores porque existia um morro de areia vermelha onde foram enterrados cadáveres.

Há dois anos estivemos neste local e naquela altura os munícipes disseram que os jovens na sua maioria se dedicavam ao alcoolismo e a criminalidade. A partir das dezahoras já ninguém poderia passar, caso o fizesse seria assaltado e por vezes morto.

A rua 200 era ti da como área reservada para a prostituição, designavam-na assim porque as trabalhadoras de sexo “prostitutas” cobravam duzentos Kwanzas por cliente.

Esta semana voltamos a mesma paragem para observar as mudanças que ocorreram durante este período. O relógio marcava dez horas quando chegamos a rua 200, a primeira vista o ambiente parecia calmo e seguro, estacionamos o carro numa zona estratégica, pois que tínhamos sofrer algum tipo de represália por parte dos meliantes, porque segundo informações, a área outrora era tida como “escritório de alguns marginais”.

Começamos a nossa caminhada e num olhar minucioso constatámos, que as residências na sua maioria são de chapas, o saneamento básico é péssimo, possui um número elevado de oficinas, mas estas, funcionam em condições desfavoráveis. Segundo os moradores têm enfrentado muitos problemas, o principal é a falta de

água potável, o chafariz que existe esta estragado há já muito tempo, por essa razão muitos dos munícipes têm de se deslocar em áreas como na 80avista para conseguir adquirir o líquido precioso, mas há outros que preferem comprar o mesmo aos vizinhos que possuem tanques de água, sessenta Kwanzas o bidon de vinte cinco litros e um balde de cinco litros custa vinte cinco Kwanzas.

Já os chamados “roboteiros” que são contratados para acarretar água cobram quinhentos Kwanzas para transportar seis bidons, chegando a fazer por dia dois mil e quinhentos Kz. Procuramos saber onde ficava a ponte onde as chamadas trabalhadoras de sexo ficam, um dos moradores deu-nos a indicação, mais alertou-nos sobre os perigos que corríamos ao chegar no local. “Cuidado, guardem bem os telefones, a área onde vocês vão é mais perigosa”, alertou um dos moradores. Prosseguimos; encontramos dois rapazes que mostraram-nos a casa onde é feita a prostituição. Era uma residência de chapa e o chão de terra abatida.

Disse ainda que actualmente já não cobram duzentos Kwanzas, agora varia de mil a mil e quinhentos Kwanzas. “Duzentos Kwanzas era no tempo do mercado Roque Santeiro, porque havia muitos clientes, agora os clientes reduziram”, explicou.

Quanto a criminalidade, o jovem disse que os assaltos são feitos a qualquer hora do dia. “A presença da polícia não se faz sentir no bairro, porque eles também ficam com medo de sofrer represálias”, disse.

Nos momentos que falávamos com um dos rapazes o ambiente mudou, e o medo se instalou sobre nós, porque algumas pessoas que lá se encontravam começaram a se aproximar e a suspeitar da nossa presença.

Antónia uma das prostitutas revoltou-se com a nossa presença chegando a pegar num balde para atacar-nos. Começou a gritar “não quero falar vocês, não ajudam em nada, é m’el’hor saírem daqui agora”, gritava. Segundo informações, a mesma tem quatro filhos e está nesta vida há muito tempo. No bairro existe um projecto denominado ABC, que proporciona cursos de pastelaria, culinária e decoração tendo como objectivo ajudar as pessoas que estão caídas no alcoolismo, drogas e na prostituição. Batem nas portas das casas e sensibilizam as pessoas aparecerem nos encontros que são realizados todos os dias.

Carla Manuel, activista do projecto disse que desde que o projecto começou muitas raparigas já deixaram a vida da prostituição, tendo recebido ajuda espiritual e material. Contou que a maioria das mulheres entram na má vida por falta de emprego e estudo na sua maioria são mães solteiras.

Branca Neto, outra activista, disse também que o trabalho de aconselhamento tem surtido muitos efeitos, porque muitas adolescentes saíram desta vida e tem incentivado outras para também o fazerem, tendo realçado que as que ainda permanecem apontam o desemprego como a principal causa. Branca, explicou que elas ficavam no ponto a partir das seis horas da manhã e na medida que os homens vão passando chamamos e entram com os mesmos iam em casas, onde também comercializavam bebidas alcoólicas.” Mas agora esta prática diminui muito”, frisou.

João Francisco, munícipe que trabalha numa oficina improvisada do seu pai, durante o dia, e no período nocturno vai a escola disse-nos que o dinheiro que ganha já ajuda a pagar os seus estudos. “Os marginais por ecos marginais por vezes assaltam os carros dos clientes e nós somos obrigados a pagar os prejuízos.

Telemóveis e dinheiro são coisas que os bandidos têm como preferência” vezes assaltam as viaturas dos clientes e nós somos obrigados a pagar os prejuízos. Telemóveis e dinheiro são coisas que os bandidos têm como preferência”, realçou.

Já Adelina Teresa, moradora disse que, com a retirada do mercado Roque Santeiro, a delinquência diminui, mas enfatizou que o problema cinge-se na falta de água canalizada e a energia eléctrica no bairro. Quanto ao problema da prostituição na zona, disse que as jovens estão a enveredar neste caminho por falta de apoio por parte dos familiares.

9.4 A criminalidade está demais

Jornal semanario angolense
19 de Novembro de 2011

Não quero falar na criminalidade de escalão alto, como desvios de verbas públicas e coisas do género. Não! Gostava que vocês, os media, que têm poder de persuasão pública, atacassem o problema que vai crescendo a cada semana que passa, que são os assaltos constantes.

Trata-se de uma situação que parece fugir do controlo da nossa polícia. Os ladros andam por aí impunes e já não são só os pobres que andam a roubar os nossos cidadãos. São também os filhos de famílias de classe média que agora roubam, alguns por puro desporto, de maneira a ganharem respeito nos seus gangs. Andam por aí nas suas matas e armados. Um autêntico cenário de filmes do antigo Oeste americano.

Estamos a chegar a uma realidade absurda em que ser assaltado já faz parte do nosso dia-a-dia e ninguém reage verdadeiramente para combater esta peste.

Só no meu seio familiar e social, no espaço de uma semana, foram assaltadas 8 pessoas, incluindo eu próprio. Foi no trânsito, outros a porta de casa, a caminho de casa e dentro de estabelecimentos públicos! E só estou a falar de mim e dos que me estão próximos. Imaginem o número de cidadãos que são assaltados diariamente...

Aonde vamos parar assim? Acho que chega a ser vergonhoso para uma cidade que se quer mostrar ao mundo como sendo uma urbe do futuro, lidar com situações destas diariamente.

Criminalidade do género sempre existiu em todo o mundo e em todas as cidades, mas, no nosso caso, o nível de criminalidade disparou escandalosamente.

Gostava que vocês publicassem uma matéria a chamar a atenção ao governo e principalmente à polícia, para acordarem e decidirem fazer alguma coisa, porque assim não vamos conseguir atrair a confiança de investidores estrangeiros para a nossa economia nacional.

Como se não bastassem os problemas da má distribuição da riqueza nacional, da falta de água, energia eléctrica e saneamento básico, parece que ainda temos que lidar com uma polícia passiva aos assaltos em Luanda.

Será que agora se tornou cultura ser-se gatuno? Por favor, pelo nosso bem, pelo bem comum, por Angola, façam alguma coisa. Por uma Angola limpa, justa e segura.

9.5 Kaulele, a capital da delinquência

Jornal angolense

19 de Novembro de 2011

Até que ponto a delinquência quer chegar? Pergunta difícil de responder a qualquer pacato cidadão. Eram cerca das 17h e 30m do dia 9 do corrente, que por sinal nas vésperas do dia da Independência Nacional, quando um estudante saía da escola e deparou – se com cinco marginais armados. Mandaram-lhe parar e como diz o velho ditado que; “quem não deve, não teme”, parou, quando para seu espanto, pediram-lhe 50 kz, respondendo que não os tinha porque acabava de sair da escola, um dos marginais bateu-lhe com uma garrafa na cabeça e, atordoado pedia socorro e ninguém interessou-se em lhe ajudar, limitando-se a olhar num sentimento de medo de retaliação, enquanto outros marginais do mesmo grupo, pegavam nas suas pertenças e batiam com mais força.

Tentou defender-se mas, sem sucessos pois, tivera apanhado com uma coronhada de uma pistola, não

tendo assim forças suficientes para se auto-defender, tinha a cabeça a sangrar por todo lado como causa dos ferimentos.

Depois de a desgraça ter acontecido e os marginais terem fugido, levaram o jovem no hospital e chamaram a polícia. Quando esta chegou, apenas perguntaram o que ocorreu e foram-se embora.

Para os demais moradores do bairro Kaulele, Comuna do Kicolo no município do Cacucaco, há muito não conhecem os meios humanos e técnicos da Polícia Nacional (PN), que por sinal, segundo nossos entrevistados “estes meios conhecemos pela Televisão nos desfiles festivos e quando o Governo quiser reprimir uma manifestação ou defender seus negócios” desabafou “Tio Verdade”. Segundo apuramos, os meliantes têm um comodismo de se tirar o chapéu porque nem de dia como de noite, não se vê nenhum agente da ordem.

Pessoas são assaltadas na luz do dia com meios bélicos e letais mas,” ficamos de bicos fechados porque todos nós precisamos a vida mesmo na miséria”_ sentenciou dona Teresa Soares que, por sinal, já foi assaltada por mais de 3 vezes num intervalo de 60 dias, mas que nunca viu os malfeitores por trás das grades mesmo com as devidas participações das ocorrências a tempo e hora, --segundo Ela, “já não sabemos quem é o verdadeiro policia ou quem é o gatuno” porque, rematou, “todos no Kaulele têm armas de fogo e as exibem sem receios, em fim, somos prisioneiros dentro das nossas próprias casas. Os que nos atacam, estão bem localizados e bem identificados pela própria Polícia” adiantando, “senão vejamos: Como se percebe que um verdadeiro agente da Ordem, passa o tempo todo, ou quase todo, nos alambiques de bebidas fermentadas e roulottes como nas maratonas no meio dos mais perigosos marginais todos no Kaulele têm armas de fogo e as exibem sem receios, em fim, somos prisioneiros dentro das nossas próprias casas, os que nos atacam, estão bem localizados e bem identificados pela própria Polícia que por sinal os conhecem? Por não terem peso de consciência na hora em que deviam agir contra e repor a legalidade perguntamos, se vivem de favores dos meliantes? Perguntas que ficam no ar e que merecem resposta para quem de direito. Devido o elevado número de armazéns dos expatriados que atraem os amigos do alheio, hoje, Kaulele e em particular o Kicolo em geral, tornaram-se numa Ilha de tesouro aonde todos Piratas fazem moradas.

Os alunos, são assaltados os seus haveres em plena luz do dia e, para aqueles que pensam em laser noutros recintos da urbe, sofrem a humilhações de toda índole perante seus cônjuges. Não se pode andar com um par de calçados de marca. Se fores a uma lanchonete e ou roulotte,

és abordado com a petição de apenas kzs; 50.00 como pontapé de saída das suas acções.

“ Não temos sono, até gerador em pleno funcionamento é levado a partir das 19 horas e, porque têm protecção não sei de quem”...disse-nos a nossa interlocutora, que só se identificou de Mingota com muita nostalgia.

Caelele, tornou-se num novo Hollywood aonde contracenam os verdadeiros Gringos. São afirmações dos nossos entrevistados de que as ruas mais perigosas do cauelele são: A rua Branca, que parte da entrada do regimento de transportes militares das FAA, vulgo 08, na estrada principal de Cacuo e desemboca defronte a empresa “sovinagres” estrada direita da Cuca e ou Ngola Kiluange, junto ao Instituto Médio de Economia do Kikolo.

Nesta mesma rua, está a famosa “canjala”, nome dado por razões óbvias, aonde são vítimas todas as pessoas que exibem algo que chame a atenção do meliante. Existe ainda ao longo da mesma rua, a Cafilda, pois, ali desemboca a famosa rua da “Pensão Gaby” a qual é chamada de “Cafunfo” porque, é lá onde todos grupos rivais de malfeitores ganham o pão a qualquer preço nas suas emboscadas, vezes há em que entram em rixas sangrentas por causa das ocupações de lideranças. Também, não é menos perigosa a rua do Kussanguluca, agora Instituto Politécnico “Formiguinhas”, onde até 18 horas, não passa ninguém a pé com algo importante ou abraçados, quando casais. Neste lugar, até aparecem homens fardados e ninguém os detém.

Dona Laura, lamenta o facto destes lugares todos estarem a menos de 500 metros da Unidade Comunal da polícia Nacional no Kikolo. “Sofremos muitas das vezes violência verbal por parte de alguns policias, quando participamos ocorrências mais de duas vezes porque pensamos que estamos a lhes acusar, isso, nos desencoraja a denunciar os malfeitores porque muitas vezes os meliantes dão conta dos nossos nomes por quebra de sigilo da própria polícia, que acabam de revelar os nomes dos denunciante e, com isso, sofremos retaliações directas, ou nossos filhos a caminho da escola, são molestados”-concluiu. Tomamos conhecimento de que certos camiões que tomam estas ruas citadas como escapatória dos engarrafamentos, são assaltados porque o estado das mesmas favorece os intrusos a fazerem aquilo que só eles sofremos muitas das vezes violência verbal por parte de alguns policias, quando participamos ocorrências mais de duas vezes porque pensamos que estamos a lhes acusar, isso, nos desencoraja a denunciar os malfeitores porque muitas das vezes os meliantes dão conta dos nossos nomes por quebra de sigilo da própria polícia sabem fazer porque estão esburacadas e nenhum carro pode andar no máximo mais de 20 kms/hora.

Como é nosso dever e obrigação, pautando pelo rigor e isenção, cumprindo a nossa deontologia profissional, sobre a matéria em causa, tentamos para melhor nos situar, contactar a Unidade Policial local mas, sem sucesso alegando falta de autorização superior.

9.6 Assaltos á luz do sol

Jornal a capital
26 de Novembro de 2011

Se os anteriores moradores viram-se a braços, com os marginais nas suas residências, cantinas ou próximo de casa, Afonso Alves Pedra, 30 anos, foi assaltado na via pública, por volta das 16 horas, quando saía do serviço. Teve surripiado 12 mil kwanzas do salário e foi ainda brutalmente agredido com blocos e paus”, contou, apontando o dedo acusador ao grupo marginal ‘Os Rebenta’.

Pedra não foi a única vítima daquele dia A única diferença é que, as outras pessoas conseguiram apanhar um dos assaltantes, conhecido por ‘Sicossa’, que foi levado à 15” esquadra da Polícia.

Referiu ainda, por outro lado, que no dia em que as vítimas foram chamadas na esquadra, para reconhecerem o jovem, o mesmo foi colocado no quintal e, surpreendentemente, saiu como se não tivesse feito nada “Chamamos os agentes, mas apenas um simulou que corria atrás dele, mas não passou disso mesmo. Ele (o marginal), inclusive, foi a caminhar lentamente”, denunciou.

E, segundo os moradores, o tal de Sicossa é já um reincidente, alguém que já esteve várias vezes detido, mas onde também não demora muito. Um ou dois dias depois, ele sai e regressa no seio dos seus comparsas do grupo ‘Os Rebenta’.

Numa briga entre os grupos marginais naquela área, nomeadamente, ‘Os Rebenta’, ‘Cadeia’ e ‘Os Mini Diabos’, ocorrida na, vulgarmente, conhecida rua do Matondo, palco de autênticas batalhas campais entre os referidos grupos, o cidadão Abel Moraes, um morador das redondezas, viu a sua viatura danificada Os faróis foram totalmente quebrados.

Ela, por exemplo, há pouco mais de uma semana, viu a casa assaltada por volta da meia noite, por um grupo de oito elementos, dois dos quais apresentavam-se munidos de armas de fogo e os restantes com facas e ferros que foram usados para deitar a porta abaixo e facilitar a invasão à residência.

Já no interior, os marginais fizeram reféns duas filhas suas, de 13 e 14 anos, respectivamente, que os mesmos pretendiam violar, caso as suas exigências não fossem satisfeitas. “Eles chegaram, bateram a porta, mas como não estávamos a abrir, começaram a partir a parede, nas proximidades do aro, até que a porta caiu. Entraram, apontaram-nos as armas e exigiram dinheiro”, contou.

A senhora disse que não tinha, pelo que os assaltantes ameaçaram violar as filhas. Mostravam-se com ares de poucos amigos. “Tive que entregar 13 mil kwanzas, mesmo não sendo meus, a botija de gás e os nossos telefones”.

Apresentou queixas à Polícia? Respondeu que não. Porquê? “No dia seguinte, o meu estado de saúde agravou-se com o choque daquela situação e tive que ser levada de emergência ao hospital”, onde diz ter permanecido durante mais de dois dias.

E é assim todas as noites na área em que vive Esperança Adão: há sempre um assalto e os tiroteios são frequentes. “Acho que a falta de energia eléctrica e o fraco patrulhamento da Polícia tem facilitado a tarefa dos meliantes”, vaticinou.

“Por exemplo, após assaltarem a minha casa, tentaram, no dia seguinte, entrar numa outra casa. Os bandidos só não conseguiram, porque o dono da casa tem arma e fez disparos. Se fosse em casa de alguém que não tem defesa, eles entravam mesmo e faziam o que queriam”, reconheceu.

9.7 Desgraça com sabor oeste-africano

Jornal a capital

26 de Novembro de 2011

Os moradores de Terra Vermelha, ao que disseram a este jornal, têm a impressão que a criminalidade no bairro apenas cresce. Nunca diminui. Nos tempos que correm, todos os dias, um cidadão ou uma residência é assaltada

Um cidadão equanto-guineense que lamentou este facto à nossa reportagem, afirmando não saber mais se ri ou chora. A sua cantina, por exemplo, localizada na zona 18, do quarteirão 11, não passou despercebida das acções dos meliantes. Em plena madrugada, conta, um grupo de oito delinquentes armados com armas de fogo e picaretas, arrombaram a porta da cantina neutralizaram e amarraram-no para que não gritasse. Da cantina levaram vários produtos ali comercializados incluindo o dinheiro do dia anterior. Mohamed referiu que, embora se tenha visto apontado com uma arma de fogo e amarrado, bem como ver a sua cantina esvaziada, não apresentou queixa à Polícia por medo de represá-

lia E que, segundo disse, sempre que acções do género acontecem e as V10mas apresentam queixas, os marginais, curiosamente, não demoram na cadeia e aparecem mais furiosos. “Caso descubram que você apresentou queixa, serás sempre vítima deles. Agridem-te com facas e outros objectos contundentes ou mesmo matam-te. Por isso, muitos de nós, os estrangeiros, evitamos dar participação à Polícia Salvo erro, se forem apanhados em flagrante delito”, notou.

Tal como Mohamed a jovem Isabel corrobora com a asserção, de que o “crime está demais” por aquelas bandas. Ela, por exemplo, recorda um episódio vívido por uma amiga sua, que, após de violada, apresentou queixa à Polícia, que, de imediato prendeu os autores do crime.

Mas, para o seu espanto e dos seus familiares, duas semanas depois os seus algozes já estavam livres para outras empreitadas criminosas. Começaram a ameaçá-la de uma nova violação e se possível fosse, matá-la. Dadas as constantes ameaças e, porque a Polícia nada fazia, o pai da mesma resolveu mudar-se daqui para Cacuaco, onde vivem até ao momento.

As mudanças forçadas de residências são uma constante. Os municípios de Cacuaco e Viana são apontados como portos seguros, para esta imigração de antigos moradores do bairro da Terra Vermelha. Já no bairro Kalawenda. Também na zona 18, é a partir das 18 horas que começa o calvário para os moradores daquela circunscrição do município mais populoso de Luanda Contam, por exemplo que todas as noites têm de lidar com uma ‘saraivada de tiros’, geralmente provocada pelos marginais, o que, diariamente, os obriga a manterem-se no interior das suas residências ou a refugiarem-se noutras.

9.8 A “Faixa de gaza” de Luanda

Jornal a capital

26 de Novembro de 2011

Afonso Manuel, residente na rua do ‘Show Man’, é a mais fresca vítima da onda da criminalidade que volta a fazer morada em vários bairros de Luanda. Tem uma história para contar e dores para alimentar. Recentemente, foi esfaqueado no abdómen, após ter sido surpreendido por elementos pertencentes a um grupo marginal denominado ‘Os Rebenta’.

Interpelaram-no quando regressava da. Os quatro biltres, munidos de facas, cercaram-no e obrigaram a tirar tudo que trazia nos bolsos julgando-se homem de fé e conhecido na rua, Manuel resistiu à exigência dos marginais. Se mala pensou, pior o fez.

Afrontados, dois dos seus algozes partiram ao ataque. “Agarram-me por trás e desferiram dois golpes de faca, um do lado direito e outro na barriga”, lembrou. A única imagem que tem daquele momento é de ter visto parte das suas ‘vísceras’ a sair do corpo. O resto esfumou-se da memória, pois caiu inanimado.

Ainda com dificuldades em falar, diz que os seus carcos apenas levaram a Bíblia que trazia nas mãos, enquanto único artigo de valor que transportava. Foi socorrido por familiares e vizinhos para o hospital dos Cajueiros, onde, segundo disse, viu negada assistência médica.

“Não sei se era por causa da gravidade do ferimento ou se não tinham mesmo medicamentos”, questionou, sublinhando que foi, imediatamente, conduzido ao hospital Américo Boavida, onde, aliás, o encontramos sobre o leito daquela unidade hospitalar de referência.

De acordo com os moradores, no mesmo dia em que Manuel foi esfaqueado, outras duas pessoas tiveram a mesma ‘sorte’, saindo apenas ilesa uma terceira, por se tratar de um agente da Polícia. Este, ao ser abordado pelos marginais, disparou, facto que precipitou a fuga dos amigos do alheio.

Assaltada por oito pessoas

Residente no bairro Terra Vermelha, na chamada Zona do Buraco, Esperança Adão, foi também vítima da subida em espiral da criminalidade nos bairros periféricos, que regressa com contornos mais violentos, mesmo após uma limpeza de balneário’ realizada pela Polícia.

Ela, por exemplo, há pouco mais de uma semana, viu a casa assaltada por volta da meia noite, por um grupo de oito elementos, dois dos quais apresentavam-se munidos de armas de fogo e os restantes com facas e ferros que foram usados para deitar a porta abaixo e facilitar a invasão à residência.

Já no interior, os marginais fizeram reféns duas filhas suas, de 13 e 14 anos, respectivamente, que os mesmos pretendiam violar, caso as suas exigências não fossem satisfeitas. “Eles chegaram, bateram a porta, mas como não estávamos a abrir, começaram a partir a parede, nas proximidades do aro, até que a porta caiu. Entraram, apontaram-nos as armas e exigiram dinheiro”, contou.

A senhora disse que não tinha, pelo que os assaltantes ameaçaram violar as filhas. Mostravam-se com ares de poucos amigos. “Tive que entregar 13 mil kwanzas, mesmo não sendo meus, a botija de gás e os nossos telefones”.

Apresentou queixas à Polícia? Respondeu que não. Porquê? “No dia seguinte, o meu estado de saúde agravou-se com o choque daquela situação e tive que ser levada de emergência ao hospital”, onde diz ter permanecido durante mais de dois dias.

E é assim todas as noites na área em que vive Esperança Adão: há sempre um assalto e os tiroteios são frequentes. “Acho que a falta de energia eléctrica e o fraco patrulhamento da Polícia tem facilitado a tarefa dos meliantes”, vaticinou.

“Por exemplo, após assaltarem a minha casa, tentaram, no dia seguinte, entrar numa outra casa. Os bandidos só não conseguiram, porque o dono da casa tem arma e fez disparos. Se fosse em casa de alguém que não tem defesa, eles entravam mesmo e faziam o que queriam”, reconheceu.

10. AMBIENTE

10.1 Legislação minimiza impacto sobre o meio ambiente no país

Jornal de Angola
10 de Novembro de 2011

O administrador adjunto do Sambizanga disse, na segunda-feira, à Angop, que os efeitos da construção civil no ambiente têm merecido a atenção das autoridades, com a aplicação de leis para minimizar o seu impacto negativo.

Agostinho da Silva, que é engenheiro, frisou que, à semelhança de outros países, em Angola o impacto da construção sobre o ambiente tem sido combatido com a publicação de leis sobre o assunto.

“O ambiente e o bem-estar dos cidadãos são aspectos de inegável relevância a nível mundial, daí que os efeitos negativos da actividade da construção mereçam a atenção dos Governos de muitos países que fomentam a investigação e procuram desenvolver medidas para os minimizar”, referiu.

Em Angola, afirmou, a maior relevância dos efeitos negativos regista-se mais nos centros urbanos, com a criação de alguns estaleiros de construção.

Além disso, declarou, existem restrições frequentes e significativas quanto ao espaço disponível, o que acarreta dificuldades acrescidas, pelo que a instalação de estaleiros nesses locais, pela sua especificidade, requer atenção especial dos intervenientes no sector da construção para se minimizarem impactos. “A actividade dos estaleiros de construção nos centros urbanos causa agressões ao meio ambiente, interferindo com o dia-a-dia dos cidadãos, que, com frequência, protestam contra a poeira, a lama, o ruído, os atrasos no tráfego, a redução do espaço e os materiais ou entulho depositados no espaço público”, disse.

A nova legislação, salientou, vai pôr cobro a esta prática, mas é preciso que haja maior divulgação entre as construtoras..

10.2 Fiscalização florestal reclama por técnicos

Jornal de Angola
11 de Novembro de 2011

A falta de fiscais florestais, a nível do Departamento Provincial do Instituto de Desenvolvimento Florestal do Kwanza-Norte, contribui negativamente para o controlo da flora local, situação que facilita o abate desordenado e queimadas anárquicas das espécies vegetais. Em entrevista ao Jornal de Angola o responsável da referida Instituição, Guilherme Sebastião, aborda a situação actual do sector.

Jornal de Angola – Como tem sido feito a fiscalização das florestas da província?

Guilherme Sebastião – Em termos de fiscalização, nos últimos quatro anos temos tido dificuldades para controlar os índices de transgressões florestais, em função do défice de pessoal qualificado para o efeito, visto que dos treze fiscais que a brigada possui, apenas quatro estão em condições de operar, situação que garante um campo fértil para os transgressores. Apesar desta situação, continuamos a realizar acções de sensibilização junto das comunidades, através de palestras e debates, mas que a meu ver não têm sido suficientes para consciencializar a população no sentido de reduzir as acções contra as florestas.

JA – O que é que a população alega em relação a prática de desmatação e queimadas desordenadas?

GS – As alegações mais constantes têm sido a procura de solos férteis para a prática de uma agricultura itinerante rentável, visto que nas áreas tradicionais os solos apresentam-se em certa medida já cansados, daí que os detritos dos tecidos vegetais queimados ou apodrecidos, garantem maior consistência de húmus aos solos durante um período de produção de dois anos, o que depois do tempo em referência obriga à procura de outras zonas de produção. E de realçar que as queimadas podem também contribuir de forma negativa para o aumento do dióxido -de carbono na atmosfera, situação que pode levar ao aumento do aquecimento global, assim como das doenças respiratórias agudas.

JA – Há registo de algum caso de realização de queimadas que tenha sido levado à justiça?

GS – Em relação a este problema é quase impossível chamar os responsáveis à justiça por se tratar de comunidades com centenas de habitantes. Temos sim registos de casos singulares por prática de caça, exploração de madeira e carvão de forma ilegal.

JA – *vos primeiros finalistas do Instituto Médio Agrário, saíram técnicos preparados para o sector?*

GS – Nós estamos conscientes das responsabilidades do Instituto Médio Agrário em relação a formação de quadros especializados para o nosso sector, mas o problema é que a admissão do pessoal é através de concurso público, onde no presente ano tivemos somente a possibilidade de receber um especialista, dos tantos formados pela instituição de ensino em causa.

A – *Como caracteriza a situação de produção de plantas e exploração florestal a nível da província?*

GS – Podemos considerar a situação de produção e exploração florestal como estável, tendo em conta que a nível da província não há excesso de exploração de madeira. Pelo contrário, precisamos que mais empresários do ramo invistam na região para que possamos angariar mais receitas para os cofres do Estado, tendo em conta os desafios do Executivo em relação a materialização dos vários projectos sociais e económicos com vista a melhoria da qualidade de vida da população nacional.

JA – *Quais são as espécies de árvores mais exploradas?*

GS – A província do Kwanza-Norte possui espécies de árvores que produzem madeiras cujas qualidades são das mais concorridas a nível do mercado nacional e internacional. Refiro-me concretamente à moreira, kibaba, tacula e ndulo. Podemos encontrá-las nos municípios de Golungo-Alto, Cazengo, Ngonguembo, Bolongongo, Banga e Kiculungo.

JA – *Em média qual é a capacidade anual de exploração dos recursos florestais?*

GS – Durante o ano em curso a província contou com cinco concessionárias licenciadas para a exploração da madeira em toro e três para a produção de carvão vegetal, que em média exploram três mil metro cúbicos de áreas florestais, cada. Estas são exploradas de forma selectiva por cada empresa, situação que pode acautelar a extinção das mesmas.

JA – *Quais os requisitos necessários para o acesso à licença de exploração de madeira em toro?*

GS – Para tal, é necessário que primeiramente o interessado constitua um processo onde estejam patentes dados como o croquis de localização da zona onde pretende intervir, parecer da administração local e vistoria. Depois da conclusão processual a documentação é remetida ao governo provincial, encaminhada à direcção provincial da agricultura para efeito de homologação.

As licenças são cedidas em função da requisição das espécies pretendidas, por exemplo uma licença de exploração da madeira kibaba ou moreira, tidas como as mais

específicas em termos de qualidade ronda os 500 mil kwanzas por ano, isto é, num perímetro de 500 metros cúbicos.

JA – *Que responsabilidades sociais acarretam as concessionárias junto das comunidades onde exploram a madeira?*

GS – Na maioria dos casos tem sido o arranjo das picadas de acesso, contratação e formação de jovens locais, bem como a venda do produto a nível da região de forma facilitada. Uma outra responsabilidade não menos importante é a criação de serrações como o caso das existentes a nível dos municípios do Bolongongo e Kikulungo, cujas capacidades de produção rondam os 80 metros cúbicos por dia.

JA – *Duas serrações para uma província como o Kwanza-Norte são suficientes?*

GS – Digo que não, a verdade é que no passado a província contava com várias serrações. Hoje a maior parte delas encontram-se obsoletas. A título de exemplo cito duas de grande porte no município de Cazengo, uma em Cambambe e Lucala, para além de Ambaca e Golungo-Alto, das quais algumas deixaram mesmo de existir na totalidade. A recuperação das existentes está condicionada pela falta de financiamentos bancários com que se deparam alguns dos proprietários, tendo em conta o elevado índice de degradação dos imóveis que actualmente exigem renovação total das suas estruturas.

JA – *A nível das áreas de exploração está a ser aplicado o princípio de repovoamento florestal?*

GS – O repovoamento nestas áreas está a ser feito de forma natural através dos rebentos das sementes primárias. A repovoação florestal está concebida para aquelas áreas vulneráveis à desmatagem por causa de queimadas e agricultura itinerante, onde por causa da grande incidência dos fenómenos em causa haja dificuldades de germinação, espontânea das espécies locais. É importante referir que este projecto é de âmbito nacional e prevê a intervenção de vários actores-chave da vida social e económica do país, como o caso das administrações municipais, instituições bancárias, organizações não governamentais, bem como outras concessionárias do ramo florestal.

JA – *Qual é a área total disponível para a exploração dos recursos florestais a nível da província?*

GS – O Ministério da Agricultura, junto dos seus parceiros sociais, está a realizar um inventário, desde o ano de 2009, com o objectivo de diagnosticar as áreas disponíveis para a exploração da madeira em toro, mormente aquelas mais vulneráveis a queimadas e desmatagem. O mesmo foi interrompido durante o ano passado por razões financeiras, mas tudo está a ser feito para que ainda no decurso deste ano possamos retornar os traba-

lhos, tanto mais que já realizamos algumas acções de formação ao pessoal local durante o primeiro trimestre do ano em curso. Após a conclusão do projecto em causa vamos ter dados fiáveis em relação a zona total para a exploração da madeira em toro no Kwanza-Norte.

JA – *Qual é situação actual do chamado pulmão florestal do Morro do Binda?*

GS – A pureza do oxigénio da cidade de Ndalatando depende em grande medida do pulmão florestal do Morro do Binda, situação que nos últimos tempos tem obrigado o executivo local a acautelar várias medidas de segurança, como a patrulha do corpo da Polícia Nacional, administração municipal de Cazengo e autoridades tradicionais junto das veredas da mesa com o objectivo principal de deter as acções de vandalismo protagonizadas por quem quer que seja. As medidas em causa estão a surtir efeito e acreditamos que pouco a pouco a população vai ganhando consciência da importância que ela representa para a vida das comunidades do município de Cazengo, principalmente aquelas situadas ao Norte.

JA – *O que pode avançar sobre a produção de plantas ornamentais?*

GS – Durante o ano passado produzimos mais de quatro mil plantas a nível de viveiros, das quais dois mil de carácter ornamental, com maior destaque para as acácias rubras e a do tipo americano, com o objectivo de assegurar as actividades de arborização, quebra ventos e melhor paisagem das cidades e vilas da província. De Janeiro a Junho do ano em curso produzimos mais de mil.

JA – *Durante o primeiro semestre do ano em curso que receitas foram arrecadadas para os cofres do Estado?*

GS – Durante o ano em curso o IDF no Kwanza-Norte emitiu quatro licenças para a exploração de madeira em toro, num volume de 2.500 metros cúbicos, que resultaram na arrecadação de dois milhões, 451 mil e 680 kwanzas. Em relação ao carvão vegetal temos quatro licenças e um volume de 592 toneladas e valores estimados em 38 mil e 796 kwanzas, para além da aplicação de uma multa que possibilitou a arrecadação de 36 mil e 105 kwanzas. A venda de plantas ornamentais possibilitou a entrada de 266 mil e 968 kwanzas, perfazendo um total de dois milhões, 793 mil 549 Kwanzas.

10.3 Uso de materiais naturais evita danos ao ambiente

Jornal de Angola

12 de Novembro de 2011

O aproveitamento de matérias-primas naturais como a luz solar e a topografia original, deve fazer parte das opções do estudo para a construção de qualquer estrutura, para se evitarem as agressões ao meio ambiente, segundo o biólogo Maquemba dos Santos.

O especialista disse à Angop que a construção sustentável “é um produto da moderna sociedade tecnológica e visa causar o menor impacto, tanto na construção como na manutenção dos empreendimentos, utilizando-se os recursos naturais locais do e forma integrada no meio ambiente”.

Segundo ele, a escolha dos materiais deve ser orientada para a preservação e recuperação do meio ambiente e apontou os resíduos sólidos das indústrias como “bastante apropriados como substitutos da areia e da brita”.

“É preciso que cada um faça a sua parte, mesmo que pareça pouco”, disse, sublinhando que atitudes como reciclar o lixo, utilizar produtos inteligentes para reduzir o consumo de água além do uso de madeira certificada ou de origem legal e o paisagismo funcional, que ajuda na manutenção do equilíbrio da temperatura e da humidade do ambiente, são algumas das soluções que podemos adoptar no lugar onde vivemos.

Para o biólogo, é importante que a sociedade tenha em mente que a sustentabilidade na construção civil é de vital importância não só para o planeta, como para a manutenção da nossa saúde, bem-estar e conforto,

10.4 Ambientalistas buscam formas para a construção de novos fundos

Jornal de economia e finanças

22 de Novembro de 2011

O saneamento ambiental, com particular realce ao acesso populacional à água potável, recolha e tratamento aos resíduos sólidos e líquidos é um factor crucial para a melhoria da qualidade de vida das populações.

Não exactamente nova, esta é uma das conclusões a que chegaram os participantes da I conferência Nacional sobre o saneamento ambiental, realizada em Luanda, nos dias 17 e 18 de Novembro, numa organização do Executivo, através do Ministério do Ambiente.

A conclusão, se não tiver nada de inovador, merece, no entanto, uma profunda reflexão, se tivermos em conta que, apesar dos esforços do Executivo no sentido de se melhorarem as implicações ambientais, apenas 25 por cento da população angolana de baixos rendimentos

têm acesso ao saneamento básico, contra 75 por cento da população com maiores posses, concentrada maioritariamente nos meios urbanos.

Dados divulgados no evento indicam que, em Angola, 75,5 por cento de famílias nas áreas urbanas contam com urna instalação sanitária em casa, comparativamente aos agregados familiares na periferia das cidades, onde 49 por cento estão ligados ao sistema de esgotos, contra apenas oito, nas zonas rurais.

“A falta de saneamento é frequente e é um sinal de pobreza, podendo provocar doenças às pessoas, reduzindo a sua produtividade e capacidade de trabalho”, constataram os participantes da conferência.

E assim que, perante um quadro nada animador, o evento recomendou ao Executivo o estabelecimento de um mecanismo de financiamento, através da alocação directa de fundos aos municípios, bem como a aplicação de uma taxa de saneamento, como forma de mobilização de fundos locais.

A reunião defendeu também a criação de um programa profissionalizado de advocacia que acompanhe esta matéria, bem como o surgimento de um órgão de saneamento ambiental junto do Ministério do Ambiente, que, a nível nacional, coordenará todas as acções relacionadas com este segmento e prestará assistência e capacitação aos municípios.

O imperativo da participação das empresas produtoras de resíduos nos programas de recolha, processamento e acondicionamento de lixos é outra das recomendações saídas da reunião.

10.5 Plano de saneamento contribui para o desenvolvimento

Jornal de economia e finanças
22 de Novembro de 2011

A ministra do Ambiente, Fátima Jardim, defendeu a urgência de adopção de um plano nacional de saneamento ambiental, que preveja as acções a serem tomadas com vista à melhoria das condições de vida das populações e ao desenvolvimento sustentável do país.

“Há necessidade de definirmos modelos, clarificar os arranjos institucionais e criar um sistema nacional que integre e consolide as estratégias, os planos e os programas de saneamento”, salientou a ministra.

Fátima Jardim destacou que os modelos de gestão de infra-estruturas envolvem acções que visam a expansão do fornecimento de água e esgotos, bem como planos de gestão e regulamentos de combate à pobreza e de desenvolvimento comunitário.

Num outro sentido, a ministra chamou atenção para a proliferação de habitações irregulares na zona costeira e nas proximidades de leitos de Êxodo populacional

Os actuais problemas de saneamento ambiental que se registam, em Angola, devem-se em muito ao elevado fluxo demográfico das zonas rurais para as urbanas. Esta situação, segundo o arquitecto e consultor do Ministério do Urbanismo e Construção, António Cameiro, só será ultrapassada com a institucionalização de um programa nacional de saneamento urbano, que coordene as acções de saneamento e assista os municípios nesta empreitada.

“Deve-se criar um sistema e instrumentos de informação de apoio ao planeamento e uso do solo urbano, elaborar planos municipais de intervenções imediatas com custos mínimos, bem como introduzir abordagens distintas, mas inter-relacionadas, para as zonas urbana, peri-urbanas e semi-rural, num processo municipal de planeamento integrado, dinâmico e progressivo, que visa impulsionar a subida da escada do saneamento, a nível individual e colectivo”, defendeu.

Segundo o arquitecto, o êxodo da população do campo para as Cidades tem como consequência principal o crescimento descontrolado da construção, baixa qualidade do ambiente urbano, elevados índices de carência de infra-estruturas, equipamentos, serviços e perda total da estrutura urbana. Sendo que, na sua opinião, os actuais investimentos no saneamento estão muito aquém das necessidades para se atingirem os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), António Gameiro defende, a participação nos programas ao sector privado nacional e das comunidades.